



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2026

Proposta da Administração
e Manual de Participação

SUMÁRIO

3 COMO PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA

Itens de deliberação

Recomendação de voto pelo Conselho de Administração

7 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

9 MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

11 QUEM SOMOS E ONDE ESTAMOS

16 NOSSOS DESTAQUES DE 2025

21 COMO GERAMOS E COMPARTILHAMOS VALOR

35 GOVERNANÇA E LIDERANÇA

47 ORDEM DO DIA

1. Apreciação das Demonstrações Financeiras do exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025
2. Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
3. Fixação do número de membros do Conselho de Administração
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração
5. Instalação do Conselho Fiscal
6. Eleição dos membros do Conselho Fiscal
7. Fixação da remuneração global dos administradores para o ano de 2026
8. Fixação da remuneração global do Conselho Fiscal para o ano de 2026

97 DISPOSIÇÕES GERAIS



COMO PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA



Quando

Sexta-feira, 17 de abril de 2026, às 17:30 horas. Recomendamos a chegada com, ao menos, 1 (uma) hora de antecedência.



Onde

A Assembleia será realizada presencialmente na sede da Companhia, na Praia de Botafogo, nº 370, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.



Participação do acionista

Pessoalmente ou por meio de um procurador devidamente constituído. Cada acionista poderá ser representado por, no máximo, um procurador.





ITENS DE DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ITEM	PROPOSTA	PÁGINA
1	Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	47
2	Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	50
3	Fixar o número de membros do Conselho de Administração	53
4	Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia	54
5	Instalar o Conselho Fiscal da Companhia	72
6	Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia	73
7	Fixar o limite do montante da remuneração global dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) para o ano de 2026	77
8	Fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 2026	95



RECOMENDAÇÃO DE VOTO

PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Edital de Convocação publicado no jornal Valor Econômico e disponibilizado no *website* da Companhia (ri.prio3.com.br) e, ainda, nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), a ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária será composta das matérias indicadas a seguir:

DELIBERAÇÕES

RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA BVD

1

Autorizar a lavratura da ata da Assembleia em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme parágrafo primeiro do art. 130 da Lei nº 6.404/1976.

APROVAR

2

Autorizar a publicação da ata da Assembleia com omissão dos nomes dos acionistas, conforme parágrafo segundo do art. 130 da Lei nº 6.404/1976.

APROVAR

3

Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, na forma da Proposta da Administração.

APROVAR

4

Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

APROVAR

**DELIBERAÇÕES****RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA BVD**

5	Fixar em 8 (oito) membros o número de integrantes do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato.	APROVAR
6	Eleição do Conselho de Administração por chapa única. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa proposta pela Administração.	APROVAR
7	Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	SIM
8	Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais iguais pelos membros da chapa que você escolheu?	SIM
9	Deseja requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho de administração, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/1976?	NÃO
10	Deseja requerer a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/1976?	SIM
11	Eleição do Conselho Fiscal por chapa única. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa proposta pela Administração.	APROVAR
12	Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404/1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	SIM
13	Fixar o limite do montante da remuneração global dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) para o ano de 2026.	APROVAR
14	Na hipótese de instalação do Conselho Fiscal, fixar a remuneração global dos seus membros, referente ao exercício social de 2026.	APROVAR

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Ao longo de seus primeiros dez anos de história, a PRIO construiu uma trajetória marcada por grandes conquistas, crescimento consistente e decisões estratégicas bem-sucedidas. Desde sua origem, a Companhia soube identificar oportunidades onde poucos viam valor, desenvolvendo um modelo de negócio fundamentado em eficiência operacional, disciplina de capital e excelência na execução. Poderíamos ter escolhido o caminho da autopreservação, mas optamos pela transformação – foi essa combinação que permitiu à PRIO se consolidar como a principal produtora independente de óleo e gás no país.

Essa trajetória também foi acompanhada por desafios relevantes, inerentes à complexidade do setor e ao ambiente regulatório no qual atuamos. Ainda assim, cada etapa contribuiu para fortalecer a Companhia e consolidar nossa vocação e competência para produzir de forma eficiente, segura e competitiva, mesmo em cenários adversos.

Em 2025, tivemos uma visão ainda mais clara do potencial da PRIO, sustentada por um ciclo consistente de transformação e intenso crescimento. Após um longo período



de preparação, demos início ao desenvolvimento do Campo de Wahoo, um projeto muito aguardado que representa um verdadeiro marco para a evolução operacional da Companhia e para a geração de valor no longo prazo. Ao mesmo tempo, em linha com a nossa estratégia de crescimento baseada na aquisição e revitalização de campos maduros, concluímos a aquisição da operação do Campo de Peregrino, um objetivo perseguido desde os primeiros anos da PRIO.

Como resultado de decisões estratégicas e execução responsável, a PRIO atingiu, ao final de 2025, o patamar de 155 mil barris de óleo produzidos por dia. Esse novo marco reflete não apenas a execução consistente da nossa estratégia de negócio, mas relevância de uma cultura organizacional forte, baseada no compromisso com as pessoas, com a ética e com a excelência operacional,

que orienta a forma como conduzimos o negócio e tomamos decisões em todas as instâncias da Companhia.

Esse compromisso com a disciplina norteia a nossa estrutura de governança corporativa e a nossa cultura. Acreditamos que uma governança sólida é um dos elementos centrais para a sustentabilidade do negócio. Ao longo do último ano, revisamos e atualizamos nossas políticas corporativas, aprimorando processos decisórios e consolidando diretrizes que orientam nossos colaboradores e parceiros de negócios, refletindo os princípios e valores que consideramos inegociáveis.

Temos clareza de que os desafios do setor de óleo e gás exigem visão ampla, disciplina e capacidade de adaptação. Por isso, seguimos atentos não apenas aos aspectos operacionais e financeiros, mas também ao nosso papel junto à sociedade, buscando conduzir nossas atividades de forma responsável e alinhada às expectativas dos diversos públicos com os quais nos relacionamos.

Com o encerramento da primeira década da Companhia, reafirmamos nosso compromisso com a segurança das operações, a proteção ao meio ambiente e o respeito às comunidades em que atuamos – valores que orientam todas as nossas decisões. Por meio da plataforma de patrocínios I ❤️ PRIO, seguimos investindo

em projetos culturais, educacionais e sociais, como forma de retribuir e contribuir com o desenvolvimento da sociedade e do Brasil. Em 2025, demos um passo adicional com a criação do Instituto PRIO, que passa a concentrar e direcionar nossos investimentos em projetos ambientais, corroborando nosso compromisso com o desenvolvimento responsável.

Esse conjunto de iniciativas reforça nossa convicção de que desempenho operacional, governança sólida e responsabilidade socioambiental são dimensões indissociáveis da criação de valor sustentável. À medida que avançamos para um novo ciclo de crescimento, permanecemos comprometidos com a execução disciplinada da nossa estratégia, apoiados por bases sólidas, cultura forte e visão clara de longo prazo, preparados para enfrentar os desafios do setor e capturar novas oportunidades no mercado brasileiro e internacional.

Encerramos, assim, o ano de 2025 entregando de forma consistente os pilares centrais da nossa estratégia de crescimento: baixo custo de operação, eficiência operacional, redesenvolvimento de campos maduros, aquisição de ativos em produção e desenvolvimento social e ambiental. Nosso modelo de negócios foi cuidadosamente seguido ao longo deste ano e para o ano de 2026 não será diferente: continuaremos optando pela transformação sustentável, focada na criação de valor no longo prazo.

Em nome do Conselho de Administração, agradeço a confiança, o apoio contínuo e o engajamento de todos que fazem parte desta trajetória. Seguimos comprometidos com a construção de uma Companhia cada vez mais eficiente, responsável e geradora de valor no longo prazo.

Esse compromisso com a disciplina norteia a nossa estrutura de governança corporativa. Acreditamos que uma governança sólida é um dos **elementos centrais para a sustentabilidade do negócio.**

Nelson de Queiroz

Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE



Em dezembro, registramos uma produção de 155,8 mil barris de óleo por dia, **o maior patamar da história da Companhia.**

Prezados acionistas,

O ano de 2025 foi um período de avanços significativos, adversidades superadas e crescimento consistente para a PRIO. Em um cenário global mais volátil, mantivemos o foco naquilo que sempre nos guiou: disciplina operacional, controle rigoroso de custos e alocação eficiente de capital. Essa combinação nos permitiu crescer com consistência ao longo da última década e nos guiará para o futuro.

Mesmo em um cenário desafiador, progredimos de forma consistente em nossas principais frentes. Conquistamos licenças ambientais necessárias, evoluímos de maneira significativa no desenvolvimento de Wahoo, ampliamos nossa posição em Peregrino e registramos avanços relevantes em Polvo, Tubarão Martelo, Frade e Albacora Leste, com melhoria contínua dos níveis de eficiência operacional.

Encerramos o ano com resultados expressivos e, em dezembro, registramos uma produção de 155,8 mil barris de óleo por dia, o maior patamar da história da Companhia, reflexo direto do ganho de escala e da maturidade da nossa capacidade de execução.

No campo estratégico, demos um passo transformacional com Peregrino, reforçando nossa estratégia de criação de valor por meio de alocações disciplinadas de capital. Em maio, anunciamos a aquisição dos 60%

remanescentes do campo e de sua operação. Ao longo do ano, avançamos nas etapas relevantes do *closing* da primeira fase da transação e antecipamos a assunção de 40% da participação e da operação, concluída em novembro, com início imediato da captura de sinergias operacionais.

Ao longo de 2025, também fortalecemos nossa estrutura de capital. Mantivemos uma posição financeira sólida e compatível com nosso perfil, sendo reconhecidos com *upgrades* de *rating* pelas agências S&P, Fitch e Moody's. No mesmo período, realizamos emissões de dívida que alongaram o perfil de vencimentos, reforçaram a liquidez e garantiram flexibilidade financeira para sustentar as perspectivas de crescimento da Companhia.

Nossa estratégia comercial também se provou eficiente em um ambiente de maior volatilidade. Registramos volumes elevados de vendas e negociamos nossos barris a níveis competitivos de desconto, demonstrando a capacidade da PRIO de capturar valor mesmo em cenários adversos.

E sabemos que nada disso seria possível sem as pessoas.

O principal diferencial da PRIO continua sendo a nossa cultura – Pessoas, Resultados, Inconformismo e Ousadia – que orienta decisões, define prioridades e sustenta

a execução da nossa estratégia. Em 2025, reforçamos esse compromisso e renovamos nossos votos com os valores que nos movem: temos clareza de que a cultura que nos trouxe até aqui é a que nos levará adiante. Essa visão se materializa no fato de mais de 90% dos nossos colaboradores serem acionistas da Companhia, o que fortalece o senso de dono, o alinhamento a longo prazo e a responsabilidade com resultados.

Seguimos avançando também na agenda de sustentabilidade, parte integrante do nosso negócio. Em 2025, ampliamos as iniciativas de impacto por meio da plataforma de patrocínios I ❤️ PRIO e lançamos o Instituto PRIO, com foco em projetos ligados à biodiversidade, educação ambiental e economia do mar. Mantivemos ainda investimentos contínuos em segurança, bem-estar e desenvolvimento do nosso time, pois acreditamos que excelência operacional e geração de valor de longo prazo começam por uma operação segura e pessoas bem preparadas.

Encerramos 2025 com bases ainda mais sólidas para o próximo ciclo. Entramos em 2026 com mais escala, ativos mais eficientes, projetos relevantes em desenvolvimento e uma estrutura financeira preparada para sustentar crescimento com disciplina.

Agradeço aos nossos colaboradores pela dedicação, aos investidores pela confiança e à sociedade pelo apoio contínuo. Seguimos comprometidos em executar com excelência e gerar valor sustentável, certos de que saímos deste ciclo mais confiantes do que nunca na capacidade de entrega da PRIO e ainda mais preparados para o futuro.

Registramos volumes elevados de vendas e negociamos nossos barris a níveis competitivos de desconto, **demonstrando a capacidade da PRIO de capturar valor** mesmo em cenários adversos.

Roberto Bernardes Monteiro
CEO

QUEM SOMOS E ONDE ESTAMOS

Somos a maior operadora independente no setor de óleo e gás do Brasil. Especializados na revitalização de campos maduros e na melhoria contínua da eficiência operacional, iniciamos nossas atividades em 2015, com menos de 100 colaboradores, sob o nome de PetroRio. Em 2022, consolidamos nossa identidade e passamos a adotar oficialmente o nome PRIO.

■ Ativos PRIO



Atualmente, contamos com 1.099 colaboradores comprometidos com a busca ininterrupta por excelência operacional, disciplina de capital e geração de valor sustentável. Nosso time é orientado por uma cultura que valoriza desempenho, inovação e responsabilidade, tendo a segurança e a eficiência como pilares fundamentais de atuação.

Buscamos construir um legado positivo e duradouro, pautado pela transformação de realidades, pelo cuidado com o meio ambiente e pela disposição constante de desafiar o *status quo*. É essa ambição de fazer melhor, de ir além e de questionar o comum que impulsiona nossas decisões e orienta o nosso negócio.



Campos de Polvo e Tubarão Martelo

Detemos 100% das concessões de Polvo e Tubarão Martelo, operando o *cluster* com o FPSO Bravo e a plataforma fixa Polvo A.



Campos de Frade e Wahoo

Detemos 100%¹ da concessão de Frade e da concessão de Wahoo (ativo em desenvolvimento), no qual operamos com o FPSO Valente.



Campos de Peregrino e Pitangola

Detemos 80%² das concessões de Peregrino e Pitangola, operando os campos com o FPSO Peregrino e três plataformas fixas (Peregrino A, B e C).



Campo de Albacora Leste

Detemos 90% da concessão e operamos o ativo através do FPSO Forte.

¹ Considerando o perímetro de desenvolvimento, nos termos da decisão arbitral proferida em abril de 2024, que reconheceu a PRIO como detentora de 100% do direito econômico sobre o óleo produzido no Projeto Wahoo.

² Em dezembro de 2024, a Companhia alcançou marco relevante com a aquisição de 40% de participação no Campo de Peregrino. Em maio de 2025, foram celebrados contratos para a aquisição da participação remanescente de 60% e da operação do Campo de Peregrino, estruturados em duas transações independentes: a primeira referente a 40% da participação e à operação do ativo, e a segunda aos 20% remanescentes. Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a primeira etapa da transação, adquirindo 40% da participação e a operação do ativo, o que resultou na incorporação de aproximadamente 40 mil barris de óleo à sua produção diária e consolidou a detenção de 80% do ativo.

Campo de Polvo (100%)

Primeiro ativo de produção da Companhia. Em 2015, nos tornamos detentores de 100% do campo e da infraestrutura associada. No ano seguinte, foi iniciado o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Polvo, estruturado em três fases de revitalização, implementadas nos anos de 2016, 2018 e 2020. Na primeira fase, em 2016, investimos mais de US\$ 11 milhões com o objetivo de ampliar a eficiência de extração, o que resultou em um aumento significativo da produção de óleo. Em 2018, como parte da segunda fase do plano, foram perfurados três novos poços, acrescentando aproximadamente 5 mil barris por dia à produção do campo. Com a terceira fase de revitalização, realizada entre 2019 e 2020, alcançamos o pico de reservas 1P (provadas) e estendemos a vida útil do campo até 2035 (conforme certificação de

2026). Em 2021, concluímos o primeiro projeto de *tieback* realizado por uma operadora independente no Brasil, conectando o Campo de Polvo ao Campo de Tubarão Martelo. Ainda em 2021, foi concluída a perfuração do poço POL-K, no reservatório do Eoceno, que adicionou aproximadamente 2.500 barris por dia à produção do campo. Em 2023, perfuramos um novo poço no reservatório do Eoceno, POL-Q, que acrescentou aproximadamente 15% ao volume médio diário de produção do campo. Em 2025, foi perfurado o poço POL-GY, que iniciou sua operação em 18 de dezembro, com produção inicial de aproximadamente 1.500 barris por dia. Atualmente, a Companhia avalia novas campanhas de perfuração e estratégias adicionais com foco na otimização de custos operacionais, na maximização do fator de recuperação e na extensão da vida produtiva do ativo.

Campo de Tubarão Martelo (100%)

Em 2020, adquirimos o FPSO Bravo e 80% de participação no Campo de Tubarão Martelo, assumindo a operação do ativo e passando a deter direito econômico sobre aproximadamente 95% do petróleo produzido. Em 2021, com a conclusão do projeto de *tieback* entre os Campos de Tubarão Martelo e Polvo, foi possível estender a vida útil do campo até 2035, além de capturar sinergias operacionais relevantes entre os ativos. Ao longo de 2022, implementamos melhorias no sistema de energia do FPSO Bravo que resultaram em ganhos de eficiência operacional e benefícios ambientais, tendo a integração operacional entre os Campos de Tubarão Martelo e Polvo contribuído para a redução de custos e para o impacto positivo sobre os níveis de produção do *cluster*. Em 2023, com a conclusão da aquisição do Grupo Dommo, a Companhia passou a deter 100% de participação no Campo de Tubarão Martelo, consolidando integralmente a propriedade e a operação do ativo.

■ **4,7 milhões de barris**
vendidos em 2025

■ **12,7 mil barris**
produção média diária em 2025

■ **35,6 milhões de barris**
reservas 1P 2026 do *cluster* TBMT + Polvo

■ **2035**
previsão de abandono do *cluster* TBMT + Polvo



Campo de Frade (100%)

Após a aquisição gradual de participações de outros operadores entre os anos de 2019 e 2021, a Companhia passou a deter 100% de participação no Campo de Frade e na infraestrutura associada, incluindo o FPSO Valente, com capacidade de processamento de até 100 mil barris de óleo por dia e capacidade de armazenamento de aproximadamente 1,5 milhão de barris. Em 2022, executamos a primeira fase do Plano de Revitalização do Campo de Frade, o que resultou na duplicação da produção, na redução significativa das emissões de CO₂ e na extensão da vida útil do campo até 2040. A segunda fase do Plano de Revitalização foi concluída em julho de 2023. Atualmente, a Companhia avalia a viabilidade técnica e econômica de dar início à terceira fase do plano, com foco na maximização do fator de recuperação, na eficiência operacional e na continuidade da geração de valor do ativo.

■ **10,8 milhões de barris**
vendidos em 2025

■ **31,4 mil barris**
produção média diária em 2025

■ **232,5 milhões de barris**
reservas 1P 2026 do *cluster* Frade + Wahoo

■ **2052**
previsão de abandono do *cluster* Frade + Wahoo

Campo de Wahoo (100%¹)

O Campo de Wahoo possui reservas economicamente recuperáveis classificadas como 1P (provadas) de aproximadamente 122 milhões de barris de petróleo, localizadas na camada pré-sal. Ao longo de 2021, conquistamos 64,3% de participação no Campo de Wahoo, com o objetivo de iniciar o nosso primeiro projeto de desenvolvimento de um ativo mediante a implementação de um *subsea tieback* com o Campo de Frade. Em abril de 2024, a Câmara de Comércio Internacional (ICC) proferiu a decisão favorável no procedimento arbitral relacionado ao Campo de Wahoo, reconhecendo o direito econômico da PRIO sobre 100% do óleo produzido no projeto.

Em fevereiro de 2025, obtivemos junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Licença de Perfuração

e demos início à Campanha de Perfuração do Campo, que contempla a perfuração de quatro poços produtores e dois poços injetores. Ainda em 2025, após a obtenção da Licença de Instalação em setembro, iniciamos as atividades de construção submarina e o *tieback* interligando os poços de Wahoo com o FPSO Valente no Campo de Frade. A construção do *tieback* foi finalizada em janeiro de 2026 e, até o momento, foram concluídos três poços produtores (dois em 2025 e um em 2026), estando em curso a perfuração do quarto poço.

Em março de 2026, foi concedida a Licença de Operação do projeto, concluindo a última etapa do processo regulatório para o início das atividades produtivas. O ativo encontra-se atualmente em fase final de comissionamento, com início de produção previsto para ocorrer no curto prazo.

¹ Considerando o perímetro de desenvolvimento, nos termos da decisão arbitral proferida em abril de 2024, que reconheceu a PRIO como detentora de 100% do direito econômico sobre o óleo produzido no projeto Wahoo.



Campo de Albacora Leste (90%)

Em abril de 2022, alcançamos um marco histórico ao iniciar tratativas para a aquisição de 90% da participação e operação do Campo de Albacora Leste, até então detido pela Petrobras, sendo a primeira transação desse tipo entre as duas companhias brasileiras. Em janeiro de 2023, a aquisição foi concluída e assumimos a operação do ativo. Atualmente, a Companhia está finalizando estudos para que, após as aprovações regulatórias necessárias, inicie a Campanha de Perfuração no campo.

■ **8,9 milhões de barris**
vendidos em 2025

■ **25,2 mil barris**
produção média diária em 2025

■ **273,4 milhões de barris**
reservas 1P 2026 do Campo de Albacora Leste

■ **2049**
previsão de abandono do Campo de Albacora Leste



Campos de Peregrino e Pitangola (80%²)

O Campo de Peregrino, localizado na Bacia de Campos, iniciou sua produção em 2011 e consolidou-se como um dos ativos mais relevantes da indústria brasileira de óleo e gás. A produção é realizada por meio do FPSO Peregrino, unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência com capacidade de processamento de até 110 mil barris de óleo por dia e 300 mil barris de água por dia. O campo conta com 31 poços produtores e 5 poços injetores, sustentando um patamar expressivo de produção média de aproximadamente 100 mil barris de óleo por dia, evidenciando sua relevância para a produção nacional. Atualmente, a Companhia atua como operadora e detém 80% de participação no campo, permanecendo a aquisição dos 20% remanescentes condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes para a conclusão da transação.

² Em dezembro de 2024, a Companhia alcançou marco relevante com a aquisição de 40% de participação no Campo de Peregrino. Em maio de 2025, foram celebrados contratos para a aquisição da participação remanescente de 60% e da operação do Campo de Peregrino, estruturados em duas transações independentes: a primeira referente a 40% da participação e à operação do ativo, e a segunda aos 20% remanescentes. Em novembro de 2025, a Companhia concluiu a primeira etapa da transação, adquirindo 40% da participação e a operação do ativo, o que consolidou a PRIO com uma participação total de 80% nos campos, que contribuem atualmente com 80 mil barris diários para a produção da Companhia.



■ **13,4 milhões de barris**
vendidos em 2025

■ **62,8 mil barris**
produção média diária em 2025

■ **215,8 milhões de barris**
reservas 1P 2026 dos Campos de
Peregrino e Pitangola

■ **2038**
previsão de abandono dos
Campos de Peregrino e Pitangola

NOSSOS DESTAQUES EM 2025



Produção média de
106,4 mil barris
por dia



Vendas recorde de
37,8 milhões
de barris



Receita total de
US\$ 2,5 bilhões



EBITDA ajustado
(Ex-IFRS 16) de
US\$ 1,4 bilhão



Lucro líquido (Ex-IFRS 16) de
US\$ 405 milhões



US\$ 75 milhões
em **recompra** de ações
no ano

Início do **desenvolvimento**
do Campo de Wahoo



Closing da aquisição de
participação de 40% e
operação nos **Campos de**
Peregrino e Pitangola



Eficiência operacional
em Albacora Leste



Captação de **US\$ 700 milhões**
em *bonds* e de **US\$ 745**
milhões em debêntures locais



Upgrades de Rating pela
Fitch e S&P Global



Revisão de **políticas**
institucionais e criação da
Política de Direitos Humanos



Mais informações sobre os destaques financeiros e operacionais de 2025 podem ser encontradas na subseção "1. Apreciação das Demonstrações Financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025", na [página 47](#).

EFICIÊNCIA É O NOSSO CAMPO

Na PRIO, o nosso modelo de negócios é baseado em três pilares fundamentais: **otimização de custos**, **gestão de reservatórios** e **execução disciplinada de campanhas de redensolvimento de campos maduros**. Nossa estratégia permite otimizar o retorno de longo prazo sobre o capital investido a partir do desenvolvimento estratégico do nosso portfólio de ativos e da identificação de oportunidades para aumentar a eficiência na produção dos nossos campos e estender sua vida útil.

No âmbito operacional, apresentamos uma trajetória consistente de crescimento orgânico, apoiada por planos claramente definidos para o desenvolvimento e a execução de novos projetos. Avaliamos de modo contínuo oportunidades de aquisição que agreguem valor ao portfólio, e iniciativas voltadas à redução da intensidade de carbono e ao aprimoramento do desempenho ambiental das nossas operações.

Nosso compromisso com a eficiência e segurança nas operações orienta nossa estratégia, possibilita nosso progresso e nos **permitirá cumprir nossas metas e ambições.**



Transformando estratégia em desempenho

A aplicação consistente dos nossos pilares permitiu à PRIO transformar estratégia em desempenho. Ao longo da última década, a Companhia registrou crescimento expressivo de produção, combinado a uma estrutura de custos competitiva e a uma abordagem rigorosa na alocação de capital.

No decorrer de 2025, a Companhia avançou na execução de projetos relevantes para sua trajetória de crescimento e geração de valor. O início do desenvolvimento do Campo de Wahoo foi um dos principais marcos dessa evolução, destacando a capacidade da Companhia de empregar soluções técnicas eficientes que maximizam valor na produção.

Desenvolvido na Bacia de Campos, o Projeto Wahoo foi estruturado por meio de uma solução de *tieback* ao FPSO Valente, estratégia que permite o desenvolvimento do ativo com aproveitamento otimizado da infraestrutura existente. Desde a aquisição do campo, em 2021, a PRIO avançou de forma consistente nas etapas de engenharia e contratação dos sistemas submarinos. Em 2025, após a obtenção das aprovações regulatórias necessárias, o projeto entrou efetivamente em fase de desenvolvimento, com o início da perfuração dos poços e da instalação dos sistemas submarinos.

Em paralelo, a Companhia seguiu explorando oportunidades de novas perfurações em seus campos em produção. Em 2025, foi realizada a perfuração de um novo poço no Campo de Polvo, como parte da nossa estratégia de maximização de valor dos ativos em produção.

Além do desenvolvimento dos ativos, a PRIO se manteve focada na identificação de oportunidades de alocação de capital capazes de ampliar escala e capturar sinergias operacionais com o portfólio já existente. No último ano, a Companhia deu continuidade ao movimento iniciado em 2024, quando adquiriu 40% de participação no Campo de Peregrino, e se posicionou de forma estratégica para expansão da sua participação no ativo.

Em maio de 2025, foram celebrados contratos para a aquisição da participação remanescente de 60% e da operação do campo. Em novembro de 2025, a primeira etapa dessa transação foi concluída, com a transferência da operação e da participação de 40%, consolidando 80% do ativo.

Essa transação representou um marco importante, com a aplicação do nosso modelo de gestão em um ativo de grande porte, com elevada capacidade produtiva e significativo potencial de geração de valor. Na condição de operadora, a Companhia passou a implementar iniciativas voltadas à otimização de custos, à captura de sinergias operacionais e ao aumento da eficiência operacional do campo.

A Companhia seguiu **explorando oportunidades de novas perfurações** em seus campos em produção.



Prontidão operacional como diferencial competitivo

Adotamos uma estratégia de integração vertical dos serviços essenciais para a produção de petróleo e gás natural a partir da gestão direta de equipamentos estratégicos, como sondas semissubmersíveis e embarcações de apoio, que são fundamentais nas campanhas de perfuração e em *workovers*. Atualmente, contamos com a sonda Hunter Queen, em operação desde setembro de 2023, e o PLSV (*Pipe Laying Support Vessel*) Genesis I, em operação desde fevereiro de 2024. Além disso, contamos também com sondas instaladas nas plataformas fixas do Campo de Polvo e nas três plataformas fixas do Campo de Peregrino, ampliando a autonomia operacional da Companhia e contribuindo para maior eficiência na execução das atividades *offshore*.

Essa abordagem de verticalização é um pilar essencial da nossa estratégia, assegurando maior agilidade, previsibilidade e eficiência na manutenção e recuperação da produção. O aumento da complexidade dos nossos projetos, especialmente em ambientes de águas profundas, reforça a importância de um modelo integrado e preventivo. Nesse contexto, a gestão de prontidão permite que a Companhia mantenha materiais, equipamentos e recursos críticos disponíveis, otimizando a eficiência das operações e possibilitando respostas céleres na correção de eventuais falhas ou ineficiências identificadas.

Um exemplo desse compromisso com a prontidão operacional foi a execução dos *workovers* dos poços TBMT-10H e TBMT-4H, entre maio e junho de 2025, conduzidos com a sonda Hunter Queen. Após a anuência do órgão regulador para a substituição das bombas submersíveis, concedida em abril, mobilizamos imediatamente nossos recursos, garantindo o posicionamento tempestivo dos materiais e da sonda para a execução ágil das intervenções necessárias. Como resultado, garantimos a continuidade da produção e a estabilidade operacional do *cluster*, reforçando nossa capacidade de resposta e gestão proativa dos ativos. Com os *workovers*, o *cluster* voltou a produzir aproximadamente 15 mil barris por dia, em comparação com os cerca de 11 mil barris registrados antes das intervenções.

Ao mesmo tempo que utilizamos essa estratégia para manutenção da nossa eficiência operacional, ao longo de 2025 também empregamos os ativos da



Companhia com o objetivo de maximizar a eficiência de custos no desenvolvimento do Projeto Wahoo. A sonda Hunter Queen também conduziu a Campanha de Perfuração do campo, iniciada no primeiro trimestre de 2025, com três poços produtores concluídos até momento, contribuindo para uma redução aproximada de 60% no *daily cost* em comparação com as sondas contratadas no mercado. Já o PLSV Genesis I desempenhou papel central nas atividades de construção submarina, iniciadas em outubro de 2025.

Alcance Global: Comercialização estratégica de petróleo em mais de 80 operações de *offloading*

Nosso *trading & shipping business* permanece no centro da integração e otimização em cadeias de valor da PRIO. Desde 2023, somos responsáveis pela comercialização do nosso próprio óleo e, em 2025, registramos a venda de aproximadamente 37,8 milhões de barris de óleo em mais de 80 operações de *offloading* para refinarias em diversas regiões do mundo. Nossos principais destinos incluem Ásia, Estados Unidos e Europa.

Por meio de nossa *trading company*, conduzimos análises estratégicas à maximização do valor do petróleo comercializado. Essas análises abrangem a identificação de refinarias compradoras, considerando fatores como demanda, localização geográfica, qualidade do óleo, fluxos comerciais e margens de refino. Nesse processo, monitoramos constantemente as condições de mercado e as práticas adotadas por pares do setor, permitindo a identificação de oportunidades de otimização.

Acreditamos fortemente que o negócio de *trading & shipping* é um vetor relevante para a captura de eficiência ao longo da

cadeia de valor e para reforço da nossa posição no mercado. Nesse contexto, uma das principais estratégias adotadas foi o uso de VLCCs (*Very Large Crude Carrier*) nas operações de entrega de óleo. Desde 2023, a ampliação do número de VLCCs utilizados em nossas operações proporcionou ganhos relevantes de escala, redução de custos logísticos e maior flexibilidade comercial.

Em 2024, alcançamos a capacidade de carregar até um milhão de barris diretamente do FPSO Valente para um VLCC, eliminando etapas intermediárias e reduzindo custos associados a operações de *ship-to-ship* (STS). Em 2025, foram conduzidos estudos para replicar esse mesmo modelo em outros FPSOs *Turret Moored* do portfólio, com o objetivo de ampliar os ganhos de eficiência já obtidos em Frade. Em paralelo, no mesmo período, a Companhia manteve um esforço contínuo de diversificação da base de clientes, ampliando as alternativas comerciais e favorecendo melhores condições de preço e maior flexibilidade na alocação dos volumes comercializados.

Nosso foco em desempenho, disciplina e segurança impulsiona escolhas claras sobre onde podemos **criar mais valor para nossos investidores e stakeholders.**

COMO GERAMOS E COMPARTILHAMOS VALOR

Nosso propósito

Na vanguarda da indústria independente de óleo e gás brasileira e comprometidos em consolidar posição relevante no mercado global de produtoras independentes, desafiamos limites e transformamos o que parecia inatingível em realidade ao longo dos recém completados 11 anos de trajetória.

Movidos pela disposição de desafiar o *status quo* e buscar soluções eficientes, nossos valores são expressos pelas quatro energias que orientam nossa cultura e a forma como interagimos com nossos *stakeholders* e parceiros: Pessoas, Resultados, Inconformismo e Ousadia.



PESSOAS



Nos conectamos, adaptamos, aprendemos e crescemos juntos.



RESULTADOS



Somos obcecados por excelência e alta performance.



INCONFORMISMO



Se fizer sentido, a gente faz diferente.



OUSADIA



Sonhamos grande e temos um plano a ser executado.



Cultura PRIO

A cultura da PRIO é um ativo inegociável e se sustenta em uma mentalidade de dono, com foco rigoroso em resultados e visão de longo prazo. Somos movidos por profissionais éticos e comprometidos, que agem com senso de responsabilidade e alinhamento aos objetivos do negócio.

Direcionados pelo nosso propósito, acreditamos que crescimento consistente só é possível com responsabilidade, mérito e alinhamento entre esforço, entrega e recompensa. Nosso inconformismo nos impulsiona a questionar o óbvio e transformar cenários adversos em resultados concretos, sempre com ousadia responsável e preparo técnico.

Na PRIO, cultura não é discurso: é prática diária, refletida na forma como decidimos, executamos e nos relacionamos. Valorizamos disciplina de capital, eficiência operacional, rigor técnico e prioridade absoluta com a segurança das pessoas e dos ativos, com decisões baseadas em critérios objetivos e na geração de valor sustentável.

É essa coerência entre valores, comportamento e resultados que preserva nossa essência e garante um crescimento sólido, resiliente e sustentável ao longo do tempo. Acreditamos que o desempenho dos negócios está diretamente associado ao desenvolvimento de nossos profissionais, por isso promovemos um ambiente de trabalho seguro e saudável, com valores e comportamentos que fomentam nossa cultura organizacional entre nossos 1.099 colaboradores.



A Cultura PRIO ganha forma e se fortalece por meio dos resultados, projetos, decisões e programas da Companhia. Alguns exemplos que tangibilizam essa cultura estão listados abaixo:

Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário é um ritual anual que reforça o compromisso da Companhia com a disciplina financeira, sendo construído a partir de premissas pragmáticas e com a participação das diversas instâncias da organização. A definição do orçamento considera os objetivos do exercício, bem como os direcionadores de cultura, eficiência e senso de dono que orientam a atuação da PRIO.

A Cultura PRIO ganha forma **e se fortalece por meio dos resultados, projetos, decisões e programas da Companhia.**

Alinhamento de Longo Prazo

A remuneração variável da Companhia representa o principal instrumento de alinhamento entre os colaboradores, a Companhia e seus acionistas. Estruturada com metas desafiadoras de desempenho e mecanismos de retenção, essa remuneração incentiva decisões consistentes com a estratégia de longo prazo. Parte relevante da remuneração dos colaboradores é recebida ao longo de um ciclo de três anos, reforçando o vínculo entre desempenho, permanência e criação de valor em conjunto.

Em 2025, 95% dos colaboradores elegíveis converteram seus bônus em opções de compra de ações da PRIO no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, sendo que 70% optaram pela conversão integral. Esse nível de adesão evidencia a confiança na estratégia da PRIO, em seu desempenho e na geração de valor de longo prazo da Companhia.



PRIO Academy

Em fevereiro de 2025, a Companhia alcançou um marco relevante no fortalecimento de sua agenda de desenvolvimento de pessoas com o lançamento da sua Universidade Corporativa, a PRIO Academy. A iniciativa é composta por duas plataformas de gestão de aprendizagem (LMS), com finalidades complementares: uma dedicada à gestão dos treinamentos obrigatórios e outra voltada aos treinamentos de desenvolvimento. Os cursos, programas e treinamentos de capacitação interna foram estruturados a partir das Escolas de Aprendizagem da PRIO, organizadas conforme as principais temáticas de desenvolvimento da Companhia:

- **Escola de Excelência Técnica:** Focada no público *offshore* e áreas operacionais, o programa contempla trilhas de conteúdos focadas no desenvolvimento de conhecimentos técnicos específicos.
- **Escola Jeito PRIO:** Destinada a todos os colaboradores da Companhia, o programa reúne trilhas voltadas para o desenvolvimento comportamental, alinhamento cultural e institucional, fortalecendo a vivência dos valores e da Cultura PRIO.
- **Escola de Inovação e Negócios:** Voltada para todos os colaboradores, são oferecidas trilhas de aprendizagem focadas no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o negócio da PRIO, considerando os desafios do cenário atual e as demandas futuras da Companhia.
- **Escola de Liderança:** Direcionada à formação e ao desenvolvimento de líderes, bem como de colaboradores mapeados como sucessores, essa escola contempla trilhas de desenvolvimento profissional com foco em liderança e gestão de pessoas.

Dojo de Liderança e PRIO OPS

No intuito de reforçar a importância de clareza na definição de papéis e responsabilidades, foram criados o Dojo de Liderança e o PRIO OPS, agendas anuais focadas em desenvolver as lideranças da Companhia, cascadeando os pilares de cultura, estratégias de negócio e pertencimento.

**A NOSSA CULTURA
NOS TROUXE ATÉ AQUI
E NOS LEVARÁ ADIANTE**



I ♥ PRIO

NOSSO LEGADO É A TRANSFORMAÇÃO



Na PRIO, o que nos move não é apenas a energia que vem do mar, mas o impacto positivo que podemos gerar em terra firme. Acreditamos que criação e compartilhamento de valor, eficiência operacional e sucesso financeiro estão diretamente interligados. Embora nossa missão inclua o crescimento sustentável e a maximização da eficiência produtiva, temos plena convicção de que nosso negócio é, acima de tudo, feito de pessoas: **ossos colaboradores, nossos investidores e a sociedade em que estamos inseridos.**

Ao integrar práticas ESG (ambiental, social e de governança, na sigla em inglês) às nossas operações diárias, incorporamos em nosso DNA o compromisso de impulsionar iniciativas que gerem impacto positivo e duradouro. Por meio da plataforma I ♥ PRIO, reafirmamos nosso propósito de deixar um legado positivo, promovendo ações transformadoras alinhadas aos valores e à estratégia da Companhia.

Mais do que uma Companhia de óleo e gás, buscamos ser reconhecidos pela qualidade do valor que entregamos à sociedade e pela consistência com que exercemos nossa realidade corporativa. Patrocinamos projetos que provocam, inspiram e mobilizam. Do esporte à cultura, da preservação ambiental à inclusão social, estamos onde a transformação acontece e onde ainda pode acontecer.

Nos últimos anos, destinamos mais de R\$ 100 milhões a aproximadamente 65 iniciativas em todo o Brasil. Projetos como o **Instituto Vini Jr**, **Rede Cruzada**, **Todos na Luta**, **Favela Brass** e **Dona de Si** vêm

transformando a vida de jovens e mulheres por meio da educação, do esporte e da música. No campo esportivo, apoiamos o **Instituto Tennis Route**, que utiliza o tênis como instrumento de formação cidadã e desenvolvimento de atletas profissionais e juvenis. Em 2025, a PRIO também ampliou o seu apoio à cultura, atuando como patrocinadora oficial do maior evento de arte e *design* da América Latina, a SP-Arte, que nesta edição reuniu 180 expositores e atraiu mais de 35 mil visitantes.

Ao longo do ano, avançamos de forma constante no pilar de responsabilidade social da plataforma I ♥ PRIO, com destaque para as seguintes iniciativas:



Consolidação do *cross-social*

Fortalecemos a integração entre investimentos sociais, engajamento de colaboradores e posicionamento institucional, por meio de ações estruturadas em eventos patrocinados pela Companhia.



Impulso I ♥ PRIO

Lançado em maio de 2025, o Impulso I ♥ PRIO é um programa pioneiro no setor de óleo e gás, que combina voluntariado corporativo e aceleração de projetos sociais. O programa conecta colaboradores da PRIO a organizações sociais apoiadas pela plataforma ou beneficiadas por nossos aportes, com foco em iniciativas ambientais. Desde o lançamento, o Impulso I ♥ PRIO resultou na aceleração de 10 organizações, com a participação de 35 colaboradores da PRIO como mentores voluntários, incluindo profissionais *offshore*, e viabilizou mais de R\$ 600 mil em captação de recursos, além de avanços relevantes em governança, sustentabilidade financeira e comunicação institucional das organizações apoiadas.



Natal Solidário

Em parceria com a Rede Cruzada, a iniciativa mobilizou mais de 50 colaboradores da Companhia, promovendo ações de revitalização e gerando impacto real na vida de crianças e adolescentes.

Em 2026, seguiremos apoiando e expandindo essas iniciativas, reafirmando nosso compromisso com a geração de impacto social positivo e com a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável.

Meio ambiente e Sustentabilidade

Na PRIO, não apenas falamos sobre sustentabilidade e meio ambiente, mas avaliamos constantemente onde estamos e, mais importante, o que podemos melhorar. O sucesso do nosso negócio tem raiz na utilização eficiente de recursos: atuamos em campos maduros e permanecemos dedicados a incorporar as mais avançadas práticas de engenharia para revitalizar tais ativos, estimulando inovações e garantindo o crescimento contínuo da produção de forma sustentável.

Operamos de maneira responsável, buscando continuamente melhorar o nosso desempenho operacional e ambiental, atuando de forma preventiva e corretiva para minimizar impactos adversos que nossas atividades possam causar ao meio ambiente. Empenhamos esforços permanentes na redução das emissões de gases de efeito estufa, no uso racional de insumos e na condução de uma operação cada vez mais eficiente, além de adotar gestão rigorosa de efluentes e resíduos, em conformidade com a legislação aplicável e com padrões reconhecidos de sustentabilidade.

Reconhecemos que a perenidade do nosso negócio está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das pessoas e das comunidades impactadas por nossas operações. Nesse sentido, promovemos iniciativas socioambientais orientadas à geração de valor compartilhado, baseadas no diálogo, na colaboração e no respeito às especificidades locais. Esses compromissos estão refletidos de forma expressa no Código de Ética e Conduta da Companhia, que estabelece diretrizes relacionadas à responsabilidade ambiental, ao respeito às comunidades e à condução ética e responsável de nossas atividades.



Instituto PRIO

Lançado em 2025, o Instituto PRIO, constituído como uma associação sem fins lucrativos e dotado de governança própria, consolida e expande a atuação da PRIO na agenda socioambiental, estruturando uma plataforma dedicada à geração de impacto positivo, com visão estratégica, eficiência e foco em resultados de longo prazo.

A criação do Instituto representa um avanço relevante na estratégia de sustentabilidade da Companhia, ao estabelecer uma separação clara e funcional entre as iniciativas socioambientais – agora concentradas no Instituto – e os projetos culturais desenvolvidos no âmbito da plataforma I ♥ PRIO. Essa organização permite maior especialização, escala e consistência na condução de cada frente, potencializando o impacto das ações, aprimorando a governança e reforçando o alinhamento com as melhores práticas de mercado.

Com essa estrutura, a PRIO fortalece sua capacidade de gerar valor compartilhado, ampliando o alcance e a efetividade de suas

iniciativas socioambientais, ao mesmo tempo em que consolida um modelo de atuação responsável, transparente e orientado à criação de legado nos territórios em que atua.

Com atuação inicial concentrada no estado do Rio de Janeiro, o Instituto PRIO irá estruturar suas atividades em três principais frentes: educação ambiental, biodiversidade e clima, e economia do mar. As atividades terão início a partir de programas já conduzidos pela área de Sustentabilidade da Companhia, como o Mar Atento – projeto voltado à capacitação de pescadores para atuação em situações de emergência ambiental.

A estratégia prevê, em um primeiro momento, a abertura de editais técnicos prioritários direcionados a projetos já apoiados pela Companhia, com potencial de expansão e continuidade, seguida do lançamento de chamadas públicas para novas iniciativas alinhadas à missão do Instituto.

Com este movimento, reafirmamos nosso compromisso com inovação, eficiência e legado positivo nos territórios onde estamos presentes, ao mesmo tempo que fortalecemos a governança e a gestão estruturada de nossos investimentos socioambientais.

Nosso compromisso



Inovação com propósito

Projetos que unem criatividade, ciência e impacto real.



Eficiência com impacto

Recursos bem aplicados e resultados mensuráveis.



Sustentabilidade com legado

Ações que permanecem e multiplicam benefícios.

TAC Frade

Em 2025, foram investidos mais de R\$ 15 milhões em 45 projetos voltados para todo litoral fluminense no que tange a educação ambiental, pesquisa marinha e pesqueira e apoio a Unidades de Conservação (UCs) do estado do Rio de Janeiro. Dentre os projetos apoiados destacamos os projetos no edital de Tecnologias Ambientais.

Tecnologias ambientais

Com foco na promoção de soluções sustentáveis nos territórios, o programa apoia a implementação e o aprimoramento de tecnologias ambientais em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. Ao todo, já foram investidos aproximadamente R\$ 5 milhões em 8 iniciativas distribuídas em 8 municípios.

Os projetos contemplam a adoção de energia fotovoltaica, mini-usinas hidrelétricas, biodigestores e outras soluções voltadas ao tratamento e à melhoria da qualidade da água.

Apoio as UCs

Para promover a conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha do estado do Rio de Janeiro, bem como o uso sustentável dos recursos pesqueiros no estado e o fortalecimento da pesca artesanal como estratégia de longo prazo, em 2025, foram aprovados 10 projetos, totalizando um investimento de mais de R\$ 4,5 milhões. Dentre os principais resultados alcançados no ano destaca-se a instalação da mini-usina hidrelétrica na comunidade de Martim de Sá, Paraty, na APA Cairuçu.

Conservação da Toninha

O projeto está alinhado às diretrizes do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Toninha, o golfinho costeiro mais ameaçado do Brasil, e apoia pesquisas sobre a ecologia do animal e sua mortalidade acidental por atividades pesqueiras na costa brasileira.

Pesquisa Marinha e Pesqueira

O projeto é importante aliado na busca por novas informações relacionadas à pesca e ao ambiente marinho do Rio de Janeiro.



Componente Manguezais

Esse subprojeto promove a conservação e o uso sustentável de áreas de manguezal no estado do Rio de Janeiro mediante apoio e implementação de projetos de pesquisa que sejam relevantes para a cadeia produtiva da pesca e para o bem-estar social das comunidades tradicionais.

Apoio às unidades de conservação

O projeto propõe a estruturação de nove unidades de conservação no litoral do estado do Rio de Janeiro e litoral norte do estado de São Paulo. Também inclui ações como a elaboração de planos de manejo, fortalecimento organizacional, capacitação de pescadores artesanais locais, sinalização e apoio à estrutura de visitação e ao funcionamento das unidades.

Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação

O PEA Rede Observação ocorre em nove municípios do Rio de Janeiro e em dois do Espírito Santo, abrangendo a área da Bacia de Campos. O programa oferece capacitações baseadas em métodos de educação popular, com o objetivo de fortalecer a participação de pessoas em situação de vulnerabilidade na gestão ambiental pública. Buscando ampliar ainda mais as oportunidades de desenvolvimento dos participantes, a PRIO passou a oferecer aulas de português e matemática para aqueles que tiverem interesse.



Nossa governança ESG

Reconhecemos a importância de que as lideranças da Companhia estejam devidamente preparadas para enfrentar desafios que transcendem as dimensões operacional e financeira do negócio. Por isso, nossa estrutura de governança foi concebida para identificar, gerenciar e supervisionar, de forma sistemática e integrada, os riscos e as oportunidades relacionados à sustentabilidade dos negócios, assegurando que a Administração exerça suas responsabilidades com efetividade e alinhada a questões socioambientais relevantes, como mudanças climáticas, direitos humanos e desenvolvimento social.

Nossa estrutura de governança fortalece a viabilidade de longo prazo dos negócios, promove uma cultura de conduta ética e responsável, e apoia o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuamos. Por meio do nosso Comitê

de Sustentabilidade, incorporamos uma pluralidade de perspectivas ao processo decisório, com atuação propositiva e orientada à aceleração da capacidade da PRIO de gerar impacto positivo para a sociedade e para nossos públicos de relacionamento: investidores, empregados, fornecedores e comunidades, em linha com as melhores práticas de governança corporativa.

No âmbito de suas atribuições, o Comitê apoia a definição e o acompanhamento de diretrizes, metas e iniciativas voltadas à gestão responsável dos impactos ambientais e sociais, à segurança operacional, ao fortalecimento das práticas ESG e ao alinhamento da estratégia corporativa às expectativas de longo prazo das partes interessadas, em consonância com as melhores práticas de mercado.

Informações adicionais sobre a composição e as atribuições do Comitê de Sustentabilidade encontram-se disponíveis na subseção **“Governança e Liderança”**, na [página 35](#).



Cuidar de si é cuidar de todos

Saúde e Bem-estar

Promovemos a saúde e o bem-estar dos colaboradores por meio de programas voltados à avaliação da saúde física e mental, incentivando boas práticas de prevenção, autocuidado e qualidade de vida. Realizamos exames médicos ocupacionais e, se necessário, elaboramos planos terapêuticos individuais para buscar a melhoria da saúde dos nossos colaboradores.

As nossas embarcações contam com serviços de assistência à saúde dos seus tripulantes, com enfermeiros capacitados que, periodicamente, recebem treinamentos sobre questões relacionadas aos riscos inerentes às atividades a bordo.

Como reconhecimento à consistência dessas práticas, a Companhia recebeu, em 2025, o Selo Prata em Saúde e

Segurança no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV).

Segurança

A segurança é tratada como valor fundamental e inegociável em todas as operações da Companhia. Para prevenir acidentes, a PRIO adota normas e padrões operacionais rigorosos e investe na capacitação de suas equipes, assegurando que as atividades sejam conduzidas com segurança, integridade e responsabilidade. O compromisso da Companhia é promover um ambiente de trabalho seguro, saudável e eficiente, garantindo que todos os colaboradores disponham das condições adequadas para desempenhar suas funções com excelência e bem-estar.

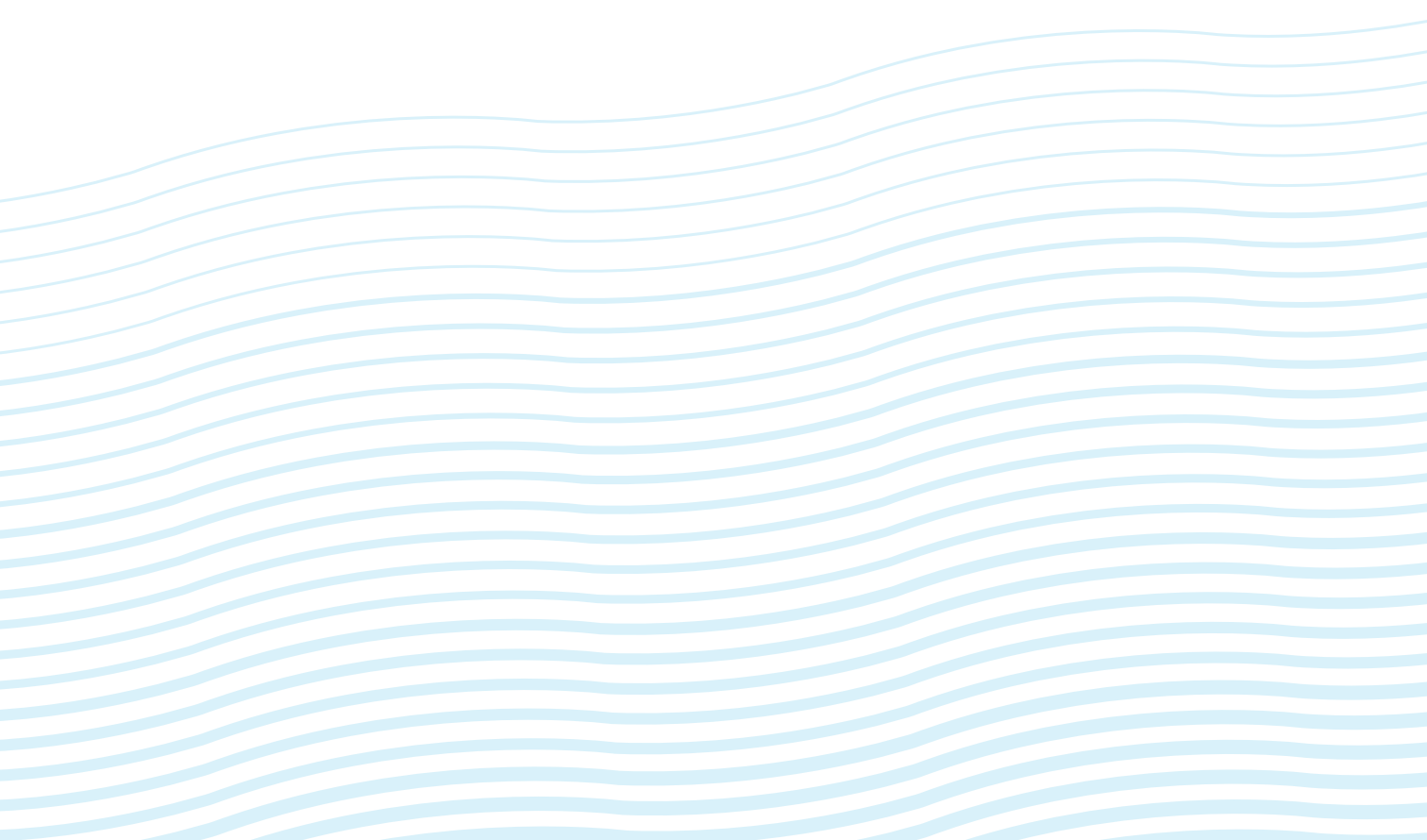


Com o objetivo de aprimorar continuamente o Sistema de Gestão de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS), foram implementadas iniciativas estratégicas, como o programa Princípios para Operação Segura, os Cartões de Observação e os Fundamentos de Segurança de Processos. Essas ações desempenharam papel central no fortalecimento da cultura de segurança e se refletiram na redução expressiva da Taxa de Acidentes Registráveis (TRIR), que passou de 3,63 em 2023 para 1,59 em 2024 e 0,72 em 2025.

Em conformidade com o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), a Companhia realizou treinamentos específicos para diferentes áreas da PRIO, abordando temas como cultura de segurança, conceitos fundamentais e regulamentos aplicáveis a cada departamento. Essas iniciativas asseguram que rotinas e práticas operacionais estejam alinhadas às diretrizes de segurança adotadas pela Companhia e às melhores práticas do setor.

Em abril de 2025, foi promovido o Mês da Segurança, sob o tema "*Cuidar de si é cuidar de todos*", reforçando o compromisso coletivo com a segurança por meio de diálogos abertos entre colaboradores e gestores voltados à identificação de oportunidades de melhoria. Como parte dessa agenda, foi realizado o Dia D da Segurança, envolvendo equipes *onshore* e *offshore* em um momento dedicado à reflexão e ao aprendizado sobre práticas de segurança operacional e corporativa.

Ao longo de 2025, os Fundamentos de Segurança de Processos foram reforçados por meio de campanhas internas, com o objetivo de consolidar o conhecimento dos colaboradores e mitigar a ocorrência de incidentes, contribuindo para maior segurança, confiabilidade e eficiência operacional. Como resultado dessas iniciativas, a Taxa de Eventos em Segurança de Processos (TESP 1) registrada em 2025 foi de 0.



GOVERNANÇA E LIDERANÇA



Sabemos que a transparência na gestão do nosso negócio é fundamental para fortalecer a confiança de investidores, colaboradores, parceiros comerciais e órgãos reguladores. Por esse motivo, seguimos comprometidos em manter uma estrutura organizacional orientada por princípios sólidos e papéis claramente definidos.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem aprimorando continuamente seu modelo de governança corporativa, incorporando à estrutura diretrizes robustas que orientam a condução dos negócios e asseguram a integração de pilares fundamentais — transparência, confiabilidade, responsabilidade ambiental e foco na segurança — às operações diárias.

Principais práticas em governança corporativa



Conselho de Administração composto por 50% de membros independentes

Avaliação de candidatos ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal pelo Comitê de Indicação



Comitê de Auditoria integralmente independente

Adoção de mecanismos estatutários de proteção a acionistas minoritários



Comitês de Assessoramento compostos majoritariamente por membros independentes

Diretrizes de participação acionária para membros do Conselho de Administração (aquisição e manutenção mandatória de ações da Companhia)



Adoção de critérios adicionais para caracterização de independência de membros do Conselho de Administração

Adoção de mecanismos estatutários para prevenção, identificação e mitigação de situações de conflito de interesses



Autoavaliação periódica do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês de Assessoramento

Engajamento com acionistas baseado em diálogo aberto e transparente



Taxa de participação de 99,2% nas reuniões do Conselho de Administração

Separação de papéis entre CEO e Presidente do Conselho de Administração



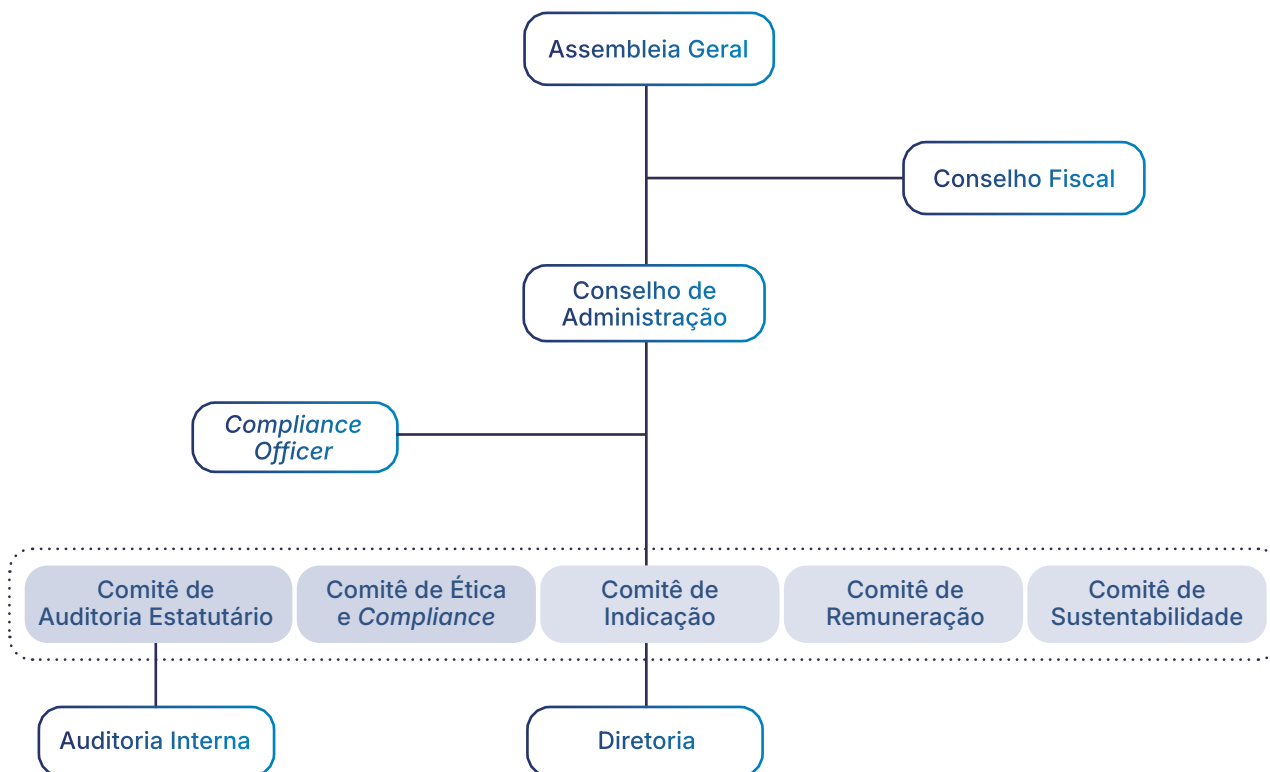
Estrutura de Governança da PRIO

Nossa estrutura de governança visa assegurar a transparência nos processos decisórios e garantir que a Companhia disponha de ferramentas eficazes para revisar, avaliar e tomar decisões alinhadas ao melhor interesse de nossos investidores e principais *stakeholders*, promovendo o alinhamento entre os interesses dos acionistas e da Administração, enquanto cumprimos as obrigações legais e regulatórias que nos são aplicáveis.

Em consonância com os requisitos normativos cabíveis e com diretrizes reconhecidas em governança corporativa, a PRIO adota a segregação das funções de Presidente do Conselho de Administração

e de Diretor Presidente. Acreditamos que a clara separação de papéis e a atribuição de responsabilidades distintas a cada uma dessas funções fortalecem o sistema de freios e contrapesos, aprimoram a supervisão da gestão executiva e favorecem uma comunicação mais eficiente entre os órgãos da administração sobre temas como governança corporativa, desenvolvimento da liderança, direcionamento estratégico, políticas de remuneração e desempenho da Companhia.

A estrutura de governança é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, Conselho Fiscal, *Compliance Officer*, Diretoria e Auditoria Interna.



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por, entre outras atribuições, supervisionar as diretrizes e os planos estratégicos da Companhia, monitorar seu desempenho econômico-financeiro e deliberar sobre políticas corporativas relevantes. Além disso, o Conselho exerce papel ativo na formulação, avaliação e revisão da estratégia corporativa de longo prazo e do plano de alocação de capital, sempre orientado à criação de valor sustentável para os acionistas.

Atuando diretamente ou por meio de seus Comitês de Assessoramento, o Conselho de Administração é responsável pela identificação, avaliação e supervisão dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta,

bem como pelo acompanhamento do seu desempenho. No cumprimento dessa atribuição, com o apoio dos Comitês, o Conselho analisa riscos associados às principais premissas econômicas e de mercado que fundamentam os planos de negócios da Companhia, incluindo estratégias de crescimento e fatores operacionais relacionados à condução de suas atividades cotidianas.

Nosso Conselho de Administração

Conheça abaixo os integrantes do nosso Conselho de Administração. O perfil completo de cada um deles pode ser consultado na subseção "4. Eleição dos membros do Conselho de Administração", na [página 54](#).



Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure

Presidente do Conselho de Administração desde 2020
Conselheiro desde 2019



Emiliano Fernandes Lourenço Gomes

Vice-presidente do Conselho de Administração desde 2020
Conselheiro desde 2019



Felipe Bueno da Silva

Conselheiro independente desde 2020



Felipe Villela Dias

Conselheiro independente desde 2020



Flávio Vianna Uilhôa Canto

Conselheiro desde 2022



Gustavo Rocha Gattass

Conselheiro independente desde 2020



Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo

Conselheira independente desde 2020



Roberto Bernardes Monteiro

Conselheiro desde 2019

Em 2025, o Conselho de Administração se reuniu **15** vezes, com taxa média de participação dos conselheiros de **99,2%**.

As principais matérias tratadas ao longo das reuniões do Conselho de Administração incluíram, entre outras:



Aprofundamento das discussões

relacionadas à governança corporativa, sustentabilidade, políticas de remuneração, alocação de capital, projetos estratégicos e inovação, com vistas a reforçar o alinhamento da estratégia da Companhia.



Coordenação da revisão de políticas e documentos institucionais,

com o fortalecimento da estrutura de governança corporativa da Companhia e o aprimoramento da sinergia entre os órgãos e demais agentes.



Monitoramento do desempenho orçamentário e operacional,

com foco na geração de caixa, na disciplina financeira e na alocação eficiente de capital.



Avaliação e o aprofundamento das políticas de remuneração,

incluindo discussões sobre mecanismos de alinhamento de interesses e políticas formais de retorno ao acionista, bem como a estruturação de novo programa de recompra, com foco na disciplina de capital, na otimização da estrutura de capital e na geração sustentável de valor aos acionistas.



Atuação ativa no processo de planejamento estratégico,

com acompanhamento da execução da estratégia de longo prazo, a definição de temas prioritários e o desdobramento de indicadores estratégicos em toda a organização.



O Conselho de Administração conta com o apoio de cinco Comitês de Assessoramento, cuja finalidade é proporcionar precisão e qualidade ao processo decisório e à execução da estratégia corporativa:



Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por emitir pareceres, propostas e recomendações ao Conselho de Administração relacionados às atividades de auditoria, aos sistemas de controles internos e às práticas corporativas da Companhia, de suas subsidiárias e controladas. Dentre suas principais atribuições, destacam-se a supervisão das atividades dos auditores independentes; a avaliação da adequação, independência e qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna e pelas demais áreas envolvidas na elaboração das demonstrações financeiras; o monitoramento da conformidade com os requisitos legais e regulatórios aplicáveis; bem como o acompanhamento das matérias relevantes de auditoria interna e do relacionamento institucional com o auditor independente.

O Comitê de Auditoria é composto exclusivamente por membros independentes, todos com comprovada experiência em assuntos contábeis, financeiros e de auditoria, em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Instalado em
26/02/2021

96,3%

Taxa de participação em 2025

Composição:

- Felipe Villela Dias (Coordenador)
- Anderson dos Santos Amorim
- Felipe Bueno da Silva



Comitê de Ética e Compliance

O Comitê de Ética e *Compliance* é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de *compliance* da Companhia, orientando e acompanhando a execução das ações consultivas, investigativas e educacionais necessárias à efetiva implementação e ao contínuo aprimoramento do Programa de Integridade.

Dentre suas principais atribuições, destacam-se o estabelecimento e a disseminação de critérios e diretrizes de boas práticas aplicáveis a administradores, colaboradores, sociedades controladas, parceiros de negócios e demais partes relacionadas, bem como o monitoramento da aderência às políticas internas, aos padrões éticos e às normas legais e regulatórias aplicáveis.

Instalado em
13/08/2019

95,8%

Taxa de participação em 2025

Composição:

- Emiliano Fernandes Lourenço Gomes (Coordenador)
- João Zanine Barroso
- Johanna T. Coelho Simões de Almeida
- Luiza de Mello Martin



Comitê de Indicação

O Comitê de Indicação é responsável pela identificação, análise e avaliação da elegibilidade de candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, com o objetivo de assegurar que os processos de nomeação e eleição estejam em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis, bem como com as disposições do Estatuto Social e as diretrizes estabelecidas na Política de Indicação da Companhia.

No exercício de suas atribuições, o Comitê de Indicação avalia, entre outros aspectos, a qualificação, a experiência, a reputação, a independência e a disponibilidade de tempo dos candidatos, contribuindo para a composição de órgãos de administração e fiscalização alinhados às necessidades estratégicas da Companhia e às exigências legais e regulatórias.

Instalado em
26/02/2021

100%

Taxa de participação em 2025

Composição:

- Felipe Bueno da Silva (Coordenador)
- Emiliano Fernandes Lourenço Gomes
- Rodrigo Pinheiro Bastos de Carvalho Vianna (*Compliance Officer*)



Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável pela análise, estruturação e elaboração de propostas relativas à fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, observadas as diretrizes legais, estatutárias e regulatórias aplicáveis. Sua principal atribuição consiste em assegurar que as políticas e práticas de remuneração estejam devidamente alinhadas à estratégia da Companhia, aos objetivos de curto, médio e longo prazos e à geração sustentável de valor, promovendo o adequado alinhamento de interesses entre administradores, acionistas e demais partes interessadas.

Instalado em
14/09/2023

100%

Taxa de participação em 2025

Composição:

- Felipe Bueno da Silva (Coordenador)
- Felipe Villela Dias
- Rodrigo Pinheiro Bastos de Carvalho Vianna (*Compliance Officer*)



Comitê de Sustentabilidade

O Comitê de Sustentabilidade é responsável pela análise, acompanhamento e deliberação de matérias relacionadas à sustentabilidade ambiental e social, bem como pela promoção de sua integração ao plano estratégico e aos processos decisórios da Companhia.

No âmbito de suas atribuições, o Comitê contribui para a definição de diretrizes, metas e iniciativas voltadas à gestão responsável de impactos ambientais e sociais, ao fortalecimento das práticas ESG e ao alinhamento da estratégia corporativa às expectativas de longo prazo das partes interessadas e às melhores práticas de mercado.

Instalado em
31/10/2023

100%

Taxa de participação em 2025

Composição:

- Milton Salgado Rangel Neto (Coordenador)
- Flávio Vianna Ulhôa Canto
- Gustavo Rocha Gattass

Diretoria

A Diretoria é responsável pela condução e execução da estratégia de negócios definida pelo Conselho de Administração, bem como pela administração dos negócios sociais em geral. No exercício de suas atribuições, a Diretoria atua com foco na excelência operacional e na gestão financeira eficiente, assegurando a implementação das principais diretrizes, iniciativas estratégicas e planos de ação da Companhia.

A Diretoria da PRIO é composta por quatro membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração para mandato bienal.

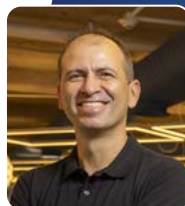
Nossa Diretoria

Conheça abaixo os integrantes da nossa Diretoria. O perfil completo de cada um deles pode ser consultado [aqui](#).



Roberto Bernardes Monteiro

Diretor Presidente desde 2020
Diretor de Relações com Investidores desde 2020



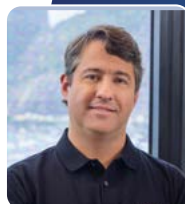
Francisco Francilmar Fernandes

Diretor de Operações desde 2019



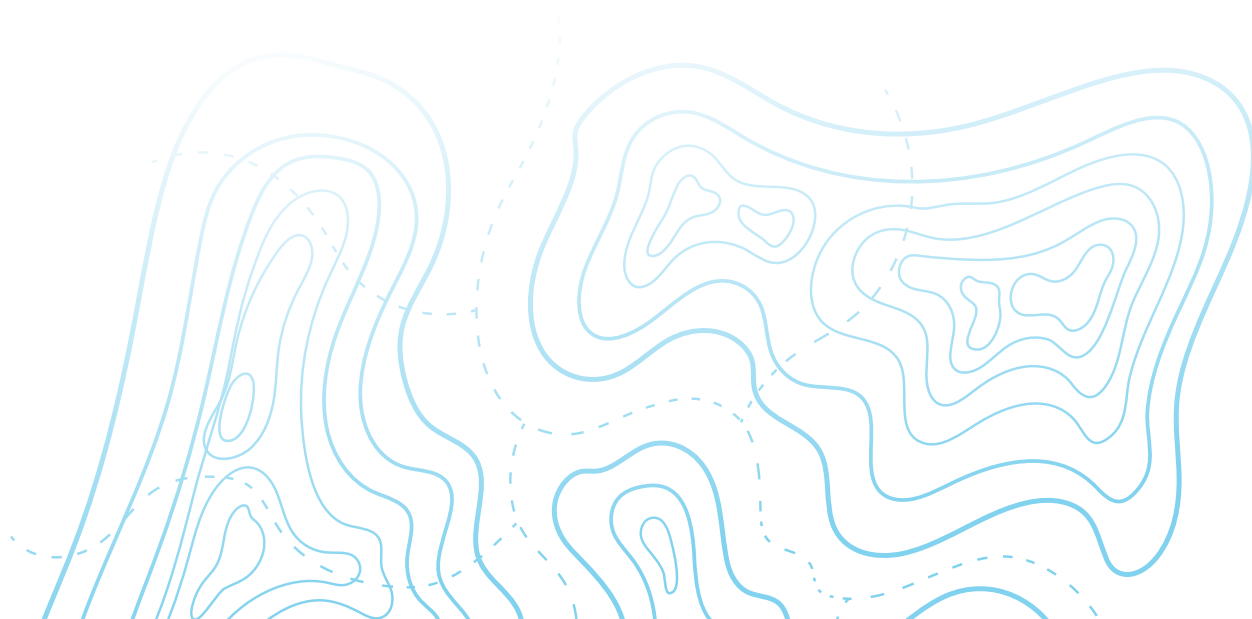
Milton Salgado Rangel Neto

Diretor Financeiro desde 2021



Bruno Lowndes Dale Cabral de Menezes

Diretor de Novos Negócios e Comercialização desde 2025



Conselho Fiscal

É o órgão de fiscalização formado por 3 membros titulares e respectivos suplentes, responsável pela supervisão da administração e do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, em consonância com a legislação vigente, os termos do Estatuto Social da Companhia e do seu próprio Regimento Interno.

O Conselho Fiscal se reuniu **10** vezes no exercício social de 2025, com uma taxa de participação de **100%**. Durante o exercício de 2025, o Conselho Fiscal atuou, principalmente, no exame de demonstrações financeiras, balanços trimestrais e demais documentos de sua competência encaminhados à Assembleia Geral, tendo também acompanhado temas relevantes à solidez e à sustentabilidade da Companhia, como o monitoramento de contingências jurídicas, o cenário econômico-financeiro e a execução orçamentária. Também foram objeto de supervisão e acompanhamento matérias relacionadas à cibersegurança, à conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e às práticas de integridade corporativa.

Mais informações sobre o Conselho Fiscal e a chapa proposta para o mandato de 2026 a 2027 podem ser encontradas na subseção "6. Eleição do Conselho Fiscal", na [página 73](#).

Compliance Officer

O *Compliance Officer* é responsável por assegurar a conformidade das atividades da Companhia com padrões éticos, políticas internas e a legislação aplicável em todas as jurisdições nas quais a PRIO atua. Com o apoio dos Comitês de Assessoramento, o *Compliance Officer* promove a cultura de ética e integridade na organização e gerencia a execução do Programa de Integridade da Companhia.

Entre suas principais atribuições, destacam-se: (i) a condução de processos de *due diligence* de integridade; (ii) a prevenção, o monitoramento e a mitigação de riscos de *compliance*; (iii) o planejamento e a supervisão de treinamentos; e (iv) a gestão do Canal de Integridade da PRIO.

O *Compliance Officer* reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, o que assegura sua autonomia e independência em relação às demais estruturas de gestão da Companhia.

Auditoria Interna

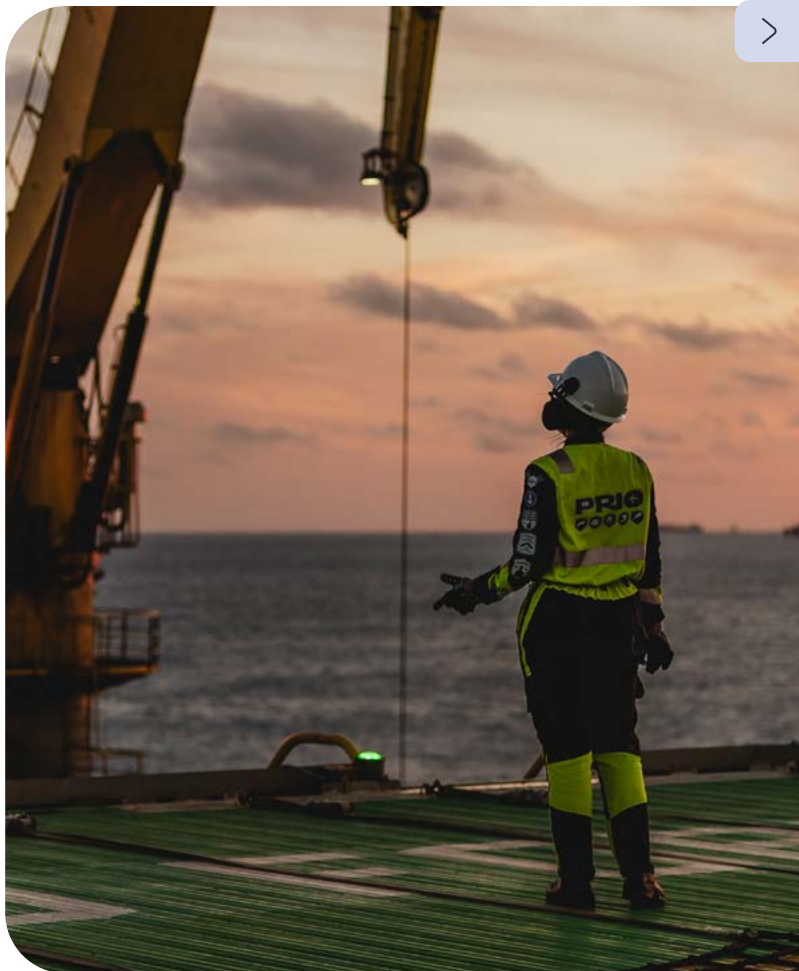
A Auditoria Interna constitui atividade independente, objetiva e sistemática, voltada à avaliação e à prestação de serviços de consultoria, com o propósito de agregar valor e aprimorar as operações da Companhia, bem como de suas controladas diretas e indiretas. Sua atuação fundamenta-se em abordagem disciplinada destinada a avaliar a eficiência e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles internos e das práticas de governança.

No exercício de suas atribuições, a Auditoria Interna tem como objetivo avaliar a qualidade e a adequação dos mecanismos de gestão de riscos, controle e governança corporativa, bem como prestar suporte consultivo por meio da emissão de análises técnicas e recomendações objetivas, contribuindo para o fortalecimento da gestão organizacional da Companhia.

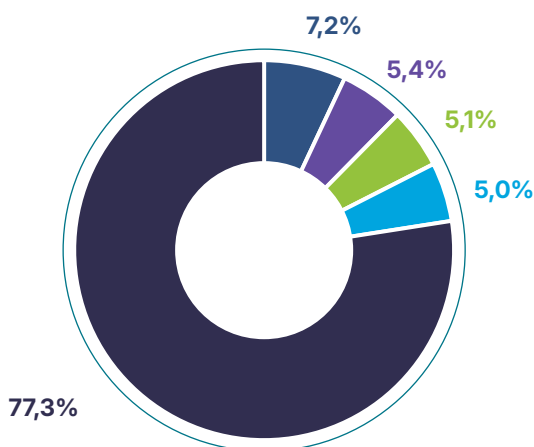
Estrutura Acionária

A PRIO é uma sociedade anônima de capital aberto com uma base acionária global e pulverizada, e uma corporação sem controlador definido (individual ou por meio de acordo de acionistas). Na data base de 28/02/2026, o capital social da Companhia é de R\$ 15.824.780.017,34 dividido em 872.495.263 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Atualmente, apenas dois acionistas detêm, direta e individualmente, participação acionária considerada relevante (conforme definição constante da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021), com posições representando, respectivamente, 5,1% e 5,0% do capital social da Companhia. Os acionistas em questão declararam não possuir a intenção de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.



Nossa composição acionária



- Tesouraria
- Administradores
- FRM LLC
- Schroder Investment Management Brasil Ltda.
- Outros acionistas

Nosso engajamento com os Investidores

Para a PRIO, o engajamento com os acionistas não é apenas um indicador de boa governança, mas também um componente vital para o êxito dos nossos negócios. Não por acaso, reconhecemos a importância do engajamento contínuo com os acionistas, buscando compreender suas perspectivas, mantê-los informados sobre os negócios e endereçar temas de maior interesse.

Com esse propósito, mantemos um diálogo proativo ao longo do ano, abordando assuntos estratégicos, como desempenho da Companhia, responsabilidade social, remuneração executiva, iniciativas ESG, entre outros tópicos. Esse engajamento nos permite o aprimoramento da nossa capacidade de comunicar de forma eficaz as nossas práticas e facilita o alinhamento das iniciativas da Companhia às expectativas do mercado.

Há uma diversidade de perspectivas entre nossos milhares de acionistas. Por meio de participação em conferências setoriais, *non-deal roadshows* e encontros regulares, buscamos ativamente o *feedback* de nossos investidores. Essas contribuições orientam decisões estratégicas e integram o processo decisório de nossos órgãos de governança.

Ao longo do exercício social de 2025, a Administração e a equipe de Relações com Investidores mantiveram diálogo

contínuo com uma ampla base de acionistas, com o objetivo de compreender suas perspectivas e aprimorar a divulgação de informações relevantes para a tomada de decisões sobre temas estratégicos.

Comunicamos trimestralmente os resultados financeiros por meio de *releases* e teleconferências lideradas pelos Diretores da Companhia, além de promover reuniões e apresentações periódicas com acionistas. Esses canais permitem à Administração compreender as principais demandas e temas de interesse dos investidores.

Anualmente, também realizamos o PRIO DAY, evento no qual lideranças apresentam ao mercado e aos investidores a estratégia de longo prazo, as prioridades operacionais e perspectivas gerais da Companhia, promovendo um ambiente de diálogo direto e transparente com investidores e analistas.

Mantemos engajamento contínuo com nossos *stakeholders*, valorizando o *feedback* como elemento central para o aprimoramento da estratégia, da governança e da tomada de decisões.



Com o apoio e a supervisão do Conselho de Administração, a Companhia vem aprimorando continuamente suas divulgações, incorporando maior clareza em determinadas matérias, ampliando o nível de detalhamento em outras e introduzindo novas informações consideradas relevantes pelos investidores.

Além deste Manual de Participação, os seguintes documentos fornecem aos nossos acionistas informações sobre tópicos importantes da organização:

- [Relatório de Sustentabilidade](#), elaborado de acordo com as diretrizes constantes do *Task Force on Climate-related Disclosures* (TCFD)
- [Relatórios de Certificação de Reservas](#)
- [Release de Resultados](#)
- [Apresentação Institucional](#)

A incorporação contínua das contribuições dos nossos *stakeholders* constitui elemento central do aprimoramento de nossas práticas de governança. Com a participação do Conselho de Administração e da Diretoria, a Companhia seguirá conduzindo um programa ativo de comunicação para coleta e endereçamento sistemático dos *feedbacks* recebidos.



Canal de Relações com Investidores

Nossa equipe de Relações com Investidores mantém um diálogo aberto com acionistas e o mercado de capitais em geral de forma diligente por meio de nosso canal oficial, o e-mail ri@prio3.com.br.



ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025



Em cumprimento às obrigações legais, o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral as Demonstrações Financeiras do ano de 2025. As contas da administração, o relatório da administração sobre os negócios sociais, os principais fatos administrativos e as demonstrações financeiras foram avaliados pelo Conselho de Administração da Companhia, que aprovou a sua divulgação em reunião realizada no dia 10 de março de 2026 e submissão à Assembleia Geral Ordinária em reunião realizada no dia 16 de março de 2026, após parecer favorável do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. Tais documentos foram

devidamente divulgados na forma da regulamentação aplicável, no [website](http://ri.prio3.com.br) da Companhia (ri.prio3.com.br) e, ainda, nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). As publicações legais ocorreram no jornal Valor Econômico em 13 de março de 2026.

Outros documentos de suporte, como os pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria podem ser encontrados na página ri.prio3.com.br.

Destaques das demonstrações financeiras

O ano de 2025 se destacou por importantes marcos, como a assinatura de contratos para aquisição da participação remanescente de 60% e da operação no Campo de Peregrino, a concessão, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da licença de instalação do Sistema de Desenvolvimento e Produção do Campo de Wahoo e o início do desenvolvimento do ativo, e os avanços na eficiência operacional de Albarcora Leste, mas também foi marcado por desafios relevantes, como a paralisação da produção no Campo de Peregrino, determinada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Durante o período de interdição do Campo de Peregrino, a Companhia trabalhou incessantemente em conjunto com a então operadora do ativo para atender às solicitações do órgão regulador e garantir o retorno da produção. Após a desinterdição e obtenção das aprovações necessárias para transferência da operação das instalações, a Companhia antecipou o *closing* da primeira parte da transação, referente a 40% da participação no ativo e à operação do campo. A conclusão dessa etapa marcou o atingimento do patamar de produção de 155 mil barris por dia e o início imediato da captura de sinergias operacionais e da redução do *lifting cost*.

Em linha com a sua proposta de retorno

de valor ao acionista ao longo de diferentes ciclos, em 2025, a Companhia apresentou desempenho financeiro e operacional sólido.

A produção média atingiu o patamar recorde de **106,4 mil barris de óleo por dia**, impulsionada, entre outros fatores, pela incorporação da participação adicional de 40% e operação do Campo de Peregrino, resultante da antecipação do *closing* da transação para novembro de 2025. O volume total de vendas também alcançou nível recorde, totalizando **37,8 milhões de barris de óleo**, contribuindo para a geração de receita, mesmo diante da retração dos preços do *Brent* no período.

Como resultado, a Companhia registrou um EBITDA ajustado (Ex-IFRS 16) de **US\$ 1,4 bilhão** e lucro líquido (Ex-IFRS 16) de **US\$ 405 milhões** no exercício de 2025.

Para o ano de 2026, a Companhia mantém foco na preservação de uma posição financeira consistente, na disciplina de alocação de capital e na execução responsável de suas operações, com ênfase em segurança e geração de valor de longo prazo.

A seguir, destacamos alguns dos principais números e indicadores da Companhia em 2025:

Principais números e indicadores em 2025



Produção média

106,4 mil
BOEPD

Receita total

US\$ 2,5 bilhões



Vendas

37,8
milhões
de barris

EBITDA Ajustado (Ex-IFRS 16)

US\$ 1,4 bilhão



US\$ 75
milhões
em recompra de
ações

Lucro Líquido (Ex-IFRS 16)

US\$ 405 milhões



2. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Conselho de Administração propõe a seguinte destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO*	R\$ 2.251.479.499,23	US\$ 381.795.628,56
Constituição de Reserva Legal (5%)	R\$ 112.573.974,96	US\$ 19.089.781,43
Destinação à Reserva de Investimentos (Estatutária)	R\$ 2.138.884.135,21	US\$ 362.702.220,07
Dividendo mínimo obrigatório estatutário (Artigo 40, §3º do Estatuto Social da PRIO)	R\$ 21.389,06	US\$ 3.627,06

* Os valores em referência consideram o IFRS-16.

A presente proposta foi elaborada pelo Conselho de Administração com base nas demonstrações financeiras do exercício e em observância aos pareceres favoráveis emitidos pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Auditoria da Companhia, bem como ao relatório dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes Ltda.

A Reserva de Investimentos é uma reserva estatutária prevista no Artigo 40, §2º, alínea "f" do Estatuto Social da PRIO, e tem como finalidade, entre outras: (i) assegurar recursos para investimentos, inclusive mediante capitalização; (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia; (iii) financiar a expansão e o desenvolvimento das atividades da Companhia e suas sociedades controladas e coligadas; (iv) subscrever aumentos de capital das sociedades controladas e coligadas à Companhia; e (v) a criação de novos empreendimentos pela PRIO.

Nos últimos anos, parte relevante da Reserva de Investimentos foi utilizada para viabilizar a continuidade da estratégia de crescimento, incluindo desembolsos decorrentes da aquisição de participação de 80% no Campo de Peregrino, *earn-outs* referentes à aquisição de 90% de Albacora Leste e do financiamento de atividades de desenvolvimento de ativos, em especial projetos de perfuração, construção submarina e interligação (*tieback*) do Campo de Wahoo ao FPSO Valente no Campo de Frade.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou importantes operações de financiamento, com destaque para a captação de aproximadamente US\$ 700 milhões por meio da emissão de *bonds* no mercado internacional e US\$ 745 milhões em debêntures no mercado doméstico – operações que, embora tenham assegurado a liquidez adequada para a execução da estratégia de crescimento, implicaram

em incremento relevante do endividamento bruto da Companhia, razão pela qual a manutenção e recomposição da Reserva de Investimentos também se inserem no contexto de gestão prudente do balanço patrimonial, à medida que a Companhia avança de forma disciplinada na trajetória de desalavancagem.

Olhando para um horizonte de curto prazo, a Companhia possui um cronograma relevante de vencimentos de dívidas (*bonds*/notas globais/debêntures locais) nos próximos anos, com amortizações programadas já a partir de 2026. Para esse exercício, destacam-se vencimentos de *bonds* no montante de aproximadamente US\$ 170 milhões, além de US\$ 25 milhões relativos a financiamentos bancários. Ao longo de 2026, a PRIO planeja honrar os compromissos assumidos no âmbito da aquisição do Campo de Peregrino, cuja segunda etapa - relativa aos 20% remanescentes de participação - ainda se encontra pendente de *closing* e do respectivo desembolso, bem como aqueles decorrentes de instrumentos de dívida emitidos pela Companhia nos últimos anos. Adicionalmente, a Companhia pretende avançar no desenvolvimento dos projetos em andamento, em especial as atividades de perfuração e interligação do Campo de Wahoo ao FPSO Valente, com foco na trajetória de desalavancagem

de modo a fortalecer a sua estrutura de capital para sustentar a geração de valor no longo prazo.

A estratégia de crescimento baseada no reinvestimento na Companhia e na proposta de agregação de valor no longo prazo reforça nosso compromisso com a geração sustentável e uniforme de valor para acionistas e *stakeholders*. A alocação de recursos ora proposta, focada na busca por novas oportunidades de crescimento, tem sido um elemento essencial para a expansão inorgânica da Companhia, contribuindo diretamente para a valorização do patrimônio dos acionistas e a rentabilidade de seus investimentos.

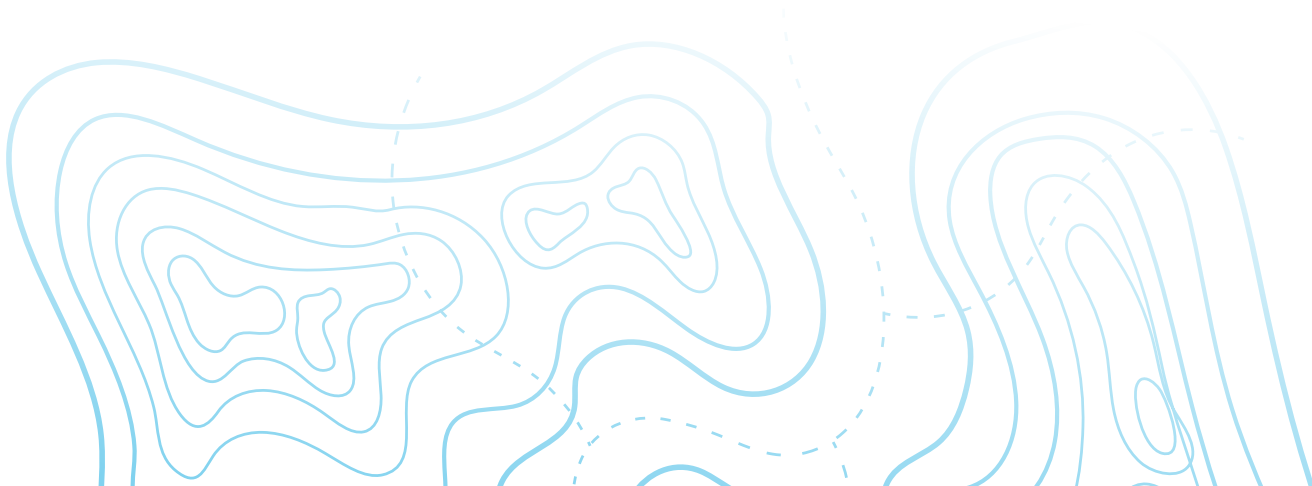
O Conselho de Administração ressalta, ainda, que a geração sustentável de valor ao acionista não se limita à valorização patrimonial de longo prazo, mas também contempla mecanismos eficientes de retorno direto de capital. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2025, a Companhia destinou recursos equivalentes a aproximadamente 20% do lucro líquido do período à recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, no âmbito do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração. A recompra de ações constitui instrumento eficiente de alocação de capital e reflete a convicção do Conselho quanto ao potencial de valorização intrínseca da Companhia.

Diante deste contexto, o Conselho de Administração propõe a destinação do lucro líquido remanescente à Reserva de Investimentos para que a Companhia possa dar continuidade à sua estratégia de crescimento integrada por meio de novas aquisições e desenvolvimento de campos maduros, ao mesmo tempo em que avança na desalavancagem de sua estrutura de capital e mantém o compromisso com o retorno de capital ao acionista. A estratégia

de crescimento pautada no reinvestimento na Companhia reflete o compromisso contínuo na maximização de valor para nossos acionistas e *stakeholders* de forma responsável e sustentável.

O gráfico abaixo reflete a valorização da ação da PRIO comparada com o índice Ibovespa e uma cesta de pares nos últimos 12 meses – resultado objetivo de um plano de expansão pautado no reinvestimento e na sustentabilidade do negócio.

VALORIZAÇÃO PRIO X IBOVESPA X CESTA PARES



3. FIXAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o Estatuto Social da PRIO, o Conselho de Administração da Companhia deve ser composto por 5 a 11 membros, com mandato unificado de, no máximo, 2 anos.

O Conselho de Administração propõe a fixação do número de membros do Conselho de Administração em 8 para o mandato de 2026 a 2028.



4. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Comentários do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da PRIO busca assegurar que sua composição, considerada de forma colegiada, reúna diversidade adequada de competências, formações e experiências, de modo a atender às necessidades permanentes da Companhia e a viabilizar a supervisão efetiva de sua estratégia de negócios e das prioridades corporativas.

O Comitê de Indicação da PRIO é responsável por assessorar o Conselho de Administração na identificação, avaliação e indicação de candidatos, bem como por conduzir o processo de verificação de elegibilidade. No exercício de suas atribuições, o Comitê considera, entre outros aspectos,

(i) a experiência profissional, as qualificações técnicas e as competências dos candidatos, em conformidade com a Matriz de Competências Essenciais da Companhia; (ii) a idoneidade; (iii) o grau de independência exigido para a chapa proposta; (iv) a disponibilidade de tempo – inclusive em razão de participações em outros conselhos –, e demais fatores considerados relevantes para o respectivo ciclo de mandato.

Quando se trata da reeleição de Conselheiros em exercício, o Comitê de Indicação também avalia, entre outros fatores, (i) a assiduidade e o nível de participação nas reuniões do Conselho de Administração e de seus comitês; (ii) as contribuições



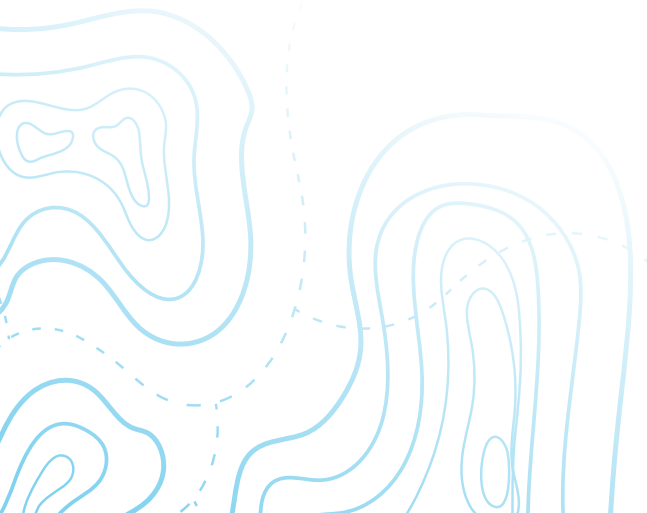
individuais ao colegiado e a interação com os demais membros e o equilíbrio geral das competências do Conselho; (iii) o desempenho da Companhia em relação a seus pares de mercado durante o último mandato para o qual a chapa proposta foi eleita; (iv) a capacidade de resposta da Companhia às demandas de seus acionistas e de implementação de aprimoramentos relevantes, contribuindo para a maximização do valor aos acionistas no longo prazo; e (v) a relevância da continuidade, da compreensão das operações da PRIO e da incorporação de perspectivas inovadoras para o enfrentamento dos desafios estratégicos futuros da Companhia.

Em reunião realizada em 13 de março de 2026, o Comitê de Indicação recomendou ao Conselho de Administração, que aprovou, em 16 de março de 2026, a indicação de 8 candidatos para mandato unificado de dois anos, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2027.

Os candidatos indicados são atualmente membros do Conselho de Administração da PRIO, eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024. Suas biografias e qualificações profissionais encontram-se detalhadas na seção subsequente deste documento.

No âmbito da avaliação da chapa proposta, o Comitê de Indicação concluiu que:

- Não foram identificadas preocupações relacionadas aos relatórios da administração e às demonstrações financeiras referentes aos exercícios correspondentes aos respectivos mandatos;
- Não foram identificadas quaisquer transações em conflitos de interesse;
- Não há registros ou indícios de abusos ou práticas lesivas aos interesses de acionistas, sejam minoritários ou não;
- A chapa proposta cumpre os padrões mínimos de governança corporativa, incluindo o nível mínimo de independência (50%), a diversidade de gênero e os limites de participação simultânea em conselhos de administração (*overboarding*);
- Os candidatos integrantes da chapa proposta detêm a experiência profissional, as qualificações técnicas e as competências exigidas, em conformidade com as premissas estabelecidas Matriz de Competências Essenciais da Companhia;
- A chapa proposta teve papel relevante no desempenho da Companhia em relação a seus pares de mercado durante o último mandato para o qual foi eleita; e
- A chapa proposta demonstrou capacidade de resposta às demandas dos acionistas e para implementação de aprimoramentos relevantes, contribuindo para a maximização do valor aos acionistas no longo prazo.

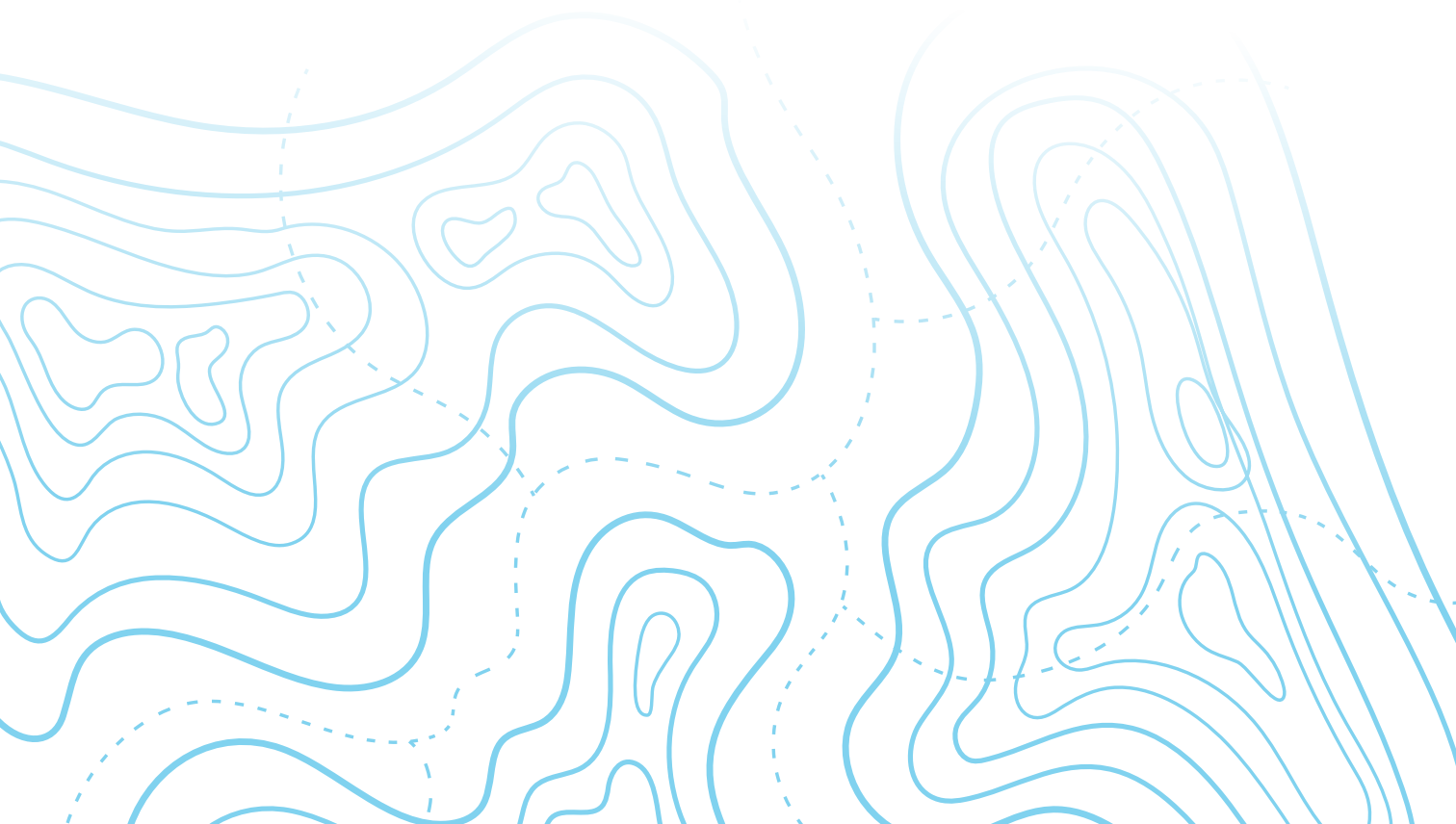


Adicionalmente, durante processo de verificação de idoneidade e integridade dos candidatos indicados para compor a chapa da administração, o *Compliance Officer* da Companhia, em conjunto com o Comitê de Ética e *Compliance*, conduziu diligências específicas voltadas à avaliação de reputação e conformidade dos indicados. Para esse fim, foram consultados assessores jurídicos especializados, no Brasil e no exterior, de modo a verificar eventuais impedimentos legais ou circunstâncias que pudessem afetar sua elegibilidade ou reputação.

Com base nas informações e análises realizadas, concluiu-se que: (i) todos os candidatos que integram a chapa da administração atendem integralmente ao requisito de reputação ilibada, nos termos do disposto no art. 147, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/2022; e (ii)

não foram identificados fatos ou circunstâncias, diretos ou indiretos, relacionados aos candidatos que possam afetar sua capacidade de exercer, com independência, diligência e lealdade, as atribuições fiduciárias inerentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, tampouco que representem risco de impacto adverso à Companhia ou aos direitos de seus acionistas.

Diante do exposto acima, o Conselho de Administração, com base na recomendação do Comitê de Indicação, propõe a manutenção integral da composição atual do colegiado para o mandato de 2026 a 2028, considerando o resultado do processo de avaliação dos Conselheiros, a Matriz de Competências Essenciais e a relevância da continuidade, da compreensão das operações da PRIO e da incorporação de perspectivas inovadoras para fazer frente aos desafios críticos da Companhia.



Nossos candidatos ao Conselho de Administração no ciclo 2026-2028

As informações biográficas de cada um dos nossos candidatos ao cargo de Conselheiro, bem como a descrição das principais competências que fundamentaram a decisão de recomendá-los para integrar o Conselho de Administração, são apresentadas a seguir.

A visão consolidada das competências-chave atribuídas a cada candidato pode ser encontrada na matriz de competências apresentada na [página 61](#).

NOME	IDADE	MEMBRO DESDE	INDEPENDENTE	GÊNERO	PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL %	PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS				
Emiliano Fernandes Lourenço Gomes	50 anos	2019	-	Masculino	93,3%	-			-	-
Felipe Bueno da Silva	50 anos	2020		Masculino	100%		-		-	
Felipe Villela Dias	44 anos	2020		Masculino	100%		-	-	-	
Flávio Vianna Ulhôa Canto	50 anos	2022	-	Masculino	100%	-	-	-		-
Gustavo Rocha Gattass	50 anos	2020		Masculino	100%	-	-	-		-
Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo	51 anos	2020		Feminino	100%	-	-	-	-	-
Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure	40 anos	2019	-	Masculino	100%	-	-	-	-	-
Roberto Bernardes Monteiro	51 anos	2019	-	Masculino	100%	-	-	-	-	-



15

Reuniões realizadas em 2025



99,2%

Taxa de participação



5,7 anos

Tempo médio de mandato



48,2 anos

Idade média

Legenda



Comitê de Auditoria Estatutário



Comitê de Ética e Compliance



Comitê de Indicação



Comitê de Remuneração



Comitê de Sustentabilidade

A Companhia não estabelece limites de mandato para seus conselheiros. Considerando a complexidade e a abrangência dos negócios da Companhia, bem como suas perspectivas de investimento de longo prazo, entendemos que a continuidade no exercício do cargo e a experiência acumulada representam ativos relevantes para a adequada supervisão estratégica e a criação de valor sustentável.

A chapa indicada apresenta tempo médio de mandato de aproximadamente 5,7 anos e idade média de cerca de 48,2

anos, refletindo, na visão da Companhia, um equilíbrio adequado entre a necessária experiência e conhecimento dos nossos negócios e a introdução de perspectivas complementares.

Os candidatos ao Conselho de Administração ora submetidos à Assembleia Geral foram avaliados pelo Comitê de Indicação em reunião realizada em 13 de março de 2026, cujo parecer foi levado a conhecimento do Conselho de Administração e encontra-se arquivado na sede da Companhia.



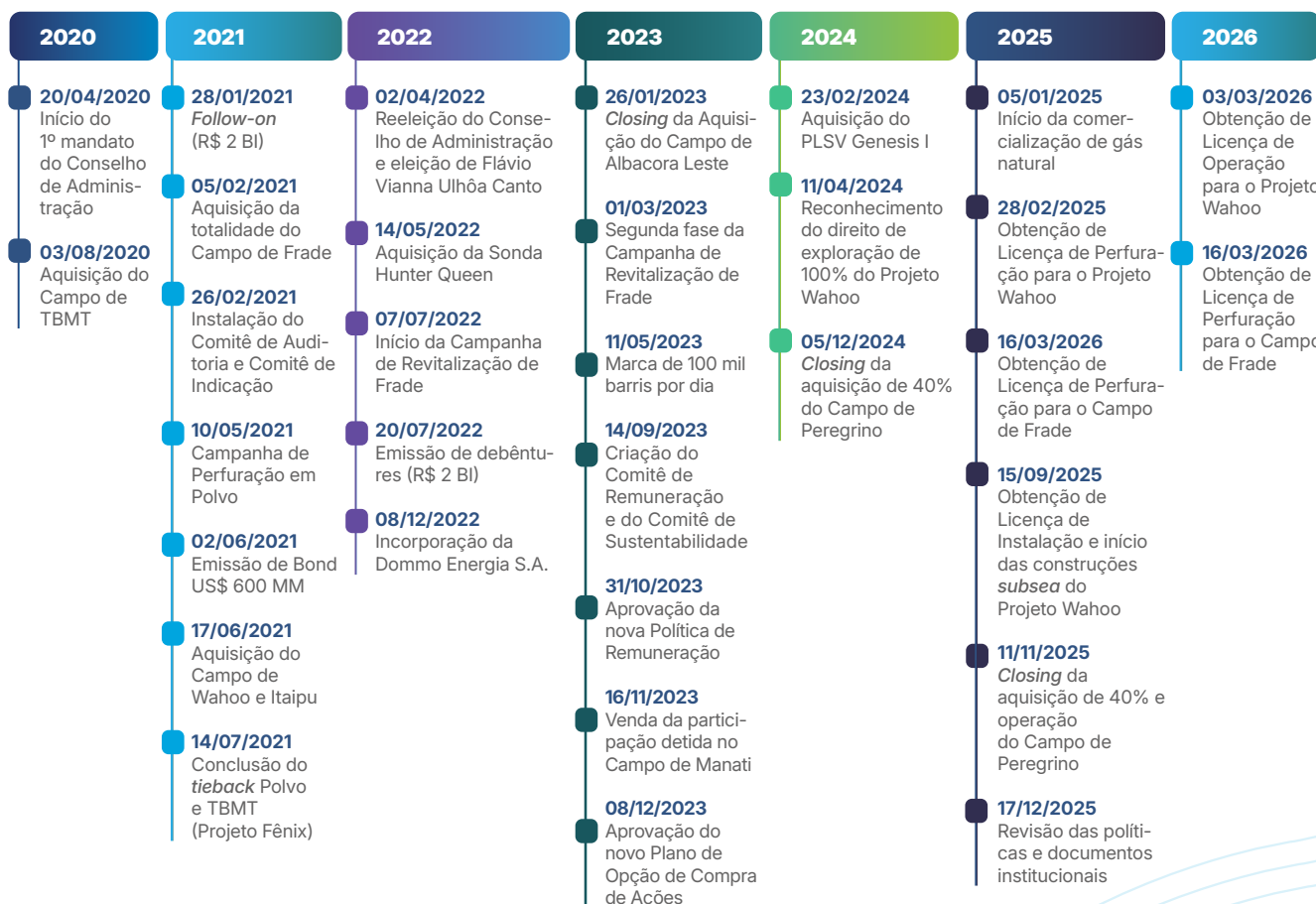
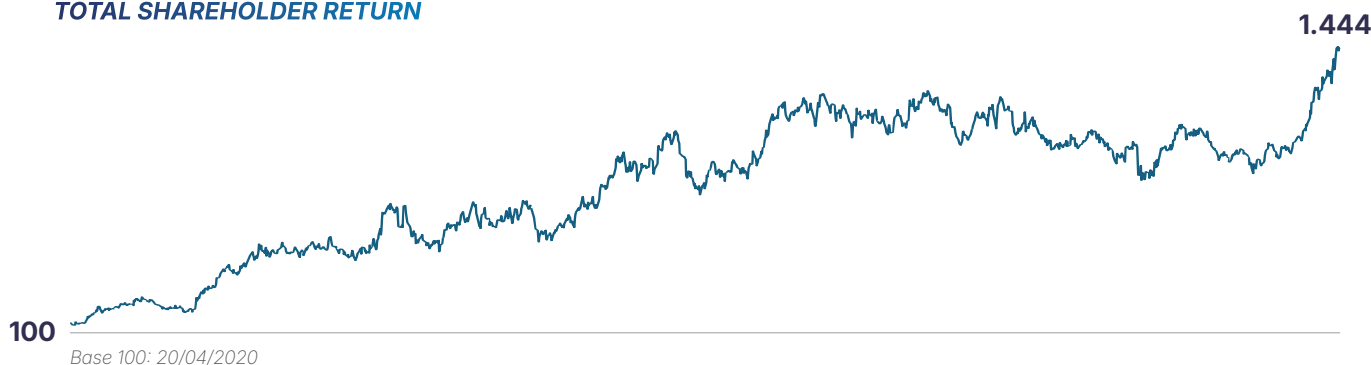


Trajetória da atual gestão

Nos últimos seis anos, construímos um Conselho de Administração comprometido em representar os interesses de longo

prazo de nossos acionistas, com um histórico comprovado de sucesso na gestão estratégica da PRIO:

TOTAL SHAREHOLDER RETURN



Combinação ideal de habilidades e experiências

O Comitê de Indicação da PRIO atua com o objetivo de assegurar que a composição do Conselho de Administração reúna uma combinação adequada e complementar de competências, formações e experiências para atender às necessidades contínuas da PRIO e para sustentar uma supervisão efetiva de sua estratégia de negócios, exposição a riscos e prioridades estratégicas de curto, médio e longo prazos.

No processo de recomendação de candidatos para eleição ao Conselho de Administração, o Comitê de Indicação realiza uma avaliação criteriosa e abrangente, considerando, entre outros aspectos, as competências técnicas, a experiência profissional e a trajetória do candidato, sempre à luz das demandas estratégicas atuais e futuras da Companhia. O Comitê de Indicação também analisa a independência do indicado, bem como quaisquer outros fatores que entenda relevantes para o fortalecimento da governança corporativa da Companhia.

No caso de recomendações para reeleição, o Comitê de Indicação avalia, de forma individual e contextualizada, o nível de engajamento do conselheiro, sua assiduidade e participação nas reuniões do Conselho de Administração e de seus Comitês, bem como sua contribuição para o equilíbrio e a diversidade do colegiado como um todo, em consonância com as melhores práticas de governança e os interesses de longo prazo da Companhia e de seus acionistas. Adicionalmente, o Comitê de Indicação da PRIO avalia, como parte integrante do processo de verificação de elegibilidade, a disponibilidade efetiva de cada candidato para o exercício das funções de Conselheiro, considerando,



entre outros fatores, a sua eventual participação simultânea em conselhos de administração ou órgãos equivalentes de outras companhias abertas. Com base na verificação realizada pelo Comitê de Indicação, confirmou-se que nenhum dos candidatos integrantes da chapa proposta excede os referidos limites.

Essa combinação diversificada de competências, experiências e antecedentes relevantes e complementares reflete nosso compromisso com uma abordagem heterogênea no desenvolvimento sustentável das nossas atividades.

As competências consideradas essenciais para o adequado desempenho do Conselho estão refletidas na Matriz de Competências Essenciais do Conselho de Administração, aprovada pelo Comitê de Indicação da Companhia e apresentada a seguir.

Matriz de Competências Essenciais do Conselho de Administração



Óleo e Gás

Experiência no setor de óleo e gás, incluindo compreensão da nossa estratégia de negócios e operações.



Liderança e Gestão

Capacidade de capitalizar oportunidades de negócios para promover crescimento sustentável.



Responsabilidade Ambiental e Social

Experiência em tópicos relacionados a responsabilidade ambiental e social e compreensão da relação com a nossa estratégia de negócios.



Governança Corporativa

Conhecimento sobre práticas e perspectivas adotadas em companhias de capital aberto, supervisão de políticas institucionais da companhia e estrutura organizacional.



Gestão de Capital Humano e Talentos

Atuação no desenvolvimento de talentos, supervisão de esforços e medidas de inclusão e retenção, e fortalecimento da Cultura PRIO.



Assuntos Governamentais, de Políticas Públicas e Regulatórios

Entendimento de requisitos legais e regulamentares, e atuação junto às referidas instâncias.



Mercado de Valores Mobiliários e Capitais

Experiência e compreensão da estrutura de capital de companhias de capital aberto e transações no mercado de capitais.



Finanças e Contabilidade

Experiência na avaliação de desempenho financeiro e monitoramento da integridade de processos financeiros.



Além das competências técnicas, o Comitê de Indicação entende que determinados atributos são fundamentais para assegurar a efetividade e a vitalidade do Conselho de Administração, incluindo:



Diversidade de Ideias

Valorização de diferentes formações, experiências e perspectivas



Comunicação

Habilidades interpessoais e comunicação clara e construtiva



Capacidade de julgamento e tomada de decisão

Maturidade, senso crítico e pragmatismo na avaliação de alternativas



Integridade

Conduta ética e caráter sólido como pressupostos inegociáveis

Para o mandato de 2026 a 2028, o Comitê de Indicação avaliou individualmente cada candidato, bem como a sua posição na composição do colegiado, com o propósito de manter uma equipe que seja capaz de impulsionar o crescimento da Companhia e representar os interesses de nossos acionistas e *stakeholders*.

Ao recomendar a reeleição da atual composição do Conselho de Administração, o Comitê de Indicação também considerou a participação dos Conselheiros indicados nas atividades do colegiado, os resultados da avaliação mais recente e a presença nas reuniões.

A tabela a seguir apresenta as competências que o Conselho considera essenciais para uma supervisão eficaz da PRIO e demonstra como os indicados ao Conselho, de forma individual e coletiva, reúnem essas competências-chave.

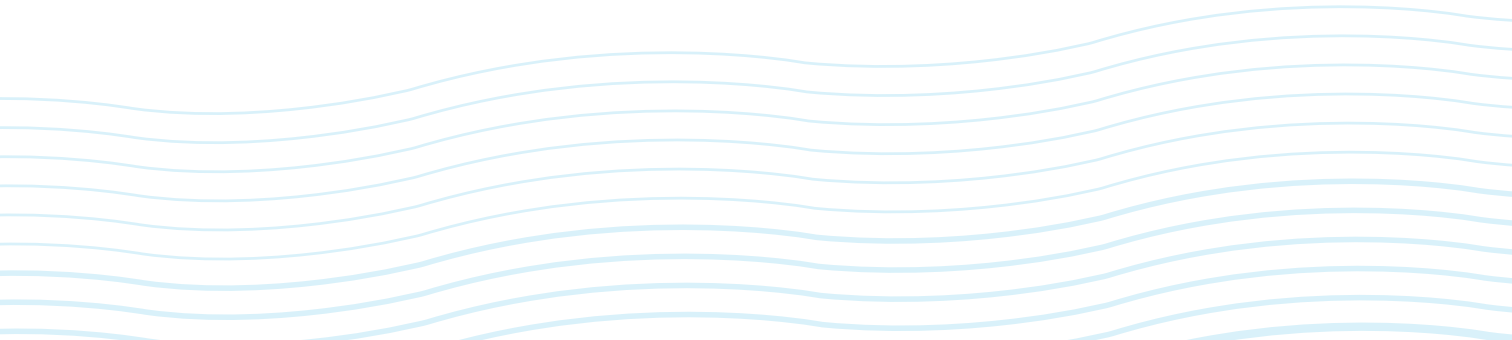
A ausência de um indicador para determinado item não significa que o Conselheiro

em questão não possua a respectiva qualificação, habilidade ou experiência – pressupõe-se que os membros do Conselho detenham conhecimento nessas áreas. O indicador sinaliza, portanto, que aquela competência específica foi considerada determinante e contribuiu de forma relevante para a sua indicação ao Conselho de Administração.

MEMBROS	COMPETÊNCIAS-CHAVE							
EMILIANO FERNANDES			-				-	-
FELIPE BUENO			-		-	-		
FELIPE DIAS			-		-	-		
FLÁVIO CANTO				-		-	-	-
GUSTAVO GATTASS					-	-		
RAQUEL AZEVEDO			-	-		-	-	-
NELSON QUEIROZ						-	-	
ROBERTO MONTEIRO					-			

Legenda

- Óleo e Gás
- Responsabilidade Ambiental e Social
- Gestão de Capital Humano e Talentos
- Mercado de Valores Mobiliários e de Capitais
- Liderança e Gestão
- Governança Corporativa
- Assuntos Governamentais, de Políticas Públicas e Regulatórios
- Finanças e Contabilidade



Biografia dos Candidatos

EMILIANO FERNANDES LOURENÇO GOMES



Tempo de PRIO

- Desde 2014

Independência

- Membro não independente

Experiência na PRIO

- Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração
- Diretor Não Estatutário Jurídico, Regulatório e de Relações Institucionais
- Coordenador do Comitê de Ética e *Compliance*
- Membro do Comitê de Indicação

O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes ingressou na Companhia em 2014 e participou ativamente do processo de *turnaround*, contribuindo para a reestruturação da cultura organizacional e da estratégia de negócios da PRIO. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é pós-graduado em Direito Empresarial pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e em Direito Societário e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Possui vasta experiência em Direito Corporativo e Regulatório, tendo atuado em empresas como Vesper, Globo.com e Embratel, nessa última ocupando o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório. Além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor Não Estatutário Jurídico, Regulatório e de Relações Institucionais na Companhia, o Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes é Presidente do Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), organização que tem por objetivo promover a valorização do mercado de petróleo e gás no estado do Rio de Janeiro.

Competências-chave

- Óleo e Gás
- Liderança e Gestão
- Governança Corporativa
- Gestão de Capital Humano e Talentos
- Assuntos Governamentais, de Políticas Públicas e Regulatórios

FELIPE BUENO DA SILVA**Tempo de PRIO**

- Desde 2020

Independência

- Membro independente

Experiência na PRIO

- Membro do Conselho de Administração
- Membro do Comitê de Auditoria
- Coordenador do Comitê de Indicação
- Coordenador do Comitê de Remuneração

O Sr. Felipe Bueno da Silva é economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi associado do Banco Votorantim, onde trabalhou durante 11 anos no segmento *large corporate* em operações estruturadas de crédito, *equity*, mercado de capitais e derivativos. Nos últimos cinco anos, atuou como principal sócio e CEO da Sigur Capital, tendo trabalhado em diversas operações de M&A, reestruturação de dívidas, compra de créditos estressados, honorários advocatícios e precatórios, podendo citar a Oi Telefonía, DASA, Grupo Safra, ZPMC Holdings e BTG Pactual. Além de ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Felipe Bueno da Silva é investidor ativo nos mercados locais e internacionais.

Competências-chave

Óleo e Gás



Liderança e Gestão



Governança Corporativa



Mercado de Valores Mobiliários e de Capitais



Finanças e Contabilidade

FELIPE VILLELA DIAS**Tempo de PRIO**

- Desde 2020

Independência

- Membro independente

Experiência na PRIO

- Membro do Conselho de Administração
- Coordenador do Comitê de Auditoria
- Membro do Comitê de Remuneração

Conselhos de outras companhias listadas:

- Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (atual Axia Energia S.A.)

O Sr. Felipe Villela Dias é formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sócio do Grupo Visagio, onde atua como especialista em finanças e investimentos. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Foi membro do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade, Grupo Technos, CVC Corp e Santos Brasil Participações S.A. Atualmente, além da PRIO, é conselheiro de administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (atual Axia Energia), sociedade que não integra o grupo econômico da Companhia, nem é controlada por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Competências-chave

Óleo e Gás



Liderança e Gestão



Governança Corporativa



Mercado de Valores Mobiliários e de Capitais



Finanças e Contabilidade

FLÁVIO VIANNA ULHÔA CANTO



Tempo de PRIO

- Desde 2022

Independência

- Membro não independente

Experiência na PRIO

- Membro do Conselho de Administração
- Membro do Comitê de Sustentabilidade

O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto é graduado em Direito e um dos maiores atletas da história do Brasil. Em 2003, fundou o Instituto Reação, organização não governamental que promove o desenvolvimento humano e a integração social de crianças e adolescentes por meio do esporte e da educação, responsável por transformar a vida de mais de trinta e cinco mil jovens. Em 2017 e 2018, concluiu os cursos de Programa de Liderança Transformadora e de Programa de Gestão Avançada na Fundação Dom Cabral, escola brasileira de negócios, em parceria com o Institut Européen d'Administration des Affaires (Insead). Nos anos de 2022 e 2023, concluiu os cursos de Programa de Desenvolvimento de Conselheiros e de ESG na Sala do Conselho na Fundação Dom Cabral, especializações em temas ligados a sustentabilidade e governança corporativa. Atualmente, o Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto é Diretor Presidente do Instituto Reação, conselheiro da Atmo e fundador da Cicclo.

Competências-chave



Óleo e Gás



Liderança e Gestão



Responsabilidade Ambiental e Social



Gestão de Capital Humano e Talentos

GUSTAVO ROCHA GATTASS**Tempo de PRIO**

- Desde 2020

Independência

- Membro independente

Experiência na PRIO

- Membro do Conselho de Administração
- Membro do Comitê de Sustentabilidade

Conselhos de outras companhias listadas

- Membro do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP
- Membro do Conselho de Administração da Canacol Energy Ltd. no Canadá

O Sr. Gustavo Rocha Gattass é economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi sócio responsável pela equipe de análise de empresas do banco de investimentos BTG Pactual e também analista responsável pela cobertura do setor de óleo e gás na América Latina de 2009 a 2015 na mesma instituição. Ocupou a posição de analista no banco de investimentos UBS Pactual entre os anos de 2006 e 2009. Atuou também na cobertura do setor de eletricidade e saneamento (como analista responsável, no banco UBS Pactual entre 2000 e 2006, e como analista assistente, nos bancos UBS e ICATU, durante os anos de 1996 a 2000). Atualmente, além de ser membro independente do Conselho de Administração da PRIO, também exerce a função de membro do Comitê de Sustentabilidade, e é conselheiro de administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e da Canacol Energy Ltd. no Canadá, que não integram o grupo econômico da Companhia e não são controladas por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

Competências-chave

Óleo e Gás



Liderança e Gestão



Responsabilidade Ambiental e Social



Governança Corporativa



Mercado de Valores Mobiliários e de Capitais



Finanças e Contabilidade

MARCIA RAQUEL CORDEIRO DE AZEVEDO

A Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo é formada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em gestão de organizações e recursos humanos (UFMG) e MBA em finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é sócia da Falconi Consultores S.A., onde atua há mais de 20 anos como consultora de gestão em projetos em diversos segmentos como óleo e gás, químico e petroquímico, infraestrutura, educação, entretenimento, telecomunicações, tecnologia, logística e governos estaduais e municipais.

Tempo de PRIO

- Desde 2020

Independência

- Membro independente

Experiência na PRIO

- Membro do Conselho de Administração

Competências-chave

Óleo e Gás



Liderança e Gestão



Gestão de Capital Humano e Talentos

NELSON DE QUEIROZ SEQUEIROS TANURE



Tempo de PRIO

- Desde 2014

Independência

- Membro não independente

Experiência na PRIO

- Membro e Presidente do Conselho de Administração

O Sr. Nelson Queiroz Tanure é economista formado pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), com especialização em finanças corporativas pelo Boston College (Estados Unidos), com vasta experiência na condução estratégica de processos complexos de reestruturação e recuperação de empresas nos setores de óleo e gás, infraestrutura, energia, telecomunicações e saúde. O Sr. Nelson Queiroz Tanure participa ativamente do processo da gestão da PRIO desde o relançamento da Companhia em 2014, com atuação-chave na bem-sucedida reestruturação que resultou em uma das maiores companhias independentes de óleo e gás da América Latina. Antes de ocupar o atual cargo de Presidente do Conselho de Administração, atuou como Diretor Presidente e Diretor de Projetos da Companhia. Em 2019, foi eleito membro do Conselho de Administração da PRIO, assumindo a presidência do órgão em 2020 e sendo reeleito nas assembleias subsequentes. Ao longo de sua carreira, demonstrou consistente capacidade de identificar valor em ativos em situação de estresse financeiro, estruturar processos de *turnaround* e construir plataformas de crescimento de longo prazo — sempre com foco em governança corporativa robusta, alinhamento de interesses entre acionistas e executivos e geração sustentável de valor.

Competências-chave



Óleo e Gás



Liderança e Gestão



Responsabilidade Ambiental e Social



Governança Corporativa



Gestão de Capital Humano e Talentos



Finanças e Contabilidade

ROBERTO BERNARDES MONTEIRO**Tempo de PRIO**

- Desde 2014

Independência








- Membro não independente

Experiência na PRIO

- Membro do Conselho de Administração
- Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

O Sr. Roberto Bernardes Monteiro ingressou na Companhia em 2014 e participou ativamente do processo de *turnaround* da PRIO. Graduado em engenharia civil pela Universidade de São Paulo (USP/São Carlos) e possui MBA pela Carnegie Mellon University – Tepper School (EUA). Antes das atuais funções na empresa, ocupou os cargos de Diretor de Operações, Diretor Financeiro e de Diretor de Novos Negócios na Companhia. Antes, foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e da OSX Brasil S.A. (indústria naval e offshore). Ocupou diversos cargos na America Latina Logística – ALL, tendo atuado, inclusive, como Diretor de Operações e Diretor Executivo (Argentina).

Competências-chave

-  Óleo e Gás
-  Liderança e Gestão
-  Responsabilidade Ambiental e Social
-  Governança Corporativa
-  Assuntos Governamentais, de Políticas Públicas e Regulatórios
-  Mercado de Valores Mobiliários e de Capitais
-  Finanças e Contabilidade

5. INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de instalação não permanente, composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, que permanecerão em seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária a ser realizada após a sua eleição.

O Conselho de Administração da Companhia propõe aos acionistas a manutenção do Conselho Fiscal para o exercício social corrente, com a recondução dos seus atuais membros.



6. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

O Conselho de Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral Ordinária a manutenção do Conselho Fiscal da Companhia e a reeleição dos membros atuais, conforme indicados abaixo, para mandato de um ano, a ser encerrado na

Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

Biografia dos candidatos indicados e seus suplentes

ELIAS DE MATOS BRITO (TITULAR)

Tempo de PRIO

- Desde 2018

Experiência na PRIO

- Presidente do Conselho Fiscal

O Sr. Elias de Matos Brito é graduado em Ciências Contábeis e possui pós-graduação em Finanças, atuando como consultor empresarial nas áreas financeira, societária, tributária e de mercado de capitais. É Perito Judicial Contábil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo também atuado como perito em procedimentos conduzidos perante importantes câmaras arbitrais, incluindo a CIESP/FIESP, a CAM-CCBC, a AMCHAM e o CBMA, entre outras. Ao longo de sua trajetória profissional, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal do Banco Safra S.A. e foi membro do Conselho Fiscal do Jornal O Dia, tendo ainda atuado como liquidante do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ). No campo acadêmico, foi professor de Finanças em cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Também exerceu a função de vice-presidente da Associação de Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o Sr. Elias de Matos Brito é membro do Conselho de Administração da Usiminas S.A. e da Companhia de Participações Aliança da Bahia, atuando ainda como Presidente do Conselho Fiscal da Gafisa S.A. e conselheiro fiscal da TIM S.A., da Profarma S.A., além de Coordenador do Comitê de Auditoria das Lojas Pernambucanas, sociedades que não integram o grupo econômico da Companhia, nem são controladas por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

GILBERTO BRAGA (TITULAR)**Tempo de PRIO**

- Desde 2018

Experiência na PRIO

- Membro Titular do Conselho Fiscal

O Sr. Gilberto Braga é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho (UGF) e possui M.Sc. em Administração, com especialização em Finanças e Mercado de Capitais, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atua como Professor Titular de Governança Corporativa e ESG no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, bem como em outras instituições de ensino superior. É Perito Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e atua também como consultor empresarial e perito em procedimentos arbitrais conduzidos perante o Tribunal Arbitral da CIESP e da FIESP. Atualmente, exerce o cargo de Conselheiro Fiscal da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e da Braskem S.A., além de atuar como colunista de finanças em veículos de comunicação, sites especializados e na Rádio CBN.

MARCO ANTÔNIO PEIXOTO SIMÕES VELOZO (TITULAR)**Tempo de PRIO**

- Desde 2020

Experiência na PRIO

- Membro Titular do Conselho Fiscal

O Sr. Marco Antônio Peixoto Velozo é graduado em Economia e em Ciências Contábeis e possui MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atua desde 1989 nas áreas de consultoria e auditoria, acumulando ampla experiência em assessoria contábil, financeira e em governança corporativa. Ao longo de sua trajetória, também exerceu atividade acadêmica como professor das disciplinas de Contabilidade Gerencial e Análise de Balanços na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi membro titular do Conselho Fiscal da BRF S.A. nos exercícios de 2022, 2023 e 2024. É sócio fundador da Vértice Auditoria e Consultoria, onde é responsável pela área técnica e pelo desenvolvimento de metodologias de auditoria, em conformidade com as diretrizes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, onde atuou até 1996, alcançando o cargo de gerente de auditoria, quando então deixou a firma para fundar a Vértice Auditoria.

RONALDO DOS SANTOS MACHADO (SUPLENTE)**Tempo de PRIO**

- Desde 2018

Experiência na PRIO

- Membro Suplente do Conselho Fiscal

O Sr. Ronaldo dos Santos Machado é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade) e possui MBA em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é sócio da Exato Assessoria Contábil Ltda., escritório especializado em contabilidade, auditoria e consultoria econômica, financeira e empresarial, onde atua no desenvolvimento de atividades próprias da prática contábil, bem como na condução de trabalhos de perícia judicial contábil. Ao longo de sua trajetória profissional, acumulou mais de 13 anos de experiência no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, onde exerceu diversas funções nas áreas financeira e de gestão, incluindo os cargos de analista financeiro, assistente de planejamento, gerente de promoção e propaganda e gerente de tesouraria.

CÍCERO IVAN DO VALE (SUPLENTE)**Tempo de PRIO**

- Desde 2018

Experiência na PRIO

- Membro Suplente do Conselho Fiscal

O Sr. Cícero Ivan do Vale é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade). Possui pós-graduação lato sensu em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA Executivo em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atualmente, atua como perito contábil da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro e é sócio da Vale Consultoria Empresarial Ltda., onde desenvolve atividades de consultoria nas áreas contábil e fiscal, prestando assessoria a empresas de diversos setores. Ao longo de sua trajetória profissional, exerceu cargos de gestão nas áreas de planejamento e controle, financeira, contábil e administrativa, tendo atuado também como coordenador contábil e auditor. No campo acadêmico, foi professor da Faculdade Cândido Mendes, onde ministrou, por três anos, o curso de Perícia Contábil.

ANDERSON MASCOUTO PEIXOTO (SUPLENTE)**Tempo de PRIO**

- Desde 2021

Experiência na PRIO

- Membro Suplente do Conselho Fiscal

O Sr. Anderson Mascoto Peixoto é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e possui pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente, é sócio da Vértice Auditoria, posição que ocupa desde 1999, exercendo funções de coordenação e participando ativamente da condução de atividades estratégicas da firma, incluindo o desenvolvimento de metodologias de auditoria e a gestão administrativa da organização. Anteriormente, atuou como gerente de controladoria na Brazil Fast Food Corp., companhia na qual atualmente também integra o Comitê de Compliance. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, onde trabalhou por sete anos na área de auditoria independente, tendo evoluído das posições de assistente de auditoria até gerente de auditoria.

Os candidatos ao Conselho Fiscal ora submetidos à Assembleia Geral foram avaliados pelo Comitê de Indicação em reunião realizada em 13 de março de 2026, cujo parecer foi levado a conhecimento do Conselho de Administração e encontra-se arquivado na sede da Companhia.



7. FIXAÇÃO DO LIMITE DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES PARA 2026

Comentários do Comitê de Remuneração

Como a maior Companhia independente do setor de óleo e gás no Brasil, sabemos que o sucesso sustentável de longo prazo depende da capacidade de atrair, reter e engajar profissionais altamente qualificados, especialmente aqueles que ocupam posições estratégicas na organização.

Reconhecemos que a adoção de mecanismos de remuneração bem calibrados é elemento essencial para a ativação das principais alavancas de valor associadas à sustentabilidade dos negócios da Companhia e, por isso, a composição da remuneração de nossos administradores é cuidadosamente concebida para alinhar os objetivos institucionais da PRIO à criação de valor de longo prazo para seus acionistas. Dessa forma, a estrutura de remuneração baseada em princípios de meritocracia constitui um dos pilares centrais da cultura de alta performance da PRIO, buscando fornecer instrumentos adequados para o incentivo, o engajamento e alinhamento de interesses entre seus executivos, colaboradores e acionistas.

Ao longo dos últimos anos, intensificamos o diálogo com nosso público de interesse sobre diferentes temas, incluindo nossas práticas de remuneração. Em resposta a esse processo de engajamento, como primeiro passo, aprovamos um novo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia – principal instrumento de alinhamento de longo prazo entre administradores, colaboradores e acionistas – estruturado com critérios claros, objetivos e alinhados às melhores práticas de mercado.

Em 2024, dando continuidade ao processo de fortalecimento da nossa governança corporativa, revisamos o referencial de regime de aprovação da remuneração variável paga aos diretores da Companhia, modificando do regime caixa para o regime de competência, em linha com as práticas majoritariamente adotadas por nossos pares, e passamos a submeter à Assembleia Geral a remuneração paga por sociedades controladas da Companhia aos seus administradores que também integrem a Administração da Companhia,



em razão das funções desempenhadas por tais administradores nas referidas sociedades controladas.

Durante o ano de 2025, a Administração da PRIO manteve foco na execução da estratégia de longo prazo da Companhia, em um ambiente marcado por elevada complexidade operacional e desafios setoriais relevantes. Diante das perspectivas e desafios esperados para 2026, a proposta de remuneração global foi estruturada com o objetivo de alinhar de forma consistente os incentivos dos executivos às metas financeiras, operacionais e estratégicas da

Companhia, contribuindo para a geração de valor sustentável e de longo prazo.

Permanecemos engajados em construir uma estrutura de remuneração transparente, aderente às expectativas do mercado brasileiro e alinhada às melhores práticas de governança corporativa. Não por acaso, a presente proposta reflete o compromisso contínuo da Companhia com as mais elevadas práticas de remuneração e governança corporativa em todas as esferas da nossa organização, criando e compartilhando valor sustentável com todos os *stakeholders*.



Filosofia de Remuneração da PRIO

Para a PRIO, a ousadia na definição dos objetivos de curto e longo prazos é o que permite à Companhia apresentar a trajetória de crescimento dos últimos anos. Por esse motivo, reconhecemos a importância de consolidar uma estratégia de remuneração que esteja em sintonia com essa premissa.

A nossa estrutura de remuneração visa assegurar o equilíbrio entre oportunidades de desenvolvimento do negócio no longo

prazo e o cumprimento de metas de desempenho, de forma que a remuneração global esteja sempre alinhada aos objetivos estratégicos de longo prazo da Companhia, conforme idealizado na **Política de Remuneração da PRIO**.

Projetada para promover e apoiar a estratégia de remuneração da Companhia, a nossa Política de Remuneração é orientada por seis princípios:



Desempenho

Parcela majoritariamente da remuneração é variável (*at risk*) e está diretamente relacionada ao desempenho individual de cada diretor e da Companhia no exercício social em questão.



Competitividade

A estrutura de remuneração é desenhada para garantir a competitividade com seus pares na indústria e para atrair e reter executivos com os níveis desejáveis de experiência e habilidades.



Segurança

Tendo em vista a relevância dos indicadores de segurança e meio ambiente para a Companhia, a ocorrência de acidente fatal ou acidente ambiental grave impede o pagamento de remuneração variável, demonstrando o comprometimento da Companhia em incluir práticas ESG na definição da remuneração variável de seus executivos.



Retenção

Buscamos reter e motivar nossos profissionais e executivos mais talentosos em um mercado altamente competitivo.



Previsibilidade

O Comitê de Remuneração analisa periodicamente nossa filosofia, programas e práticas de remuneração para garantir que atendam às necessidades da Companhia e dos acionistas e estejam aderentes aos padrões de governança corporativa.



Alinhamento

A estrutura de remuneração está alinhada aos objetivos de longo prazo dos investidores por meio de um sistema de remuneração fundamentado em ações e indicadores de desempenho de longo prazo. Parte substancial do pacote de remuneração dos diretores é recebida por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, com *vesting cycle* de cinco anos.

Principais Práticas de Remuneração

Adotamos uma abordagem integrada para atrair e reter executivos de alto nível em um mercado competitivo, alinhando nossa Política de Remuneração às melhores práticas de governança corporativa.



Cultura de alta performance

- Remuneração variável vinculada ao cumprimento de metas orçamentárias, operacionais e metas individuais de desempenho.
- Remuneração variável atrelada à performance de longo prazo da Companhia.



Alinhamento com acionistas

- Remuneração variável de longo prazo que visa alinhar as prioridades da Administração à visão dos acionistas.
- Estratégia de remuneração baseada na performance de longo prazo e nos objetivos estratégicos da Companhia.
- Exigência de posição acionária mínima de pelo menos 12x o pró-labore mensal para membros do Conselho de Administração.



Adesão a Práticas Internacionais

- A maior remuneração paga pela Companhia é atribuída a um membro da Diretoria Executiva (CEO).
- Mix de remuneração alinhado ao perfil do mercado internacional, com maior peso na remuneração variável de longo prazo.
- Outorga de opções de compra de ações da Companhia sem a concessão de desconto no preço de exercício e com *vesting cycle* de cinco anos.
- Pagamento da remuneração variável condicionada à inexistência de acidente fatais ou ambientais graves no ano.
- Comitê de Remuneração composto majoritariamente por membros independentes.

O que pagamos e porque pagamos

A estrutura de remuneração da Companhia é desenhada para atrair, motivar e reter talentos de alto nível, promovendo o alinhamento entre os seus interesses e os objetivos estratégicos da organização. O modelo adotado considera as responsabilidades inerentes a cada cargo, o grau de dedicação exigido, as competências técnicas e

comportamentais requeridas, bem como as práticas observadas no mercado.

O valor e composição da remuneração são propostos pelo Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração para sua aprovação e submissão à Assembleia Geral.

ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
REMUNERAÇÃO FIXA	Pró-Labore	Consiste em parcela fixa, cujo valor é determinado considerando especialmente as responsabilidades assumidas, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, reputação e serviços no mercado.	Recompensar serviços, responsabilidades assumidas, experiência e desempenho individual de cada conselheiro.

Aquisição Mandatória de Ações

Com o objetivo de garantir o alinhamento de interesses com acionistas, os membros do Conselho de Administração deverão adquirir em Bolsa de Valores ações de emissão da Companhia em quantidade não inferior ao equivalente a doze vezes o valor de seu pró-labore mensal. Em conexão com tal aquisição, os membros do Conselho de Administração deverão celebrar compromisso vinculante com a Companhia por meio do qual se obrigarão a não alienar as referidas ações durante o mandato para o qual foram eleitos.



ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA

DIRETORIA			
	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
REMUNERAÇÃO FIXA	Pró-Labore	Consiste em uma parcela fixa da remuneração total, sendo constituída por honorários mensais, compatíveis com o escopo de trabalho e responsabilidades de cada cargo, composto por 13 parcelas.	Recompensar serviços, responsabilidades assumidas, experiência e desempenho individual de cada diretor.
	Benefícios Indiretos	Correspondem a vantagens complementares concedidas na forma de (i) plano de assistência médica e odontológica; (ii) auxílio alimentação; (iii) auxílio-refeição; (iv) seguro de vida; e (v) auxílio creche-educação; todos fixados em linha com as práticas de mercado do segmento de atividade da Companhia.	Fornecer benefícios competitivos de mercado para atrair e reter os melhores talentos.
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	Bônus em dinheiro (componente de curto prazo)	Representada pelo bônus anual em dinheiro, é cabível na hipótese de atingimento das metas determinadas em cada ciclo orçamentário da Companhia, alinhadas às prioridades estratégicas da organização.	(i) estimular e recompensar o desempenho de nossos executivos no atingimento das metas estabelecidas; e (ii) promover a retenção de talentos.
	Remuneração Baseada em Ações (componente de longo prazo)	Representada pela remuneração baseada em ações (de acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia), é cabível na hipótese de atingimento das metas determinadas em cada ciclo orçamentário da Companhia. As concessões são realizadas ao longo de um período de cinco anos (<i>vesting cycle</i>), reforçando o compromisso com a criação de valor de longo prazo.	(i) estimular e recompensar o desempenho de nossos executivos no atingimento das metas estabelecidas; (ii) garantir que os executivos tenham participação no sucesso financeiro de longo prazo da Companhia, de forma alinhada às expectativas de geração de valor dos acionistas; (iii) alinhar os interesses dos executivos com os imperativos de perenidade da Companhia; e (iv) promover a retenção de talentos.

Ciclo de planejamento da remuneração variável da Diretoria

O Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Remuneração e a Gerência de Pessoas e Performance, revisa e aprova as metas de desempenho traçadas para cada ciclo orçamentário da Companhia. O processo tem início com a definição das métricas e índices para o ano de referência, que passa por um rigoroso processo de análise em toda a organização antes de ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Na definição das metas de cada diretor, as projeções orçamentárias são avaliadas para garantir alinhamento com a proposta de valor da Companhia e um adequado grau de desafio. O Comitê de Remuneração entende que as metas devem refletir uma chance razoável de serem atingidas, mas também ser suficientemente

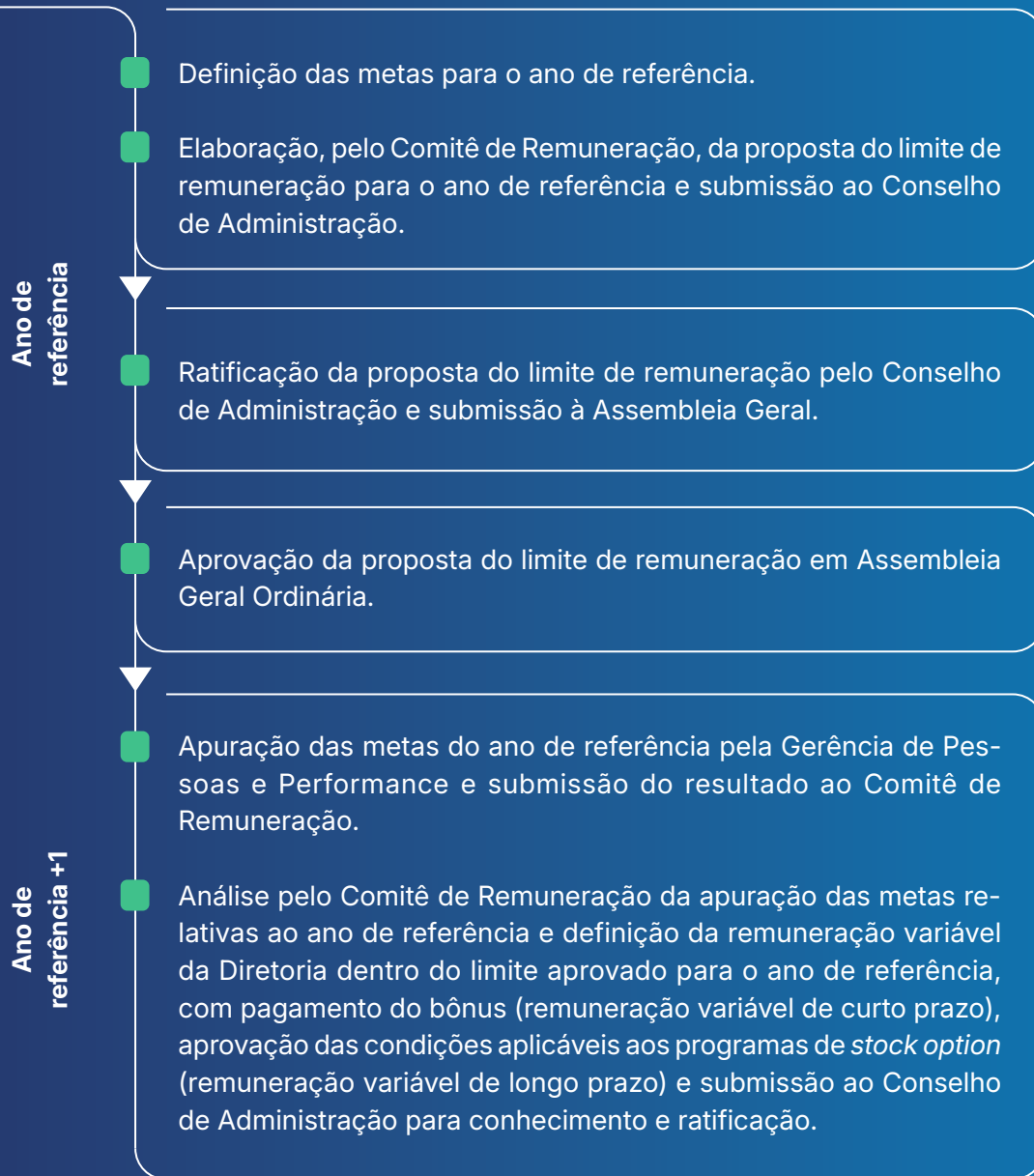
desafiadoras. Para isso, investimos esforços na definição de métricas que equilibrem a busca por uma evolução contínua dos nossos objetivos como organização.

Tendo em vista a relevância dos indicadores de segurança e meio ambiente para a Companhia, a ocorrência de acidente fatal ou acidente ambiental grave impede a outorga da remuneração variável referente ao respectivo exercício social.

A PRIO mantém um diálogo contínuo com seus acionistas, com o objetivo de compreender expectativas e endereçar preocupações relevantes, em especial no que se refere à remuneração executiva. O Conselho de Administração e o Comitê de Remuneração valorizam esse engajamento e **incorporam os *feedbacks* recebidos ao aprimoramento das políticas e práticas da Companhia,** reforçando a transparência, o alinhamento de interesses e a criação de valor sustentável no longo prazo.

Ciclo de Remuneração Variável

A figura abaixo ilustra o processo e as principais etapas do ciclo de planejamento anual da remuneração variável dos membros da Diretoria:



Aprovado x Pago: Remuneração 2025

Como uma parcela significativa da remuneração da Diretoria é variável ou *at risk* (cerca de 97%), os valores aprovados para o ano de 2025 consideraram o limite máximo da remuneração variável que poderia ser pago aos diretores da Companhia e das suas sociedades controladas em decorrência do desempenho da PRIO e do atingimento, por cada diretor, das metas coletivas e individuais fixadas para período em referência (o “*cap*”).

No exercício de 2025, a PRIO apresentou resultados financeiros robustos, promoveu retorno de capital aos seus acionistas, mediante recompra de ações e valorização da ação, e alcançou marcos históricos

de produção, reforçando a consistência do seu modelo de negócios e a eficácia da estratégia de execução.

Para o período em referência, o Comitê de Remuneração analisou as métricas aplicáveis ao cálculo da remuneração devida e, com base na avaliação dos indicadores constantes da Política de Remuneração da Companhia, definiu os valores que refletem adequadamente o grau de desafio associado ao atingimento das metas estabelecidas para o ano. Nessa análise, foram considerados, entre outros fatores, a geração de caixa do período, os resultados individuais e coletivos, a contribuição das metas atingidas para o posicionamento estratégico de longo prazo da PRIO, a eficiência na gestão de custos e a atuação de cada executivo nos resultados alcançados.

O Comitê de Remuneração revisa e define, anualmente, o pacote de incentivos de longo prazo aplicável a cada diretor, com base em análises de *benchmarking*, tendo como objetivos a retenção de talentos, o adequado equilíbrio entre a remuneração de curto e longo prazo e o alinhamento às perspectivas estratégicas da Companhia.

Com base nos indicadores apurados em 2025, a Companhia superou o orçamento aprovado e a meta orçamentária agressiva de geração de caixa, não tendo sido registradas ocorrências de acidentes fatais ou ambientais que pudessem impedir a outorga de remuneração variável.



Para fins informativos e sem caráter de nova aprovação, a tabela a seguir apresenta o montante total da remuneração global anual dos administradores efetivamente atribuído ou pago tendo como período referencial o exercício social de 2025 contemplando (i) os pagamentos realizados diretamente pela Companhia; e (ii) os pagamentos realizados diretamente pela PRIO Bravo, sociedade controlada pela Companhia, aos seus administradores que também integram a administração da Companhia (em razão das funções desempenhadas por tais administradores na PRIO Bravo), no período referencial de 2025:

REMUNERAÇÃO GLOBAL PAGA EM 2025 (PRIO E CONTROLADA)					
	SOCIEDADE	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	TOTAL (R\$)	TOTAL (US\$)*
Quantidades de membros	PRIO S.A.	8	3,83	11,83	11,83
	PRIO BRAVO (Controlada)	0	2	2	2
Remuneração Fixa	PRIO S.A.	R\$ 1.920.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 4.920.000,00	US\$ 899.451,55
	PRIO BRAVO (Controlada)	-	R\$ 1.560.000,00	R\$ 1.560.000,00	US\$ 285.191,96
Benefícios	PRIO S.A.	-	R\$ 608.809,00	R\$ 608.809,00	US\$ 111.299,63
	PRIO BRAVO (Controlada)	-	R\$ 200.365,00	R\$ 200.365,00	US\$ 36.629,80
Remuneração Variável de Curto Prazo	PRIO S.A.	-	R\$ 21.927.595,00	R\$ 21.927.595,00	US\$ 4.008.701,10
	PRIO BRAVO (Controlada)	-	R\$ 15.483.116,00	R\$ 15.483.116,00	US\$ 2.830.551,37
Remuneração Baseada em Ações	PRIO S.A.	-	R\$ 91.071.405,00	R\$ 91.071.405,00	US\$16.649.251,37
	PRIO BRAVO (Controlada)	-	R\$ 66.066.740,00	R\$ 66.066.740,00	US\$ 12.078.014,63
Outros	PRIO S.A.	-	-	-	-
	PRIO BRAVO (Controlada)	-	-	-	-
Total Pago				R\$ 201.838.030,00	US\$ 36.899.091,41
Total Aprovado				R\$ 210.000.000,00	US\$ 38.391.224,86

* Para fins de cálculo do valor em US\$, foi considerada a taxa de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025.

Remuneração individual máxima, mínima e média em 2025 (PRIO e Controlada)

A Companhia apresenta, na tabela abaixo, a maior, a menor e a média das remunerações pagas aos administradores no exercício social de 2025, considerando os integrantes da administração da PRIO S.A. e da sua controlada, PRIO Bravo Ltda.:

	DIRETORIA ¹		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
	R\$	US\$*	R\$	US\$*
Nº de membros	5,83		8	
Nº de membros remunerados	5,83		8	
Valor da maior remuneração	R\$ 68.966.843,00	US\$ 12.608.197,99	R\$ 240.000,00	US\$ 43.875,69
Valor da menor remuneração	R\$ 12.685.753,00	US\$ 2.319.150,46	R\$ 240.000,00	US\$ 43.875,69
Valor médio da remuneração	R\$ 34.291.257,29	US\$ 6.268.968,43	R\$ 240.000,00	US\$ 43.875,69

¹ Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual de todas as remunerações indicadas acima, foram consideradas todas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025 pagos e/ou atribuídos aos diretores da PRIO S.A. e da PRIO Bravo Ltda., subsidiária integral da Companhia, sem a exclusão de membros. Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, por sua vez, foram consideradas todas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025 pagos e/ou atribuídos aos diretores da PRIO S.A. e da PRIO Bravo Ltda., subsidiária integral da Companhia, com a exclusão de um membro da diretoria estatutária, que ocupou o cargo de março a dezembro.

* Para fins de cálculo do valor em US\$, foi considerada a taxa de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025.

Em consonância com as melhores práticas internacionais, a maior remuneração paga pela Companhia é atribuída ao Diretor Presidente (CEO) da PRIO S.A.



Análise da Proposta de Remuneração 2026

O pagamento de remuneração variável dos nossos diretores baseia-se no cumprimento de metas preestabelecidas e quantificáveis.

Nesta seção, oferecemos uma visão abrangente de como o Comitê de Remuneração delineou a remuneração dos diretores proposta para o ano de 2026.

Para detalhes específicos sobre os demais componentes do pacote de remuneração e valores, consulte a [página 91](#) e seguintes.

Card de metas 2026

Para o exercício de 2026, foi selecionado um conjunto de metas financeiras e operacionais estratégicas, consideradas desafiadoras, com o objetivo de incentivar nossos diretores a atingir objetivos críticos para o negócio e impulsionar o desempenho financeiro sustentável e de longo prazo da Companhia.

As metas coletivas e específicas estabelecem parâmetros claros de desempenho econômico-financeiro e operacional, abrangendo, entre outros aspectos, segurança, geração de caixa, níveis de produção e temas estratégicos prioritários para o período. Embora, por razões concorrenciais, os indicadores específicos associados a essas metas não possam ser divulgados, todas as métricas adotadas foram estruturadas com base em critérios objetivos, mensuráveis e verificáveis, devidamente avaliados e aprovadas com apoio da Gerência de Pessoas e Performance, em consonância com as diretrizes de governança e remuneração da Companhia.

Veja a seguir o painel de metas com os respectivos responsáveis.

METAS COLETIVAS

		DIRETORIA			
Meta	Descrição	CEO	CFO	COO	Demais Diretores
Acidente Ambiental	Não ocorrência de acidente ambiental grave decorrente das operações.				
Acidente Fatal	Garantir segurança operacional de forma que não ocorra acidente fatal decorrente das operações.				
Geração de caixa gerencial	Atingir ou superar geração de caixa orçada para o ano (cenário realista e cenário agressivo).				
Resultado Operacional	Medir desempenho operacional mediante entrega do volume orçado de produção nos ativos operados.				
<i>Lifting Cost</i>	Otimizar custos para controlar <i>lifting cost</i> .				
Gestão de Pessoas & Cultura	Implementar trilha de Desenvolvimento de Pessoas e disseminação da Cultura PRIO.				

METAS INDIVIDUAIS

Definidas para cada diretor, alinhadas com suas respectivas áreas e escopos de atuação. As metas podem ser individuais ou, quando apropriado, compartilhadas entre os diretores.

DIRETORIA			
CEO	CFO	COO	DEMAIS DIRETORES
<p>Metas ligadas a (i) novos negócios, com a identificação e execução de oportunidades estratégicas de crescimento, incluindo aquisições, parcerias e desenvolvimento de novos ativos; (ii) desempenho operacional, com foco na entrega do volume orçado de produção nos ativos operados; (iii) <i>liability management</i> a partir da implementação de estratégias para otimizar a estrutura de capital da Companhia; e (iv) gestão de planejamento, com foco na otimização do retorno de longo prazo sobre o capital investido a partir do desenvolvimento estratégico do portfólio de ativos da PRIO.</p>	<p>Metas ligadas a (i) <i>liability management</i>, com a implementação de estratégias para otimizar a estrutura de capital da Companhia; (ii) reestruturações societárias com a implementação de iniciativas para otimizar a estrutura organizacional e maximizar sinergias entre as entidades do grupo; (iii) resultado financeiro, a partir da harmonização da alocação de capital e gestão eficiente de despesas globais, com foco na otimização da rentabilidade e na criação de valor sustentável; e (iv) controle de custos, com o monitoramento, a otimização e a promoção de eficiência nos custos relacionados às operações e aos projetos da Companhia no período.</p>	<p>Metas ligadas a (i) desempenho operacional, com foco na entrega do volume orçado de produção nos ativos operados; (ii) revitalização de ativos e desenvolvimento de projetos e campanhas de perfuração com ênfase na otimização do ciclo de vida de cada ativo e na redução de custos operacionais; (iii) eficiência e segurança operacional, com a adoção de processos e tecnologias que possibilitem ganhos de produtividade, melhoria na gestão de ativos e redução de desperdícios, além do aperfeiçoamento das práticas de segurança; e (iv) disciplina financeira, com a gestão eficiente das despesas operacionais (OPEX) e dos investimentos (CAPEX) no período.</p>	<p>Metas ligadas a (i) reestruturações societárias com a implementação de iniciativas para otimizar a estrutura organizacional e maximizar sinergias entre as entidades do grupo; (ii) novos negócios, incluindo aquisições estratégicas, desenvolvimento de ativos e parcerias comerciais; (iii) expansão e aprimoramento das estratégias de <i>trading</i> e <i>shipping</i> na comercialização de óleo e gás natural; (iv) relações institucionais, com o fortalecimento do posicionamento da Companhia junto a <i>stakeholders</i> estratégicos, órgãos reguladores e entidades governamentais; e (v) monitoramento e planejamento de litígios estratégicos.</p>

Limite da Remuneração Global Proposto para 2026

Como uma sociedade *holding*, a PRIO tem como objeto social a participação em sociedades que se dedicam substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, sendo certo que as sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia são responsáveis pelo desempenho de atividades operacionais, concentrando os projetos e principais ativos do grupo.

Observando as melhores práticas e a recomendação do regulador¹, a partir de 2024, a Administração da Companhia passou a incluir, no *cap* global da remuneração da Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração) submetido à Assembleia Geral Ordinária, os valores de remuneração a serem pagos por suas sociedades controladas aos seus administradores que também integrem a Administração da Companhia, em razão das funções por eles desempenhadas nas referidas sociedades controladas.

Em que pese o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários não exija que a Assembleia Geral Ordinária do emissor aprove a remuneração a ser paga por sociedades controladas aos seus administradores, o Conselho de Administração optou por submeter tais valores ao escrutínio dos acionistas, reforçando seu compromisso com a transparência e com o estabelecimento de práticas de governança que promovam a adequada divulgação e o alinhamento de interesses em matérias que impactam, direta ou indiretamente, seus investidores.

A proposta de remuneração em referência foi elaborada pelo Comitê de Remuneração da Companhia com fundamento nos elementos previstos na Política de Remuneração e submetida ao Conselho de Administração para conhecimento e aprovação. Nesse processo, o Comitê de Remuneração considerou um conjunto de fatores, que inclui:

- O alinhamento da remuneração global proposta com as expectativas futuras da PRIO, como unidade de negócios, para geração de valor a longo prazo e as iniciativas concentradas para o exercício social em referência;
- A competitividade com programas de remuneração adotados por sociedades de porte similar ao da Companhia;
- O estímulo e a promoção da participação acionária a longo prazo; e
- A distribuição dos componentes de curto e longo prazos em consonância com os objetivos estratégicos essenciais da Companhia.

Considerando todo o exposto, em 16 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou a submissão à Assembleia Geral Ordinária da fixação do montante global de **até R\$ 250.000.000,00** a título de remuneração da Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2026.

¹ Segundo o disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, "recomenda-se, nos casos em que administradores da companhia aberta, que também ocupam cargos de administradores nas subsidiárias integrais e controladas, e recebem sua remuneração, tanto diretamente, pela própria companhia, quanto indiretamente, por meio dessas subsidiárias integrais e controladas, que levem ao escrutínio da assembleia geral da companhia aberta, tanto a parcela suportada pela própria companhia quanto a parcela suportada por suas subsidiárias integrais e controladas".

O montante global ora proposto representa o limite da remuneração que poderá ser paga aos integrantes da administração da Companhia pelo trabalho a ser realizado no ano de 2026. Os requisitos e demais fatores que ensejam o pagamento de remuneração aos integrantes da administração da Companhia poderão, ou não, se materializar ao longo do exercício social de 2026, sempre observado o limite da remuneração global anual aprovado na Assembleia Geral Ordinária.

Do referido montante global, (i) o montante de R\$ 149.664.275,48 se refere à remuneração a ser atribuída pela Companhia aos membros de sua Administração, em razão das funções por estes desempenhadas na própria Companhia; enquanto (ii) o montante de R\$ 100.335.724,52 diz

respeito à remuneração a ser paga por sociedades controladas da Companhia aos seus administradores que também integrem a administração da Companhia, em razão das funções desempenhadas por esses administradores nas referidas sociedades controladas.

A distribuição interna do montante global ora submetido poderá ser ajustada entre as sociedades ao longo do exercício social de referência em função de eventuais alterações na estratégia da Companhia, na estrutura organizacional ou de outras circunstâncias relevantes que venham a demandar a realocação dos valores entre as rubricas de remuneração, observado em qualquer hipótese o limite do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Remuneração da PRIO S.A.

Os valores abaixo referem-se ao montante que poderá ser pago aos administradores da PRIO S.A. pelo trabalho a ser realizado no ano de 2026 na Companhia.

REMUNERAÇÃO PRIO S.A. 2026				
ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
	R\$	US\$*	R\$	US\$*
Quantidade de membros	8		4	
Remuneração fixa	R\$ 1.920.000,00	US\$ 351.005,48	R\$ 3.120.000,00	US\$ 570.383,91
Benefícios	-	-	R\$ 737.272,00	US\$ 134.784,64
Bônus	-	-	R\$ 24.529.124,83	US\$ 4.484.300,70
Remuneração Baseada em Ações	-	-	R\$ 98.116.499,34	US\$ 17.937.202,80
Outros	R\$ 21.241.379,31	US\$ 3.883.250,33	-	-
Total	R\$ 23.161.379,31	US\$ 4.234.255,82	R\$ 126.502.896,17	US\$ 23.126.672,06

* Para fins de cálculo do valor em US\$, foi considerada a taxa de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025.

Remuneração de controlada da PRIO S.A.

Os valores em referência são o montante da remuneração que poderá ser pago aos administradores de controlada da PRIO S.A. (que também são administradores da PRIO) pelas funções exercidas em tais controladas no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia. Durante o curso do exercício social, a sociedade controlada responsável pelo pagamento da remuneração poderá variar, a depender da alocação dos projetos do grupo da Companhia e eventuais reorganizações societárias.

REMUNERAÇÃO CONTROLADA DA PRIO S.A. 2026		
ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	DIRETORIA CONTROLADA	
Quantidade de membros	2	
	R\$	US\$*
Remuneração fixa	R\$ 1.560.000,00	US\$ 285.191,96
Benefícios	R\$ 282.824,52	US\$ 51.704,67
Bônus	R\$ 19.698.580,00	US\$ 3.601.202,93
Remuneração Baseada em Ações	R\$ 78.794.320,00	US\$ 14.404.811,70
Outros	-	-
Total	R\$ 100.335.724,52	US\$ 18.342.911,25

* Para fins de cálculo do valor em US\$, foi considerada a taxa de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025.

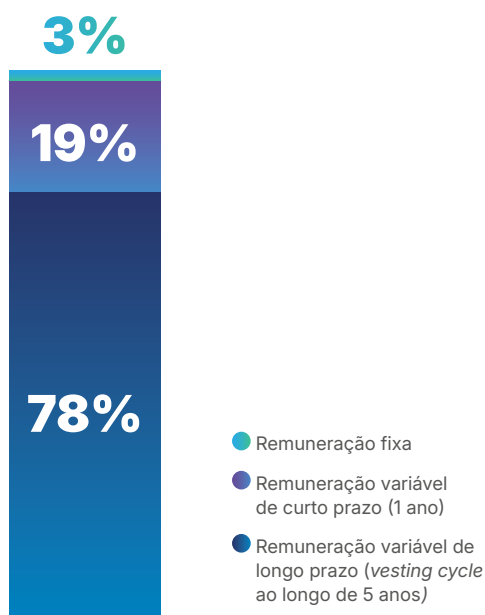
A remuneração anual global proposta nesta AGO representa o **limite máximo** do que poderá ser pago aos diretores da Companhia e das suas sociedades controladas em decorrência do desempenho da PRIO e do atingimento, por cada diretor, das metas coletivas e individuais fixadas para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

Remuneração executiva baseada no desempenho

A composição da remuneração para o exercício social de 2026 reflete o nosso foco no crescimento sustentável de longo prazo ao dar maior peso à remuneração variável baseada em ações para a Diretoria (paga ao longo de cinco anos).

Nossos programas de remuneração executiva são estruturados para alinhar a remuneração ao desempenho, promovendo nossas prioridades estratégicas, os interesses dos acionistas e reforçando o compromisso com a geração de valor sustentável. Para o ano de 2026, aproximadamente 97% da remuneração proposta para a Diretoria será baseada em desempenho, sendo 78% alocada especificamente na remuneração variável de longo prazo, a ser recebida ao longo dos próximos cinco anos, conforme os termos do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

MIX DE REMUNERAÇÃO PROPOSTA



Histórico de remuneração (PRIO e controlada)

Para fins de comparabilidade e transparência, apresentamos a seguir o resumo histórico do limite global da remuneração da Administração no último exercício social, bem como o montante proposto para o exercício de 2026.

O ajuste de 19% no valor proposto para 2026, em relação ao limite aprovado para o exercício de 2025, se justifica em razão de fatores, como: (i) projetos estratégicos relevantes para o exercício social de 2026, com destaque para a implementação e o desenvolvimento do Projeto Wahoo, que demanda maior nível de envolvimento da alta administração, incremento da complexidade decisória e acompanhamento contínuo de marcos técnicos, regulatórios e operacionais; (ii) a definição de metas e indicadores estratégicos mais abrangentes e desafiadores para o período, contemplando objetivos financeiros, operacionais, regulatórios e de sustentabilidade, com impacto direto sobre a geração de valor no médio e longo prazo; (iii) o aumento da complexidade operacional e regulatória das atividades da Companhia, decorrente da ampliação do portfólio de ativos, da maturação de projetos em fase de desenvolvimento e da

Tendo em vista a relevância dos indicadores de segurança para a Companhia, a ocorrência de acidente fatal ou acidente ambiental grave impede o pagamento de remuneração variável.

intensificação das interações com autoridades regulatórias e demais *stakeholders* relevantes; (iv) o alinhamento da estrutura remuneratória às práticas de mercado, em relação a companhias de porte, perfil de risco e complexidade operacional similares à da Companhia; e (v) o reforço

do alinhamento entre remuneração e desempenho, com maior ênfase em componentes atrelados ao atingimento de metas de longo prazo, à disciplina de capital e à execução eficiente da estratégia corporativa, em consonância com os interesses dos acionistas.

LIMITE DA REMUNERAÇÃO ANUAL TOTAL (PRIO E CONTROLADA)

2026	2025	Δ
R\$ 250.000.000,00	R\$ 210.000.000,00	19,0%
US\$ 45.703.839,12	US\$ 38.391.224,86	

* Para fins de cálculo do valor em US\$, foi considerada a taxa de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025.



8. FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Comentários do Conselho de Administração

Considerando a proposta de manutenção do Conselho Fiscal, a administração da Companhia submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Para a definição da proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social que se

encerrará em 31 de dezembro de 2026, o Comitê de Remuneração considerou o comportamento de remuneração de sociedades de porte similar ao da Companhia, apurando o grau de competitividade da estrutura de remuneração vigente, avaliando as práticas, programas e políticas de remuneração de um conjunto específico de sociedades (*peers*).

O que pagamos e porque pagamos

A remuneração do Conselho Fiscal consiste, exclusivamente, no pagamento de um valor fixo mensal (pró-labore), com o objetivo de remunerar os serviços de cada membro do Conselho Fiscal no âmbito das responsabilidades assumidas.

Além do pró-labore, os membros em exercício do Conselho Fiscal terão direito ao reembolso das despesas incorridas no exercício de suas funções, como com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento às reuniões do Conselho Fiscal.

ELEMENTOS DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL			
	ELEMENTO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
REMUNERAÇÃO FIXA	Pró-Labore	Consiste em valor fixo constituído por honorários mensais, compatíveis com o escopo de trabalho e responsabilidades do cargo, composto por 12 parcelas mensais.	Recompensar serviços, responsabilidades assumidas, experiência e desempenho individual de cada conselheiro.

Remuneração global prevista para 2026

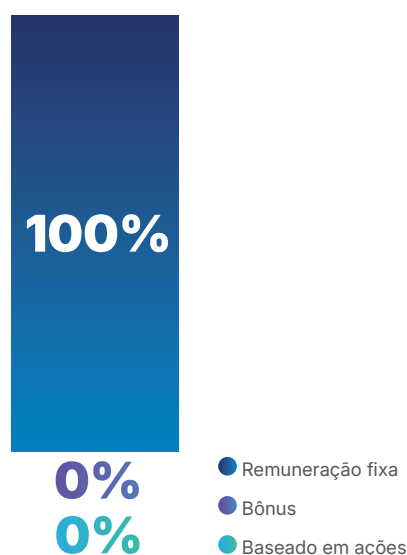
Em 16 de março de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal referente ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026, no montante de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), sem encargos.

A proposta de remuneração abaixo foi elaborada pelo Comitê de Remuneração da Companhia, com fundamento nos elementos previstos na Política de Remuneração, e submetida ao Conselho de Administração para conhecimento.

ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	CONSELHO FISCAL	
	R\$	US\$*
Quantidade de membros		3
Remuneração fixa	R\$ 540.000,00	US\$ 98.720,29
Benefícios	-	-
Bônus	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-
Outros	-	-
Total	R\$ 540.000,00	US\$ 98.720,29

* Para fins de cálculo do valor em US\$, foi considerada a taxa de câmbio do dia 31 de dezembro de 2025.

MIX DE REMUNERAÇÃO



DISPOSIÇÕES GERAIS



Confira a seguir os requisitos e as informações para participar da Assembleia Geral Ordinária.

Como funciona o direito de voto?

Cada ação ordinária da Companhia confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações da Ordem do Dia desta Assembleia Geral Ordinária, conforme os termos do Artigo 6º do Estatuto Social da PRIO.

Quais são os documentos necessários para participar da Assembleia?

Acionista Pessoa Física

- Comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; e/ou, no caso de acionista participante da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Ordinária.
- Documento original de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida).
- O procurador de um acionista pessoa física deve apresentar os seguintes documentos: (i) instrumento de mandato outorgado há, no máximo, um ano antes da data da Assembleia Geral Ordinária conferindo poderes especiais ao representante, que, no caso de acionista pessoa física, deverá ser outro acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, com as firmas reconhecidas em cartório; e (ii) documento original de identificação com foto do procurador (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida).

Acionista Pessoa Jurídica

- Comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; e/ou, no caso de acionista participante da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de até dois dias úteis antes da realização desta Assembleia Geral Ordinária.
- Comprovante da qualidade de administrador ou gestor do fundo de investimento ou equivalente no exterior (observada a política de voto do fundo) conferida à pessoa que o represente na Assembleia Geral Ordinária, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador.
- Cópia da versão vigente do regulamento consolidado do fundo de investimento.
- Cópia da versão vigente do estatuto ou contrato consolidado do administrador ou gestor do fundo, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas).
- Cópia da documentação societária do administrador ou gestor do fundo que comprove os poderes de representação do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia Geral Ordinária (e.g., ata de eleição do representante legal ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso).

- Originais dos documentos de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia Geral Ordinária (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida).
- O procurador de um acionista constituído sob a forma de fundo de investimento deve apresentar ainda os seguintes documentos: (i) instrumento de mandato outorgado há, no máximo, um ano antes da data da Assembleia Geral Ordinária, conferindo poderes especiais ao representante, com as firmas reconhecidas em cartório; e (ii) original do documento de identificação com foto do procurador (RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida).

Documentos estrangeiros ou provenientes do exterior

- As assinaturas e os documentos indicados acima que sejam estrangeiros ou tiverem sido elaborados no exterior deverão ser devidamente notariados e consularizados ou apostilados, conforme o caso. Caso o documento tenha sido elaborado em outra língua que não a portuguesa, também deverá ser disponibilizada a sua tradução juramentada para a língua portuguesa.

Qual a forma de envio do documento?

Os documentos deverão ser enviados pelos acionistas em vias digitais até às 17:30 horas do dia 15 de abril de 2026, por meio de mensagem eletrônica direcionada ao e-mail do Departamento de Relações com Investidores da Companhia: **ri@prio3.com.br**, indicando, como assunto do e-mail "AGO 2026 – Documentos para Admissão – NOME DO ACIONISTA".

O acionista que comparecer à Assembleia Geral Ordinária munido dos documentos obrigatórios até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral Ordinária poderá participar e votar na assembleia, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente.



Como deve proceder o acionista que optar por exercer o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância?

O Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia deve ser preenchido nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 81/2022").

Para participar da Assembleia a distância, o acionista da Companhia, seu representante legal ou procurador devidamente constituído deverá observar as seguintes instruções de preenchimento: (i) deverá ser indicado o nome completo, o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e o endereço eletrônico (e-mail) do acionista, nos campos próprios do Boletim de Voto a Distância; (ii) todos os campos do Boletim de Voto a Distância deverão estar devidamente preenchidos, de forma legível, sem rasuras ou emendas; (iii) todas as páginas do Boletim de Voto a Distância deverão estar rubricadas pelo seu signatário; e

(iv) a última página do Boletim de Voto a Distância deverá ser assinada pelo acionista, seu(s) representante(s) legal(is) ou seu procurador, e deverá ser reconhecida a firma da referida assinatura.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) preferencialmente, transmitir suas instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos; ou (ii) preencher e enviar o Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, tudo conforme as orientações constantes no Boletim de Voto a Distância para a Assembleia Geral Ordinária divulgado pela Companhia na presente data nos *websites* da Companhia (ri.prio3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/2022.



Qual o prazo para o recebimento dos Boletins?

Serão admitidos os Boletins de Voto a Distância recebidos pela instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de suas ações (agente escriturador de ações da Companhia), pelos agentes de custódia que prestem esse serviço (no caso de acionista titular de ações depositadas em depositário central), pelo depositário

central no qual as ações estejam depositadas e/ou diretamente pela Companhia, com até 4 (quatro) dias de antecedência da data de realização da AGO (*i.e.*, até o dia 13 de abril de 2026, inclusive), nos termos do art. 27 da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada. Eventuais Boletins de Voto a Distância recebidos após este prazo não serão processados pela Companhia.

Onde estão disponíveis os materiais da Assembleia?

As informações e demais documentos previstos na Resolução CVM nº 81/2022 referentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária estão

disponíveis aos acionistas na sede social da PRIO e nos websites da Companhia (ri.prio3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).





PRIO

Proposta da Administração e Manual de Participação da Assembleia Geral Ordinária

PRIO



PRIO S.A.

CNPJ/MF nº 10.629.105/0001-68

NIRE 33.3.0029084-2

COMPANHIA ABERTA

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2026**

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81/2022”), a Administração da PRIO S.A. (“PRIO” ou “Companhia”) vem apresentar a Proposta da Administração para os temas a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia **17 de abril de 2026, às 17:30 horas**, presencialmente, no edifício da sede da Companhia, localizado na Praia de Botafogo, nº 370, Botafogo, CEP 22.250-040, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

ÍNDICE

Editais de Convocação	2
<i>(Agenda da Assembleia)</i>	
Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia	7
<i>(Seção 2 do Formulário de Referência – art. 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022)</i>	
Proposta de Destinação dos Resultados	108
<i>(Informações constantes do Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022)</i>	
Informações Sobre os Candidatos Indicados pela Administração da Companhia para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal	120
<i>(Itens 7.3 a 7.6 da Seção 7 do Formulário de Referência – art. 11, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022)</i>	
Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal	161
<i>(Seção 8 do Formulário de Referência – art. 13, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022)</i>	

Edital de Convocação

(Agenda da Assembleia)

PRIO S.A.

CNPJ/MF nº 10.629.105/0001-68

NIRE 33.3.0029084-2

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da PRIO S.A. ("PRIO" ou "Companhia") convidados a participar da **Assembleia Geral Ordinária** da Companhia, a ser realizada no dia **17 de abril de 2026, às 17:30 horas**, de modo presencial, no edifício da sede da Companhia, localizado na Praia de Botafogo, nº 370, Botafogo, CEP 22.250-040, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro ("AGO" ou "Assembleia"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (b)** deliberar sobre a proposta da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (c)** fixar o número de membros que irão compor o Conselho de Administração e eleger os seus integrantes para mandato unificado de 2 (dois) anos, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2027;
- (d)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal da Companhia;
- (e)** eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (f)** fixar o limite do montante da remuneração global dos administradores (membros da Diretoria e do Conselho de Administração) da Companhia para o exercício social de 2026; e
- (g)** fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2026.

Informações aos acionistas:

1. Documentos referentes à AGO. As informações e demais documentos previstos na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), referentes às matérias a serem deliberadas na AGO, em especial a **Proposta da Administração**, estão disponíveis aos acionistas na sede social da PRIO e nos *websites* da Companhia (ri.prio3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).
2. Quórum de instalação da AGO. Conforme previsto no art. 135 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a AGO será instalada em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto.
3. Razões para realização da AGO presencialmente. Nos termos do art. 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que considerou mais adequada a realização da AGO de modo presencial por corresponder (a) à prática historicamente adotada pela Companhia nos exercícios sociais anteriores; e (b) o formato que permite, de maneira mais adequada e fluida, a condução da assembleia, permitindo discussões e debates por parte dos acionistas presentes. No mais, acionistas que não tenham interesse em participar das discussões e debates poderão exercer plenamente seus direitos de voto por meio do envio de Boletins de Voto a Distância.
4. Documentos para Admissão na AGO. De acordo com o art. 13 do Estatuto Social da Companhia e com o art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, para ser admitido na AGO, o acionista (ou seu representante legal) deverá apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início da realização da AGO, os seguintes documentos:
 - a) **acionista pessoa física:** (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; e/ou, no caso de acionista participante da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO; (ii) original de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional oficialmente reconhecida); e (iii) em caso de participação por procurador, todos os documentos listados no item "(d)" abaixo;
 - b) **acionista pessoa jurídica:** (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em

custódia; e/ou, no caso de acionista participante da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO; **(ii)** cópia da versão vigente do estatuto social, contrato social ou atos constitutivos consolidados, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas); **(iii)** cópia da documentação societária que comprove os poderes de representação do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGO (e.g., ata de eleição do representante legal ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso); **(iv)** originais dos documentos de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGO (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional oficialmente reconhecida); e **(v)** em caso de participação por procurador, todos os documentos listados no item “(d)” abaixo;

c) acionista constituído sob a forma de fundo de investimento:

(i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; e/ou, no caso de acionista participante da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGO; **(ii)** comprovante da qualidade de administrador ou gestor do fundo de investimento ou equivalente no exterior (observada a política de voto do fundo) conferida à pessoa que o represente na AGO, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; **(iii)** cópia da versão vigente do regulamento consolidado do fundo de investimento; **(iv)** cópia da versão vigente do estatuto social, contrato social ou atos constitutivos consolidados do administrador do fundo ou do gestor do fundo, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas); **(v)** cópia da documentação societária do administrador do fundo ou do gestor do fundo que comprove os poderes de representação do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGO (e.g., ata de eleição do representante legal ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso); **(vi)** originais dos documentos de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à AGO (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional oficialmente reconhecida); e **(vii)** em caso de participação por procurador, todos os documentos listados no item “(d)” abaixo; e

d) acionista representado por procurador: caso o acionista opte por ser representado por procurador na AGO, deverão ser apresentados, além dos documentos listados nos itens “(a)”, “(b)” ou “(c)” acima (conforme o caso), os

seguintes documentos: **(i)** instrumento de mandato outorgado há, no máximo, 1 (um) ano antes da data da AGO, conferindo poderes especiais ao representante, que no caso de acionista pessoa física, deverá ser outro acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os cotistas, com as firmas reconhecidas em cartório; e **(ii)** original do documento de identificação com foto do procurador (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteira de classe profissional oficialmente reconhecida).

Documentos estrangeiros ou provenientes do exterior: As assinaturas e os documentos indicados acima que sejam estrangeiros ou tiverem sido elaborados no exterior deverão ser devidamente notariados e consularizados ou apostilados, conforme o caso. Caso o documento tenha sido elaborado em outra língua que não a portuguesa, também deverá ser disponibilizada a sua tradução juramentada para a língua portuguesa.

Forma de envio: Os documentos listados acima deverão ser enviados pelos acionistas em vias digitais, até as 17:30 horas do dia 15 de abril de 2026, por meio de mensagem eletrônica direcionada ao e-mail do Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@prio3.com.br), indicando, como assunto do e-mail “AGO 2026 – Documentos para Admissão – NOME DO ACIONISTA”.

Não obstante o disposto acima, o acionista que comparecer à AGO munido dos documentos listados neste Edital de Convocação até o momento da abertura dos trabalhos da AGO poderá participar e votar na AGO, ainda que tenha deixado de enviá-los previamente.

5. Boletim de Voto a Distância. Serão admitidos os Boletins de Voto a Distância recebidos pela instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de suas ações (agente escriturador de ações da Companhia), pelos agentes de custódia que prestem esse serviço (no caso de acionista titular de ações depositadas em depositário central) e/ou diretamente pela Companhia, com até 4 (quatro) dias de antecedência da data de realização da AGO (i.e., até o dia 13 de abril de 2026, inclusive), nos termos do art. 27 da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada. Eventuais Boletins de Voto a Distância recebidos após este prazo não serão processados pela Companhia.

Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/2022 e os procedimentos descritos no corpo do Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela PRIO na presente data.

6. Solicitação de Envio de Documentos. O acionista poderá solicitar o envio, por e-mail, dos documentos convocatórios da AGO disponibilizados nesta data pela Companhia, mediante envio de mensagem eletrônica direcionada ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@prio3.com.br).

Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo necessário à requisição do voto múltiplo é de cinco por cento do capital social da Companhia. Destaca-se a importância de que eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com maior antecedência possível, de forma a facilitar o seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2026

Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure
Presidente do Conselho de Administração

Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

(Seção 2 do Formulário de Referência – art. 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022)

Nos termos dos artigos 122, inciso III, e 132, inciso, da Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia submete à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

As contas da Administração, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia, foram previamente analisados pelo Conselho de Administração, que aprovou a sua divulgação em reunião realizada em 10 de março de 2026 e deliberou por sua submissão à Assembleia Geral Ordinária em reunião realizada em 16 de março de 2026, após pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Os referidos documentos encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da PRIO e nos *websites* da Companhia (ri.prio3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Adicionalmente, documentos de suporte relevantes, incluindo os pareceres dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, podem ser consultados no *website* de Relações com Investidores da Companhia (ri.prio3.com.br).

Destaques das Demonstrações Financeiras

O exercício social de 2025 foi marcado por importantes marcos estratégicos para a Companhia. Dentre eles, destacam-se a assinatura dos contratos relativos à aquisição da participação remanescente de 60% e da operação do Campo de Peregrino; a concessão, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, da licença de instalação do Sistema de Desenvolvimento e Produção do Campo de Wahoo, viabilizando o início do projeto de desenvolvimento do ativo; e os avanços obtidos na eficiência operacional do Campo de Albacora Leste.

O período também foi marcado por desafios relevantes, em especial a paralisação temporária da produção no Campo de Peregrino, determinada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Durante o período de interdição do ativo, a Companhia atuou de forma contínua e coordenada com a então operadora do campo para atender às solicitações do órgão regulador e viabilizar a retomada segura das operações.

Após a desinterdição do campo e a obtenção das aprovações necessárias para a transferência da operação das instalações, a Companhia antecipou o fechamento (*closing*) da primeira etapa da transação, referente à aquisição de 40% de participação e à assunção da operação do campo, originalmente prevista para fevereiro de 2026. A conclusão dessa etapa permitiu à Companhia atingir o patamar de produção de aproximadamente 155 mil barris por dia, além de possibilitar o início imediato da captura de sinergias operacionais e da redução dos custos de extração (*lifting costs*).

Em linha com sua estratégia de geração consistente de valor aos acionistas ao longo de diferentes ciclos de mercado, a Companhia apresentou, em 2025, desempenho financeiro e operacional sólido.

Desempenho Financeiro e Operacional

A produção média atingiu o patamar recorde de **106,4 mil barris de óleo por dia**, impulsionada, entre outros fatores, pela incorporação da participação adicional de 40% e pela assunção da operação do Campo de Peregrino, decorrentes da antecipação do *closing* da transação para novembro de 2025. O volume total de vendas também alcançou nível recorde, totalizando **37,8 milhões de barris de óleo**, contribuindo para a geração de receita mesmo diante da retração dos preços do *Brent* observada ao longo do período.

Como resultado, a Companhia registrou EBITDA ajustado de R\$ 8,2 bilhões e lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões no exercício social de 2025.

Caixa, Dívida e Financiamentos

Com o objetivo de (i) assegurar recursos para a aquisição de novos ativos e bens, incluindo, por exemplo, a aquisição de 40% de participação no Campo de Peregrino, do qual a PRIO passou a ser operadora, bem como novas embarcações e materiais destinados às operações nos Campos de Albacora Leste e Frade; (ii) realizar atividades de perfuração e *workovers* nos Campos de Polvo e Tubarão Martelo; (iii) desenvolver o Campo de Wahoo; (iv) efetuar o pagamento dos *earn-outs* relativos à aquisição do Campo de Albacora Leste; (v) refinanciar parte dos financiamentos com vencimento em 2026 e 2027; e (vi) recomprar até a totalidade dos *bonds* emitidos em 2021, por meio de oferta pública de recompra (*Tender Offer*), a Companhia contratou novos financiamentos ao longo de 2025, otimizando sua estrutura de capital.

Considerando o índice de liquidez corrente e as projeções de geração de caixa da Companhia, a Administração entende que a Companhia apresenta posição de liquidez

satisfatória e solidez financeira suficientes para o cumprimento de suas obrigações perante terceiros e para o atendimento de suas necessidades de capital de giro.

A seguir, apresentam-se os índices de liquidez geral e de endividamento da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Índice de Estrutura Patrimonial		Índices de Solvência	
Capital de Terceiros / Capital Próprio ⁽¹⁾	Endividamento Geral ⁽²⁾	Liquidez Geral ⁽³⁾	Liquidez Corrente ⁽⁴⁾
1,49	0,60	0,25	1,82

(1) (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

(2) (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total

(3) (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

(4) Ativo Circulante / Passivo Circulante

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou importantes operações de financiamento, com destaque para a captação de aproximadamente US\$ 700 milhões por meio da emissão de *bonds* no mercado internacional e US\$ 745 milhões em debêntures no mercado doméstico – operações estratégicas para assegurar a liquidez adequada para a execução da estratégia de crescimento.

Caixa e Equivalentes

O saldo de caixa e equivalentes de caixa representa os recursos disponíveis para atendimento às necessidades de capital de giro da Companhia, aplicados em instrumentos financeiros de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor principal. Tais aplicações possuem prazos de vencimento que variam, em geral, de um dia a três meses, conforme as necessidades imediatas de caixa da Companhia.

No Brasil, os recursos são aplicados, principalmente, em operações compromissadas, certificados de depósito bancário (CDB) e fundos de investimento. No exterior, os recursos são mantidos predominantemente em contas correntes remuneradas. Essas aplicações são realizadas em instrumentos que permitem resgate imediato ou em prazos curtos, sem risco relevante de perda de valor do principal ou de rendimentos no momento do resgate.

A Companhia mantém seus recursos nas seguintes instituições financeiras:

Instrumento	Exposição da Moeda	Emissor(es)	Valor em R\$ ^(*)	% Caixa
Time Deposit/Conta Remunerada	USD	Citibank	2.146.568	63,17%
		Banco BTG Pactual		

		Banco Itaú		
		Banco Santander		
		Banco Safra		
Fundo Cambial	USD	Banco BTG Pactual	439.067	12,92%
Conta Corrente	USD	Standard Bank	579	0,02%
		Millennium BCP		
<i>Time Deposit</i> /Conta Remunerada	EUR	Citibank	2.500	0,07%
CDI/Compromissadas	BRL	Banco Bradesco	808.575	23,79%
		Citibank		
		Banco Itaú		
		Banco Santander		
Conta Corrente	BRL	Banco do Brasil	908	0,03%
		Banco BTG Pactual		
		Caixa Econômica Federal		
		Rendimento		

(*) Em milhares de Reais – R\$

Diante do exposto, a Administração entende que o exercício social de 2025 evidencia a solidez da estratégia de crescimento da Companhia, marcada pela expansão de seu portfólio de ativos, pela captura de sinergias operacionais e pela manutenção de disciplina financeira. Mesmo diante de desafios relevantes ao longo do período, a Companhia demonstrou capacidade de execução e resiliência operacional, alcançando níveis recordes de produção e vendas, além de preservar posição de liquidez adequada para suportar seus investimentos e obrigações financeiras.

Por fim, em conformidade com o art. 10, inciso III da Resolução CVM nº 81/2022, informações adicionais sobre a situação financeira da Companhia, encontram-se disponíveis abaixo, nos termos da Seção 2 do Formulário de Referência.

2. Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras comentadas neste item, exceto quando de outra forma indicado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Os valores consignados nesta Seção 2 estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia enviadas à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), inclusive as Notas Explicativas a elas relativas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.prio3.com.br/>) e no *website* da CVM (www.gov.br/cvm).

A análise da Administração da Companhia acerca dos resultados obtidos e as razões para a flutuação de valores das contas patrimoniais da Companhia constituem opinião em relação aos efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados da Companhia, seus dados patrimoniais e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se repetir no futuro.

A seguir são apresentadas, pela Administração da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com o objetivo de: (i) assegurar o pagamento de aquisições de novos ativos e bens, como, por exemplo, 40% do Campo de Peregrino (do qual a PRIO se tornou operadora), novas embarcações e materiais para Albacora Leste e Frade; (ii) realizar perfurações e *workovers* nos Campos de Polvo e Tubarão Martelo; (iii) desenvolver o Campo de Wahoo; (iv) realizar o pagamento dos *earn-outs* relativos ao Campo de Albacora Leste; (v) refinanciar parte dos financiamentos que venciam em 2026 e 2027; e (vi) recomprar até a totalidade dos *Bonds* emitidos em 2021 (“*Tender Offer*”), a Companhia contratou novos financiamentos ao longo de 2025, otimizando a sua estrutura de capital.

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez geral e endividamento da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Ano	ÍNDICE DE ESTRUTURA PATRIMONIAL		ÍNDICES DE SOLVÊNCIA	
	Capital de Terceiros / Capital Próprio ⁽¹⁾	Endividamento Geral ⁽²⁾	Liquidez Geral ⁽³⁾	Liquidez Corrente ⁽⁴⁾
31/12/2025	1,49	0,60	0,25	1,82
31/12/2024	1,15	0,53	0,27	2,16
31/12/2023	1,04	0,51	0,37	1,53

(1) (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

(2) (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total

(3) (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

(4) Ativo Circulante / Passivo Circulante

Considerando os valores calculados para os índices apresentados acima e principalmente levando em consideração o índice de liquidez corrente e a projeção de geração de caixa da Companhia, a administração considera que a Companhia se encontra com liquidez satisfatória e saúde financeira suficiente para atender as obrigações com terceiros e capital de giro.

O capital circulante líquido, calculado por meio da diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, totalizou um ativo circulante líquido de R\$ 4.310.770 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando condições suficientes para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido totalizava um ativo circulante líquido de R\$ 4.264.128 mil e R\$ 1.831.063 mil, respectivamente, demonstrando que a Companhia mantém, desde 2023, condições adequadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

(b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 encontra-se descrita abaixo:

Elemento	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2023	
	Valor ^(*)	% sobre total	Valor ^(*)	% sobre total	Valor*	% sobre total
Capital próprio	25.779.881	40,17%	25.924.192	46,50%	13.878.280	49,02%
Capital de terceiros	38.399.724	59,83%	29.821.973	53,50%	14.432.652	50,98%
Total do passivo e Patrimônio líquido	64.179.605	100%	55.746.165	100%	28.310.932	100%

(*) Valores em R\$ mil.

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital atual da Companhia, calculada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 25.779.881 mil, comparado com R\$ 25.924.192 mil em 31 de dezembro de 2024. A redução do patrimônio líquido em 0,56% deve-se principalmente ao lucro gerado ao longo do ano de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 25.924.192 mil, comparado com R\$ 13.878.280 mil em 31 de dezembro de 2023. O aumento do patrimônio líquido em 86,8% deve-se principalmente ao lucro gerado ao longo do ano de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 13.878.280 mil, comparado com R\$ 9.892.017 mil em 31 de dezembro de 2022. O aumento do patrimônio líquido em 40,3% deve-se principalmente ao lucro gerado ao longo do ano de 2023.

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura de capital da Companhia era composta por 40,17% de capital próprio (patrimônio líquido) e 59,83% de capital de terceiros (passivo total); em 31 de dezembro de 2024, a estrutura de capital da Companhia era composta por 46,5% de capital próprio (patrimônio líquido) e 53,5% de capital de terceiros (passivo total); enquanto que em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia

era composta por 49,02% de capital próprio (patrimônio líquido) e 50,98% de capital de terceiros (passivo total).

Ao longo dos anos de 2023, 2024 e 2025, a Companhia buscou manter-se mais capitalizada em razão das aquisições dos Campos de Albacora Leste e Peregrino e da incorporação de ações da Dommo Energia S.A. (atual PRIO Forte S.A.). Com efeito, dentre outros projetos, a Companhia firmou contratos de dívida com bancos de relacionamento e recorreu a emissões no mercado de capitais nacional e internacional via suas sociedades subsidiárias.

Nas linhas a seguir, são expostos os principais elementos dos financiamentos da Companhia que vigoraram ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, independentemente da data da sua contratação:

Financiamentos em vigor ao longo de 2025

Ao longo do ano de 2025, a Companhia celebrou operações de financiamento e captação de recursos junto a instituições financeiras e no mercado de capitais nacional e internacional, com o objetivo de fazer frente às suas obrigações financeiras decorrentes, principalmente, da aquisição do Campo de Peregrino e do desenvolvimento do Campo de Wahoo, conforme resumido a seguir.

Citibank

Em dezembro de 2023, a Petro Rio Jaguar Petróleo S.A., então controlada indireta da Companhia, que viria a ser incorporada e sucedida pela PRIO Forte S.A. ("PRIO Forte") em 31 de janeiro de 2025 ("Petro Rio Jaguar"), contratou Nota de Crédito à Exportação ("NCE") junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar, contratou nova NCE junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 200 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris S.A., controlada indireta da Companhia ("PRIO Tigris"), contratou nova NCE junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,50% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco ABC Brasil

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) com o Banco ABC no valor de US\$ 30 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,55% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

Banco Itaú

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou novo Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 200 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte celebrou aditamento contratual para realizar o pré-pagamento de US\$ 150 milhões. Na mesma ocasião, prorrogou o vencimento final do PPE para maio de 2028 com amortizações anuais a partir de 2027 e alterou a taxa de juros para TERM SOFR + 2,40% a.a.

Em maio de 2025, a PRIO Forte S.A., controlada indireta da Companhia (“PRIO Forte”), contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 150 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,20% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 75 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,42% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,47% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco Safra

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco Safra no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 18º mês, taxa de TERM SOFR + 2,40% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou dois ACCs junto ao Banco Safra no valor global de US\$ 25 milhões, ambos com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º

ano, taxa de 6,40% a.a., com pagamentos anuais de juros a partir do 2º ano e vencimento final em 26 meses.

Banco Santander

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 150 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,11% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em junho de 2025, a PRIO Forte realizou o pré-pagamento da totalidade do PPE junto ao Banco Santander.

Em junho de 2025, a PRIO Forte contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 200 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,20% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos semestrais de juros.

Banco da China

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco da China no valor de US\$ 35 milhões, com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de 5,90%, com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 48 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Forte contratou um PPE junto ao Banco da China no valor de US\$ 15 milhões, com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de TERM SOFR + 2,60% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 48 meses.

Banco HSBC

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 1,60% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 21 meses. Em junho de 2025, a PRIO Forte, na qualidade de sucessora da Petro Rio Jaguar, celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE de maio de 2026 para janeiro de 2028, mantendo as demais condições contratuais inalteradas.

Em setembro de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,00%

a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 20 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte, na qualidade de sucessora da Petro Rio Jaguar, celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE para janeiro de 2028. Na mesma ocasião, a PRIO Forte realizou nova captação no valor de US\$ 50 milhões, formalizada como aditivo ao instrumento original, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais, com vencimento final também em janeiro de 2028.

Banco Bradesco

Em setembro de 2024, a PRIO Bravo Ltda., controlada indireta da Companhia (“PRIO Bravo”), contratou PPE junto ao Banco Bradesco no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 6,00% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco BTG Pactual

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou ACC com o BTG no valor de US\$ 300 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,35% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte, na qualidade de sucessora da PetroRio Jaguar, celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final da operação para maio de 2027 e alterar a taxa de juros para 6,31% a.a. As demais condições contratuais foram mantidas inalteradas.

Em maio de 2025, a PRIO Forte contratou um ACC com o Banco BTG Pactual no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 6,31% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

J.P. Morgan

Em dezembro de 2024, a PRIO Forte contratou ACC com o J.P. Morgan no valor de US\$ 25 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,90% a.a. e vencimento final em 25 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou novo ACC com o J.P. Morgan no valor de US\$ 25 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,60% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Em dezembro de 2025, a PRIO Tigris contratou segundo ACC com o J.P. Morgan no valor de US\$ 50 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,55% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Morgan Stanley

Em abril de 2025, a PRIO Forte contratou um PPE com o Banco Morgan Stanley no valor de US\$ 50 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de SOFR + 1,90% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Sumitomo Mitsui Bank

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um PPE com o Sumitomo Mitsui Bank no valor de US\$ 150 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de SOFR+2,50% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco XP S/A

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou uma NCE junto ao Banco XP S/A no valor de R\$ 530,10 milhões (equivalente a US\$ 100 milhões na data de contratação), com amortização total no vencimento, taxa de CDI + 0,85% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Na mesma data, a PRIO Tigris contratou *swaps* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a NCE em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo dolarizado de 6,23% a.a.

Covenants Aplicáveis

Os contratos firmados com os bancos Citibank, Santander, HSBC, Safra, BTG, Banco da China, J.P. Morgan e Itaú possuem cláusulas de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas e considerando o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses do ativo adquirido, se aplicável). O limite máximo do índice é 2,5x e eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 30 de dezembro de 2025, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo as respectivas cláusulas dos contratos.

Bonds emitidos em junho de 2021

Em 9 de junho de 2021, a Petro Rio Luxembourg Trading S.à r.l., controlada indireta da Companhia, incorporada pela PetroRio Luxembourg Holding S.à r.l. (atualmente PRIO Luxembourg Holding S.à r.l.) em 27 de outubro de 2023 ("PetroRio Lux Trading"), emitiu títulos de dívida na forma de *senior secured notes* no mercado de capitais internacional, no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano ("2026 Senior Secured Notes"). A amortização do principal será realizada no vencimento, em 9 de junho de 2026, enquanto o pagamento dos juros é semestral, tendo a primeira amortização sido em dezembro de 2021.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (i.e., EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

Em 1º de outubro de 2025, foi lançada oferta pública (*Tender Offer*) para recompra de até a totalidade das 2026 *Senior Secured Notes*, no valor principal de US\$ 600 milhões ("Títulos Objeto da Tender Offer"). Conforme divulgado pela Companhia em 8 de outubro de 2025, a *Tender Offer*, expirada às 17h00 do dia 7 de outubro de 2025, resultou na aceitação da recompra de, aproximadamente, US\$ 431,2 milhões, representando cerca de 71,88% do total de Títulos Objeto da *Tender Offer* em circulação. No fechamento do exercício social de 2025, permaneciam em circulação títulos de dívida que perfazem o montante de, aproximadamente, US\$ 169,4 milhões.

Debêntures emitidas em agosto de 2022

Em 15 de agosto de 2022, a Petro Rio Jaguar realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$ 2.000.000.000,00, nos termos da então vigente Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Foram emitidas 1.500.000 debêntures na primeira série, com vencimento em 15 de agosto de 2032 ("Debêntures da Primeira Série"); e 500.000 debêntures na segunda Série, com vencimento em 15 de agosto de 2027 ("Debêntures da Segunda Série") ("1ª Emissão Jaguar"). A liquidação da 1ª Emissão Jaguar foi concluída em 24 de agosto de 2022.

Os recursos captados através da 1ª Emissão Jaguar foram destinados ao projeto de redensolvimento do Campo de Frade, bem como para o reforço do capital de giro da Companhia e para outros propósitos corporativos gerais.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de IPCA + 7,41% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros de CDI + 2,05% a.a. As duas séries têm vencimento semestral para os juros, sendo as datas para pagamento em 15 de agosto de 2032 para as Debêntures da Primeira Série e 15 de agosto de 2027 para as Debêntures da Segunda Série.

Na mesma data, a Petro Rio Jaguar celebrou instrumentos derivativos ("Contratos de Swap") destinados a cobrir os riscos de exposições cambiais das Debêntures (emitidas no

Brasil e em reais) e de volatilidade dos indexadores das debêntures emitidas no âmbito da 1ª Emissão Jaguar (IPCA e CDI).

Os Contratos de *Swap*, cujos prazos e taxas de juros idênticos àqueles previstos nas Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série, trocam, de forma prática, os valores em reais e as taxas de juros de IPCA + 7,41% a.a. e CDI + 2,05% a.a., respectivamente, em uma dívida em Dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a.

Debêntures emitidas em fevereiro de 2024

Em 9 de fevereiro de 2024 a Petro Rio Jaguar aprovou sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("RCVM 160"), no valor total de R\$ 2.000.000.000,00, tendo sido emitidas 800.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 800.000.000,00, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029 ("Debêntures de Primeira Série"); e 1.200.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 1.200.000.000,00, com vencimento em 15 de fevereiro de 2034 ("Debêntures de Segunda Série") ("2ª Emissão Jaguar"). A liquidação da 2ª Emissão Jaguar foi concluída em 29 de fevereiro de 2024.

Os recursos captados através da 2ª Emissão Jaguar foram destinados ao reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto de desenvolvimento do Campo de Wahoo.

As Debêntures da Primeira Série têm juros prefixados de 11,1155% a.a., e as Debêntures da Segunda Série têm juros prefixados de 6,4662% a.a.

Além disso, a Petro Rio Jaguar celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% a.a. e *duration* aproximada de 5,9 anos.

Debêntures emitidas em março de 2024

Em 25 de março de 2024, a Petro Rio Jaguar aprovou sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, no valor total de R\$ 1.300.000.000,00, tendo sido emitidas 520.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 520.000.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2029 ("Debêntures de Primeira Série"); e 780.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$

780.000.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2034 ("Debêntures de Segunda Série") ("3ª Emissão Jaguar"). A liquidação da 3ª Emissão Jaguar foi concluída em 15 de abril de 2024.

Os recursos captados através da 3ª Emissão Jaguar foram destinados ao reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao desenvolvimento do Campo de Wahoo.

As Debêntures da Primeira Série têm juros prefixados de 11,0121% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros prefixados de 6,5102% a.a.

Além disso, a Petro Rio Jaguar celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% a.a. e *duration* aproximada de 5,9 anos.

Debêntures emitidas em fevereiro de 2025

Em 5 de fevereiro de 2025, a PRIO Forte aprovou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, no valor total de R\$ 1.200.000.000,00, tendo sido emitidas 800.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 800.000.000,00, com vencimento em 20 de fevereiro de 2030 ("Debêntures de Primeira Série"); e 400.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 400.000.000,00, com vencimento em 20 de fevereiro 2032 ("Debêntures de Segunda Série") ("5ª Emissão Forte"). A liquidação da 5ª Emissão Forte foi concluída em 28 de fevereiro 2025.

Os recursos captados através da 5ª Emissão Forte foram destinados ao reforço do capital de giro da emissora, bem como para propósitos corporativos em geral.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de CDI + 1,20% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros de CDI + 1,35% a.a.

Além disso, a PRIO Forte celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,78% a.a. e *duration* aproximada de 4,4 anos.

Debêntures emitidas em junho de 2025

Em 23 de junho de 2025, a PRIO Forte aprovou sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública, registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, cuja escritura de emissão foi aditada em 4 de julho de 2025, no valor total de R\$ 3.000.000.000,00 na data de sua emissão, tendo sido emitidas 2.000.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 2.000.000.000,00 com vencimento em 15 de julho de 2030 ("Debêntures de Primeira Série"); e 1.000.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00, com vencimento em 15 de julho de 2032 ("Debêntures de Segunda Série") ("6ª Emissão Forte"). A liquidação da 6ª Emissão Forte foi concluída em 16 de julho de 2025.

Os recursos captados através da 6ª Emissão Forte foram destinados ao reforço do capital de giro da emissora, bem como para propósitos corporativos em geral.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de CDI + 1,45% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros de Série CDI + 1,60% a.a.

Além disso, a PRIO Forte celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,59% a.a. e *duration* aproximada de 4,4 anos.

Senior Notes emitidas em outubro de 2025

Em 1º de outubro de 2025, a PRIO Luxembourg Holding S.à. r.l., controlada indireta da Companhia ("PRIO Lux Holding"), emitiu novos títulos de dívida na forma de *senior notes*, a serem colocados no mercado internacional, sujeitos às condições de mercado e à conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento. As *senior notes* foram garantidas por meio de garantia fidejussória outorgada pela Companhia e por suas subsidiárias PRIO Bravo Ltda., da PRIO Forte S.A., da PRIO Tigris S.A. e da PRIO Comercializadora Ltda.

Em 6 de outubro de 2025, as *senior notes* foram precificadas em US\$ 700.000.000,00 ao custo de 6,75% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 2º ano ("2030 Senior Notes"). A amortização do principal será realizada no vencimento, em 15 de outubro de 2030, enquanto o pagamento dos juros é semestral, sendo a primeira amortização em abril de 2026. A liquidação das 2030 *Senior Notes* foi concluída em 15 de outubro de 2025.

Os recursos líquidos captados por meio das 2030 *Senior Notes* serão destinados, em parte, para fazer frente à operação de recompra dos Títulos Objeto da *Tender Offer*, acima detalhada. Eventual saldo remanescente será destinado para custear (i) fins corporativos gerais, incluindo pagamento de parte do preço de compra relativo à aquisição do campo de Peregrino; e (ii) o resgate dos Títulos Objeto da *Tender Offer* que permanecerem em circulação após a liquidação da operação de recompra.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações relacionadas aos seus compromissos financeiros e manteve a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos até 31 de dezembro de 2025, como esperado.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a administração entende que a Companhia vem de forma consistente cumprindo com seus compromissos financeiros de forma saudável e controlada.

Valores em R\$ mil	1T25	2T25	3T25	4T25
Lucro Líquido	2.072.659	680.674	348.705	(850.559)
Resultado Financeiro	481.631	504.544	758.847	296.911
Imposto de Renda	(1.487.932)	(1.107.521)	(505.455)	616.816
Depreciação e Amortização	1.560.134	1.267.414	1.177.179	1.850.156
-Efeitos Operacionais Não-recorrentes	83.355	271.405	44.617	92.491
EBITDA Ajustado	2.709.847	1.616.516	1.823.893	2.005.817
Efeito Pro Forma Aquisição Peregrino	1.525.055	873.748	391.403	2.481.845
EBITDA Ajustado LTM	11.069.930	9.154.824	8.617.831	10.637.918
Valores em R\$ mil	1T25	2T25	3T25	4T25
Empréstimos e Financiamentos (-)	18.219.427	19.877.860	24.412.400	27.110.817
Valores a Pagar por aquisição (-)	-	-	-	-
Caixa (+)	4.162.326	4.759.556	9.411.970	3.398.291
Dívida Líquida	14.057.101	15.118.304	15.000.430	23.712.526
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	1,27	1,65	1,74	2,23

Considerando a posição de liquidez, apresentada no subitem 2.1.(a) acima, os índices de liquidez corrente e índice de alavancagem previstas nos contratos financeiros, a administração acredita que a Companhia possui recursos financeiros suficientes para cobrir os investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação se manterá.

Em 31 de dezembro de 2025, a classificação de risco (*rating*) atribuída à Companhia é “brAAA” na escala nacional pela *Fitch Ratings* e *S&P Ratings* respectivamente, o que reforça a opinião da administração indicada acima. Na escala internacional, a classificação de risco de atribuída à Companhia é “BB+”, “BB” e “Ba3” para *Fitch Ratings*, *S&P Ratings* e *Moody's Ratings*, respectivamente. Em janeiro de 2026, a *Moody's Ratings* elevou o rating da Companhia na escala internacional para “Ba2” de “Ba3”.

(d) Fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou recursos por meio de aumentos de capital sem emissão de ações, emissão de dívidas com bancos e no mercado de capitais local e internacional, além de geração de caixa próprio.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 8.171.569 mil, R\$ 9.669.485 mil e R\$ 7.740.287 mil, respectivamente, enquanto suas atividades de investimento apresentaram aplicação de caixa líquido de R\$ 17.195.029 mil, R\$ 14.814.285 mil e R\$ 13.244.756 mil, respectivamente.

Por sua vez, em 31 de dezembro de 2025, os financiamentos da Companhia foram responsáveis por geração de caixa líquido no montante de R\$ 8.873.301 mil, ao passo que haviam representado geração de caixa líquido de R\$ 5.830.780 mil e aplicação de R\$ 917.103 mil nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 2.1.f.(i) abaixo.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o mercado de capitais local e internacional e financiamentos bilaterais diretamente com bancos com os quais já possui relacionamento, com o objetivo de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

Em fevereiro de 2024, março de 2024, fevereiro de 2025, junho de 2025 e outubro de 2025, a Companhia realizou, por meio de suas sociedades controladas, emissões de dívida nos mercados de capitais local (debêntures) e internacional (2030 *Senior Notes*), havendo a

possibilidade de realização de novas emissões pela Companhia e/ou outras sociedades controladas.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo as debêntures e os swaps de conversão emitidos em 2024 e 2025, era de aproximadamente R\$ 27.111 milhões. Para fins de comparação, esses saldos eram de aproximadamente R\$ 18.402 milhões e R\$ 7.312 milhões em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

A dívida líquida da Companhia é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures e os swaps de conversão, registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa.

No exercício social de 2025, a dívida líquida da Companhia totalizou aproximadamente R\$ 23.713 milhões (dívida líquida de aproximadamente R\$ 14.409 milhões em 31 de dezembro de 2024 e de R\$ 4.977 milhões em 31 de dezembro de 2023).

As principais características da dívida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo (valores indicados em milhares de reais):

Natureza	Moeda contratual	Taxa de Juros	Ano de Vencimento	Em 31 de dezembro de		
		(x% a.a.) ¹		2025	2024	2023
Citibank	US\$	SOFR+2,30% ou SOFR+2,50%	2027 e 2028	1.677.509	1.567.921	733.932
BTG	US\$	6,31%	2027	2.221.792	1.878.843	-
ABC	US\$	SOFR+2,55%	2027	165.445	-	156.282
Itaú	US\$	Entre SOFR+2,20% e SOFR+2,47%	2027 e 2028	1.795.199	1.260.040	489.695

Safra	US\$	6,40% ou SOFR+2,40%	2027 e 2028	423.652	317.299	182.576
Santander	US\$	SOFR+2,20% ou SOFR+2,30%	2027 e 2028	1.660.659	943.552	489.797
Banco da China	US\$	5,90% ou SOFR+2,60%	2028 e 2029	276.831	218.435	72.659
HSBC	US\$	SOFR+1,60% ou SOFR+2,00%	2028	1.401.109	1.264.967	145.321
Bradesco	US\$	6,00%	2027	552.899	622.223	
J.P. Morgan	US\$	Entre 5,55% e 5,90%	2027 e 2028	562.993	155.010	-
Sumitomo	US\$	SOFR+2,50%	2028	849.312	-	-
Morgan Stanley	US\$	SOFR+1,90%	2028	278.038	-	-
XP	US\$	6,23%	2028	531.004	-	-
<i>Bonds</i>	US\$	6,125% ou 6,75%	2026 e 2030	4.837.598	3.707.787	2.888.449
Debêntures	R\$	Entre 5,88% e 6,93%	2027 a 2034	9.943.197	6.465.871	1.839.678
Total				27.110.817	18.401.948	7.393.164

¹ A taxa de juros indicada é a taxa vigente em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 (valores indicados em milhares de reais):

Vencimento em 2026	Vencimento em 2027 em diante	Total
1.065.996	25.830.130	26.896.127

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes contratos de empréstimo e financiamento relevantes ativos:

Bonds emitidos em junho de 2021

Em 9 de junho de 2021, a Petro Rio Luxembourg Trading S.à r.l., controlada indireta da Companhia, incorporada pela Petro Rio Luxembourg Holding S.à r.l. (atualmente PRIO

Luxembourg Holding S.à r.l.) em 27 de outubro de 2023 ("Petro Rio Lux Trading"), emitiu títulos de dívida na forma de *senior secured notes* no mercado de capitais internacional, no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e com prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano ("2026 Senior Secured Notes"). A amortização do principal será realizada no vencimento, em 9 de junho de 2026, enquanto o pagamento dos juros é semestral, tendo a primeira amortização sido em dezembro de 2021.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (i.e., EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

Em 1º de outubro de 2025, foi lançada oferta pública (*Tender Offer*) para recompra de até a totalidade das *2026 Senior Secured Notes*, no valor principal de US\$ 600.000.000,00 ("Títulos Objeto da Tender Offer"). Conforme divulgado pela Companhia em 8 de outubro de 2025, a *Tender Offer*, expirada às 17h00 de 7 de outubro de 2025, resultou na aceitação da recompra de US\$ 431.267.000,00, representando cerca de 71,88% do total de Títulos Objeto da *Tender Offer* em circulação. Permanecem em circulação títulos de dívida que perfazem o montante de US\$ 169,4 milhões.

Debêntures emitidas em agosto de 2022

Em 15 de agosto de 2022, a Petro Rio Jaguar, controlada da Companhia, incorporada pela PRIO Forte em 31 de janeiro de 2025, realizou a 1º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$ 2.000.000.000,00, nos termos da então vigente Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, tendo sido emitidas 1.500.000 debêntures na primeira série, com vencimento em 15 de agosto de 2032 ("Debêntures da Primeira Série"); e 500.000 Debêntures na segunda série, com vencimento em 15 de agosto de 2027 ("Debêntures da Segunda Série") ("1ª Emissão Jaguar"). A liquidação da 1ª Emissão Jaguar foi concluída em 24 de agosto de 2022.

Os recursos captados através da 1ª Emissão foram destinados ao projeto de redensolvimento do Campo de Frade, bem como para o reforço do capital de giro da Companhia e para outros propósitos corporativos gerais.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de IPCA + 7,41% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros de CDI + 2,05% a.a. As duas séries têm vencimento semestral para os juros, sendo as datas para pagamento em 15 de agosto de 2032 para a as

Debêntures da Primeira Série e 15 de agosto de 2027 para as Debêntures da Segunda Série.

Na mesma data, a Petro Rio Jaguar, celebrou instrumentos derivativos ("Contratos de Swap") destinados a cobrir os riscos de exposições cambiais das Debêntures (emitidas no Brasil e em reais) e de volatilidade dos indexadores das debêntures emitidas no âmbito da 1ª Emissão Jaguar (IPCA e CDI).

Os Contratos de *Swap* cujos prazos e taxas de juros foram idênticos àqueles previstos nas Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série, trocam, de forma prática, os valores em reais e as taxas de juros de IPCA + 7,41% a.a. e CDI + 2,05% a.a., respectivamente, em uma dívida em Dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a.

Debêntures emitidas em fevereiro de 2024

Em 9 de fevereiro de 2024, a Petro Rio Jaguar aprovou sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM nº 160"), no valor total de R\$ 2.000.000.000,00 na data de sua emissão, tendo sido emitidas 800.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 800.000.000,00, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029 ("Debêntures de Primeira Série"); e 1.200.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 1.200.000.000,00, com vencimento em 15 de fevereiro de 2034 ("Debêntures de Segunda Série") ("2ª Emissão Jaguar"). A liquidação da 2ª Emissão Jaguar foi concluída em 29 de fevereiro de 2024.

Os recursos captados através da 2ª Emissão Jaguar foram destinados ao reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto de desenvolvimento do Campo de Wahoo.

As Debêntures da Primeira Série têm juros prefixados de 11,1155% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros prefixados de 6,4662% a.a.

Além disso, a Petro Rio Jaguar, celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão em conjunto com os referidos instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% a.a. e *duration* aproximada de 5,9 anos.

Debêntures emitidas em março de 2024

Em 25 de março de 2024, a Petro Rio Jaguar aprovou sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, no valor total de R\$ 1.300.000.000,00, tendo sido emitidas 520.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 520.000.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2029 ("Debêntures de Primeira Série"); e 780.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 780.000.000,00, com vencimento em 15 de abril de 2034 ("Debêntures de Segunda Série") ("3ª Emissão Jaguar"). A liquidação da 3ª Emissão Jaguar foi concluída em 15 de abril de 2024.

Os recursos captados através da 3ª Emissão Jaguar foram destinados ao reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao desenvolvimento do Campo de Wahoo.

As Debêntures da Primeira Série têm juros prefixados de 11,0121% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros prefixados de 6,5102% a.a.

Além disso, a Petro Rio Jaguar celebrou Contratos de Swap com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% a.a. e *duration* aproximada de 5,9 anos.

Debêntures emitidas em fevereiro de 2025

Em 5 de fevereiro de 2025, a PRIO Forte aprovou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, no valor total de R\$ 1.200.000.000,00, tendo sido emitidas 800.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 800.000.000,00, com vencimento em 20 de fevereiro de 2030 ("Debêntures de Primeira Série"); e 400.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 400.000.000,00, com vencimento em 20 de fevereiro de 2032 ("Debêntures de Segunda Série") ("5ª Emissão Forte"). A liquidação da 5ª Emissão Forte foi concluída em 28 de fevereiro 2025.

Os recursos captados através da 5ª Emissão Forte foram destinados ao reforço do capital de giro da emissora, bem como para propósitos corporativos em geral.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de CDI + 1,20% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros de CDI + 1,35% a.a.

Além disso, a PRIO Forte celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,78% a.a. e *duration* aproximada de 4,4 anos.

Debêntures emitidas em junho de 2025

Em 23 de junho de 2025, a PRIO Forte aprovou sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, destinada a investidores profissionais, para distribuição pública e registrada sob o rito automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, cuja escritura de emissão foi aditada em 4 de julho de 2025, no valor total de R\$ 3.000.000.000,00, tendo sido emitidas 2.000.000 debêntures na primeira série, no valor total de R\$ 2.000.000.000,00 com vencimento em 15 de julho de 2030 ("Debêntures de Primeira Série"); e 1.000.000 debêntures na segunda série, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00, com vencimento em 15 de julho de 2032 ("Debêntures de Segunda Série") ("6ª Emissão Forte"). A liquidação da 6ª Emissão Forte foi concluída em 16 de julho de 2025.

Os recursos captados através da 6ª Emissão Forte foram destinados ao reforço do capital de giro da emissora, bem como para propósitos corporativos em geral.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de CDI + 1,45% a.a. e as Debêntures da Segunda Série têm juros de Série CDI + 1,60% a.a.

Além disso, a PRIO Forte celebrou Contratos de *Swap* com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a emissão, em conjunto com os referidos instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,59% a.a. e *duration* aproximada de 4,4 anos.

Senior Notes emitidas em 2025

Em 1º de outubro de 2025, a PRIO Luxembourg Holding S.à. r.l., controlada indireta da Companhia ("PRIO Lux Holding"), emitiu novos títulos de dívida na forma de *senior notes*, a serem colocados no mercado internacional, sujeitos às condições de mercado e à conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento. As *senior notes* foram garantidas por meio de garantia fidejussória outorgada pela Companhia e por suas subsidiárias PRIO Bravo Ltda., PRIO Forte S.A., PRIO Tigris S.A. e PRIO Comercializadora Ltda.

Em 6 de outubro de 2025, as *senior notes* foram precificadas em US\$ 700.000.000,00 ao custo de 6,75% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 2º ano ("2030 Senior Notes"). A amortização do principal será realizada no vencimento, em 15 de outubro de 2030, enquanto pagamento dos juros é semestral, sendo a primeira

amortização em abril de 2026. A liquidação das 2030 *Senior Notes* foi concluída em 15 de outubro de 2025.

Os recursos líquidos captados por meio das 2030 *Senior Notes* serão destinados, em parte, para fazer frente à operação de recompra dos Títulos Objeto da *Tender Offer*, acima detalhada. Eventual saldo remanescente será destinado para custear (i) fins corporativos gerais, incluindo pagamento de parte do preço de compra relativo à aquisição do campo de Peregrino; e (ii) o resgate dos Títulos Objeto da *Tender Offer* que permanecerem em circulação após a liquidação da operação de recompra.

Citibank

Em dezembro de 2023, a Petro Rio Jaguar, controlada da Companhia, que viria a ser incorporada pela PRIO Forte em 31 de janeiro de 2025, contratou NCE junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou nova NCE junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 200 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou uma nova NCE junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,50% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco ABC Brasil

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou um ACC com o Banco ABC no valor de US\$ 30 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,55% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

Banco Itaú

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar, controlada da Companhia, que viria a ser incorporada pela PRIO Forte em 31 de janeiro de 2025, contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 200 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte celebrou aditamento contratual para realizar o pré-pagamento de US\$ 150 milhões. Na mesma ocasião, a

Companhia prorrogou o vencimento final do PPE para maio de 2028, com amortizações anuais a partir de 2027 e alterou a taxa de juros para TERM SOFR + 2,40% a.a.

Em maio de 2025, a PRIO Forte contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 150 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,20% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 75 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,42% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou novo PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,47% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco Safra

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco Safra no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 18º mês, taxa de TERM SOFR + 2,40% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou dois ACCs junto ao Banco Safra no valor global de US\$ 25 milhões, ambos com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de 6,40% a.a., com pagamentos anuais de juros a partir do 2º ano e vencimento final em 26 meses.

Banco Santander

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 150 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,11% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em junho de 2025, a PRIO Forte realizou o pré-pagamento da totalidade do PPE junto ao Banco Santander.

Em junho de 2025, a PRIO Forte contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 200 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa

de TERM SOFR + 2,20% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR + 2,30% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco da China

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco da China no valor de US\$ 35 milhões, com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de 5,90%, com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 48 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Forte contratou um PPE junto ao Banco da China no valor de US\$ 15 milhões, com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de TERM SOFR + 2,60% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 48 meses.

Banco HSBC

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou PPE junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 1,60% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 21 meses. Em junho de 2025, a PRIO Forte celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE de maio de 2026 para janeiro de 2028, mantendo as demais condições contratuais inalteradas.

Em setembro de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou novo PPE junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,00% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 20 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final do PPE para janeiro de 2028. Na mesma ocasião, a PRIO Forte realizou nova captação no valor de US\$ 50 milhões, formalizada como aditivo ao instrumento original, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais, com vencimento final também em janeiro de 2028.

Banco Bradesco

Em setembro de 2024, a PRIO Bravo contratou PPE junto ao Banco Bradesco no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 6,00% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco BTG Pactual

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou ACC com o BTG no valor de US\$ 300 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR + 2,35% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Em maio de 2025, a PRIO Forte celebrou aditamento contratual para prorrogar o vencimento final da operação para maio de 2027 e alterar a taxa de juros para 6,31% a.a. As demais condições contratuais foram mantidas inalteradas.

Em maio de 2025, a PRIO Forte contratou um ACC com o BTG no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 6,31% a.a., com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

J.P. Morgan

Em dezembro de 2024, a PRIO Forte contratou ACC com o J.P. Morgan no valor de US\$ 25 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,90% a.a. e vencimento final em 25 meses.

Em junho de 2025, a PRIO Tigris contratou um ACC com o J.P. Morgan no valor de US\$ 25 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,60% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Em dezembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um ACC com o J.P. Morgan no valor de US\$ 50 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,55% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Morgan Stanley

Em abril de 2025, a PRIO Forte contratou um PPE com o Banco Morgan Stanley no valor de US\$ 50 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de SOFR + 1,90% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Sumitomo Mitsui Bank

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou um PPE com o Sumitomo Mitsui Bank no valor de US\$ 150 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de SOFR + 2,50% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Banco XP S/A

Em setembro de 2025, a PRIO Tigris contratou uma NCE junto ao Banco XP S/A no valor de R\$ 530,10 milhões (equivalente a US\$ 100 milhões na data de contratação), com amortização total no vencimento, taxa de CDI + 0,85% a.a., com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Na mesma data, a PRIO Tigris contratou *swaps* (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a NCE em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo dolarizado de 6,23% a.a.

Covenants Aplicáveis

Os contratos firmados com os bancos Citibank, Santander, HSBC, Safra, BTG, Banco da China, J.P. Morgan e Itaú possuem cláusulas de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas e considerando o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses do ativo adquirido, se aplicável). O limite máximo do índice é 2,5x e eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 30 de dezembro de 2025, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo as cláusulas dos contratos.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os *bonds* emitidos em 9 de junho de 2021, com vencimento em 9 de junho de 2026, contam com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória da Companhia, da PRIO Internacional Ltda., da PRIO Forte S.A. (sucessora da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A., da Petro Rio do Brasil Exploração Petrolífera S.A. e da Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A.), da PRIO Bravo Ltda. (antiga Petro Rio White Shark Petróleo Ltda.), da PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.) e da PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.); (ii) ações e/ou quotas de emissão das

garantidoras, exceto pelas ações de emissão da Companhia, na forma de alienação fiduciária de ações e/ou quotas; e (iii) hipotecas dos FPSO Bravo e FPSO Valente.

A debêntures emitidas em 15 de agosto de 2022 são da espécie quirografária, e contam com garantia fidejussória da Companhia, da PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), da PRIO Bravo Ltda. e da PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.).

As debêntures emitidas em fevereiro de 2024 e em abril de 2024 contam com garantia fidejussória sob a forma de fiança outorgada pela Companhia e por suas controladas PRIO Comercializadora Ltda., PRIO Bravo Ltda. e PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.).

As debêntures emitidas em fevereiro de 2025 e junho de 2025 contam com garantia fidejussória sob a forma de fiança outorgada pela Companhia e por suas controladas PRIO Comercializadora Ltda., PRIO Bravo Ltda. e PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.).

Os *bonds* emitidos em 15 de outubro de 2025, com vencimento em 15 de outubro de 2030 (2030 *Senior Notes*), contam com a garantia fidejussória da Companhia, PRIO Forte S.A., PRIO Bravo Ltda., PRIO Tigris S.A. e PRIO Comercializadora Ltda.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens e/ou ações das sociedades operacionais integrantes do grupo econômico da Companhia foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (com redação dada pela Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020), qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Bonds emitidos em junho de 2021

Os *bonds* emitidos em 9 de junho de 2021, com vencimento em 9 de junho de 2026, não contêm cláusulas que sujeitem a Companhia a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e investimentos que sejam do curso normal do negócio e previstos no Estatuto Social da Companhia. Há previsão de

hipótese de vencimento antecipado consistente em eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão que motivem o rebaixamento das notas de crédito pelas agências de rating. A Companhia cumpre todas as disposições previstas no instrumento de emissão dos *bonds*.

A Companhia está sujeita a cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem nos *bonds* emitidos em 9 junho de 2021. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (i.e., EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). Caso haja aquisições durante o período de vigência dos *bonds*, será utilizado um EBITDA Ajustado *pro forma* que considerará os últimos 12 meses operacionais do ativo adquirido.

O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado e aceleração de outras dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido (em 2,2x), atendendo à cláusula do contrato.

Debêntures emitidas em agosto de 2022

O “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A.*” (“Escritura de Emissão”), celebrado em 20 de julho de 2022, e aditado em 17 de agosto de 2022 e 19 de março de 2024, entre a Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. (“Emissora”) (posteriormente incorporada pela PRIO Forte S.A.), conforme aditamento celebrado em 31 de janeiro de 2025, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na qualidade de fiadores, a Companhia, a PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.) e a PRIO Bravo Ltda. e a PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.) (“Fiadores”), possui, dentre outras, cláusulas restritivas (*covenants*) que se descumpridas irão ocasionar, nos termos abaixo:

(i) Vencimento Antecipado Automático em caso de:

(a) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); e

(b) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos acima do obrigatório determinado em lei e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto se, cumulativamente: (1) a Emissora e os Fiadores estiverem adimplentes perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, não houver descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido abaixo).

(ii) Vencimento Antecipado Não Automático em caso de:

(a) caso a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas contraíam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto (1) na hipótese em que, na data de contratação de tal(is) dívida(s), o resultado da divisão entre a Dívida Líquida (conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão) e o EBITDA Ajustado consolidado da Companhia dos últimos 12 meses seja igual ou inferior a 2,50x (“Índice Financeiro”); ou (2) caso sejam Dívidas Permitidas (conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão);

(b) se a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas controladas vender, transferir e/ou ceder de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo, em montante igual ou superior a 30%, em uma ou mais transações, do EBITDA Ajustado consolidado da Companhia, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, exceto (1) se realizada no âmbito de uma Reorganização Societária Permitida; ou (2) caso a Emissora realize a Oferta de Aquisição Obrigatória, sendo certo que, caso o prazo de 2 anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série não tenha transcorrido e a Oferta de Aquisição Obrigatória não seja permitida, nos termos da Cláusula 5.5.1.1 da Escritura de Emissão, a ocorrência deste evento acarretará o vencimento antecipado não automático das Debêntures da Primeira Série;

(c) realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Emissora sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, exceto pelos Investimentos Permitidos (conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão); e

(d) cisão, fusão ou incorporação (seja como incorporada ou incorporadora) da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas, exceto (1) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; ou (2) caso seja uma operação envolvendo exclusivamente controladas da Companhia, desde que não seja um dos Fiadores e/ou a Emissora; ou (3) se, cumulativamente, (3.1) a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária seja a Emissora, um dos Fiadores ou quaisquer das controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que não ocorra uma mudança do Controle indireto da Emissora e dos Fiadores, sendo certo que, caso a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária não seja a Emissora e/ou um dos Fiadores, a entidade sobrevivente outorgará uma Fiança, nos termos da Cláusula 4.25.1.1 da Escritura de Emissão; e (3.2) a entidade sobrevivente não seja uma pessoa sujeita a Sanções ou não esteja localizada em um Território Sancionado.

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas, mas não definidos neste item, têm o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

A Companhia está cumprindo as restrições previstas na Escritura de Emissão.

Debêntures emitidas em fevereiro de 2024

O “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, Registrada Sob o Rito Automático*” (“Escritura de Emissão”), celebrado em 9 de fevereiro de 2024 entre a Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. (“Emissora”) (posteriormente incorporada pela PRIO Forte S.A.), conforme aditamento celebrado em 31 de janeiro de 2025, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na qualidade de fiadores, a PRIO S.A., a PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), a PRIO Forte S.A., a PRIO Bravo Ltda. e a PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.) (“Fiadores”), possui, dentre outras, cláusulas restritivas (*covenants*) que se descumpridas irão ocasionar, nos termos abaixo:

(i) Vencimento Antecipado Automático em caso de:

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 Dias Úteis das respectivas datas de vencimento;

(b) (1) decretação de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer Controladas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora e/ou dos Fiadores que representem, no mínimo, 10% do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, apurado com base nas últimas informações financeiras auditadas ou revisadas divulgadas, conforme o caso; (2) pedido de autofalência pela Emissora, pelos Fiadores ou pelas Controladas Relevantes; (3) pedido de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (4) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes, exceto se no âmbito de qualquer Reorganização Societária Permitida, ou, ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, nacional ou estrangeira;

(c) propositura, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer Controlada Relevante, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ingresso, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de suspensão de execução de dívidas da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer Controlada Relevante para fins de preparação para pedido de recuperação judicial, nos termos do parágrafo 1º do artigo 20-B da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada;

(d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade;

(e) caso a Emissora e/ou os Fiadores venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, exceto se a transferência ou cessão for decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;

(f) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Emissora, pelos Fiadores ou qualquer sociedade de seu grupo econômico acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão;

(g) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à Emissão, bem como caso a Escritura de Emissão venha a se tornar totalmente inválida, nula, inexecutável, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial; e

(i) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da PRIO, distribuição e/ou pagamento, pela PRIO, de dividendos acima do obrigatório determinado em lei e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto se, cumulativamente: (1) a Emissora e os Fiadores estiverem adimplentes perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, não houver descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido abaixo).

(ii) Vencimento Antecipado Não Automático em caso de:

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 15 Dias Úteis, contados do respectivo inadimplemento, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(b) protestos de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se a Emissora e/ou os Fiadores comprovarem no prazo máximo de até 30 dias contados da data de recebimento da notificação do protesto, que (1) referido protesto foi indevidamente efetuado, ou foi susinado, cancelado ou objeto de medida judicial que o tenha susinado; (2) foi apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (3) o referido protesto foi pago;

(c) inadimplemento pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por quaisquer de suas controladas de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade, exceto se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento ou, na ausência de prazo específico, em até 5 Dias Úteis;

(d) a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas contraíam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto (a) na hipótese em que, na data de contratação de tal(is) dívida(s), o resultado da divisão entre a Dívida Líquida (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão) e o EBITDA Ajustado consolidado da PRIO dos últimos 12 meses seja igual ou inferior a 2,50x (“Índice Financeiro”); ou (b) caso sejam Dívidas Permitidas (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão). O cálculo do Índice Financeiro será realizado pela PRIO e encaminhado ao Agente Fiduciário, com base nas suas demonstrações financeiras trimestrais e nas suas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas (ou objeto de revisão especial), e apostas as respectivas rubricas pelos Auditores Independentes, ao final de cada trimestre, as quais deverão ser disponibilizadas juntamente com a memória de cálculo do Índice Financeiro, observado que tais informações serão consideradas como corretas e verídicas para todos os fins, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures;

(e) a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas controladas vender, transferir e/ou ceder de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões (conforme definidas abaixo) e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo (“Ativos”), em montante igual ou superior a 30%, em uma ou mais transações, do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, exceto (1) se realizada no âmbito de uma Reorganização Societária Permitida; ou (2) caso a Emissora realize a Oferta de Aquisição Obrigatória, sendo certo que, caso o prazo de 2 anos contados da Data de Emissão não tenha transcorrido e a Oferta de Aquisição Obrigatória não seja permitida a ocorrência deste evento acarretará o vencimento antecipado não automático das Debêntures;

(f) não cumprimento de decisão judicial ou arbitral, ou de decisão administrativa, cujos efeitos não sejam suspensos em até 30 dias corridos, contra a Emissora e/ou contra os Fiadores, em montante individual ou agregado, superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas;

(g) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou dos Fiadores, inclusive participações societárias das controladas, exceto com relação àqueles para os quais tenha sido obtido o respectivo efeito suspensivo em prazo não superior a 30 dias corridos;

(h) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, das Concessões (conforme abaixo definidas) ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões, por prazo igual ou superior a 60 dias corridos, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(i) realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Emissora sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, exceto pelos Investimentos Permitidos (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão);

(j) as declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nos demais documentos da Oferta forem falsas, não atuais, incorretas ou enganosas, nestes últimos casos em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

(k) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, nos casos em que referida não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão possa comprometer o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou dos Fiadores no âmbito da Escritura de Emissão, exceto (1) por aquelas autorizações, alvarás e licenças que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes; ou (2) se a exigência de tais autorizações, alvarás e licenças for revertida pela autoridade competente por meio de decisão no âmbito de processo judicial ou de outra forma legalmente remediada dentro de 15 dias contados da data de tal não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão;

(l) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória ou declaratória, contra a Emissora, que impeça comprovadamente a continuidade do Projeto pela Emissora;

(m) cisão, fusão ou incorporação (seja como incorporada ou incorporadora) da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas, exceto (1) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de

Emissão; ou (2) caso seja uma operação envolvendo exclusivamente controladas da PRIO, desde que não seja um dos Fiadores e/ou a Emissora; ou (3) se, cumulativamente, (3.1) a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária seja a Emissora, um dos Fiadores ou quaisquer das controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que não ocorra uma mudança do Controle indireto da Emissora e dos Fiadores (conforme definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, “Controle”, “Controlada”, “Controladora”, “Coligada” ou “Controle Comum”), sendo certo que, caso a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária não seja a Emissora e/ou um dos Fiadores, a entidade sobrevivente outorgará uma Fiança; e (3.2) a entidade sobrevivente não seja uma pessoa sujeita a Sanções ou não esteja localizada em um Território Sancionado (conforme definido abaixo) (“Reorganização Societária Permitida”);

(n) redução do capital social da PRIO, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se (1) para absorção de prejuízos acumulados; ou (2) decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;

(o) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal atualmente desenvolvida pela Emissora;

(p) extinção antecipada da concessão objeto dos contratos de concessão que sejam celebrados pela Emissora, pelos Fiadores ou por quaisquer de suas controladas, para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural, no âmbito dos respectivos projetos (em conjunto, os “Contratos de Concessão” e as “Concessões”, respectivamente), seja por término dos Contratos de Concessão em razão de caducidade, encampação, resilição, ou outros eventos que possam resultar no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(q) caso qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão venha a se tornar inválida, nula, inexequível, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial;

(r) cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora (categoria B) perante a CVM; e

(s) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão.

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas, mas não definidos neste subitem, terão o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

A Companhia está cumprindo as restrições previstas na Escritura de Emissão.

Debêntures emitidas em março de 2024

O “*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, Registrada Sob o Rito Automático*” (“Escritura de Emissão”), celebrado em 25 de março de 2024, e aditado em 28 de março de 2024, entre a Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. (“Emissora”) (posteriormente incorporada pela PRIO Forte S.A.), conforme aditamento celebrado em 31 de janeiro de 2025, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na qualidade de fiadores, a PRIO S.A., a PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), a PRIO Forte S.A., a PRIO Bravo Ltda. e a PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.) (“Fiadores”), possui, dentre outras, cláusulas restritivas (*covenants*) que se descumpridas irão ocasionar, nos termos abaixo:

(i) Vencimento Antecipado Automático em caso de:

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 Dias Úteis das respectivas datas de vencimento;

(b) (1) decretação de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer Controladas (conforme definido Escritura de Emissão) da Emissora e/ou dos Fiadores que representem, no mínimo, 10% do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, apurado com base nas últimas informações financeiras auditadas ou revisadas divulgadas, conforme o caso; (2) pedido de autofalência pela Emissora, pelos Fiadores ou pelas Controladas Relevantes; (3) pedido de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (4) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes, exceto se no âmbito de qualquer Reorganização Societária Permitida, ou, ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, nacional ou estrangeira;

- (c) propositura, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer Controlada Relevante, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ingresso, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de suspensão de execução de dívidas da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer Controlada Relevante para fins de preparação para pedido de recuperação judicial, nos termos do parágrafo 1º do artigo 20-B da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada;
- (d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade;
- (e) caso a Emissora e/ou os Fiadores venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, exceto se a transferência ou cessão for decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;
- (f) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Emissora, pelos Fiadores ou qualquer sociedade de seu grupo econômico acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão;
- (g) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à Emissão, bem como caso a Escritura de Emissão venha a se tornar totalmente inválida, nula, inexecutável, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial; e
- (i) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da PRIO, distribuição e/ou pagamento, pela PRIO, de dividendos acima do obrigatório determinado em lei e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto se, cumulativamente: (1) a Emissora e os Fiadores estiverem adimplentes perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) imediatamente antes e depois do

efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, não houver descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido abaixo).

(ii) Vencimento Antecipado Não Automático em caso de:

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 15 Dias Úteis, contados do respectivo inadimplemento, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

(b) protestos de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se a Emissora e/ou os Fiadores comprovarem no prazo máximo de até 30 dias contados da data de recebimento da notificação do protesto, que (1) referido protesto foi indevidamente efetuado, ou foi sustado, cancelado ou objeto de medida judicial que o tenha suspenso; (2) foi apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (3) o referido protesto foi pago;

(c) inadimplemento pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por quaisquer de suas controladas de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade, exceto se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento ou, na ausência de prazo específico, em até 5 Dias Úteis;

(d) caso a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas contraiam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto (1) na hipótese em que, na data de contratação de tal(is) dívida(s), o resultado da divisão entre a Dívida Líquida (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão) e o EBITDA Ajustado consolidado da PRIO dos últimos 12 meses seja igual ou inferior a 2,50x (“Índice Financeiro”); ou (2) caso sejam Dívidas Permitidas (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão). O cálculo do Índice Financeiro será realizado pela PRIO e encaminhado ao Agente Fiduciário, com base nas suas demonstrações financeiras trimestrais e nas suas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas (ou objeto de revisão especial), e apostas as respectivas rubricas pelos Auditores

Independentes, ao final de cada trimestre, as quais deverão ser disponibilizadas juntamente com a memória de cálculo do Índice Financeiro, observado que tais informações serão consideradas como corretas e verídicas para todos os fins, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures;

(e) se a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas controladas vender, transferir e/ou ceder de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões (conforme definidas abaixo) e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo (“Ativos”), em montante igual ou superior a 30%, em uma ou mais transações, do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, exceto (1) se realizada no âmbito de uma Reorganização Societária Permitida; ou (2) caso a Emissora realize a Oferta de Aquisição Obrigatória, sendo certo que, caso o prazo de 2 anos contados da Data de Emissão não tenha transcorrido e a Oferta de Aquisição Obrigatória não seja permitida a ocorrência deste evento acarretará o vencimento antecipado não automático das Debêntures;

(f) não cumprimento de decisão judicial ou arbitral, ou de decisão administrativa, cujos efeitos não sejam suspensos em até 30 dias corridos, contra a Emissora e/ou contra os Fiadores, em montante individual ou agregado, superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas;

(g) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou dos Fiadores, inclusive participações societárias das controladas, exceto com relação àqueles para os quais tenha sido obtido o respectivo efeito suspensivo em prazo não superior a 30 dias corridos;

(h) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, das Concessões (conforme abaixo definidas) ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões, por prazo igual ou superior a 60 dias corridos, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(i) realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Emissora sem o prévio e expresse consentimento dos

Debenturistas, exceto pelos Investimentos Permitidos (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão);

(j) as declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nos demais documentos da Oferta forem falsas, não atuais, incorretas ou enganosas, nestes últimos casos em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

(k) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, nos casos em que referida não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão possa comprometer o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou dos Fiadores no âmbito da Escritura de Emissão, exceto (1) por aquelas autorizações, alvarás e licenças que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes; ou (2) se a exigência de tais autorizações, alvarás e licenças for revertida pela autoridade competente por meio de decisão no âmbito de processo judicial ou de outra forma legalmente remediada dentro de 15 dias contados da data de tal não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão;

(l) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória ou declaratória, contra a Emissora, que impeça comprovadamente a continuidade do Projeto pela Emissora;

(m) cisão, fusão ou incorporação (seja como incorporada ou incorporadora) da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas, exceto (1) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; ou (2) caso seja uma operação envolvendo exclusivamente controladas da PRIO, desde que não seja um dos Fiadores e/ou a Emissora; ou (3) se, cumulativamente, (3.1) a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária seja a Emissora, um dos Fiadores ou quaisquer das controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que não ocorra uma mudança do Controle indireto da Emissora e dos Fiadores (conforme definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, “Controle”, “Controlada”, “Controladora”, “Coligada” ou “Controle Comum”), sendo certo que, caso a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária não seja a Emissora e/ou um dos Fiadores, a entidade sobrevivente outorgará uma Fiança; e (3.2) a entidade sobrevivente não seja uma pessoa sujeita a Sanções (conforme definido abaixo) ou não esteja

localizada em um Território Sancionado (conforme definido abaixo) ("Reorganização Societária Permitida");

(n) redução do capital social da PRIO, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se (1) para absorção de prejuízos acumulados; ou (2) decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;

(o) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal atualmente desenvolvida pela Emissora;

(p) extinção antecipada da concessão objeto dos contratos de concessão que sejam celebrados pela Emissora, pelos Fiadores ou por quaisquer de suas controladas, para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural, no âmbito dos respectivos projetos (em conjunto, os "Contratos de Concessão" e as "Concessões", respectivamente), seja por término dos Contratos de Concessão em razão de caducidade, encampação, resilição, ou outros eventos que possam resultar no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(q) caso qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão venha a se tornar inválida, nula, inexequível, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial;

(r) cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora (categoria B) perante a CVM; e

(s) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão.

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas, mas não definidos neste subitem, terão o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

A Companhia está cumprindo as restrições previstas na Escritura de Emissão.

Debêntures emitidas em fevereiro de 2025

O “*Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, Registrada sob o Rito Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Prio Forte S.A.*” (“Escritura de Emissão”), celebrado em 05 de fevereiro de 2025 entre a PRIO Forte (“Emissora”), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na qualidade de fiadores, a PRIO S.A., a PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), a PRIO Forte S.A., a PRIO Bravo Ltda. e a PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.) (“Fiadores”), possui, dentre outras, cláusulas restritivas (*covenants*) que, se descumpridas irão ocasionar, nos termos abaixo:

- (i) Vencimento Antecipado Automático em caso de:
 - (a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 Dias Úteis das respectivas datas de vencimento;
 - (b) (1) decretação de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer Controladas (conforme definido na Escritura de Emissão) da Emissora e/ou dos Fiadores que representem, no mínimo, 10% do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, apurado com base nas últimas informações financeiras auditadas ou revisadas divulgadas, conforme o caso (“Controladas Relevantes”); (2) pedido de autofalência pela Emissora, pelos Fiadores ou pelas Controladas Relevantes; (3) pedido de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (4) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes, exceto se no âmbito de qualquer Reorganização Societária Permitida, ou, ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, nacional ou estrangeira;
 - (c) propositura, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer Controlada Relevante, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ingresso, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de suspensão de execução de dívidas da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer Controlada Relevante para fins de preparação para pedido de recuperação judicial, nos termos do parágrafo 1º do artigo 20-B da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme

alterada ou, ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, nacional ou estrangeira;

(d) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade;

(e) caso a Emissora e/ou os Fiadores venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, exceto se a transferência ou cessão for decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;

(f) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Emissora, pelos Fiadores ou qualquer sociedade de seu grupo econômico acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão;

(g) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à Emissão, bem como caso de a Escritura de Emissão se tornar totalmente inválida, nula, inexecutável, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial; e

(i) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da PRIO, distribuição e/ou pagamento, pela PRIO, de dividendos acima do obrigatório determinado em lei e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto se, cumulativamente: (a) a Emissora e os Fiadores estiverem adimplentes perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (b) imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, não houver descumprimento do Índice Financeiro.

(ii) Vencimento Antecipado Não Automático em caso de:

(a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados do respectivo descumprimento, observados os respectivos

prazos de cura, quando aplicável, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou ao item (xxii) da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão;

(b) protestos de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se a Emissora e/ou os Fiadores comprovarem no prazo máximo de até 30 dias contados da data de recebimento da notificação do protesto, que (a) referido protesto foi indevidamente efetuado, ou foi susgado, cancelado ou objeto de medida judicial que o tenha suspendido; (b) foi apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) o referido protesto foi pago;

(c) inadimplemento pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por quaisquer de suas controladas de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade, exceto se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento ou, na ausência de prazo específico, em até 5 Dias Úteis;

(d) caso a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas contraíam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto (a) na hipótese em que, na data de contratação de tal(is) dívida(s), o resultado da divisão entre a Dívida Líquida (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão) e o EBITDA Ajustado consolidado da PRIO dos últimos 12 meses seja igual ou inferior a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) (“Índice Financeiro”); ou (b) caso sejam Dívidas Permitidas (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão). O cálculo do Índice Financeiro será realizado pela PRIO e encaminhado ao Agente Fiduciário, com base nas suas demonstrações financeiras trimestrais e nas suas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas (ou objeto de revisão especial), e apostas as respectivas rubricas pelos Auditores Independentes, ao final de cada trimestre, as quais deverão ser disponibilizadas juntamente com a memória de cálculo do Índice Financeiro, observado que tais informações serão consideradas como corretas e verídicas para todos os fins, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures;

(e) se a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas controladas vender, transferir e/ou ceder de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões (conforme

definidos na Escritura de Emissão) e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo (“Ativos”), em montante igual ou superior a 30%, em uma ou mais transações, do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, exceto (a) se realizada no âmbito de uma Reorganização Societária Permitida; ou (b) caso a Emissora realize a Oferta de Aquisição Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.4 da Escritura de Emissão;

(f) não cumprimento de decisão judicial ou arbitral, ou de decisão administrativa, cujos efeitos não sejam suspensos em até 30 dias corridos, contra a Emissora e/ou contra os Fiadores, em montante individual ou agregado, superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas;

(g) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou dos Fiadores, inclusive participações societárias das controladas, exceto com relação àqueles para os quais tenha sido obtido o respectivo efeito suspensivo em prazo não superior a 30 dias corridos;

(h) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, das Concessões ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões, por prazo igual ou superior a 60 dias corridos, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(i) realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Emissora sem o prévio e expresse consentimento dos Debenturistas, exceto pelos Investimentos Permitidos (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão);

(j) as declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nos demais documentos da Oferta forem falsas, não atuais, incorretas ou enganosas, nestes últimos casos em qualquer aspecto relevante, na data em que foram prestadas;

(k) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, nos casos em que referida não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão possa comprometer o cumprimento das obrigações

da Emissora e/ou dos Fiadores no âmbito da Escritura de Emissão, exceto (a) por aquelas autorizações, alvarás e licenças que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes; ou (b) se a exigência de tais autorizações, alvarás e licenças for revertida pela autoridade competente por meio de decisão no âmbito de processo judicial ou de outra forma legalmente remediada dentro de 15 dias contados da data de tal não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão;

(l) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória ou declaratória, contra a Emissora, que impeça comprovadamente a continuidade das atividades da Emissora;

(m) cisão, fusão ou incorporação (seja como incorporada ou incorporadora) da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; ou (b) caso seja uma operação envolvendo exclusivamente controladas da PRIO, desde que não seja um dos Fiadores e/ou a Emissora; ou (c) se, cumulativamente, (c.1) a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária seja a Emissora, um dos Fiadores ou quaisquer das controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que não ocorra uma mudança do Controle indireto da Emissora e dos Fiadores (conforme definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, “Controle”, “Controlada”, “Controladora”, “Coligada” ou “Controle Comum”), sendo certo que, caso a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária não seja a Emissora e/ou um dos Fiadores, a entidade sobrevivente outorgará uma Fiança, nos termos da Cláusula 4.23.1.1 da Escritura de Emissão; e (c.2) a entidade sobrevivente não seja uma pessoa sujeita a Sanções ou não esteja localizada em um Território Sancionado;

(n) redução do capital social da PRIO, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se (a) para absorção de prejuízos acumulados; ou (b) decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;

(o) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal atualmente desenvolvida pela Emissora;

(p) extinção antecipada da concessão objeto dos contratos de concessão que sejam celebrados pela Emissora, pelos Fiadores ou por quaisquer de suas controladas, para a

exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural (em conjunto, os “Contratos de Concessão” e as “Concessões”, respectivamente), seja por término dos Contratos de Concessão em razão de caducidade, encampação, resilição, ou outros eventos que possam resultar no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(q) caso qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão venha a se tornar inválida, nula, inexecutável, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial;

(r) cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora (categoria B) perante a CVM; e

(s) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão.

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas, mas não definidos neste subitem, terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

A Companhia e a Emissora (i.e., PRIO Forte S.A.) estão cumprindo as restrições previstas na Escritura de Emissão.

Debêntures emitidas em junho de 2025

O “*Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, Registrada sob o Rito Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Prio Forte S.A.*” (“Escritura de Emissão”), celebrado em 23 de junho de 2025 e aditado em 04 de julho de 2025 entre a PRIO Forte S.A. (“Emissora”), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e, na qualidade de fiadores, a PRIO S.A., a PRIO Comercializadora Ltda. (antiga Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.), a PRIO Forte S.A., a PRIO Bravo Ltda. e a PRIO Tigris S.A. (antiga PRIO Tigris Ltda.) (“Fiadores”), possui, dentre outras, cláusulas restritivas (*covenants*) que se descumpridas irão ocasionar, nos termos abaixo:

(i) Vencimento Antecipado Automático em caso de:

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 Dias Úteis das respectivas datas de vencimento;
- (b) (1) decretação de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer Controladas Emissora e/ou dos Fiadores que representem, no mínimo, 10% do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, apurado com base nas últimas informações financeiras auditadas ou revisadas divulgadas, conforme o caso ("Controladas Relevantes"); (2) pedido de autofalência pela Emissora, pelos Fiadores ou pelas Controladas Relevantes; (3) pedido de falência da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (4) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, dos Fiadores e/ou das Controladas Relevantes, exceto se no âmbito de qualquer Reorganização Societária Permitida, ou, ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, nacional ou estrangeira;
- (c) propositura, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por qualquer Controlada Relevante, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (d) ingresso, pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, ou ainda pedido de suspensão de execução de dívidas da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer Controlada Relevante para fins de preparação para pedido de recuperação judicial, nos termos do parágrafo 1º do artigo 20-B da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ou, ainda, a ocorrência de qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, nacional ou estrangeira;
- (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira (incluindo derivativos) e/ou obrigação financeira no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade;
- (f) transferência ou, por qualquer forma, cessão a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes das Debêntures pela Emissora e/ou pelos Fiadores, exceto se a transferência ou cessão for decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida

- (g) caso a Emissora e/ou os Fiadores venham a transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações decorrentes das Debêntures, exceto se a transferência ou cessão for decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;
- (h) questionamento judicial, administrativo e/ou arbitral, pela Emissora, pelos Fiadores ou qualquer sociedade de seu grupo econômico acerca da existência, validade, legalidade ou exequibilidade da Escritura de Emissão;
- (i) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à Emissão, bem como caso da Escritura de Emissão se tornar totalmente inválida, nula, inexecutável, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial; e
- (k) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da PRIO, distribuição e/ou pagamento, pela PRIO, de dividendos acima do obrigatório determinado em lei e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto se, cumulativamente: (a) a Emissora e os Fiadores estiverem adimplentes perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (b) imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, não houver descumprimento do Índice Financeiro.
- (ii) Vencimento Antecipado Não Automático em caso de:
- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes da Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados do respectivo descumprimento, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável, sendo certo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou ao item (xxii) da Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão;
- (b) protestos de títulos contra a Emissora e/ou os Fiadores, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se a Emissora e/ou os Fiadores comprovarem no prazo máximo de até 30 dias contados da data de recebimento da notificação do protesto, que (a) referido protesto foi

indevidamente efetuado, ou foi susgado, cancelado ou objeto de medida judicial que o tenha susgado; (b) foi apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; ou (c) o referido protesto foi pago;

(c) inadimplemento pela Emissora, pelos Fiadores e/ou por quaisquer de suas Controladas de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas em dívida financeira no mercado de capitais, local ou internacional, em valor unitário ou agregado, igual ou superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas, considerado separadamente para cada entidade, exceto se sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento ou, na ausência de prazo específico, em até 5 Dias Úteis;

(d) caso a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas Controladas contraíam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto (a) na hipótese em que, na data de contratação de tal(is) dívida(s), o resultado da divisão entre a Dívida Líquida (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão) e o EBITDA Ajustado consolidado da PRIO dos últimos 12 meses seja igual ou inferior a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) (“Índice Financeiro”); ou (b) caso sejam Dívidas Permitidas (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão). O cálculo do Índice Financeiro será realizado pela PRIO e encaminhado ao Agente Fiduciário, com base nas suas demonstrações financeiras trimestrais e nas suas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas (ou objeto de revisão especial), e apostas as respectivas rubricas pelos Auditores Independentes, ao final de cada trimestre, as quais deverão ser disponibilizadas juntamente com a memória de cálculo do Índice Financeiro, observado que tais informações serão consideradas como corretas e verídicas para todos os fins, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures;

(e) se a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas Controladas vender, transferir e/ou ceder de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo (“Ativos”), em montante igual ou superior a 30%, em uma ou mais transações, do EBITDA Ajustado consolidado da PRIO, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, exceto (a) se realizada no âmbito de uma Reorganização Societária Permitida; ou (b) caso a Emissora realize a Oferta de Aquisição Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.4 acima;

(f) não cumprimento de decisão judicial ou arbitral, ou de decisão administrativa, cujos efeitos não sejam suspensos em até 30 dias corridos, contra a Emissora e/ou contra

os Fiadores, em montante individual ou agregado, superior ao equivalente em reais a US\$ 50.000.000,00, ou o seu equivalente em outras moedas;

(g) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou dos Fiadores, inclusive participações societárias das Controladas, exceto com relação àqueles para os quais tenha sido obtido o respectivo efeito suspensivo em prazo não superior a 30 dias corridos;

(h) cessação, interrupção, abandono e/ou paralisação, de forma total ou parcial, das Concessões ou de qualquer ativo necessário à implementação ou operação das Concessões, por prazo igual ou superior a 60 dias corridos, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(i) realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Emissora sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, exceto pelos Investimentos Permitidos (conforme definido no Anexo I da Escritura de Emissão);

(j) as declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores nos demais documentos da Oferta forem falsas ou enganosas, ou, em qualquer aspecto relevante, desatualizadas ou incorretas, na data em que foram prestadas;

(k) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes, nos casos em que referida não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão possa comprometer o cumprimento das obrigações da Emissora e/ou dos Fiadores no âmbito da Escritura de Emissão, exceto (a) por aquelas autorizações, alvarás e licenças que estejam em processo tempestivo de obtenção ou renovação pela Emissora, pelos Fiadores e/ou pelas Controladas Relevantes; ou (b) se a exigência de tais autorizações, alvarás e licenças for revertida pela autoridade competente por meio de decisão no âmbito de processo judicial ou de outra forma legalmente remediada dentro de 15 dias contados da data de tal não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão;

(l) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória ou declaratória, contra a Emissora, que impeça comprovadamente a continuidade das atividades da Emissora;

(m) cisão, fusão ou incorporação (seja como incorporada ou incorporadora) da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas Controladas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas Controladas, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; ou (b) caso seja uma operação envolvendo exclusivamente Controladas da PRIO, desde que não seja um dos Fiadores e/ou a Emissora; ou (c) se, cumulativamente, (c.1) a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária seja a Emissora, um dos Fiadores ou quaisquer das Controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que não ocorra uma mudança do Controle indireto da Emissora e dos Fiadores (conforme definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, “Controle”, “Controlada”, “Controladora”, “Coligada” ou “Controle Comum”), sendo certo que, caso a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária não seja a Emissora e/ou um dos Fiadores, a entidade sobrevivente outorgará uma Fiança, nos termos da Cláusula 4.23.1.1 da Escritura de Emissão; e (c.2) a entidade sobrevivente não seja uma pessoa sujeita a Sanções ou não esteja localizada em um Território Sancionado (“Reorganização Societária Permitida”);

(n) redução do capital social da PRIO, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto se (a) para absorção de prejuízos acumulados; ou (b) decorrente de qualquer Reorganização Societária Permitida;

(o) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, exceto se tal alteração não resultar na mudança da atividade principal atualmente desenvolvida pela Emissora;

(p) extinção antecipada da concessão objeto dos contratos de concessão que sejam celebrados pela Emissora, pelos Fiadores ou por quaisquer de suas Controladas, para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou gás natural (em conjunto, os “Contratos de Concessão” e as “Concessões”, respectivamente), seja por término dos Contratos de Concessão em razão de caducidade, encampação, resilição, ou outros eventos que possam resultar no término antecipado da concessão, nos termos dos respectivos Contratos de Concessão, que resulte em uma redução de, no mínimo, 20% da receita bruta da PRIO, acumulada no período de 12 meses, conforme última

demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, conforme aplicável;

(q) caso qualquer disposição relevante da Escritura de Emissão venha a se tornar inválida, nula, inexecutável, ou ineficaz, por meio de decisão judicial, cujos efeitos não tenham sido suspensos em até 5 Dias Úteis contados da ciência, pela Emissora, da referida decisão judicial;

(r) cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora (categoria B) perante a CVM; e

(s) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto na Escritura de Emissão.

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas, mas não definidos neste subitem, terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

A Companhia e a Emissora (i.e., PRIO Forte S.A.) estão cumprindo as restrições previstas na Escritura de Emissão.

Senior Notes emitidas em outubro de 2025

As senior notes emitidas em 15 de outubro de 2025, com vencimento em 15 de outubro de 2030 (2030 *Senior Notes*), não contêm cláusulas que sujeitem a Companhia a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e investimentos que sejam do curso normal do negócio e previstos no Estatuto Social da Companhia. Há previsão de hipótese de vencimento antecipado consistente em eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão que motivem o rebaixamento das notas de crédito pelas agências de rating. A Companhia cumpre todas as disposições previstas no instrumento de emissão das 2030 *Senior Notes*.

A Companhia está sujeita a cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem nos 2030 *Senior Notes* emitidos em 15 de outubro de 2025. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (i.e., EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). Caso haja aquisições durante o período de vigência dos 2030 *Senior Notes*, será utilizado um EBITDA Ajustado *pro forma* que considerará os últimos 12 meses operacionais do ativo adquirido.

O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado e aceleração de outras dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido (em 2,2x), atendendo à cláusula do contrato.

Demais Contratos de Financiamento

Os contratos firmados com os bancos Citibank, Santander, HSBC, Safra, BTG, Banco da China, J.P. Morgan, Itaú, ABC, Sumitomo, Morgan Stanley e XP possuem cláusulas de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem, conforme descrito acima.

O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA ajustado dos últimos 12 meses (i.e., EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). Caso haja aquisições de ativos ou de participações societárias durante o período dos financiamentos, será utilizado um EBITDA ajustado *pro forma* que considerará os últimos 12 meses operacionais do ativo adquirido.

O limite máximo do índice de alavancagem previsto nos referidos contratos de financiamento é 2,5x. Eventual descumprimento deste índice resulta em restrição à contração de novas dívidas e distribuição de dividendos, não resultando em vencimento antecipado e/ou aceleração de outras dívidas.

Todavia, caso a Companhia descumpra o limite máximo do índice de alavancagem acima mencionado e não observe as restrições relativas à captação de novas dívidas e distribuição de dividendos, poderá ser declarado o vencimento antecipado das dívidas.

A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo às cláusulas dos contratos.

Além disso, destaca-se que os contratos de financiamento acima mencionados possuem *covenants* não financeiros usuais de mercado e divulgados no prospecto, que são acompanhados trimestralmente pela Companhia e pelo agente fiduciário ou entidade similar no caso dos *bonds* e financiamentos. Os *covenants* não financeiros em questão são plenamente atendidos pela Companhia.

Sobre esse particular, destaca-se abaixo os principais *covenants* não financeiros previstos nos referidos instrumentos:

- alienação de controle que resulte em impacto no *rating* da Companhia ou na capacidade de cumprimento da obrigação de pagamento prevista em contrato;
- alteração da principal atividade econômica da Companhia;
- não manutenção de principais ativos e propriedades com seguros; e
- enquadramento como “sociedade sancionada” pela OFAC (*Office of Foreign Assets Control*) dos Estados Unidos ou realização de operações de qualquer natureza com contrapartes restritas conforme definido pela lista da OFAC.

Por fim, a Companhia informa que todos os contratos relativos aos financiamentos obtidos pela Companhia que se encontravam em vigor em 31 de dezembro de 2025 possuíam previsão de *cross-default*.

(g) Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data de divulgação do Formulário de Referência, todos os financiamentos contratados pela Companhia haviam sido integralmente disponibilizados à Companhia, de modo que a Companhia já esgotou o limite de utilização de todos os seus financiamentos contratados.

Recorrentemente, a Companhia está em contato com as principais instituições financeiras brasileiras e estrangeiras com o objetivo de atualizar o limite de crédito de forma que fique condizente com a situação atual da Companhia. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. O resultado consolidado da Companhia inclui os resultados das suas controladas diretas PRIO Comercializadora Ltda. e PRIO Internacional Ltda. e indiretas, destacando-se a PRIO Luxembourg Holding S.à r.l., PRIO Forte S.A., PRIO Bravo Ltda. e PRIO Tigris S.A.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (valores indicados nas tabelas em milhares de reais).

Comparação dos resultados da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (demonstrativo de resultado)

	2025		2024	
Receita líquida	15.583.960	100,0%	14.360.653	100,0%
Custos dos produtos/serviços	(12.469.053)	-80,0%	(7.085.876)	-49,3%
Resultado bruto	3.114.907	19,9%	7.274.777	50,7%
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de geologia e geofísica	(11.014)	-0,1%	(46.868)	-0,3%
Despesas com pessoal	(400.861)	-2,6%	(224.535)	-1,6%
Despesas gerais e administrativas	(105.537)	-0,7%	(56.443)	-0,4%
Despesas com serviços de terceiros	(132.619)	-0,9%	(137.231)	-1,0%
Impostos e taxas	(12.631)	-0,1%	(31.674)	-0,2%
Despesa de depreciação e amortização	(151.055)	-1,0%	(106.422)	-0,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(491.868)	-3,2%	273.857	1,9%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.809.322	11,6%	6.945.461	48,4%
Despesas financeiras	359.744	2,3%	992.083	6,9%
Receitas financeiras	(2.401.679)	-15,4%	(1.576.425)	-11,0%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	(232.613)	-1,5%	6.361.119	44,3%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(419.518)	-2,7%	(567.521)	-4,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.903.610	18,6%	4.508.008	31,4%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	2.251.479	14,4%	10.301.606	71,7%

Receita líquida

A receita líquida totalizou R\$ 15.583.960 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 14.360.653 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação positiva de 8,52% deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos (37.837 mil barris em 2025 e 29.785 em 2024), compensados por um menor preço de venda equivalente impactado principalmente por um menor Brent no exercício (Brent médio de referência de US\$ 68,07/barril em 2025 e US\$ 80,88/barril em 2024).

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por campo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em R\$ milhões:

Elemento	31/12/2025						31/12/2024					
	Venda de óleo produzido						Venda de óleo produzido					
	Cluster Polvo + Tubarão Martelo	Frade	Albacora Leste	Peregrino ¹	Trading ²	Total	Cluster Polvo + Tubarão Martelo	Frade	Albacora Leste	Peregrino ¹	Trading ²	Total
Receita bruta	1.766	4.219	3.469	4.501	1.754	15.709	1.928	6.888	4.028	248	2.200	15.292
Deduções	(14)	(30)	(57)	(24)	-	(125)	(34)	(79)	(42)	-	-	(155)
Despesas de comercialização ³	-	-	-	-	-	-	(223)	(255)	(211)	-	(88)	(777)
Receita líquida	1.752	4.189	3.412	4.477	1.754	15.584	1.671	6.554	3.775	248	2.112	14.360

(1) Em 5 de dezembro de 2024, a PRIO concluiu a aquisição da participação de 40% do Campo de Peregrino e Pitangola em consórcio formado pela Companhia e pela então operadora dos campos, Equinor (com 60% de participação). Em 1º de maio de 2025 a PRIO assinou contrato para aquisição da participação total do consórcio, sendo parcialmente concluído em 11 de novembro de 2025 com a aquisição de mais 40% de participação e transferindo-se a operação dos campos à Companhia. A aquisição dos 20% remanescentes deve ser concluída até o final de 2026.

(2) Comercialização do petróleo bruto adquirido de empresas não pertencentes ao grupo PRIO.

(3) A partir do exercício de 2025 as despesas de comercialização passaram a ser apresentadas no custo da Companhia. Total no exercício: R\$ 975 milhões.

Custos totais

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 12.469.053 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 7.085.876 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação positiva de 75,97% deve-se principalmente ao maior custo de produção do campo de Peregrino.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Elemento	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2025	2024
Logística	(221.711)	(109.515)
Consumíveis	(625.186)	(564.534)
Operação e manutenção	(1.063.389)	(335.887)
Pessoal	(553.542)	(255.427)
Compra de óleo para revenda	(1.610.875)	(2.088.361)
Outros custos	(227.910)	(111.458)

Royalties e participação especial	(1.533.652)	(1.232.820)
Amortização CPC 06 (R2)	(298.515)	(182.841)
Depreciação e amortização	(5.405.313)	(2.205.033)
Total das operações continuadas	(11.540.093)	(7.085.876)
Despesas de comercialização	(928.960)	-
Total dos custos dos produtos vendidos	(12.469.053)	(7.085.876)

Resultado bruto

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.114.907 mil e de R\$ 7.274.777 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa variação negativa de 57,2% deve-se ao aumento do custo, impactado principalmente por maior custo de produção do campo de Peregrino, e menor Brent no exercício, culminando em uma receita operacional reduzida.

Despesas operacionais

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica reduziram de R\$ 46.868 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 11.014 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se principalmente a menor aquisição de dados sísmicos, que no exercício atual concentrou-se na contratação de licenças de acesso a dados sísmicos referentes ao campo de Peregrino.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram em R\$ 176.326 mil, ou 78,5%, de R\$ 224.535 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 400.861 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento da provisão de bônus do exercício.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$ 49.094 mil, ou 87%, de R\$ 56.443 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 105.537 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se principalmente a incorporação das atividades da subsidiária PRIO Tigris, controlada da

Companhia, detentora dos direitos sob o campo de Peregrino, na base consolidada da Companhia.

Despesas com serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros reduziram de R\$ 137.231 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 132.619 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, mantendo-se relativamente estáveis, sem impacto relevante no resultado operacional da Companhia.

Impostos e taxas

Os impostos e taxas reduziram de R\$ 31.674 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 12.631 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se principalmente a redução de impostos de importação ao longo do exercício.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 106.422 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 151.055 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se, principalmente, ao aumento do valor de base dos ativos depreciados em função de melhorias, parcialmente compensada pela redução da amortização da mais valia associada ao campo de Frade, em função da diminuição de sua curva de produção ao longo do exercício.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de uma receita de R\$ 273.857 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para uma despesa de R\$ 491.868 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se principalmente ao acordo para quitação da desmobilização do FPSO Polvo reconhecido no exercício no valor de R\$ 142.919 mil, de despesas vinculadas a parada não programada do campo Peregrino que totalizaram R\$ 194.765 mil e à variação relacionada a diminuição na reversão de provisões de contingências de natureza civil, em comparação ao exercício anterior, no montante de R\$ 310.178 mil.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia passou de uma despesa líquida de R\$ 584.342 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para uma despesa líquida de R\$ 2.041.935 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal aumento deve-se principalmente as seguintes variações: redução da receita em aplicações

financeiras no montante de R\$ 505.986 mil, aumento das despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 691.336 mil e despesa de variação cambial líquida de R\$ 260.271 mil.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 232.613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e de R\$ 6.361.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram de R\$ 3.940.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 para um efeito positivo de R\$ 2.484.092 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento de tributos diferidos no montante de R\$ 2.903.310 mil parcialmente compensado pelos tributos correntes no montante de R\$ 419.518 mil.

Lucro (prejuízo) consolidado do período

A Companhia registrou lucro de R\$ 2.251.479 mil em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o lucro de R\$ 10.301.606 mil registrado em 31 de dezembro de 2024.

Comparação dos resultados da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (demonstrativo de resultado)

	2024		2023	
Receita líquida	14.360.653	100,0%	11.905.041	100,0%
Custos dos produtos/serviços	(7.085.876)	-49,3%	(4.246.137)	-35,7%
Resultado bruto	7.274.777	50,7%	7.658.904	64,3%
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de geologia e geofísica	(46.868)	-0,3%	(24.362)	-0,2%
Despesas com pessoal	(224.535)	-1,6%	(234.697)	-2,0%
Despesas gerais e administrativas	(56.443)	-0,4%	(68.985)	-0,6%
Despesas com serviços de terceiros	(137.231)	-1,0%	(73.015)	-0,6%

Impostos e taxas	(31.674)	-0,2%	(29.144)	-0,2%
Despesa de depreciação e amortização	(106.422)	-0,7%	(137.190)	-1,2%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	273.857	1,9%	64.351	0,5%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.945.461	48,4%	7.155.862	60,1%
Despesas financeiras	(1.576.425)	-10,9%	(1.222.023)	-10,26%
Receitas financeiras	992.083	6,9%	170.833	1,4%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	6.361.119	44,3%	6.104.672	51,3%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(567.521)	-3,9%	(683.641)	-5,7%
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.508.008	31,4%	(241.126)	-2,0%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	10.301.606	71,7%	5.179.905	43,5%

Receita líquida

A receita líquida totalizou R\$ 14.360.653 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 11.905.041 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação positiva de 20,63% deve-se principalmente ao aumento das operações de revenda de óleo de terceiros ou *trading*, que trouxeram um acréscimo de R\$ 2.333.656 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por campo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 em R\$ milhões:

Elemento	31/12/2024						31/12/2023				
	Venda de óleo produzido						Venda de óleo produzido				
	Frade	Cluster Polvo + Tubarão Martelo ¹	Albacora Leste ²	Peregrino ³	Trading (**)	Total	Manati	Frade	Cluster Polvo + Tubarão Martelo ¹	Albacora Leste ²	Total
Receita bruta	6.888	1.928	4.027	248	2.200	15.293	76	7.407	2.437	3.088	13.008
Deduções	(79)	(34)	(41)	-	-	(155)	(13)	(245)	(47)	(118)	(423)
Despesas de comercialização	(255)	(223)	(211)	-	(88)	(777)	-	(485)	(111)	(85)	(680)
Receita líquida	6.554	1.671	3.775	248	2.112	14.361	63	6.676	2.279	2.886	11.905

(1) Com a conclusão da operação de incorporação das ações da Dommo Energia S.A. (atual PRIO Forte S.A.) pela Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. (controlada da Companhia, que veio a ser sucedida pela PRIO Forte S.A. em 31 de dezembro de 2024) em 9 de janeiro de 2023, a Companhia passou a deter 100% do Cluster Polvo e Tubarão Martelo.

(2) Em 26 de janeiro de 2023, a PRIO concluiu a aquisição da participação de 90% do Campo de Albacora Leste. Assim, o novo consórcio é formado pela Companhia, operadora do Campo, e pela Repsol Sinopec Brasil (com 10% de participação).

(3) Em 5 de dezembro de 2024, a PRIO concluiu a aquisição da participação de 40% do Campo de Peregrino. Assim, o novo consórcio é formado pela Companhia e pela operadora do Campo, Equinor (com 60% de participação).

(4) Destaque-se que não houve despesa de comercialização em 2022, pois o setor de comercialização do óleo produzidos nos referidos Campos apenas foi estruturado pela Companhia em 2023.

Custos totais

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 7.085.876 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 4.246.137 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação positiva de 66,88% deve-se principalmente ao aumento das compras de óleo para revenda no montante de R\$ 2.049.926 mil e ao aumento da depreciação no período no montante de R\$ 436.759 mil.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Elemento	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2024	2023
Logística	(109.515)	(107.103)
Consumíveis	(564.534)	(400.666)
Operação e manutenção	(335.887)	(300.715)
Pessoal	(255.427)	(239.636)
Compra de óleo para revenda	(2.088.361)	(38.435)
Outros custos	(111.458)	(107.573)
Royalties e participação especial	(1.232.820)	(1.134.614)
Amortização CPC 06 (R2)	(182.841)	(149.121)
Depreciação e amortização	(2.205.033)	(1.768.274)
Total das operações continuadas	(7.085.876)	(4.246.137)

Resultado bruto

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.274.777 mil e de R\$ 7.658.904 mil em 2023. Essa variação negativa de 5% deve-se em razão dos motivos acima expostos.

Despesas operacionais

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica aumentaram de R\$ 24.362 mil em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 46.868 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal aumento refere-se principalmente à aquisição de dados sísmicos na bacia de Campos (norte).

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal reduziram em R\$ 10.162 mil, ou 28,4%, de R\$ 234.697 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 224.535 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal redução deve-se principalmente à revisão das projeções para provisão de bônus do exercício.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram em R\$ 12.542 mil, ou 18%, de R\$ 68.985 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 56.443 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal variação deve-se principalmente à redução de projetos da Companhia em comparação com o ano de 2023.

Despesas com serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros aumentaram de R\$ 73.015 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 137.231 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal aumento deve-se principalmente à realização de maiores gastos com serviços jurídicos e consultorias estratégicas no período.

Impostos e taxas

Os impostos e taxas aumentaram de R\$ 29.144 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 31.674 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal aumento deve-se principalmente ao aumento na importação de bens e serviços com a incidência de impostos e efeitos do aumento do câmbio médio em 2024 em comparação com 2023.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 106.422 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 137.190 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Tal redução deve-se principalmente à menor amortização da mais valia da aquisição da Dommo Energia S.A. (atual PRIO Forte S.A.), devido ao impacto na revisão das reservas do Campo de Tubarão Martelo.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de uma receita de R\$ 64.351 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para uma receita de R\$ 273.857 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal aumento deve-se principalmente à reversão de provisões para contingências regulatórias no montante de R\$ 306.329 mil.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia passou de uma despesa líquida de R\$ 1.051.190 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para uma despesa líquida de R\$ 584.342 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal redução deve-se principalmente ao efeito positivo do aumento da receita com aplicações financeiras no montante de R\$ 682.574 mil parcialmente compensando com o efeito negativo do aumento das despesas com juros sobre empréstimos no montante de R\$ 337.148 mil.

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 6.361.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e de R\$ 6.104.672 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram de R\$ 924.767 mil de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para um efeito positivo de R\$ 3.940.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Tal variação deve-se principalmente ao registro integral do crédito de R\$ 6.366.676 mil referente ao prejuízo fiscal da PRIO Forte S.A. (antiga Dommo Energia S.A.) em função da transferência dos ativos Frade, Albacora Leste e Wahoo para a referida sociedade, suportando a realização desses créditos.

Lucro (prejuízo) consolidado do período

A Companhia registrou lucro de R\$ 10.301.606 mil em 31 de dezembro de 2024, em comparação com lucro de R\$ 5.179.905 mil registrado em 31 de dezembro de 2023.

FLUXO DE CAIXA

A condição financeira e liquidez da Companhia são e continuarão sendo influenciadas por diversos fatores, incluindo:

- mudanças no preço do petróleo e gás natural e sua capacidade gerar fluxos de caixa derivados das suas operações;
- seus requisitos de investimentos para suas operações de desenvolvimento e produção; e

- o nível do seu endividamento pendente e os juros que é obrigada a pagar com relação a essa dívida.

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido historicamente contribuições de patrimônio líquido, financiamento de dívidas, incluindo empréstimos bancários de longo prazo, e caixa gerado pelas suas operações. No passado, a Companhia também celebrou contratos de pagamento antecipado e de compra mínima garantida.

O fluxo de caixa operacional da Companhia poderá diminuir devido a eventos imprevisíveis, incluindo restrições de entrega ou uma queda prolongada dos preços do petróleo e gás. Nesse caso, a Companhia poderá examinar medidas como reduções adicionais dos programas de investimentos, contratos de pagamento antecipado de petróleo, disposição de bens ou emissão de ações, entre outros.

Os ajustes de conversão apresentados nos fluxos de caixa se referem à conversão dos saldos de caixa dos balanços de empresas que estão no exterior e não tem como moeda funcional o real. Não se trata de uma entrada ou saída efetiva de caixa, e sim um ajuste de tradução de demonstrações financeiras para o real.

Constam, na tabela abaixo, as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (valores indicados em milhares de reais):

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	AH%*
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	8.171.569	9.669.485	7.740.287	-15%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	(17.195.029)	(14.814.285)	(13.244.756)	16%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	8.873.301	5.830.780	(917.103)	52%
Ajuste de conversão	(444.909)	971.975	(855.986)	-146%
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa	(595.068)	1.657.958	(7.277.558)	-136%

Em milhares de R\$, exceto %

*A Análise Horizontal ("AH") compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (FLUXO DE CAIXA)

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais alcançou o valor de R\$ 8.171.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o valor de R\$ 9.669.485 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação negativa de aproximadamente R\$ 1.497.916 mil deve-se principalmente a redução do lucro do exercício.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado negativo de R\$ 17.195.029 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e de R\$ 14.814.285 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação de R\$ 2.380.744 mil decorreu principalmente da aquisição da participação adicional de 40% dos campos Peregrino e Pitangola e de gastos com desenvolvimento do campo Wahoo.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido positivo de R\$ 8.873.301 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a uma geração de caixa de R\$ 5.830.780 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação positiva de R\$ 3.042.521 mil decorreu, principalmente, do ingresso de recursos relacionados à emissão de *bonds* realizada em outubro de 2025, bem como às 5ª e 6ª emissões de debêntures não conversíveis em ações, realizadas em fevereiro e julho de 2025, respectivamente. Esses ingressos foram parcialmente compensados pelo pagamento e amortização de dívidas previamente contratadas ao longo do exercício.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (FLUXO DE CAIXA)

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais alcançou o valor de R\$ 9.669.485 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com o valor de R\$7.740.287 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação positiva de aproximadamente R\$ 1.929.198 mil deve-se principalmente ao aumento do lucro antes dos impostos.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado negativo de R\$ 14.814.285 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e de R\$ 13.244.756 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação de R\$ 1.569.529 mil decorreu principalmente da aquisição de 40% dos campos Peregrino e Pitangola, parcialmente compensada pelo efeito não recorrente das aquisições do campo de Albacora Leste e da participação societária da PRIO Forte S.A. (antiga Dommo Energia S.A.) ocorridas em 2024.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido positivo de R\$ 5.830.780 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, comparado a uma geração de caixa de R\$ 917.103 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A variação positiva de R\$ 6.747.883 mil ocorreu principalmente pelo recebimento de recursos em razão da contratação de novos empréstimos e da 2ª e 3ª emissão de debêntures.

2.2. Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido no *cluster* composto pelos Campos de Polvo e Tubarão Martelo (11,2%), Frade (26,9%), Albacora Leste (21,9%) e Peregrino (28,7%), bem como pela comercialização de óleo comprado de terceiros (11,2%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido no *cluster* composto pelos Campos de Polvo e Tubarão Martelo (11,6%), Frade (45,7%), Albacora Leste (26,3%) e Peregrino (1,7%), bem como pela comercialização de óleo comprado de terceiros (14,7%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido no *cluster* composto pelos Campos de Polvo e Tubarão Martelo (19,1%), Frade (56,1%), Albacora Leste (24,2%), bem como pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (0,5%).

Desenvolvimento e exploração de reservas

Os resultados operacionais da Companhia dependem da sua capacidade de desenvolver e explorar, com sucesso, as reservas de petróleo e gás natural nos blocos existentes da Companhia, assim como adquirir (inclusive por meio de rodadas de licitações) ou obter acesso a novas reservas de petróleo e gás natural. Embora a Companhia tenha relatórios geológicos que avaliam as reservas provadas, prováveis e possíveis, não se pode garantir que a Companhia continuará sendo bem-sucedida na exploração, extração, desenvolvimento e produção comercial de petróleo e gás natural. A Companhia acredita que o cálculo geológico e petro-físico é complexo e possui incertezas, sendo possível que as atividades atuais da Companhia de desenvolvimento de seus ativos resultem em níveis de produção inferiores aos que foram projetados. Também é possível que exista uma futura exploração nos atuais ativos ou nos ativos que a Companhia venha a comprar futuramente que não, necessariamente, resulte em descobertas adicionais e, mesmo que a Companhia possa fazer as referidas descobertas de maneira bem-sucedida, não há certeza de que as referidas descobertas serão viáveis comercialmente para a produção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a variação dos investimentos da Companhia, considerando seus ativos intangíveis e imobilizados, foi de R\$ 6,2 bilhões (US\$ 1,1 bilhão), composto principalmente pela aquisição adicional de 40% de participação

e operação dos Campos de Peregrino e Pitangola, no montante de R\$ 11 bilhões (US\$ 2 bilhões), bem como gastos relacionados ao desenvolvimento de outros ativos, destacando-se o Campo de Wahoo, no montante de R\$ 3,4 bilhões (US\$ 0,6 bilhão). Esses valores foram parcialmente compensados pela depreciação reconhecida no período, que totalizou R\$ 5,4 bilhões (US\$ 0,9 bilhão) e efeitos do ajuste de conversão no montante de R\$ 4,4 bilhões (US\$ 0,8 bilhão).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a variação dos investimentos da Companhia, considerando seus ativos intangíveis e imobilizados, foi de R\$ 19 bilhões (US\$ 3 bilhões), composto de R\$ 10,9 bilhões (US\$1.765 milhão) para a aquisição de 40% de participação nos Campos de Peregrino e Pitangola, R\$ 3,5 bilhões (US\$ 0,5 bilhão) em gastos de desenvolvimento, destacando-se Wahoo, e à revitalização dos campos de Frade, Albacora e cluster TBMT-Polvo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a variação dos investimentos da Companhia, considerando seus ativos intangíveis e imobilizados, foi de R\$ 13 bilhões (US\$ 2,5 bilhões), composto de R\$ 9 bilhões (US\$ 1,7 bilhão) para a aquisição do Campo de Albacora Leste, da incorporação das ações da então denominada Dommo Energia S.A. (atual PRIO Forte S.A.), e R\$ 4 bilhões (US\$ 864 milhões) para compra de equipamentos para a revitalização de poços e execução do Plano de Revitalização do Campo de Frade.

O financiamento de investimentos depende, em parte, de que os preços do petróleo se mantenham próximos dos valores estimados pela Companhia, ou um pouco acima deles, assim como de outros fatores que gerem um fluxo de caixa suficiente. O baixo preço do petróleo afeta as receitas da Companhia, que, por sua vez, afetam a capacidade de endividamento da Companhia e de cumprimento das obrigações constantes dos contratos de financiamento celebrados. Caso a Companhia não seja capaz de vender sua produção, que, em conjunto com o nível de caixa atual da Companhia, devem ser suficientes para financiar seus investimentos, a Companhia pode não realizar, de maneira eficiente, seus programas de desenvolvimento.

Caso a média dos preços do petróleo se mantenha acima do preço alvo orçado pela Companhia poderá haver maior capacidade de alocação de capital em projetos, com a ampliação de programas de investimentos, e, conseqüentemente, o aumento da sua produção de petróleo e gás.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente caso a produção estimada de petróleo e gás natural dos campos da Companhia não resulte em reservas adicionais passíveis de desenvolvimento comercial. Além disso, não há garantia de que a Companhia venha a adquirir novos ativos em produção ou blocos exploratórios,

tampouco de que obtenha acesso a áreas que possuam reservas comercialmente viáveis. Assim, caso as atividades de exploração e desenvolvimento não sejam bem-sucedidas, ou não ocorram aquisições de ativos com novas reservas, as reservas atualmente estimadas tenderão a se reduzir ao longo do tempo. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.a do Formulário de Referência da Companhia.

Receita de petróleo e gás e preços internacionais

As receitas da Companhia são obtidas a partir da venda da sua produção de petróleo e gás natural. O preço obtido pelo petróleo produzido pela Companhia está, geralmente, atrelado à cotação do *brent*. Os preços de mercado do petróleo e do gás natural estão sujeitos a uma significativa flutuação e, historicamente, têm apresentado oscilações relevantes em decorrência de pequenas mudanças no fornecimento e demanda globais, de condições incertas de mercado, de fatores macroeconômicos e de uma variedade de outros fatores. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.a do Formulário de Referência da Companhia.

Custos de Extração (*lifting costs*)

Os custos de extração (*lifting costs*) da Companhia consistem principalmente em despesas associadas à operação e manutenção de poços, bem como de equipamentos e instalações relacionadas, incluindo custos trabalhistas, contratações externas, taxas de consultoria, logística, custos de combustível e despesas de arrendamento. Os custos de extração (*lifting costs*) são mensurados por barril equivalente de petróleo e gás produzido nos campos da Companhia.

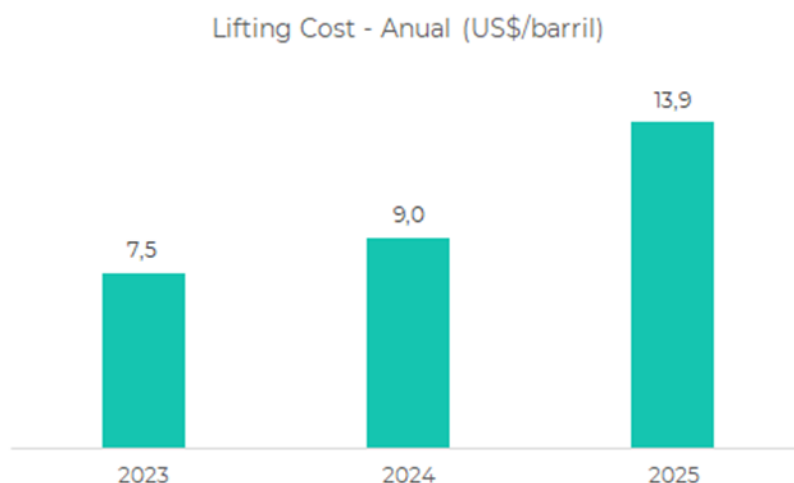
A estratégia da Companhia consiste na implementação de diversas medidas voltadas à redução dos custos de extração (*lifting costs*) em seus ativos, especialmente em cenários de volatilidade e de preços de petróleo mais baixos.

Os custos de extração (*lifting costs*) são afetados por diversos fatores, incluindo (i) a capacidade da Companhia de implementar, com sucesso, medidas de redução de custo e programas de desenvolvimento em seus ativos; (ii) flutuações na taxa de câmbio entre dólar norte-americano (moeda utilizada na maioria das suas vendas) e o real (moeda utilizada em parte significativa das despesas operacionais da Companhia); e (iii) a capacidade de adquirir novos ativos com uma redução de custo potencial nas propriedades atuais da Companhia.

Historicamente, o custo de extração (*lifting cost*) da Companhia tem se mantido em patamares competitivos e inferiores ao preço do petróleo por barril equivalente produzido. Nos períodos mais recentes, contudo, observou-se um aumento desse

indicador, principalmente em decorrência da incorporação do Campo de Peregrino ao portfólio da Companhia, do estágio inicial de captura de sinergias operacionais decorrentes da assunção da operação do ativo e de fatores pontuais que impactaram o nível de produção ao longo do período, incluindo atrasos em processos de licenciamento ambiental e a interdição temporária do Campo de Peregrino em 2025, que limitaram a diluição de custos fixos. Como resultado, o *lifting cost* evoluiu, de uma média de US\$ 7,5 por barril no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para US\$ 9,0 por barril no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e US\$ 13,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O gráfico abaixo demonstra a média do custo de extração (*lifting cost*) da Companhia para os períodos indicados:



A tabela a seguir apresenta o *breakeven* da Companhia para todos os meses de 2025:

Breakeven Costs	US\$ por boe (em milhares)
<i>Lifting cost</i>	13,9
Despesas gerais e administrativas	3,8
<i>Royalties</i> e Participação Especial	7,2
Descontos e Despesas de Comercialização	5,0
Total	30,5

A tabela a seguir apresenta a evolução do desconto da Companhia (em US\$) por barril para os períodos indicados abaixo (onde o desconto for positivo, o petróleo foi vendido com um prêmio em relação ao preço de mercado):

	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Frade	-8,5	-5,4	-2,8	-2,1	-09	08	-09	-09	0,22	3,71	2,8	0,1
Bravo	-10,5	-7,6	-4,8	-3,8	-40	-27	-26	-46	-2,51	-3,79	-3,04	-0,09

ABL	-11,2	-5,4	-3,7	-7,2	-36	-06	24	01	-0,82	-0,88	0,41	-0,41
Peregrino	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	-16,4	-10,5	-9,34	-7,5	-5,06

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício social – 31 de dezembro de 2025

O principal destaque do exercício social de 2025 foi a conclusão da primeira fase da transação envolvendo a aquisição de participação adicional no Campo de Peregrino, com a assunção de 40% da participação e da operação do ativo em novembro de 2025.

Ao longo do ano, os resultados operacionais foram impactados por fatores pontuais, incluindo a interdição temporária do Campo de Peregrino, atrasos em processos de licenciamento ambiental que afetaram o cronograma de execução de projetos e paradas temporárias de produção decorrentes de eventos operacionais específicos em determinados ativos. Tais fatores impactaram o nível de produção ao longo do exercício e limitaram a diluição de custos fixos no período.

Exercício social – 31 de dezembro de 2024

O principal destaque do ano de 2024 foi a aquisição de 40% do Campo de Peregrino em dezembro, que adicionou cerca 38 mil barris por dia à produção da Companhia, ampliando sua atuação comercial.

No ano, a produção total da Companhia foi impactada por manutenções programadas nos campos de Albacora Leste e Frade, bem como paradas por falhas nos sistemas de geração de energia e compressão de gás no FPSO Forte, interrupção temporária da produção dos poços TBMT-8H, TBMT-10H e TBMT-4H (os 2 últimos ainda sem anuência para a realização do *workover*) no *cluster* Polvo e TBMT e parada para reparo na linha de *offtake* de Frade.

Exercício social – 31 de dezembro de 2023

A Segunda Fase da Campanha de Perfuração no Campo de Frade foi a maior conquista operacional do ano de 2023, fazendo com que o campo ultrapassasse a produção de 50 kbb/d.

Outro fator que afetou o resultado operacional do ano de 2023 da Companhia foi a conclusão da operação de aquisição de 90% do Campo de Albacora Leste, que agregou mais de 300MMbbl de reserva 1P para a PRIO e contribuiu para que a Companhia atingisse produção acima de 100kbb/d ao longo do ano de 2023.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Peregrino, Frade, Albacora Leste, Polvo e Tubarão Martelo. Dos 37.837 mil de barris vendidos no ano pela Companhia, aproximadamente 12.421 mil foram produzidos em Peregrino, aproximadamente 10.800 mil foram produzidos em Frade, aproximadamente 8.917 mil foram produzidos em Albacora Leste e aproximadamente 4.688 mil foram produzidos nos clusters Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de US\$ 68,50, representando um aumento de 27% no volume vendido pela Companhia em relação ao ano anterior, apesar da queda de 15% no preço do petróleo. As vendas do exercício refletiram a incorporação de 40% da participação e da operação do Campo de Peregrino ao portfólio da Companhia a partir de novembro de 2025, parcialmente compensadas por impactos pontuais no nível de produção decorrentes da interdição temporária do campo e de eventos operacionais específicos ocorridos ao longo do ano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Albacora Leste, Peregrino, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela redução de produção e vendas realizadas no período. Dos 29.790 mil de barris vendidos no ano pela Companhia, aproximadamente 15.500 mil foram produzidos em Frade, aproximadamente 9.100 mil foram produzidos em Albacora Leste, aproximadamente 700 mil foram produzidos em Peregrino e aproximadamente 4.500 mil foram produzidos nos *clusters* Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de US\$ 80,88, representando uma queda de 9% no volume vendido pela Companhia em relação ao ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Albacora Leste, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pelo aumento significativo de produção e vendas realizadas no período. Dos 32.660 mil de barris vendidos no ano pela Companhia, aproximadamente 18.500 mil foram produzidos em Frade, aproximadamente 7.700 mil foram produzidos em Albacora Leste e aproximadamente 6.500 mil foram produzidos nos *clusters* Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de US\$ 81,41, representando um aumento de 165,8% no volume vendido pela Companhia em relação ao ano anterior.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, *swaps*, derivativos, *commodities* diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta a riscos inerentes a tais investimentos e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve a maior parte de suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas e em dólar americano com liquidez de até 12 meses, sendo que parcela relevante desses investimentos possuía liquidez imediata, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos para utilização no curso normal de suas atividades.

Adicionalmente, no mesmo período, a Companhia celebrou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra a volatilidade dos preços do petróleo em relação às vendas previstas para 2025, assegurando a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril de US\$ 66,25.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve a maioria de suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas e em dólar americano com liquidez de até 12 meses, sendo que parcela relevante desses investimentos possuía liquidez imediata, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos para utilização no curso normal de suas atividades.

Adicionalmente, no mesmo período, a Companhia celebrou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra a volatilidade dos preços do petróleo em relação às vendas previstas para 2024, assegurando a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril de US\$ 79,05.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve a maioria de suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas e em dólar americano com liquidez de até 12 meses, sendo que parcela relevante desses investimentos possuía liquidez imediata, de modo a assegurar a disponibilidade de recursos para utilização no curso normal de suas atividades.

Adicionalmente, no mesmo período, a Companhia celebrou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra a volatilidade dos preços do petróleo em relação às vendas previstas para 2023, assegurando a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril de US\$ 83,40.

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os pareceres emitidos pelos auditores independentes da Companhia com relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram divulgados sem qualquer ênfase ou ressalva.

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais pela Companhia. As controladas operam em um único segmento operacional: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia concluiu, em março de 2017, o processo de aquisição do controle da então Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A., companhia que atuava substancialmente nos mesmos segmentos de negócios da Companhia, por R\$ 116 milhões.

Em 25 de março de 2019, 1º de outubro de 2019 e 5 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu, após cumpridas as condições precedentes e aprovações necessárias, a aquisição de 51,74%, 18,26% e 30%, respectivamente, de participação na concessão do Campo de Frade, assumindo a operação do ativo.

Em 3 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou contrato para a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo, bem como a operação do referido campo, detidos integralmente pela então Dommo Energia S.A. Em 3 de agosto de 2020, após as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”), ocorreu a conclusão da aquisição, com a Companhia assumindo a operação do ativo e incrementando, aproximadamente, 17 milhões de barris em reservas provadas desenvolvidas.

Em 19 de novembro de 2020, foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35,7% no Bloco BM-C-30 (“Campo de Wahoo” ou “Wahoo”), e de 60% no Bloco BM-C-32 (“Campo de Itaipu” ou “Itaipu”). Em 17 de junho de 2021, a ANP aprovou a cessão das participações de 35,7% no Campo de Wahoo, e de 60% no Campo de Itaipu para a Companhia, que se tornou a operadora de ambos os campos de pré-sal.

O pagamento da transação foi composto por uma parcela fixa de US\$ 100 milhões, dividida em 5 pagamentos (US\$ 17,5 milhões divididos entre a assinatura e a conclusão da transação; US\$ 15 milhões em dezembro de 2021).

Em 4 de março de 2021, foi assinado contrato com a Total E&P do Brasil Ltda. para a aquisição da participação de 28,6% no Campo de Wahoo. Em 8 de julho de 2021, a ANP aprovou a cessão da participação de 28,6% no Campo de Wahoo para a Companhia, que passou a deter 64,3% do campo.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") para aquisição de participação de 90% e operação do Campo de Albacora Leste. A parcela fixa da transação foi de US\$ 1.951 milhões, com US\$ 293 milhões pagos na assinatura do contrato em questão, e o remanescente pago em 26 de janeiro de 2023, data da conclusão da transação. Com a conclusão da aquisição, a Companhia assumiu a operação do ativo, tendo implementado programa de transição realizado por equipe multidisciplinar formada por profissionais da operadora anterior e colaboradores da Companhia. O novo consórcio é formado pela Companhia, operadora do campo com 90% de participação, e pela Repsol Sinopec Brasil ("RSB"), com 10% de participação. Adicionalmente aos valores acima mencionados, a operação de aquisição em tela também contemplava a possibilidade de pagamentos adicionais (cumulativos) de até US\$ 250 milhões, a depender da média anual da cotação do barril de petróleo tipo *Brent* nos anos de 2023 e 2024; assim, de forma complementar, foram pagos US\$ 205 milhões, sendo US\$ 55 milhões pagos em 2023 e US\$ 150 milhões pagos em 2024.

Albacora Leste fica localizado em lâmina d'água de 1.200 metros, no norte da Bacia de Campos, a 23 km do campo de Frade. Descoberto em 1986, o campo teve seu *first oil* em 1998 e atualmente conta com uma produção de aproximadamente 32 kbbl/d (média dos últimos 30 dias), sendo 27,2 kbbl/d líquidos para a Companhia, de API 19° e com baixo teor de enxofre, através de seus 10 poços produtores e 6 poços injetores em operação atualmente. De acordo com a Certificação de Reservas, solicitada pela Companhia e elaborada pela *DeGolyer & MacNaughton*, na data base de outubro de 2022, o campo possuía uma reserva economicamente recuperável 1P de aproximadamente 280 milhões de barris, sendo, líquido para a PRIO, uma reserva superior a 240 milhões de barris, com previsão de abandono posterior a 2050. As estimativas consideram uma cotação de longo prazo de US\$ 60 por barril de petróleo.

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou contrato com a Total Energies E&P Brasil Ltda. para a aquisição da participação de 40% do Campo de Itaipu. O Campo de Itaipu consiste em descoberta realizada no pré-sal da bacia de Campos, em que foram perfurados 3 poços para avaliação do reservatório e realizado teste de formação no poço descobridor. A conclusão da operação de aquisição em tela ocorreu em 23 de março de 2023. Somada à parcela de 60% de Itaipu adquirida da BP Energy do Brasil Ltda. em 17 de junho de 2021, a Companhia deter 100% de participação no ativo com a conclusão da transação. O valor pago pela Companhia na conclusão da transação foi de US\$ 75 milhões.

Além disso, a companhia deverá pagar o montante de US\$ 26,925 milhões a título de *earn-out* após a definição do destino de Itaipu.

Em 3 de novembro de 2022, foi assinado acordo com a Gas Bridge Storage S.A., para a alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati. O valor total da transação foi de R\$ 124 milhões e incluiu a transferência de todas as responsabilidades da Companhia no referido campo, incluindo a sua participação em seu abandono. Em 16 de novembro de 2023 a Companhia recebeu o pagamento referente à conclusão da alienação de sua participação no Campo de Manati. Tal operação faz parte da estratégia de geração de valor da Companhia por meio de uma gestão dinâmica de seu portfólio de ativos e reforça o foco da Companhia nos ativos operados que compõem o cerne de seu negócio.

Em 27 de setembro de 2024, foi assinado Contrato de Compra e Venda com a SPEP Energy Hong Kong Limited e a Sinochem International Oil (Hong Kong) Company Limited para a aquisição da Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A. (atual PRIO Stellina Netherlands Coöperatief U.A.), que detinha indiretamente participação de 40% nos Campos de Peregrino e Pitangola. Em razão da referida operação, o novo consórcio dos campos passou a ser formado pela Equinor, então operadora do campo com 60% de participação, e pela Companhia, com 40% de participação. A conclusão do negócio ocorreu no dia 5 de dezembro de 2024 e, com a referida aquisição, a produção da Companhia aumentou em aproximadamente 40 mil barris por dia.

Em 1º de maio de 2025, a Companhia assinou com a Equinor Brasil Energia Ltda. contratos para aquisição da participação remanescente de 60% dos Campos de Peregrino e Pitangola. O negócio, que agregará cerca de 80 mil barris à produção da Companhia, foi dividido em duas etapas: (i) aquisição de 40% da referida participação remanescente e da operação dos campos ("Primeira Etapa"); e (ii) aquisição dos 20% restantes da participação remanescente ("Segunda Etapa"). Com a referida operação, o referido campo passará a ser detido integralmente pela Companhia.

Em 11 de novembro de 2025, após o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das autorizações regulatórias necessárias, a Companhia concluiu a Primeira Etapa da operação acima detalhada, consolidando uma participação total de 80% e assumindo a operação dos Campos de Peregrino e Pitangola.

c) Eventos ou operações não usuais

Em outubro de 2022, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a celebração de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da então Dommo Energia S.A. (atual PRIO Forte S.A.), operação esta que foi concluída em 9 de janeiro de 2023, de forma que a

Dommo Energia S.A. passou a ser subsidiária integral da então Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. ("Petro Rio OPCO") ("Incorporação de Ações"), posteriormente incorporada reversamente pela PRIO Forte S.A. em dezembro de 2024.

Na ocasião da Incorporação de Ações, os acionistas da Dommo Energia S.A. ("Dommo Energia") puderam optar (i) pelo recebimento de ações preferenciais imediatamente resgatáveis da Petro Rio OPCO, mediante a entrega de R\$ 1,85; (ii) ou de ações preferenciais imediatamente resgatáveis da Petro Rio OPCO, mediante a entrega de ações de emissão da Companhia (na proporção de 0,05 ação da Companhia para cada uma ação preferencial).

Em 9 de janeiro de 2023, foi concluído o processo de incorporação de 100% das ações da Dommo Energia. Na data em referência, todas as ações da Dommo Energia foram transferidas para a Petro Rio OPCO, em troca de ações Preferenciais A, que foram resgatadas no mesmo dia por ações PRIO3, e Preferenciais B, resgatadas no dia 13 de janeiro de 2023.

Eventuais frações de Opções de Compra de PRIO3 foram agrupadas em números inteiros para, em seguida, serem adquiridas pela Petro Rio OPCO pelo valor de R\$ 6,39 por cada Opção de Compra de PRIO3.

As operações de Incorporação de Ações da então Dommo Energia, em conjunto com a aquisição do FPSO OSX-3 anteriormente descrita, fazem parte do plano de integração da Companhia junto ao Campo de Polvo, buscando sinergias significativas, redução de custos, extensão da vida econômica destes campos e menores emissões com vistas à sua operação integrada.

A combinação de negócios entre a Companhia e a então Dommo Energia baseou-se em fundamentos estratégicos das companhias. A Dommo Energia (atual PRIO Forte S.A.) detém 5% da receita da produção do *cluster* de Polvo e Tubarão Martelo, de forma que, em continuidade ao referido projeto, a transação permite a Companhia maior captura de ganhos de sinergias e a redução de custos operacionais relacionados aos campos de Polvo e Tubarão Martelo, já operados pela Companhia.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

2.5. Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxation, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Imposto de renda e contribuição social, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156"), e consiste no lucro líquido ajustado pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização, conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e informações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado pela rubrica de "*Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*" apresentada na Demonstração do Resultado e os impactos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no resultado ("EBITDA Ajustado"). Para o cálculo do EBITDA, os impactos do IFRS 16 (juros, ajuste a valor presente e depreciação) já são excluídos pela natureza dos mesmos. O que é feito no EBITDA Ajustado é retornar com a despesas de aluguel que pelo IFRS 16 deixou de compor o custo da Companhia, alterando o EBITDA de forma artificial.

A margem EBITDA, por sua vez, é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida consolidada ("Margem EBITDA"). A Margem EBITDA Ajustado é calculada da mesma forma, alterando para o EBITDA Ajustado.

O EBITDA e a Margem EBITDA, assim como o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* – IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor

da Resolução CVM 156 (então Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012) por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156. A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores adicionais de seu desempenho operacional.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado, com efeito cumulativo na data de adoção. O EBITDA e Margem EBITDA das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso, juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis.

A tabela abaixo apresenta o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Medições não contábeis			
EBITDA⁽¹⁾	7.664.205	9.439.757	9.210.447
Margem EBITDA⁽²⁾	49,2%	65,7%	77,4%
EBITDA Ajustado	8.156.073	9.165.900	9.146.096
Margem EBITDA Ajustado	52,3%	63,8%	76,8%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2)

(2) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

Dívida Líquida

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (endividamento bruto), descontada de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, além de títulos e valores mobiliários e caixa restrito.

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Medições não contábeis	2025	2024	2023
Dívida (Caixa) Líquida	23.712.526	14.408.589	4.977.063

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas ou informações financeiras intermediárias revisadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
R\$ mil	2025	2024	2023
Lucro (Prejuízo) Líquido	2.251.479	10.301.606	5.179.905
(+) Depreciação/Amortização	5.854.883	2.494.296	2.054.585
(+/-) Resultado Financeiro	2.041.935	584.342	1.051.190
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	(2.484.092)	(3.940.487)	924.767
EBITDA	7.664.205	9.439.757	9.210.447
Receita Líquida	15.583.960	14.360.653	11.905.041
Margem EBITDA	49,2%	65,7%	77,4%

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
R\$ mil	2025	2024	2023
EBITDA	7.664.205	9.439.757	9.210.447
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	491.868	(273.857)	(64.351)
EBITDA Ajustado	8.156.073	9.165.900	9.146.096
(+/-) Efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2)	(325.782)	(262.967)	(213.255)
EBITDA Ajustado (sem efeitos IFRS 16)	7.830.291	8.902.933	8.932.841
Receita Líquida	15.583.960	14.360.653	11.905.041
Margem EBITDA Ajustado (sem efeitos IFRS 16)	50,2%	62%	75%

Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação da Dívida Líquida da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Reconciliação da Dívida Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
R\$ mil			
Empréstimos e financiamentos – circulante	1.253.614	116.157	1.212.632
Empréstimos e financiamentos – não circulante	15.914.006	11.819.920	4.340.854
Debêntures - circulante	220.444	133.066	39.430
Debêntures - não circulante	9.722.753	6.332.805	1.719.550
Dívida Bruta	27.110.817	18.401.948	7.312.466
Caixa e equivalentes de caixa	(3.398.291)	(3.993.359)	(2.335.403)
Títulos e Valores mobiliários	-	-	-
Caixa Restrito	-	-	-
Caixa Total	(3.398.291)	(3.993.359)	(2.335.403)
Dívida Líquida (Caixa)	23.712.526	14.408.589	4.977.063

(c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, assim como o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, que expurgam os efeitos não recorrentes do resultado da Companhia que são registrados na linha “*Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*”, na demonstração do resultado, despesa de depreciação do FPSO OSX-3 e os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2) no resultado da Companhia.

A Companhia acredita que a utilização destes indicadores como medida de desempenho financeiro pode ser mais apropriada para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

Dívida Líquida

O indicador de Dívida Líquida é amplamente utilizado por analistas e investidores, em

conjunto com outros indicadores, para avaliar a saúde financeira das companhias e a capacidade de pagamento destas.

Além disso, a Companhia entende que o endividamento líquido é medição que contribui para a compreensão de sua condição financeira, uma vez que mede o nível de alavancagem financeira.

A Companhia ressalta que o endividamento líquido é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o endividamento líquido não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), não deve ser utilizada como substituto para o fluxo de caixa.

2.6. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

No dia 03 de março de 2026 foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (“IBAMA”), a Licença de Operação do Campo de Wahoo. Com a emissão da Licença de Operação, a Companhia conclui a última etapa regulatória para o início da produção do campo, que se encontra em etapa final de comissionamento.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 receberam manifestação favorável do Conselho de Fiscal em reunião realizada no dia 10 de março, e, na mesma data, teve sua divulgação aprovada pelo Conselho de Administração, tendo sido divulgadas na mesma data.

2.7. Política de destinação dos resultados

	2025	2024	2023
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, o Estatuto Social da Companhia previa a seguinte regra de destinação após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social: (i) 5% à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, por proposta dos órgãos da administração; (iv) uma parcela poderá ser retida com base</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2024, o Estatuto Social da Companhia previa a seguinte regra de destinação após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social: (i) 5% à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, por proposta dos órgãos da administração; (iv) uma parcela poderá ser retida com base</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2023, o Estatuto Social da Companhia previa a seguinte regra de destinação após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social: (i) 5% à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, por proposta dos órgãos da administração; (iv) uma parcela poderá ser retida com base</p>

	em orçamento de capital, por proposta dos órgãos da administração; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos, a qual será formada com 35% até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito.	em orçamento de capital, por proposta dos órgãos da administração; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos, a qual será formada com 35% até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito.	em orçamento de capital, por proposta dos órgãos da administração; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos, a qual será formada com 35% até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito.
a.i. valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a destinação do lucro proposta pela Administração e submetida à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para a aprovação consta a seguir:</p> <p>Do total de lucro líquido apurado, no montante de R\$ 2.251.479.479,23, (i) foi proposta a destinação de R\$ 112.573.974,96 à constituição da Reserva Legal; (ii) foi proposta a destinação de R\$ 21.389,06 à reserva de lucros a realizar; e (iii) foi proposta a destinação de R\$ 2.138.884.135,21 à Reserva de Investimentos da Companhia.</p> <p>Não foram realizadas retenções, com base em orçamento de capital, da parcela do lucro auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a destinação do lucro aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi a seguinte:</p> <p>Do total de lucro líquido apurado, no montante de R\$ 10.301.606.063,57, (i) R\$ 515.080.303,18 foram destinados à constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 97.865,26 foram destinados à reserva de lucros a realizar; e (iii) R\$ 9.786.427.895,13 foram destinados à Reserva de Investimentos da Companhia.</p> <p>Não foram realizadas retenções, com base em orçamento de capital, da parcela do lucro auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a destinação do lucro aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi a seguinte:</p> <p>Do total de lucro líquido apurado, no montante de R\$ 5.179.905.167,91, (i) R\$ 258.995.258,40 foram destinados à constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 49.209,10 foram destinados à reserva de lucros a realizar; e (iii) R\$ 4.920.860.700,41 foram destinados à Reserva de Investimentos da Companhia.</p> <p>Não foram realizadas retenções, com base em orçamento de capital, da parcela do lucro auferido pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.</p>

<p>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a destinação do lucro aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi a seguinte:</p> <p>Do total de lucro líquido apurado, no montante de R\$ 2.251.479.499,23 (i) foi proposta a destinação de 5% à constituição da Reserva Legal; (ii) foi proposta a destinação 0,001%, percentual correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, à reserva de lucros a realizar. Do lucro líquido remanescente, foi proposta a destinação de 100% à Reserva de Investimentos da Companhia.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a destinação do lucro aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi a seguinte:</p> <p>Do total de lucro líquido apurado, no montante de R\$ 10.301.606.063,57 (i) 5% foi destinado à constituição da Reserva Legal; (ii) 0,001% foi destinado à reserva de lucros a realizar. Do lucro líquido remanescente, 100% foi destinado à Reserva de Investimentos da Companhia.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a destinação do lucro aprovada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, foi a seguinte:</p> <p>Do total de lucro líquido apurado, no montante de R\$ 5.179.905.167,91, (i) 5% foi destinado à constituição da Reserva Legal; (ii) 0,001% foi destinado à reserva de lucros a realizar. Do lucro líquido remanescente, 100% foi destinado à Reserva de Investimentos da Companhia.</p>
<p>b. regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2025, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2024, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
<p>c. periodicidade das distribuições de dividendos</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2025, era garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos, conforme no disposto no item b acima.</p> <p>Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2024, era garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos, conforme no disposto no item b acima.</p> <p>Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, era garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos, conforme no disposto no item b acima.</p> <p>Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de</p>

	reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.	reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.	reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável	Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A despeito disso, a Proposta de Destinação dos Resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refletiu o que segue:	Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A despeito disso, a Proposta de Destinação dos Resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refletiu o que segue:	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A despeito disso, a Proposta de Destinação dos Resultados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 refletiu o que segue:

<p>pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p>	<p>Do total de lucro líquido apurado no montante de R\$ 2.251.479.499,23, foi proposta a destinação de R\$ 112.573.974,96 para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. No que diz respeito ao dividendo mínimo obrigatório estatutário, equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social, foi proposta a distribuição do montante de R\$ 21.389,06, com destinação do montante para a reserva de lucros a realizar. Adicionalmente, como o Estatuto Social da Companhia prevê a manutenção de Reserva de Investimentos, foi proposta a destinação do montante de R\$ 2.138.884.135,21 para este fim.</p>	<p>Do total de lucro líquido apurado no montante de R\$ 10.301.606.063,57, R\$ 515.080.303,18 foram destinados para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. No que diz respeito ao dividendo mínimo obrigatório estatutário, equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social, foi distribuído o montante de R\$ 97.865,26, tendo sido destinado este valor para a reserva de lucros a realizar. Adicionalmente, como o estatuto social da Companhia previa a manutenção de Reserva de Investimentos, foi destinado a este fim, o montante de R\$ 9.786.427.895,13.</p>	<p>Do lucro líquido do exercício, do montante de R\$ R\$ 5.179.905.167,91, R\$ 258.995.258,40 foram destinados para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. No que diz respeito ao dividendo mínimo obrigatório estatutário, equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social, foi distribuído o montante de R\$ 49.209,10, tendo sido destinado este valor para a reserva de lucros a realizar. Adicionalmente, como o estatuto social da Companhia previa a manutenção de Reserva de Investimentos, foi destinado a este fim, o montante de R\$ 4.920.860.700,41.</p>
--	---	--	--

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há operações ativas e passivas, de qualquer natureza, que já não estejam registradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.9. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10. Plano de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2023, a Companhia deu continuidade a execução do Plano de Revitalização do Campo de Frade, que busca aumentar o fator de recuperação do ativo e atender às condições da ANP para a extensão da concessão até 2041. Com isso, em 2023 a Companhia iniciou a produção dos seguintes poços:

- (i) poço 7-FR-60HP-RJS (“MUP5”) no Campo de Frade, com produção inicial estabilizada de aproximadamente 8.000 barris de óleo por dia, superior às previsões iniciais, aumentando a produção do Campo de Frade em 25% e a produção da Companhia em 10%. Com isso, a Companhia superou a marca de 80.000 barris por dia de produção. O poço MUP5, terceiro poço produtor do Plano de Revitalização de Frade, foi executado em prazo inferior às projeções iniciais e com antecipação de quase 1 ano em relação ao planejamento inicial, com custo total de U\$ 50 milhões para a construção e conexão *subsea* do referido poço;
- (ii) poço 7-FR-61HP-RJS (“N5P2”) no Campo de Frade, com produção inicial estabilizada de aproximadamente 11.000 barris de óleo por dia, superior às previsões iniciais. Com isso, a Companhia superou a marca de 90.000 barris por dia de produção. O poço N5P2, quarto poço produtor do Plano de Revitalização de Frade, foi executado em prazo inferior às projeções iniciais e com antecipação de quase 1 ano em relação ao planejamento inicial, com custo total de U\$ 55 milhões para a construção e conexão *subsea* do referido poço;
- (iii) poço ODP5 no Campo de Frade, com produção inicial estabilizada de aproximadamente 8.000 barris de óleo por dia. Assim, a Companhia superou a marca de 100.000 barris por dia. O poço ODP5 é o último poço da segunda fase, antecipado em quase 1 ano em relação ao planejamento inicial, com custos em linha com os anteriores para construção e conexão *subsea*; e
- (iv) poço POL-Q no Campo de Polvo, com produção inicial estabilizada em aproximadamente 1.000 barris de óleo por dia, representando um aumento de 15% na produção do campo. Tal perfuração bem-sucedida possibilita a perfuração de novos poços no reservatório do Eoceno nos próximos anos.

Ainda, conforme melhor detalhado no item 2.4 acima, a Companhia concluiu as seguintes operações no curso de 2023: (i) aquisição da participação de 90% do Campo de Albacora Leste; (ii) aquisição da participação de 40% do Campo de Itaipu; e (iii) alienação da participação de 10% no Campo de Manati.

Em linha com o disposto no item 2.4 acima, a Companhia concluiu, em 5 de dezembro de 2024, a aquisição de 40% dos Campos de Peregrino e Pitangola. Essa aquisição representou um investimento de US\$ 1.915 milhões realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com essa compra, a Companhia aumentará sua produção em aproximadamente 38 mil barris por dia.

Posteriormente, em 1º de maio de 2025, a Companhia assinou com a Equinor Brasil Energia Ltda. contrato para aquisição da participação remanescente de 60% dos Campos de Peregrino e Pitangola. O negócio, que agregará 202 milhões de barris de reservas e recursos 1P+1C à Companhia, será dividido em duas etapas: (i) aquisição de 40% da referida participação remanescente ("Primeira Etapa"); e (ii) aquisição dos 20% restantes da participação remanescente ("Segunda Etapa"). Com a referida operação, o referido campo passará a ser detido integralmente pela Companhia.

Em 11 de novembro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes e a obtenção das autorizações necessárias, a Companhia concluiu a Primeira Etapa da operação acima detalhada. Essa aquisição representou um investimento de US\$ 1.545 milhões realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em 2025, a Companhia também deu continuidade à execução de seus principais projetos de desenvolvimento e revitalização de ativos, com destaque para o avanço do projeto de desenvolvimento do Campo de Wahoo e para a campanha de perfuração no Campo de Polvo.

No Campo de Wahoo, após a obtenção das licenças ambientais necessárias, a Companhia iniciou as atividades relacionadas ao desenvolvimento do ativo, incluindo a mobilização de equipamentos e o início da campanha de perfuração dos poços produtores, bem como as atividades para a interligação *subsea* ao FPSO do Campo de Frade.

Adicionalmente, ao longo de 2025, a Companhia perfurou um novo poço no Campo de Polvo, o poço POL-GY, com o objetivo de ampliar a produção do ativo e otimizar o aproveitamento do reservatório.

Os principais investimentos futuros da Companhia concentram-se na continuidade do desenvolvimento do Campo de Wahoo, na execução do Plano de Revitalização do Campo de Albacora Leste e na terceira fase da campanha de perfuração do Campo de Frade.

O desenvolvimento do Campo de Wahoo compreende a finalização da perfuração dos poços produtores e dois poços injetores. O Plano de Revitalização do Campo de Albacora Leste consiste na perfuração de novos poços produtores e injetores e na implementação de iniciativas voltadas ao aumento do fator de recuperação do ativo e à extensão de sua vida útil.

Adicionalmente, a Companhia pretende dar continuidade ao desenvolvimento da terceira fase da campanha de perfuração no Campo de Frade, com foco na manutenção dos níveis de produção do ativo e na maximização da recuperação das reservas, por meio da perfuração e conexão de novos poços produtores ao sistema existente.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento dos investimentos são formadas pelos contratos de financiamento descritos no item 2.1.b acima (*Estrutura de Capital*).

A Companhia acredita que os contratos de financiamento (bancários e com o mercado de capitais) e o relacionamento com os principais bancos nacionais e estrangeiros são primordiais para fazer frente aos investimentos planejados nos seus ativos e em potenciais novas aquisições, reduzindo o custo de capital para os projetos já iniciados, aumentando o prazo médio dos passivos e contribuindo para a otimização da estrutura de capital da Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem desinvestimentos previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não foram adquiridas plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

O grupo econômico da Companhia contempla, em seu plano de negócios, a expectativa de viabilizar, no exercício subsequente, oportunidades alinhadas à temática ASG, especialmente relacionadas à eficiência operacional e à redução de emissões de gases de efeito estufa.

Nesse contexto, destaca-se que, em 2025, a PRIO concluiu a aquisição de participação adicional de 60% no Campo de Peregrino, passando a deter 80% do ativo. O campo, localizado a aproximadamente 85 km da costa, foi adquirido com sua infraestrutura de recebimento de gás inoperante. A Companhia avalia que a execução das obras necessárias para a retomada da operação do gasoduto representa uma oportunidade relevante do ponto de vista ASG, na medida em que possibilita a redução substancial das emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que reduz custos associados ao uso de combustíveis.

Adicionalmente, o projeto de desenvolvimento do Campo de Wahoo, por meio de conexão submarina com o FPSO Frade, permite a expansão da produção da Companhia sem aumentos significativos em suas emissões de gases de efeito estufa. Tal resultado decorre do fato de o projeto ter sido concebido de modo a evitar a necessidade de comissionamento de uma nova unidade de produção, promovendo ganhos de eficiência ambiental e operacional.

2.11. Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgadas nos demais itens do Formulário de Referência.

Proposta de Destinação dos Resultados

(Informações constantes do Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022)

ANEXO A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício totalizou o montante de R\$ 2.251.479.499,23.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O cálculo a seguir detalha o dividendo obrigatório meramente para fins informativos:

Valor total do dividendo obrigatório calculado: ⁽¹⁾	R\$ 21.389,06
Valor por ação ⁽²⁾ do dividendo obrigatório:	R\$ 0,00002641232

(1) Dividendo obrigatório referente ao lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(2) Considerando o número de ações "ex-tesouraria" na presente data.

Não houve declaração ou pagamento de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio.

Conforme detalhado no item 13 abaixo e consoante o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, sugere-se que o valor calculado do dividendo obrigatório seja destinado à reserva de lucros a realizar.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Conforme indicado no item 13 abaixo, sugere-se que o valor calculado do dividendo obrigatório seja destinado à reserva de lucros a realizar, nos termos do art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, não havendo distribuição do lucro líquido no período. Tal proposta se justifica pelo fato de que o lucro líquido do período é integralmente composto por resultado positivo de equivalência patrimonial, o qual, para fins societários, é classificado como lucro não realizado, nos termos do art. 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, tendo em vista que não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor calculado do dividendo obrigatório por ação seria de R\$ 0,00002641232, considerando o número de ações “ex-tesouraria” na presente data. No entanto, pelas razões expostas no item 13 abaixo, propõe-se que a integralidade do valor referente ao dividendo obrigatório seja destinada à reserva de lucros a realizar, de modo que não haja declaração de dividendos no exercício.

O capital social da Companhia é integralmente dividido em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de modo que não há diferença de valor em razão de diferentes espécies e classes de ações.

A Companhia não distribuiu juros sobre capital próprio.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Tendo em vista que o lucro líquido do exercício é composto integralmente por resultado positivo de equivalência patrimonial, todo o valor é classificado como lucro não realizado e destinado à reserva de lucros a realizar da Companhia, nos termos do art. 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

A equivalência patrimonial consiste no método contábil por meio do qual a Companhia reconhece, em suas demonstrações financeiras, a parcela do resultado líquido apurado por suas sociedades investidas, independentemente da efetiva distribuição de lucros por tais investidas.

Dessa forma, embora o resultado positivo seja reconhecido contabilmente no resultado da Companhia, ele não representa ingresso efetivo de caixa ou realização financeira no período, uma vez que decorre do reconhecimento contábil do desempenho das suas

sociedades investidas. Por esse motivo, o referido resultado enquadra-se como lucro não realizado para fins societários, nos termos do artigo 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não há pagamento aos acionistas enquanto não houver realização dos valores pela Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direitos ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2025	2024	2023	2022
Lucro líquido por ação	R\$ 2,772	R\$ 12,346	R\$ 6,164	R\$ 4,061

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

	2025	2024	2023 ⁽¹⁾	2022
Dividendo e JCP por ação	N/A	N/A	R\$ 0,07264350	N/A

(1) Em 8 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, à conta das reservas de lucros a realizar da Companhia, no valor total bruto de R\$ 60.615.773,09, correspondente ao valor de R\$ 0,07264350 por ação ordinária integrante do capital social integralizado da PRIO na data-base de 13 de dezembro de 2023, referente ao lucro apurado no balanço relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, consoante destinação de resultado aprovada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2022. Considerando o número de ações "ex tesouraria" em 13 de dezembro de 2023.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante a ser destinado à reserva legal corresponde a R\$ 112.573.974,96.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido do exercício	R\$ 2.251.479.499,23
Constituição de reserva legal (5%)	R\$ 112.573.974,96

Nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, foram aplicados 5% do lucro líquido de exercício na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para ao pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

A legislação brasileira e o Estatuto Social da Companhia exigem que esta distribua anualmente aos seus acionistas dividendo obrigatório com base em percentual mínimo do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social cujas contas estejam sendo deliberadas (“Dividendo Anual Mínimo Obrigatório”).

Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação, na forma da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia:

(a) 5% serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à: (i) formação de reserva para contingências; e (ii) distribuição de lucros aos acionistas mediante reversão das mesmas reservas para contingências formadas em exercícios anteriores, nos termos do art. 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) uma parcela será destinada ao pagamento do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório aos acionistas, conforme acima definido;

(d) no exercício em que o montante do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório, acima definido, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no art. 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações;

(f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim: (i) assegurar recursos para investimentos; (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia, inclusive mediante capitalização da reserva; (iii) financiar a expansão e o desenvolvimento das atividades da Companhia e/ou de suas sociedades controladas e coligadas; (iv) subscrever aumentos de capital das sociedades controladas e coligadas à Companhia; e/ou (v) a criação de novos empreendimentos pela Companhia. A Reserva de Investimentos será formada com 35% até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e o seu saldo não poderá ultrapassar valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia, observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da Companhia; e

(g) o saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício (definido acima como “Dividendo Anual Mínimo Obrigatório”), diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

O pagamento do Dividendo Anual Mínimo Obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não será pago, tendo em vista que o lucro líquido do exercício é composto integralmente por resultado positivo de equivalência patrimonial e, portanto, todo o valor é classificado como lucro não realizado, nos termos do art. 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

A equivalência patrimonial consiste no método contábil por meio do qual a Companhia reconhece, em suas demonstrações financeiras, a parcela do resultado líquido apurado por suas sociedades investidas, independentemente da efetiva distribuição de lucros por tais investidas.

Dessa forma, embora o resultado positivo seja reconhecido contabilmente no resultado da Companhia, ele não representa ingresso efetivo de caixa ou realização financeira no período, uma vez que decorre do reconhecimento contábil do desempenho das suas sociedades investidas. Por esse motivo, o referido resultado enquadra-se como lucro não realizado para fins societários, nos termos do artigo 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não há distribuição e pagamento aos acionistas enquanto não houver realização dos valores pela Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Pelas razões expostas no item 13 abaixo, propõe-se que a integralidade do valor referente ao dividendo obrigatório seja destinada à reserva de lucros a realizar, de modo que não haja distribuição de dividendos no exercício. Não houve retenção de Dividendo Anual Mínimo Obrigatório na forma do art. 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações.

11. Havendo retenção do Dividendo Obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

O montante a ser destinado à reserva de lucros a realizar corresponde a R\$ 21.389,06.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Este lucro é composto integralmente por resultado positivo de equivalência patrimonial, logo, todo o valor se enquadra como lucro não realizado, conforme o art. 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

A equivalência patrimonial consiste no método contábil por meio do qual a Companhia reconhece, em suas demonstrações financeiras, a parcela do resultado líquido apurado por suas sociedades investidas, proporcionalmente à participação societária detida, independentemente da efetiva distribuição de lucros por tais investidas.

Dessa forma, embora o resultado positivo seja reconhecido contabilmente no resultado da Companhia, ele não representa ingresso efetivo de caixa ou realização financeira no período, uma vez que decorre do reconhecimento contábil do desempenho das suas sociedades investidas.

Por esse motivo, o referido resultado enquadra-se como lucro não realizado para fins societários, nos termos do artigo 197, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual sua distribuição aos acionistas depende da efetiva realização financeira correspondente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Nos termos do artigo 40, parágrafo 2º, item “f”, do Estatuto Social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada Reserva de Investimentos, que terá por fim (i) assegurar recursos para investimentos; (ii) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia, inclusive mediante capitalização da reserva; (iii) financiar a expansão e o desenvolvimento das atividades da Companhia e/ou de suas sociedades controladas e coligadas; (iv) subscrever aumentos de capital das sociedades controladas e coligadas à Companhia; e/ou (v) a criação de novos empreendimentos pela Companhia.

A Reserva de Investimentos será formada com 35% até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e o seu saldo não poderá ultrapassar valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia, observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da Companhia.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante a ser destinado à Reserva de Investimento corresponde a R\$ 2.138.884.135,21.

Nos últimos anos, parte relevante da Reserva de Investimentos foi utilizada para viabilizar a continuidade da estratégia de crescimento, incluindo desembolsos decorrentes da aquisição de participação de 80% no Campo de Peregrino, *earn-outs* referentes à aquisição de 90% de Albacora Leste e do financiamento de atividades de desenvolvimento de ativos, em especial projetos de perfuração, construção submarina e interligação (*tieback*) do Campo de Wahoo ao FPSO Valente do Campo de Frade.

Adicionalmente, no exercício de 2025, a Companhia realizou importantes operações de financiamento, com destaque para a captação de aproximadamente US\$ 700 milhões por meio da emissão de *bonds* no mercado internacional e US\$ 745 milhões em debêntures no mercado doméstico – operações que, embora tenham assegurado a liquidez adequada para a execução da estratégia de crescimento, implicaram em incremento relevante do endividamento bruto da Companhia, razão pela qual a recomposição da Reserva de Investimentos também se inserem no contexto de gestão prudente do balanço patrimonial, à medida que a Companhia avança de forma disciplinada na trajetória de desalavancagem.

Olhando para um horizonte de curto prazo, a Companhia possui um cronograma relevante de vencimentos de dívidas (*bonds*/notas globais/debêntures locais) nos próximos anos, com amortizações programadas já a partir de 2026. Para esse exercício, destacam-se vencimentos de *bonds* no montante de aproximadamente US\$ 170 milhões, além de US\$ 25 milhões relativos a financiamentos bancários. Ao longo de 2026, a PRIO planeja honrar os compromissos assumidos no âmbito da aquisição do Campo de Peregrino, cuja segunda etapa - relativa aos 20% remanescentes de participação - ainda se encontra pendente de *closing* e do respectivo desembolso, bem como aqueles decorrentes de instrumentos de dívida emitidos pela Companhia nos últimos anos. Adicionalmente, a Companhia pretende avançar no desenvolvimento dos projetos em andamento, em especial as atividades de perfuração e interligação do Campo de Wahoo ao FPSO Valente, com foco na trajetória de desalavancagem de modo a fortalecer a sua estrutura de capital para custear a geração de valor no longo prazo.

A estratégia de crescimento baseada no reinvestimento na Companhia e na proposta de agregação de valor no longo prazo reforça nosso compromisso com a geração sustentável e uniforme de valor para acionistas e *stakeholders*. A alocação de recursos ora proposta, focada na busca por novas oportunidades de crescimento, tem sido um

elemento essencial para a expansão inorgânica da Companhia, contribuindo diretamente para a valorização do patrimônio dos acionistas e a rentabilidade de seus investimentos.

O Conselho de Administração ressalta, ainda, que a geração sustentável de valor ao acionista não se limita à valorização patrimonial de longo prazo, mas também contempla mecanismos eficientes de retorno direto de capital. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2025, a Companhia destinou recursos equivalentes a aproximadamente 20% do lucro líquido do período à recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, no âmbito do programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração. A recompra de ações constitui instrumento eficiente de alocação de capital e reflete a convicção do Conselho quanto ao potencial de valorização intrínseca da Companhia.

Diante deste cenário, o Conselho de Administração propõe a recomposição da Reserva de Investimentos para viabilizar a continuidade da estratégia de crescimento da Companhia por meio de aquisições de novos ativos e do desenvolvimento de campos maduros, ao mesmo tempo em que avança na desalavancagem de sua estrutura de capital e mantém o compromisso com o retorno de capital ao acionista. A estratégia de crescimento pautada no reinvestimento na Companhia reflete o compromisso contínuo na maximização de valor para nossos acionistas e *stakeholders* de forma responsável e sustentável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Lucro líquido do exercício	R\$ 2.251.479.499,23
Constituição de reserva legal (5%)	R\$ (112.573.974,96)
Dividendo mínimo obrigatório estatutário (0,001%)	R\$ (21.389,06)
Lucro líquido remanescente	R\$ 2.138.884.135,21
Destinação à reserva de investimentos (estatutária 100%)	R\$ (2.138.884.135,21)

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

Informações Sobre os Candidatos Indicados pela Administração da Companhia para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal

(Itens 7.3 a 7.6 da Seção 7 do Formulário de Referência – art. 11, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022)

Conselho de Administração

A Administração propõe (i) a fixação do número de integrantes do Conselho Administração em 8 (oito) membros; e (ii) nos termos dos artigos 18 e 19 do Estatuto Social da Companhia, a eleição da seguinte chapa para compor o Conselho de Administração da Companhia, para mandato unificado de 2 (dois) anos, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2027:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Emiliano Fernandes Lourenço Gomes	12/07/1975	Advogado	073.432.927-06	Vice-Presidente do Conselho de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	13/11/2019	O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes exerce a função de Coordenador do Comitê de Ética e Compliance e membro do Comitê de Indicação.

Felipe Bueno da Silva	06/07/1975	Engenheiro	071.959.597-59	Conselheiro de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	O Sr. Felipe Bueno da Silva exerce as funções de membro do Comitê de Auditoria, Coordenador do Comitê de Remuneração e Coordenador do Comitê de Indicação.
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Conselheiro de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	O Sr. Felipe Villela Dias exerce as funções de Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Remuneração.
Flávio Vianna Ulhôa Canto	16/04/1975	Empresário	069.163.947-73	Conselheiro de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2022	O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto exerce a função de membro do Comitê de Sustentabilidade.
Gustavo Rocha Gattass	14/09/1975	Economista	070.302.477-95	Conselheiro de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	O Sr. Gustavo Rocha Gattass exerce a função de membro do Comitê de Sustentabilidade.

Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure	28/05/1985	Administrador	112.254.877-06	Presidente do Conselho de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	01/03/2019	O Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure não exerce outra função na Companhia.
Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo	07/07/1974	Administradora	028.529.026-64	Conselheira de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	A Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo não exerce outra função na Companhia.
Roberto Bernardes Monteiro	02/02/1974	Engenheiro	175.507.418-24	Conselheiro de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	01/10/2019	O Sr. Roberto Bernardes Monteiro exerce as funções de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores.

A chapa de candidatos ao Conselho de Administração ora indicada é submetida à apreciação pela Assembleia Geral acompanhada do parecer do Comitê de Indicação aprovado em reunião realizada em 13 de março de 2026, nos seguintes termos:

“Em reunião realizada em 13 de março de 2026, os membros do Comitê de Indicação da PRIO S.A. (“PRIO” ou “Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam à análise da chapa de candidatos ao Conselho de Administração da Companhia e, considerando (i) os procedimentos aplicáveis; (ii) as conclusões do processo de verificação de idoneidade conduzido pelo Comitê de Ética e Compliance da PRIO S.A.; e (iii) a avaliação quanto ao atendimento dos requisitos legais previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como dos requisitos de indicação e investidura no cargo estabelecidos no Estatuto Social e na Política de Indicação da Companhia, deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, opinar favoravelmente pela submissão da referida chapa à Assembleia Geral Ordinária, atestando que seus integrantes atendem integralmente aos requisitos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Estatuto Social e na Política de Indicação da Companhia, não incidindo quaisquer impedimentos ou vedações legais, estatutárias ou regulamentares que obstem sua eleição para o Conselho de Administração da Companhia.”

No âmbito da avaliação de elegibilidade da chapa de candidatos ao Conselho de Administração, o Comitê de Indicação examinou os tópicos abaixo, tendo concluído que:

- Não foram identificadas preocupações relacionadas aos relatórios da administração e às demonstrações financeiras referentes aos exercícios correspondentes aos respectivos mandatos;
- Não foram identificadas quaisquer transações em conflitos de interesse;
- Não há registros ou indícios de abusos ou práticas lesivas aos interesses de acionistas, sejam minoritários ou não;
- A chapa proposta cumpre os padrões mínimos de governança corporativa, incluindo o nível mínimo de independência de 50%, a diversidade de gênero e os limites de participação simultânea em conselhos de administração (*overboarding*);
- Os candidatos integrantes da chapa proposta detêm a experiência profissional, as qualificações técnicas e as competências exigidas, em conformidade com as premissas estabelecidas Matriz de Competências Essenciais da Companhia;

- A chapa proposta teve papel relevante no desempenho da Companhia em relação a seus pares de mercado durante o último mandato para o qual a chapa proposta foi eleita;
- A chapa proposta demonstrou capacidade de resposta às demandas dos acionistas e aptidão para implementação de aprimoramentos relevantes de governança, contribuindo para a maximização do valor aos acionistas no longo prazo;
- Todos os candidatos que integram a chapa da administração atendem integralmente ao requisito de reputação ilibada, nos termos do disposto no artigo 147, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 2º do Anexo K, inciso III, à Resolução CVM nº 80/2022; e
- Não foram identificados fatos ou circunstâncias, diretos ou indiretos, relacionados aos candidatos que possam afetar sua capacidade de exercer, com independência, diligência e lealdade, as atribuições fiduciárias inerentes ao cargo de membro do Conselho de Administração, tampouco que representem risco de impacto adverso à Companhia ou aos direitos de seus acionistas.

Os principais tópicos e fatores considerados pelo Comitê de Indicação na análise dos candidatos integrantes da chapa proposta pela Administração da Companhia, bem como as respectivas considerações e conclusões decorrentes de cada avaliação realizada, encontram-se refletidos nas subseções a seguir.

(a) Definição das premissas a serem utilizadas para caracterização de um candidato como independente e a avaliação da chapa de candidatos ao Conselho de Administração segundo as referidas premissas

Ao longo dos últimos anos, a Companhia aprofundou a revisão e o aprimoramento de sua estrutura de governança, com a instituição de Comitês de Assessoramento voltados à qualificação do processo decisório em temas estratégicos, incluindo aqueles relacionados à seleção, avaliação e nomeação de candidatos ao Conselho de Administração da PRIO.

Em continuidade a esse processo, em 2023 o Comitê de Indicação promoveu estudos sobre os principais critérios e premissas considerados por investidores da Companhia e por consultorias de orientação de voto (*proxy advisors*) para a caracterização da independência de membros do Conselho de Administração. Como resultado desse processo, o Comitê de Indicação: (i) desenvolveu critérios próprios de avaliação, incorporando práticas adicionais e mais rigorosas do que aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para qualificação de

conselheiros independentes; e (ii) estabeleceu, como diretriz interna, o patamar mínimo obrigatório de 50% de membros independentes na composição do Conselho de Administração.

De acordo com as novas premissas adotadas, para os fins da verificação do enquadramento como conselheiro independente, o Comitê de Indicação não considera independente o conselheiro que:

- É acionista controlador direto ou indireto da Companhia;
- Tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia;
- É cônjuge, companheiro ou parente,¹ em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador;
- Foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do seu acionista controlador, de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- Tem relações comerciais com a Companhia, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- Foi designado como representante de acionista controlador na Companhia;
- Tenha sido nomeado por um acionista controlador dissidente, exceto na hipótese de inexistência de conexão material com a dissidência em questão, seja atual ou prévia;
- É beneficiário direto ou indireto de pelo menos 10% das ações da empresa, seja em termos econômicos ou em direitos de voto;
- Fornece serviços profissionais à Companhia, à sua controlada ou a um diretor da Companhia ou de uma de suas controladas acima de US\$ 10 mil por ano;
- É parente¹ de pessoa que presta serviços profissionais à Companhia, à sua controlada ou a um diretor da Companhia ou de uma de suas controladas acima de US\$ 10 mil por ano;
- Representa cliente, fornecedor, credor, bancário ou outra entidade com a qual a

¹ Cônjuges, pais, filhos, padrastos, enteados, irmãos, sogros e qualquer pessoa (exceto inquilino ou empregado) que compartilhe a casa de qualquer conselheiro, conselheiro indicado, diretor ou acionista controlador da Companhia.

Companhia mantenha relacionamento material de natureza transacional/comercial;²

- Tem funções conflitantes ou cruzadas com conselheiros não independentes ou com o presidente do Conselho de Administração;
- É parente¹ de funcionário da Companhia ou de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- É parente¹ de ex-conselheiro não independente que tenha ocupado cargo em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- É fundador, co-fundador, membro da família fundadora da Companhia, ainda que não seja empregado na Companhia;
- Tenha sido eleito de outra forma que não através de um processo formal através da Assembleia Geral;
- Foi diretor da Companhia nos últimos 5 (cinco) anos;
- Tenha ocupado cargo no Conselho de Administração por mais de 12 (doze) anos;
- É empregado ou diretor de um acionista que faça parte de acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; ou
- Tenha qualquer relacionamento que possa comprometer a sua independência de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis, bem como as melhores práticas de governança corporativa.

(a.1) Análise específica da candidatura da Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo

Para fins de adequação às premissas de independência acima estabelecidas, o Comitê conduziu análise específica quanto ao enquadramento da Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo ("Raquel de Azevedo"), integrante da chapa de candidatos ao Conselho de Administração, tendo em vista a sua condição de sócia da Falconi Consultores S.A., sociedade de gestão empresarial e de pessoas contratada pela Companhia durante os exercícios sociais de 2023 e 2024 para prestação de serviços de consultoria em gestão

² Para fins de caracterização de uma relação material, uma relação comercial pode ser material se o valor da(s) transação(ões) existentes entre a Companhia e a sociedade ou organização a qual o Conselheiro está associado for equivalente a 1% (um por cento) do volume de negócios da Companhia ou a 1% (um por cento) do volume de negócios da sociedade a qual o Conselheiro está associado. Uma relação comercial também pode ser material se o valor da(s) transação(ões) existentes entre a Companhia e a sociedade ou organização a qual o Conselheiro está associado for superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da sociedade ou o valor da transação (de todas as operações de financiamento pendentes) em comparação com os ativos totais da Companhia, é superior a 5% (cinco por cento).

relacionados à estruturação da sistemática de controles internos e a implantação do novo modelo de gestão da Companhia.

No âmbito da avaliação da candidatura da Sra. Raquel de Azevedo o Comitê examinou, em especial: (i) a natureza da relação mantida entre a indicada e a Companhia; e (ii) o volume e a relevância econômica das transações realizadas entre a Companhia e a Falconi Consultores S.A. durante os exercícios sociais de 2023 e 2024, que correspondem aos períodos em que a relação contratual entre as partes vigorou.

Com base nessa análise, concluiu-se que: (i) a relação contratual entre a Companhia e a Falconi Consultores S.A. foi integralmente encerrada ao término do exercício social de 2024, não tendo sido celebrado ou renovado qualquer contrato de prestação de serviços entre as partes no exercício social de 2025 ou posteriormente; e (ii) as transações realizadas durante os exercícios sociais de 2023 e 2024 não apresentaram materialidade suficiente para comprometer o enquadramento da indicada como conselheira independente.

Para tanto, o Comitê considerou que:

(i) Durante o exercício social de 2025 não foram contratados quaisquer serviços da Falconi Consultores S.A. pela Companhia e/ou por pessoas jurídicas sob seu controle direto ou indireto;

(ii) A Sra. Raquel de Azevedo **não** participou nem teve influência no processo decisório de identificação, avaliação, contratação ou gerenciamento da Falconi Consultores S.A. em nenhum dos exercícios sociais em que a relação contratual vigorou (2023 e 2024);

(iii) A Sra. Raquel de Azevedo **não** teve participação, nem envolvimento ou atuação direta ou indireta na concepção, execução ou supervisão dos serviços realizados pela Falconi Consultores S.A. à Companhia e/ou suas subsidiárias em nenhum dos exercícios sociais em que a relação contratual vigorou (2023 e 2024);

(iv) A relação transacional existente entre a Falconi Consultores S.A. e a Companhia e suas subsidiárias no período em questão não foi material ou relevante, dado que os valores envolvidos foram: (a) **inferiores** a 1% (um por cento) do volume de negócios (*turnover*) de ambas as entidades; (b) **inferiores** a 10% (dez por cento) do *company shareholder equity* de ambas as entidades; e (c) **inferiores** a 5% (cinco por cento) do ativo total de ambas e entidades; e

(v) Não há conflito de interesses que possa prejudicar ou comprometer a independência da indicada.

(a.2) Avaliação da chapa de candidatos ao Conselho de Administração e enquadramento de candidatos como independente

Diante das análises realizadas, o Comitê de Indicação concluiu pela classificação dos Srs. Felipe Bueno da Silva, Felipe Villela Dias e Gustavo Rocha Gattass e da Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo como Conselheiros Independentes da PRIO S.A. para o mandato de 2026 a 2028, nos termos da definição estabelecida pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, pelo art. 17, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia e demais diretrizes internas, consignando que:

(i) A chapa proposta atende ao patamar mínimo obrigatório de independência estabelecido pelo artigo 17, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia, pelo artigo 15 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e pela Resolução CVM nº 168, de 20 de setembro de 2022, que exigem, no mínimo, 20% (vinte por cento) de membros independentes ou 2 (dois) membros independentes, o que for maior;

(ii) A chapa proposta, com 4 (quatro) Conselheiros Independentes em um total de 8 (oito) membros indicados, atinge o percentual de 50% (cinquenta por cento) de independência, em linha com o compromisso voluntário adotado pela Companhia de independência superior ao mínimo regulamentar; e

(iii) A qualificação da Sra. Raquel de Azevedo como Conselheira Independente foi objeto de análise específica pelo Comitê de Indicação, tendo em vista sua condição de sócia da Falconi Consultores S.A., empresa que prestou serviços à Companhia nos exercícios sociais de 2023 e 2024, concluindo-se que a relação contratual então existente no período em questão, e já encerrada, não configura hipótese de comprometimento da independência, nos termos dos critérios normativos aplicáveis, pelas razões detalhadas na subseção anterior deste documento.

(b) Avaliação da chapa de candidatos ao Conselho de Administração segundo a Matriz de Competências Essenciais

O Comitê de Indicação realizou a avaliação individual dos candidatos que compõem a chapa proposta ao Conselho de Administração, bem como do grau de aderência de cada perfil à Matriz de Competências Essenciais da Companhia, à luz das atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo.

No âmbito da sua análise, o Comitê concluiu que a chapa de candidatos ora indicada assegura a cobertura integral das competências previstas na Matriz de Competências Essenciais da Companhia, refletindo equilíbrio de entre experiências e conhecimentos, complementariedade de perfis e alinhamento às necessidades do Conselho de Administração, de modo a garantir o pleno e eficaz desempenho de suas funções.

(c) Avaliação da chapa de candidatos ao Conselho de Administração e da disponibilidade para exercício das funções

Como parte integrante do processo de verificação de elegibilidade, o Comitê de Indicação avaliou a disponibilidade efetiva de cada candidato para o adequado exercício das funções de membro do Conselho de Administração, considerando, entre outros fatores, a eventual participação simultânea dos indicados em conselhos de administração ou órgãos equivalentes de outras companhias abertas, bem como outras atividades profissionais relevantes que possam demandar dedicação significativa.

No âmbito dessa análise, o Comitê de Indicação adota como referência o entendimento de que, para assegurar a adequada disponibilidade e o desempenho diligente das atribuições inerentes ao cargo, os candidatos integrantes da chapa não devem participar de mais de cinco conselhos de administração de outras companhias abertas. Adicionalmente, no caso de candidatos que exerçam o cargo de Diretor Presidente de companhia aberta, considera-se adequado que participem de conselhos de administração de, no máximo, duas outras companhias abertas, além da PRIO.

Com base nas informações disponibilizadas pelos candidatos e na verificação conduzida pelo Comitê de Indicação, constatou-se que nenhum dos integrantes da chapa proposta excede os referidos limites, não tendo sido identificados fatores que possam comprometer a disponibilidade necessária ao pleno desempenho das funções de membro do Conselho de Administração da Companhia.

(d) Avaliação da elegibilidade da chapa de candidatos ao Conselho de Administração, de acordo com os preceitos legais e regulamentares e o disposto na Política de Indicação da Companhia

O Comitê de Indicação atestou o cumprimento, por todos os integrantes da chapa proposta, dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como daqueles previstos no Estatuto Social e na Política de Indicação da Companhia, não tendo sido identificados quaisquer impedimentos à elegibilidade dos candidatos ao Conselho de Administração.

Nesse contexto, o Comitê de Indicação procedeu à reavaliação das conclusões alcançadas no âmbito da avaliação de elegibilidade conduzida em 2024, quando foi consignado o recebimento, pela Companhia, de comunicação encaminhada pelo Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure (“Nelson de Queiroz”) a respeito de instauração de processo administrativo sancionador pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), relacionado à suposta não convocação de assembleia geral pelo conselho de administração da Gafisa S.A., em dezembro de 2022, a pedido de investidor (a “Comunicação”).

Na Comunicação, o Sr. Nelson de Queiroz esclareceu, em apertada síntese, que (i) não participou de qualquer reunião do conselho de administração da Gafisa S.A. que tratasse do pedido de convocação da assembleia, tampouco ter recebido, analisado ou discutido documentos relacionados ao referido tema; (ii) à época dos fatos, o candidato já havia comunicado à Gafisa S.A. a sua intenção de deixar a companhia em razão de compromissos incompatíveis com o exercício do cargo – no entanto, atendendo ao pedido da administração da Gafisa e considerando a proximidade do término do mandato, permaneceu no cargo até a assembleia geral de 2023, ocasião em que não se candidatou à reeleição; (iii) a CVM arrolou indistintamente todos os conselheiros da Gafisa S.A., sem considerar individualmente a conduta do Sr. Nelson de Queiroz, que não participou das reuniões nem teve acesso aos materiais relativos ao pedido de convocação; e (iv) a assembleia objeto do referido pedido foi efetivamente convocada e realizada pela Gafisa S.A., em 09 de janeiro de 2023, com base em decisão do Poder Judiciário, que reconheceu a sua regularidade (Processo nº 1001242-06.2022.8.26.0228).

Em 25 de janeiro de 2024, o Comitê de Ética e *Compliance* da PRIO, após consultar especialistas legais, analisou os termos da carta enviada pelo Sr. Nelson de Queiroz e os fatos ali comunicados, na ocasião, concluiu que: (i) o candidato não participou de qualquer das deliberações tomadas pelo conselho de administração da Gafisa S.A. a respeito do pedido de convocação; (ii) sua inclusão no processo administrativo decorreu do arrolamento indistinto dos membros do conselho pela CVM, sem consideração da conduta individual do candidato; (iii) o candidato atuou de maneira idônea, em conformidade com a legislação, a regulamentação aplicáveis e as políticas internas da PRIO; (iv) há decisão judicial reconhecendo a regularidade da convocação realizada pelo conselho de administração da Gafisa S.A.; e (v) a existência do processo administrativo em questão não traz implicações relevantes para a PRIO e para a garantia da governança da Companhia.

No contexto da análise da nomeação do Sr. Nelson de Queiroz para composição da chapa proposta para o Conselho de Administração para o mandato de 2026 a 2028, o Comitê de

Indicação solicitou a reavaliação e atualização do tema junto a consultores jurídicos especialmente contratados para tanto.

Com esse propósito, o Comitê de Indicação procedeu ao exame das informações relacionadas ao processo administrativo sancionador em referência, incluindo novo memorando jurídico elaborado por escritório de advocacia especializado, cujas conclusões, em síntese, são as seguintes:

(i) Na condução do processo administrativo sancionador em questão, a CVM não considerou, para fins de imputação de responsabilidade, a ausência do Sr. Nelson de Queiroz nas reuniões do conselho de administração da Gafisa S.A. que trataram do tema;

(ii) Há jurisprudência no âmbito da CVM reconhecendo a regularidade da atuação de administradores em situações análogas à que é objeto do processo em questão;

(iii) Existe decisão judicial que reconheceu a regularidade no prazo de convocação da assembleia pela administração da Gafisa S.A.;

(iv) Sem prejuízo das considerações acima elencadas, o Colegiado da CVM aprovou a celebração de termo de compromisso com o Sr. Nelson de Queiroz e com os demais acusados no processo administrativo sancionador em questão – cuja formalização encontra-se, contudo, temporariamente sobrestada em razão da pendência de apreciação, pelo Colegiado da CVM, de segundo pedido de reconsideração apresentado por terceiro contra a decisão do Colegiado que aprovou sua celebração;

(v) A probabilidade de celebração do termo de compromisso, com o arquivamento do processo administrativo sancionador sem análise de seu mérito, é provável, tendo em vista que (a) o Colegiado da CVM aprovou a sua celebração; e (b) os fundamentos invocados no segundo pedido de reconsideração já foram expressamente examinados e rejeitados pelo Colegiado por ocasião do julgamento do primeiro pedido de reconsideração;

(vi) O arquivamento do processo administrativo sancionador em questão sem análise de seu mérito é considerado provável, tendo em vista a aprovação da celebração de termo de compromisso e a remota probabilidade de deferimento do segundo pedido de reconsideração; e

(vii) O termo de compromisso trata-se de mecanismo de resolução consensual de conflito regulatório amplamente utilizado no mercado de capitais brasileiro, cuja

celebração não importa reconhecimento acerca dos fatos investigados, tampouco constitui reconhecimento de ilicitude da conduta investigada, resultando no arquivamento definitivo do processo administrativo sancionador quando do seu cumprimento.

Com fundamento nas conclusões do parecer jurídico externo acima referido, bem como na avaliação própria do Comitê de Indicação à luz dos critérios estabelecidos na Política de Indicação da Companhia, no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, o Comitê de Indicação concluiu que os fatos analisados (a) não guardam relação com a atuação do candidato na qualidade de membro do Conselho de Administração da PRIO S.A.; (b) não comprometem a idoneidade nem a reputação do candidato; (c) não afetam a capacidade do candidato de exercer suas atribuições fiduciárias como membro do Conselho de Administração; e (d) tampouco representam risco de impacto adverso relevante à Companhia ou aos direitos dos seus acionistas.

Adicionalmente, como parte integrante do processo de avaliação, o Comitê de Indicação contratou assessoria jurídica especializada do escritório Steptoe LLP, com o objetivo de subsidiar a formação de opinião quanto à existência de eventual impacto do referido processo sobre a indicação do Sr. Nelson de Queiroz ao Conselho de Administração da PRIO, à luz dos padrões aplicáveis pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos, da Lei Societária de Delaware e dos requisitos de listagem da NYSE e da Nasdaq aplicáveis a indicações para o conselho de administração³.

Na ocasião, o consultor jurídico estrangeiro consignou que: (i) com base nos padrões aplicáveis nos Estados Unidos (*U.S. Relevant Standards*), o Sr. Nelson de Queiroz estaria apto para ser indicado ou eleito para um conselho de administração; (ii) de acordo com as práticas de governança corporativa prevalentes nos Estados Unidos, a existência de processos, passados ou em curso, ou ainda a celebração de acordo com órgão regulador não implica, por si só, falta de integridade ou inadequação reputacional para o exercício de funções como conselheiro; (iii) em companhias listadas na NYSE, a avaliação de integridade e reputação costuma ser conduzida pelo comitê competente, à luz da totalidade das circunstâncias, e não apenas da existência de processo; e (iv) a celebração de acordo, como no caso de termo de compromisso – especialmente quando destinado à resolução da questão sem reconhecimento de culpa ou responsabilidade – não seria considerada, isoladamente, como evidência de falta de integridade ou como

³ O trabalho da Steptoe baseou-se exclusivamente na descrição factual fornecida pela assessoria jurídica externa independente brasileira ao Comitê de Indicação.

impedimento categórico à indicação ou ao exercício de funções no Conselho de Administração.

O Comitê de Indicação ponderou, ainda, o histórico profissional e institucional do Sr. Nelson de Queiroz em relação à PRIO, destacando que:

- (i) Ao longo de mais de 11 (onze) anos de atuação como diretor e conselheiro na PRIO, o Sr. Nelson de Queiroz sempre exerceu suas funções em estrita conformidade com a legislação aplicável e com as políticas internas da PRIO;
- (ii) O Sr. Nelson de Queiroz sempre atuou de maneira diligente e no melhor interesse da PRIO e de seus acionistas;
- (iii) O Sr. Nelson de Queiroz teve papel relevante na bem-sucedida reestruturação que posicionou a PRIO como uma das maiores companhias independentes de óleo e gás da América Latina; e
- (iv) Durante seu mandato como Presidente do Conselho de Administração, a Companhia fortaleceu de forma significativa sua estrutura de governança, com a implantação de sistemas de controles internos e de supervisão de riscos alinhados às melhores práticas de mercado, bem como com a criação e instalação do Comitê de Auditoria, integralmente composto por membros independentes, e a instituição da função de *Compliance Officer* dotado de independência.

Após discussão sobre o tema, o Comitê de Indicação concluiu que o referido processo não compromete a confiança na capacidade do Sr. Nelson de Queiroz de exercer adequadamente a função de supervisão da gestão e de atuar no melhor interesse dos acionistas de qualquer sociedade, tampouco representa risco direto ou indireto para a Companhia.

O Comitê também reexaminou a decisão em que o Colegiado da CVM absolveu, por unanimidade, o Sr. Nelson de Queiroz da acusação de embaraço à fiscalização, no âmbito do Processo nº 19957.009206/2018-61. Ao avaliar o referido julgamento, o Comitê consignou que a acusação se restringia exclusivamente às respostas prestadas a 2 (dois) ofícios encaminhados pela CVM nos anos de 2016 e 2019, dos quais (i) um sequer foi endereçado ao candidato; e (ii) o outro foi tempestiva e adequadamente respondido por ele. Com base na decisão absolutória, o Comitê verificou que o Colegiado da CVM reconheceu expressamente que:

- (i) A atuação do Sr. Nelson de Queiroz foi regular, tendo ele atendido a todos os pedidos formulados pela Autarquia;
- (ii) A imputação de responsabilidade ao Sr. Nelson de Queiroz em relação ao ofício de 2016 decorre de equívoco, uma vez que o referido ofício se destinava a outra pessoa; e
- (iii) O candidato observou integralmente todas as regras legais e regulamentares aplicáveis.

Adicionalmente, o Comitê de Indicação reavaliou o Termo de Compromisso (“TC”) celebrado pelo Sr. Nelson de Queiroz junto à CVM em 2019, no âmbito de processo relacionado ao suposto uso de informação privilegiada.

Com fundamento nos memorandos legais elaborados pelos escritórios Steptoe LLP e TozziniFreire Advogados, na análise dos autos do referido processo administrativo e nos demais procedimentos conduzidos por outros entes, o Comitê de Indicação concluiu que:

- (i) O Sr. Nelson de Queiroz atuou em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- (ii) À época dos fatos, o candidato não dispunha de meios de acesso a qualquer informação privilegiada;
- (iii) Os fatos que tratam o TC teriam ocorrido há mais de 11 (onze) anos e, desde então, não há registro de qualquer ocorrência ou fato análogo envolvendo o candidato;
- (iv) Após os referidos eventos, o Sr. Nelson de Queiroz foi eleito e recorrentemente reconduzido a cargos de administração da PRIO, tendo contribuído ativamente para o crescimento da Companhia e para a valorização de suas ações;
- (v) Quando da celebração do TC com a CVM, todas as demais investigações conduzidas por outros entes públicos já haviam sido devidamente arquivadas; e
- (vi) A celebração do referido TC não compromete a capacidade do Sr. Nelson de Queiroz de supervisionar efetivamente a gestão e servir os melhores interesses dos acionistas da PRIO e de qualquer companhia.

O Comitê de Indicação registrou, ainda, que a Companhia adotou e mantém um conjunto robusto de medidas de governança, controles internos e *compliance*, aptas a prevenir e, caso necessário, mitigar a ocorrência de práticas semelhantes, incluindo, entre outras:

- (i) Aprovação da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, revisada e atualizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2025;
- (ii) Ampla divulgação e disponibilização acessível da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, revisada e atualizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2025;
- (iii) Realização de treinamentos internos periódicos sobre identificação, tratamento e proteção de informações relevantes ainda não divulgadas ao mercado, incluindo o tratamento de informações sigilosas e negociação com valores mobiliários;
- (iv) Implementação de canal de denúncias com estrutura independente, com garantia de anonimato;
- (v) Instalação de Comitê de Ética e *Compliance* com competência para apurar e sancionar infrações administrativas, inclusive relacionadas à negociações irregulares;
- (vi) Monitorização da base acionária para identificação de potenciais negociações irregulares por colaboradores e ex-colaboradores com acesso a informações privilegiadas e/ou sensíveis (*watchlist*);
- (vii) Comunicação ampla, clara e tempestiva a todos os colaboradores da entidade a respeito de períodos de *blackout* aplicáveis;
- (viii) Adoção de Código de Ética e Conduta aplicável a todos os colaboradores da PRIO e terceiros com as quais tenha relações comerciais, revisado e atualizado pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2025;
- (ix) Implementação de sistema de controles internos e supervisão de riscos;
- (x) Revisão periódica dos riscos de *compliance* associados à operação e aos negócios da Companhia, com atuação de *Compliance Officer* dotado de independência funcional;
e
- (xi) Divulgação ao mercado de negociações com ações de emissão da Companhia realizadas por membros da Administração.

Ao final, o Comitê de Indicação consignou que, no âmbito da verificação de idoneidade conduzida pelo Comitê de Ética e *Compliance*, não foram identificadas novas investigações ou processos em curso, tampouco fatos ou circunstâncias, direta ou indiretamente relacionados ao candidato, além daqueles apontados na análise acima e devidamente examinados pelo Comitê de Indicação.

Diante do exposto, à luz dos fatos analisados e dos subsídios constantes dos pareceres e memorandos elaborados por consultores jurídicos externos contratados para essa finalidade, o Comitê de Indicação concluiu que o Sr. Nelson de Queiroz está apto a exercer as funções inerentes ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, tendo atestado o cumprimento, pelo candidato, dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis à sua elegibilidade, bem como daqueles previstos no Estatuto Social e na Política de Indicação da Companhia.

Conselho Fiscal

A administração da Companhia propõe aos acionistas a manutenção do Conselho Fiscal, com a reeleição de seus membros, por meio da eleição da chapa composta pelos seguintes candidatos, para mandato de 1 (um) ano, a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Elias de Matos Brito	28/07/1965	Contador	816.669.777-72	Presidente do Conselho Fiscal	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	27/04/2018	Não aplicável.
Ronaldo dos Santos Machado	11/05/1965	Contador	863.923.287-34	Conselheiro Fiscal (Suplente)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	27/04/2018	Não aplicável.
Gilberto Braga	08/10/1960	Contador	595.468.247-04	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	27/04/2018	Não aplicável.
Cícero Ivan do Vale	08/06/1962	Contador	744.255.367-20	Conselheiro Fiscal (Suplente)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	20/04/2021	Não aplicável.
Marco Antônio Peixoto Simões Velozo	18/03/1951	Economista	942.753.277-72	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	20/04/2020	Não aplicável.
Anderson Mascouto Peixoto	28/10/1970	Contador	995.688.707-25	Conselheiro Fiscal (Suplente)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	20/04/2021	Não aplicável.

A chapa de candidatos ao Conselho Fiscal ora indicada é submetida à Assembleia Geral juntamente com o parecer do Comitê de Indicação da Companhia, aprovado em reunião realizada em 13 de março de 2026, nos seguintes termos:

“Em reunião realizada em 13 de março de 2026, os membros do Comitê de Indicação da PRIO S.A. (“PRIO” ou “Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam à análise da chapa de candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia e, considerando (i) os procedimentos aplicáveis; (ii) as conclusões do processo de verificação de idoneidade conduzido pelo Comitê de Ética e Compliance da PRIO S.A.; e (iii) a avaliação quanto ao atendimento dos requisitos legais previstos na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como dos requisitos de indicação e investidura no cargo estabelecidos no Estatuto Social e na Política de Indicação da Companhia, deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, opinar favoravelmente pela submissão da referida chapa à Assembleia Geral Ordinária, atestando que seus integrantes atendem integralmente aos requisitos previstos na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no Estatuto Social e na Política de Indicação da Companhia, não incidindo quaisquer impedimentos ou vedações legais, estatutárias ou regulamentares que obstem sua eleição para o Conselho Fiscal da Companhia.”

Por fim, em conformidade com o art. 11, inciso I, da Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM n° 81/2022”), informações adicionais relativas aos membros da chapa do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal indicados pela administração da Companhia encontram-se disponíveis abaixo, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 da Seção 7 do Formulário de Referência (Anexo C da Resolução CVM n° 80, de 29 de março de 2022).

7.3. Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Emiliano Fernandes Lourenço Gomes	12/07/1975	Advogado	073.432.927-06	Vice-Presidente do Conselho de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	13/11/2019	O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes exerce as funções de Coordenador do Comitê de Ética e Compliance e membro do Comitê de Indicação.
Felipe Bueno da Silva	06/07/1975	Engenheiro	071.959.597-59	Conselheiro de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	O Sr. Felipe Bueno da Silva exerce as funções de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Coordenador do Comitê de Remuneração e Coordenador do Comitê de Indicação.
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Conselheiro de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	O Sr. Felipe Villela Dias exerce as funções de Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Remuneração.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Flávio Vianna Ulhôa Canto	16/04/1975	Empresário	069.163.947-73	Conselheiro de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2022	O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto exerce função de membro do Comitê de Sustentabilidade.
Gustavo Rocha Gattass	14/09/1975	Economista	070.302.477-95	Conselheiro de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	O Sr. Gustavo Rocha Gattass exerce a função de membro do Comitê de Sustentabilidade.
Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo	07/07/1974	Administradora	028.529.026-64	Conselheira de Administração Independente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	20/04/2020	A Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo não exerce outra função na Companhia

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure	28/05/1985	Administrador	112.254.877-06	Presidente do Conselho de Administração	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	01/03/2019	O Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure não exerce outra função na Companhia.
Roberto Bernardes Monteiro	02/02/1974	Engenheiro	175.507.418-24	Conselheiro de Administração e Dir. Presidente	17/04/2026	17/04/2026	2 anos	Não	01/10/2019	O Sr. Roberto Bernardes Monteiro integra a Diretoria desde 05/08/2015. Foi eleito como (i) Diretor Presidente para o mandato atual em 12/03/2025, com data de posse em 13/03/2025; e (ii) como Diretor de Relações com Investidores (cujo cargo ocupa desde 10/11/2020), para o mandato atual em 12/03/2025, com data de posse em 13/03/2025.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Elias de Matos Brito	28/07/1965	Contador	816.669.777-72	Presidente do Conselho Fiscal	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	27/04/2018	O Sr. Elias de Matos Brito não exerce outra função na Companhia.
Ronaldo dos Santos Machado	11/05/1965	Contador	863.923.287-34	Conselheiro Fiscal (Suplente)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	27/04/2018	O Sr. Ronaldo dos Santos Machado não exerce outra função na Companhia.
Gilberto Braga	08/10/1960	Contador	595.468.247-04	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	27/04/2018	O Sr. Gilberto Braga não exerce outra função na Companhia.
Cícero Ivan do Vale	08/06/1962	Contador	744.255.367-20	Conselheiro Fiscal (Suplente)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	20/04/2021	O Sr. Cícero Ivan do Vale não exerce outra função na Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição do outro cargo ou função
Marco Antônio Peixoto Simões Velozo	18/03/1951	Economista	942.753.277-72	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	20/04/2020	O Sr. Marco Antônio Peixoto Simões Velozo não exerce outra função na Companhia.
Anderson Mascouto Peixoto	28/10/1970	Contador	995.688.707-25	Conselheiro Fiscal (Suplente)	17/04/2026	17/04/2026	1 ano	Não	20/04/2021	O Sr. Anderson Mascouto Peixoto não exerce outra função na Companhia.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Emiliano Fernandes Lourenço Gomes – CPF: 073.432.927-06

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes ingressou na Companhia em 2014 e participou ativamente do processo de *turnaround*, contribuindo para a reestruturação da cultura organizacional e da estratégia de negócios da Companhia. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), é pós-graduado em Direito Empresarial pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e em Direito Societário e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Possui vasta experiência em Direito Corporativo e Regulatório, tendo atuado em sociedades como a Vesper, Globo.com e Embratel, nessa última ocupando o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório. Em 2024, assumiu a presidência do Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que reúne lideranças empresariais, especialistas e formadores de opinião com o objetivo de discutir e propor ações para o ambiente de negócios da indústria fluminense. Além de Vice-presidente do Conselho de Administração e Diretor Não Estatutário Jurídico, Regulatório e de Relações Institucionais na Companhia, o Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes é Coordenador do Comitê de Ética e *Compliance* e membro do Comitê de Indicação da Companhia, e figura como Diretor Jurídico da PRIO Forte S.A., sociedade controlada da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 ("Resolução CVM nº 50/2021").

(d) Declaração de independência: O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes não é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Felipe Bueno da Silva – CPF: 071.959.597-59

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Felipe Bueno da Silva é economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi associado do Banco Votorantim, onde trabalhou durante 11 anos no segmento *large corporate* em operações estruturadas de crédito, *equity*, mercado de capitais e derivativos. Nos últimos 5 anos,

atuou como principal sócio e CEO da Sigur Capital, tendo trabalhado em diversas operações de M&A, reestruturação de dívidas, compra de créditos estressados, honorários advocatícios e precatórios, podendo citar a Oi Telefonía, DASA, Grupo Safra, ZPMC Holdings e BTG Pactual. É investidor ativo nos mercados locais e internacionais. Além de ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Felipe Bueno da Silva exerce as funções de membro do Comitê de Auditoria Estatutário, Coordenador do Comitê de Remuneração e Coordenador do Comitê de Indicação da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Felipe Bueno da Silva não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Felipe Bueno da Silva não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Felipe Bueno da Silva é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Felipe Villela Dias – CPF: 218.680.308-90

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Felipe Villela Dias é formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É sócio do Grupo Visagio, onde atua como especialista em finanças e investimentos. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Foi membro do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade, Grupo Technos, CVC Corp e Santos Brasil Participações S.A. Atualmente, além da PRIO, é conselheiro de administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (atual Axia Energia), sociedade que não integra o grupo econômico da Companhia, nem é controlada por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Além de ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, o senhor Felipe Villela Dias também exerce as funções de Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e de membro do Comitê de Remuneração da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Felipe Villela Dias não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de

decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Felipe Villela Dias não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Felipe Villela Dias é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Flávio Vianna Ulhôa Canto – CPF: 069.163.947-73

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto é graduado em Direito e um dos maiores atletas da história do Brasil. Em 2003, fundou o Instituto Reação, organização não governamental que promove o desenvolvimento humano e a integração social de crianças e adolescentes por meio do esporte e da educação, responsável por transformar a vida de mais de vinte mil jovens. Em 2017 e 2018, concluiu os cursos de Programa de Liderança Transformadora e de Programa de Gestão Avançada na Fundação Dom Cabral, escola brasileira de negócios, em parceria com o *Institut Européen d'Administration des Affaires*. Nos anos de 2022 e 2023, concluiu os cursos de Programa de Desenvolvimento de Conselheiros e de ESG na Sala do Conselho na Fundação Dom Cabral, especializações em temas ligados a sustentabilidade e governança corporativa. Atualmente, o Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto é Diretor Presidente do Instituto Reação, conselheiro da Atmo e fundador da Cicclo, sociedades que não integram o grupo econômico da Companhia, nem são controladas por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. Além de ser membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto exerce função de membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto não é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Gustavo Rocha Gattass – CPF: 070.302.477-95

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Gustavo Rocha Gattass é economista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), foi sócio responsável pela equipe de análise de empresas do banco de investimentos BTG Pactual e também analista responsável pela cobertura do setor de óleo e gás na América Latina de 2009 a 2015 na mesma instituição. Ocupou a posição de analista no banco de investimentos UBS Pactual entre os anos de 2006 e 2009. Atuou também na cobertura do setor de eletricidade e saneamento (como analista responsável, no banco UBS Pactual entre os anos de 2000 e 2006, e como analista assistente, nos bancos UBS e ICATU, durante os anos de 1996 a 2000). Atualmente, além de ser membro independente do Conselho de Administração da PRIO, exerce a função de membro do Comitê de Sustentabilidade da Companhia, atuando também como conselheiro de administração da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e da Canacol Energy Ltd. no Canadá, que não integram o grupo econômico da Companhia e não são controladas por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Gustavo Rocha Gattass não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Gustavo Rocha Gattass não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Gustavo Rocha Gattass é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo – CPF: 028.529.026-64

(a) Experiência profissional - resumo: A Sra. Márcia Raquel Cordeiro de Azevedo é formada em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em gestão de organizações e recursos humanos (UFMG) e MBA em finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é sócia da Falconi Consultores S.A., onde atua há mais de 20 anos como consultora de gestão em projetos em diversos segmentos como óleo e gás, químico e petroquímico, infraestrutura, educação, entretenimento, telecomunicações, tecnologia, logística e governos estaduais e municipais.

(b) Declaração de eventuais condenações: A Sra. Márcia Raquel Cordeiro de Azevedo não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo

nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: A Sra. Márcia Raquel Cordeiro de Azevedo não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: A Sra. Márcia Raquel Cordeiro de Azevedo é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure – CPF: 112.254.877-06

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure participa ativamente da gestão da PRIO desde o relançamento da Companhia em 2014, com atuação chave na bem-sucedida reestruturação que resultou em uma das maiores Companhias independentes de óleo e gás da América Latina. Como atual Presidente do Conselho de Administração e ex-CEO da Companhia, participou diretamente do plano de expansão contínuo da Companhia, tendo desempenho central na condução estratégica para alcance dos resultados dos últimos anos. O Sr. Nelson cursou Administração no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), com especialização na Boston College. Além de atual Presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure integra a diretoria de sociedades subsidiárias do grupo societário da Companhia situadas no Brasil, tais como PRIO Internacional Ltda. e PRIO Bravo Ltda.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure não é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Roberto Bernardes Monteiro – CPF: 175.507.418-24

(a) Experiência profissional - resumo O Sr. Roberto Bernardes Monteiro ingressou na Companhia em 2014 e participou ativamente do processo de *turnaround* da PRIO. Antes de assumir o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da PRIO, o Sr. Roberto Bernardes Monteiro ocupou os cargos de Diretor de Operações, Diretor Financeiro e de Diretor de Novos Negócios na Companhia. Anteriormente, foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. e da OSX Brasil S.A., esta última atuante na indústria naval e *offshore*. Anteriormente, ocupou diversos cargos na America Latina Logística – ALL, tendo atuado como Diretor de Operações e Diretor Executivo (Argentina). O Sr. Roberto Bernardes Monteiro é graduado em engenharia civil pela Universidade de São Paulo (USP – São Carlos) e possui MBA pela Carnegie Mellon University – Tepper School. Além de ser membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Roberto Bernardes Monteiro é Diretor de Relações com Investidores e Diretor Presidente da PRIO Forte S.A., sociedade controlada pela Companhia. Adicionalmente, o Sr. Roberto Bernardes Monteiro também é membro suplente do Comitê de Indicação da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Roberto Bernardes Monteiro não sofreu qualquer condenação criminal, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Contudo, o Sr. Roberto Bernardes Monteiro foi condenado em processos administrativos perante a CVM, relacionados a cargo ocupado em momento anterior ao seu ingresso na PRIO, no âmbito do qual lhe foi aplicada a penalidade de multa.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Roberto Bernardes Monteiro não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Roberto Bernardes Monteiro não é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Elias de Matos Brito – CPF: 816.669.777-72

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Elias de Matos Brito é graduado em Ciências Contábeis e possui pós-graduação em Finanças, atuando como consultor empresarial nas áreas financeira, societária, tributária e de mercado de capitais. É Perito Judicial Contábil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo também atuado como perito em procedimentos conduzidos perante importantes câmaras arbitrais, incluindo a CIESP/FIESP, a CAM-CCBC, a AMCHAM e o CBMA, entre outras. Ao longo de sua trajetória profissional, exerceu o cargo de Presidente do Conselho Fiscal do Banco Safra S.A. e foi

membro do Conselho Fiscal do Jornal O Dia, tendo ainda atuado como liquidante do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ). No campo acadêmico, foi professor de Finanças em cursos de pós-graduação da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Também exerceu a função de vice-presidente da Associação de Peritos Judiciais do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o Sr. Elias de Matos Brito é membro do Conselho de Administração da Usiminas S.A. e da Companhia de Participações Aliança da Bahia, atuando ainda como Presidente do Conselho Fiscal da Gafisa S.A. e conselheiro fiscal da TIM S.A., da Profarma S.A., além de Coordenador do Comitê de Auditoria das Lojas Pernambucanas, sociedades que não integram o grupo econômico da Companhia, nem são controladas por acionista da Companhia que tenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Elias de Matos Brito declara não ter sofrido qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Elias de Matos Brito declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Elias de Matos Brito é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Ronaldo dos Santos Machado – CPF: 863.923.287-34

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Ronaldo dos Santos Machado é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade) e possui MBA em Contabilidade e Auditoria pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é sócio da Exato Assessoria Contábil Ltda., escritório especializado em contabilidade, auditoria e consultoria econômica, financeira e empresarial, onde atua no desenvolvimento de atividades próprias da prática contábil, bem como na condução de trabalhos de perícia judicial contábil. Ao longo de sua trajetória profissional, acumulou mais de 13 anos de experiência no Grupo Lundgren – Casas Pernambucanas, onde exerceu diversas funções nas áreas financeira e de gestão, incluindo os cargos de analista financeiro, assistente de planejamento, gerente de promoção e propaganda e gerente de tesouraria.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Ronaldo dos Santos Machado declara não ter sofrido qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da

Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Ronaldo dos Santos Machado declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Ronaldo dos Santos Machado é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Gilberto Braga – CPF: 595.468.247-04

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Gilberto Braga é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Gama Filho (UGF) e possui M.Sc. em Administração, com especialização em Finanças e Mercado de Capitais, pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atua como Professor Titular de Governança Corporativa e ESG no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, bem como em outras instituições de ensino superior. É Perito Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e atua também como consultor empresarial e perito em procedimentos arbitrais conduzidos perante o Tribunal Arbitral da CIESP e da FIESP. Atualmente, exerce o cargo de Conselheiro Fiscal da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e da Braskem S.A., além de atuar como colunista de finanças em veículos de comunicação, sites especializados e na Rádio CBN.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Gilberto Braga declara não ter sofrido qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Gilberto Braga declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Gilberto Braga é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Cícero Ivan do Vale – CPF: 744.255.367-20

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Cícero Ivan do Vale é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (Instituto Brasileiro de Contabilidade). Possui pós-graduação lato sensu em Ciências

Contábeis pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e MBA Executivo em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atualmente, atua como perito contábil da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro e é sócio da Vale Consultoria Empresarial Ltda., onde desenvolve atividades de consultoria nas áreas contábil e fiscal, prestando assessoria a empresas de diversos setores. Ao longo de sua trajetória profissional, exerceu cargos de gestão nas áreas de planejamento e controle, financeira, contábil e administrativa, tendo atuado também como coordenador contábil e auditor. No campo acadêmico, foi professor da Faculdade Cândido Mendes, onde ministrou, por três anos, o curso de Perícia Contábil.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Cícero Ivan do Vale declara não ter sofrido qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Cícero Ivan do Vale declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Cícero Ivan do Vale é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Marco Antônio Peixoto Simões Velozo – CPF: 942.753.277-72

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Marco Antônio Peixoto Velozo é graduado em Economia e em Ciências Contábeis e possui MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Atua desde 1989 nas áreas de consultoria e auditoria, acumulando ampla experiência em assessoria contábil, financeira e em governança corporativa. Ao longo de sua trajetória, também exerceu atividade acadêmica como professor das disciplinas de Contabilidade Gerencial e Análise de Balanços na Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi membro titular do Conselho Fiscal da BRF S.A. nos exercícios de 2022, 2023 e 2024. É sócio fundador da Vértice Auditoria e Consultoria, onde é responsável pela área técnica e pelo desenvolvimento de metodologias de auditoria, em conformidade com as diretrizes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, onde atuou até 1996, alcançando o cargo de gerente de auditoria, quando então deixou a firma para fundar a Vértice Auditoria.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Marco Antônio Peixoto Velozo declara não ter sofrido qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da

Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Marco Antônio Peixoto Velozo declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Marco Antônio Peixoto Velozo é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

Anderson Mascouto Peixoto – CPF: 995.688.707-25

(a) Experiência profissional - resumo: O Sr. Anderson Mascouto Peixoto é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e possui pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente, é sócio da Vértice Auditoria, posição que ocupa desde 1999, exercendo funções de coordenação e participando ativamente da condução de atividades estratégicas da firma, incluindo o desenvolvimento de metodologias de auditoria e a gestão administrativa da organização. Anteriormente, atuou como gerente de controladoria na Brazil Fast Food Corp., companhia na qual atualmente também integra o Comitê de Compliance. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, onde trabalhou por sete anos na área de auditoria independente, tendo evoluído das posições de assistente de auditoria até gerente de auditoria.

(b) Declaração de eventuais condenações: O Sr. Anderson Mascouto Peixoto declara não ter sofrido qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

(c) Declaração de pessoa exposta politicamente: O Sr. Anderson Mascouto Peixoto declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50/2021.

(d) Declaração de independência: O Sr. Anderson Mascouto Peixoto é independente nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria.

7.4. Composição dos comitês

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Tipo de Comitê	Cargo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição de outros comitês	Descrição do outro cargo ou função
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Comitê de Auditoria Estatutário	Coordenador do Comitê	12/03/2025	13/03/2025	25/02/2031	Não	26/02/2021	O Sr. Felipe Villela Dias também é membro do Comitê de Remuneração Companhia.	O Sr. Felipe Villela Dias também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.
Felipe Bueno da Silva	06/07/1975	Engenheiro	071.959.597-59	Comitê de Auditoria Estatutário	Membro do Comitê	12/03/2025	13/03/2025	25/02/2031	Não	26/02/2021	O Sr. Felipe Bueno da Silva também é Coordenador do Comitê de Remuneração e Coordenador do Comitê de Indicação.	O Sr. Felipe Bueno da Silva também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Tipo de Comitê	Cargo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição de outros comitês	Descrição do outro cargo ou função
Felipe Bueno da Silva	06/07/1975	Engenheiro	071.959.597-59	Comitê de Remuneração	Coordenador do Comitê	21/10/2025	22/10/2025	2 anos	Não	26/02/2021	O Sr. Felipe Bueno da Silva também é membro do Comitê de Auditoria Estatutário e Coordenador do Comitê de Indicação.	O Sr. Felipe Bueno da Silva também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê	21/10/2025	22/10/2025	2 anos	Não	26/02/2021	O Sr. Felipe Villela Dias também é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário Companhia.	O Sr. Felipe Villela Dias também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.
Gustavo Rocha Gattass	14/09/1975	Economista	070.302.477-95	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê	21/10/2025	31/10/2025	2 anos	Não	N/A	O Sr. Gustavo Rocha Gattass não integra outros comitês da Companhia.	O Sr. Gustavo Rocha Gattass também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Tipo de Comitê	Cargo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição de outros comitês	Descrição do outro cargo ou função
Flávio Vianna Ulhôa Canto	16/04/1975	Empresário	069.163.947-73	Comitê de Sustentabilidade	Membro do Comitê	21/10/2025	31/10/2025	2 anos	Não	N/A	O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto não integra outros comitês da Companhia.	O Sr. Flávio Vianna Ulhôa Canto também é membro do Conselho de Administração da Companhia.
Emiliano Fernandes Lourenço Gomes	12/07/1975	Advogado	073.432.927-06	Comitê de Ética e Compliance	Presidente	21/10/2025	31/10/2025	2 anos	Não	29/10/2021	O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes também é membro do Comitê de Indicação.	O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes também é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.
Emiliano Fernandes Lourenço Gomes	12/07/1975	Advogado	073.432.927-06	Comitê de Indicação	Membro do Comitê	12/03/2025	13/03/2025	2 anos	Não	26/02/2023	Membro do Comitê de Ética e Compliance	O Sr. Emiliano Fernandes Lourenço Gomes também é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Tipo de Comitê	Cargo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato consecutivo	Descrição de outros comitês	Descrição do outro cargo ou função
Felipe Bueno da Silva	06/07/1975	Engenheiro	071.959.597-59	Comitê de Indicação	Coordenador do Comitê	12/03/2025	13/03/2025	2 anos	Não	21/02/2024	O Sr. Felipe Bueno da Silva também é membro do Comitê de Auditoria Estatutário e Coordenador do Comitê de Remuneração.	O Sr. Felipe Bueno da Silva também é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

Os membros indicados ao Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes não são membros de outros órgãos de governança da Companhia.

7.5. Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Os membros da Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com administradores da Companhia e/ou de outras sociedades integrantes do grupo societário da Companhia.

7.6. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

A Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo declarou que é sócia da Falconi Consultores S.A., empresa que, no curso dos exercícios sociais de 2023 e 2024, foi contratada pela PRIO S.A. para prestação de serviços de consultoria em gestão relacionados à estruturação da sistemática de controle e implantação do novo modelo de gestão da Companhia.

Durante o exercício social de 2025 não foram contratados quaisquer serviços da Falconi Consultores S.A. pela Companhia e/ou por pessoas jurídicas sob seu controle direto ou indireto.

Sem prejuízo, a Companhia destaca que a relação transacional então existente entre a Companhia e a Falconi Consultores S.A. ao longo dos exercícios sociais de 2023 e 2024 não era material ou significativa, tendo em vista que os valores envolvidos, em cada um dos exercícios de referência, foram: (i) inferiores a 1% do volume de negócios (*turnover*) de ambas as entidades; (ii) inferiores a 10% do *company shareholder equity* de ambas as entidades; e (iii) inferiores a 5% do ativo total de ambas as entidades.

A Companhia ressalta ainda que (i) a Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo não participou nem teve influência sobre o processo decisório de identificação, avaliação, contratação ou gerenciamento da Falconi Consultores S.A. em nenhum dos exercícios sociais em que a relação contratual vigorou; (ii) a Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo não teve participação nem envolvimento direto ou indireto na concepção, execução ou supervisão dos serviços prestados pela Falconi Consultores S.A. à Companhia e a suas controladas; e (iii) não há conflito de interesses que possa prejudicar a independência da Sra. Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo.

Proposta de Remuneração e Informações sobre a Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal

(Seção 8 do Formulário de Referência – art. 13, inciso I, da Resolução CVM nº 81/2022)

Montante global da remuneração anual dos Administradores

(art. 152 da Lei das Sociedades por Ações)

Em 16 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre a proposta de remuneração anual global de seus administradores (i.e., membros da Diretoria e do Conselho de Administração) referente ao exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026 no montante global de **até** R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Proposta de Remuneração").

Considerando que determinados membros da Administração da Companhia também exercem cargos em sociedades controladas pela Companhia, o limite do montante global proposto à Assembleia Geral Ordinária compreende (i) a remuneração a ser paga pela Companhia aos membros de sua Administração, em razão das funções por estes desempenhadas na própria Companhia; e (ii) a remuneração a ser paga por sociedade controlada da Companhia aos seus administradores que também integram a Administração da Companhia, em razão das funções desempenhadas por tais administradores na referida sociedade controlada.

Logo, do montante global de até R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais): (i) o montante de R\$ 149.664.275,48 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) se refere à remuneração a ser paga pela Companhia aos membros de sua Administração, em razão das funções por estes desempenhadas na própria Companhia; enquanto (ii) o montante de R\$ 100.335.724,52 (cem milhões, trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos) diz respeito à remuneração a ser paga por sociedade controlada da Companhia aos seus administradores que também integram a administração da Companhia, em razão das funções desempenhadas por tais administradores na referida sociedade controlada.

A Administração da Companhia poderá, ao longo do exercício social de referência, ajustar a distribuição das parcelas do montante global que serão efetivamente pagas pela Companhia e por subsidiária integral, em função de eventuais alterações na estratégia da Companhia, na sua estrutura organizacional ou de outras circunstâncias relevantes que venham a justificar a realocação dos valores entre as diferentes rubricas de remuneração,

sempre respeitando o limite do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Na tabela a seguir, são discriminados os principais elementos que compõem a Proposta de Remuneração dos membros da administração (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia **previstos para o exercício social de 2026**, contemplando (i) os pagamentos previstos para serem realizados diretamente pela Companhia; e (ii) aqueles cuja realização está prevista pela PRIO Bravo Ltda. (“PRIO Bravo”), sociedade controlada pela Companhia, aos seus administradores que também integram a administração da Companhia, em razão das funções por eles exercidas na PRIO Bravo:

Sociedade	Informação/ Elemento	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
PRIO S.A.	Nº total de membros	8	4	12
	Nº de membros remunerados	8	4	12
PRIO Bravo	Nº total de membros	-	2	2
	Nº de membros remunerados	-	2	2
Remuneração fixa anual				
PRIO S.A.	Salário ou pró-labore	R\$ 1.920.000,00	R\$ 3.120.000,00	R\$ 5.040.000
	Benefícios direto e indireto	-	R\$ 737.272,00	R\$ 737.272,00
	Participações em comitês	-	-	-
	Outros ⁽¹⁾	R\$ 21.241.379,31	-	R\$ 21.241.379,31
	Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
PRIO Bravo	Salário ou pró-labore	-	R\$ 1.560.000,00	R\$ 1.560.000,00
	Benefícios direto e indireto	-	R\$ 282.824,52	R\$ 282.824,52
	Participações em comitês	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração variável anual				

PRIO S.A.	Bônus ⁽²⁾	-	R\$ 24.529.124,83	R\$ 24.529.124,83
	Participação de resultados	-	-	-
	Participação em reuniões	-	-	-
	Comissões	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
	Pós-emprego	-	-	-
	Cessaçã o do cargo	-	-	-
	Baseada em ações (incluindo opções)	-	R\$ 98.116.499,34	R\$ 98.116.499,34
PRIO Bravo	Bônus ⁽²⁾	-	R\$ 19.698.580,00	R\$ 19.698.580,00
	Participação de resultados	-	-	-
	Participação em reuniões	-	-	-
	Comissões	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
	Pós-emprego	-	-	-
	Cessaçã o do cargo	-	-	-
	Baseada em ações (incluindo opções)	-	R\$ 78.794.320,00	R\$ 78.794.320,00
Total da remuneração⁽³⁾⁻⁽⁴⁾				
PRIO S.A.		R\$ 23.161.379,31	R\$ 126.502.896,17	R\$ 149.664.275,48
PRIO Bravo		-	R\$ 100.335.724,52	R\$ 100.335.724,52
Consolidado		R\$ 23.161.379,31	R\$ 226.838.620,69	R\$ 250.000.000,00

(1) A Companhia esclarece que os valores consignados na linha "Outros" correspondem a valores fixos pagos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração, quando da investidura nos seus respectivos cargos, como mecanismo de retenção. Tais valores se referem ao período completo de dois anos de mandato para o qual serão eleitos, devendo ser proporcionalmente restituídos à Companhia em caso de interrupção do mandato antes de seu término regular por qualquer motivo. A Companhia esclarece ainda que maiores informações a respeito da remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia constam do item 8.1 do Formulário de Referência e da Política de Remuneração da PRIO.

- (2) A Companhia esclarece que os valores consignados na linha "Bônus" se referem a todos os valores pagos a título de Bônus aos Diretores da Companhia ou da controlada PRIO Bravo, conforme o caso, em dinheiro. A parcela dos Bônus paga por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opções de Ações da Companhia, está consignada na linha referente à remuneração "Baseada em Ações (incluindo opções)".
- (3) O total da remuneração não considera os encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- (4) Os valores indicados na tabela acima são referentes ao exercício social de 2026, independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos, pagos ou reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia esclarece que as informações apresentadas na tabela acima dizem respeito ao **limite** da remuneração que poderá ser paga aos integrantes da administração da Companhia pelo trabalho a ser realizado no ano de 2026. Nesse contexto, o Comitê de Remuneração poderá, mediante decisão devidamente fundamentada, promover a realocação dos valores entre as diferentes rubricas de remuneração e/ou entre as sociedades envolvidas. Os requisitos e demais fatores que ensejam o pagamento de remuneração aos integrantes da Administração da Companhia poderão ou não se materializar ao longo do exercício social de 2026, sendo certo que, em qualquer hipótese, será sempre observado o limite da remuneração global anual aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., concentrando projetos relevantes desenvolvidos pelo grupo. A referência à PRIO Bravo Ltda. nesta Proposta de Remuneração decorre do planejamento societário e administrativo vigente na presente data em relação às controladas da Companhia, de modo que eventuais alterações na estrutura societária ou administrativa das controladas ao longo do exercício social de 2026 poderão ensejar a realocação dos pagamentos para outra(s) controlada(s) da Companhia, ou, ainda, a sua redistribuição entre a Companhia e a sociedade controlada mencionada, sempre observado o limite da remuneração global anual aprovado na Assembleia Geral Ordinária.

A Proposta de Remuneração submetida à apreciação da Assembleia Geral foi elaborada pelo Comitê de Remuneração com fundamento nos critérios e diretrizes estabelecidos na Política de Remuneração da Companhia, e submetida ao Conselho de Administração para conhecimento e aprovação/ratificação. No âmbito de sua análise, o Comitê de Remuneração considerou um conjunto de fatores, incluindo, entre outros, as práticas de mercado, o alinhamento da estrutura de remuneração às expectativas de geração de valor a longo prazo da Companhia, bem como a competitividade em relação a programas de remuneração adotados por companhias de porte e complexidade similares às da PRIO.

Destaca-se que os valores e elementos propostos para a remuneração da administração da Companhia levaram em consideração especialmente (i) as responsabilidades atribuídas aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (ii) o tempo de dedicação exigido, bem como a experiência, competência técnica e reputação dos administradores; e (iii) o atingimento de metas financeiras e operacionais previamente definidas para o período, estruturadas de forma a incentivar a consecução de objetivos estratégicos e o desempenho financeiro de longo prazo da Companhia, em consonância com as práticas de mercado e os interesses dos acionistas.

No que diz respeito ao incremento de 19% no valor da remuneração global anual proposto em relação ao limite aprovado para o exercício social anterior, tal diferença se justifica em razão de fatores, como: (i) os projetos estratégicos relevantes para o exercício social de 2026, com destaque para a implementação e o desenvolvimento do Projeto Wahoo, que demanda maior nível de envolvimento da alta administração, incremento da complexidade decisória e acompanhamento contínuo de marcos técnicos, regulatórios e operacionais; (ii) a definição de metas e indicadores estratégicos mais abrangentes e desafiadores para o período, contemplando objetivos financeiros, operacionais, regulatórios e de sustentabilidade, com impacto direto sobre a geração de valor no médio e longo prazo; (iii) o aumento da complexidade operacional e regulatória das atividades da Companhia, decorrente da ampliação do portfólio de ativos, da maturação de projetos em fase de desenvolvimento e da intensificação das interações com autoridades regulatórias e demais stakeholders relevantes; (iv) o alinhamento da estrutura remuneratória às práticas de mercado, em relação a companhias de porte, perfil de risco e complexidade operacional similares à da Companhia; e (v) o reforço do alinhamento entre remuneração e desempenho, com maior ênfase em componentes atrelados ao atingimento de metas de longo prazo, à disciplina de capital e à execução eficiente da estratégia corporativa, em consonância com os interesses dos acionistas.

Dessa forma, a Companhia entende que o incremento de 19% proposto não representa aumento significativo e se mostra alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da administração e dos acionistas, sendo compatível com a estratégia corporativa, o nível de responsabilidade dos cargos e a geração sustentável de valor aos seus investidores.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que os valores propostos para remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração são periodicamente revisitados pelo Comitê de Remuneração da Companhia, que realiza pesquisas referenciais de mercado com vistas a acompanhar as práticas remuneratórias adotadas por sociedades de porte, complexidade operacional e perfil de risco semelhantes ao da Companhia.

Remuneração individual máxima, mínima e média em 2025 (PRIO e Controlada)

Em complementação, a Companhia apresenta, na tabela abaixo, a maior, a menor e a média das remunerações pagas aos administradores no exercício social de 2025, considerando os integrantes da administração da Companhia e da PRIO Bravo:

	Conselho de Administração	Diretoria⁽⁵⁾
Nº de membros total	8,00	6,00
Nº de membros remunerados	8,00	6,00
Valor da maior remuneração	R\$ 240.000,00	R\$ 68.966.843,00
Valor da menor remuneração	R\$ 240.000,00	R\$ 12.685.753,00
Valor médio da remuneração	R\$ 240.000,00	R\$ 34.291.257,29

(5) Para o cálculo do valor de todas as remunerações indicadas acima, foram consideradas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025, efetivamente pagas e/ou atribuídas aos diretores da PRIO S.A. e da PRIO Bravo Ltda.

Em consonância com as melhores práticas internacionais, a maior remuneração acima indicada foi paga ao Diretor Presidente (CEO) da PRIO S.A.

Montante global da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal

(art. 162 da Lei das Sociedades por Ações)

Ademais, tendo em vista a proposta de manutenção do Conselho Fiscal, a Administração da Companhia propõe a fixação do montante global anual de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), a título de remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.

Na tabela a seguir, apresentam-se os principais elementos que compõem a remuneração proposta aos membros do Conselho Fiscal:

Informação/ Elemento	Conselho Fiscal
Quantidade de membros	3
Remuneração fixa	R\$ 540.000,00
Benefícios	-
Remuneração variável	-
Remuneração Baseada em Ações	-
Outros	-
Total⁽⁷⁾	R\$ 540.000,00

(7) O valor indicado acima é referente ao exercício social de 2026, independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos, pagos ou reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A proposta de remuneração acima foi elaborada pelo Comitê de Remuneração da Companhia com fundamento nos critérios e diretrizes previstos na Política de Remuneração, e submetida ao Conselho de Administração para conhecimento e aprovação.

A remuneração proposta aos membros do Conselho Fiscal tem como referência o valor de 25% da remuneração fixa que, em média, é atribuída aos diretores estatutários da Companhia, conforme disposto no art. 162, § 3º da Lei das Sociedades por Ações, não sendo computados, para esse fim, os benefícios, verbas de representação ou participação nos lucros.

A Companhia esclarece, ainda, que, conforme indicado na Seção 8 do seu Formulário de Referência, realiza periodicamente estudo dos valores praticados por outras companhias em relação à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, com objetivo de apurar o

grau de competitividade da remuneração paga pela Companhia e avaliar a necessidade de eventuais ajustes em componentes que se mostrem desalinhados às práticas de mercado.

Nesse contexto, a Companhia entende que a remuneração proposta aos membros do Conselho Fiscal proposta está adequada e é compatível com as práticas remuneratórias adotadas por outras companhias atuantes no mesmo mercado ou em setores correlatos, inclusive sociedades multinacionais e companhias que possuem capital aberto e adotem estratégias de remuneração alinhadas às melhores práticas de governança corporativa.

Por fim, em conformidade com o art. 13, inciso II, da Resolução CVM nº 81/2022, informações adicionais sobre a remuneração dos membros do Conselho Fiscal encontram-se disponíveis abaixo, nos termos da Seção 8 do Formulário de Referência (Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022).

8.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Como principal sociedade independente do setor de óleo e gás, com crescimento pautado em fusões e aquisições, a Companhia entende que implementar mecanismos eficazes de atração, motivação e retenção de profissionais em posições estratégicas, especialmente membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, é um desafio crítico para a manutenção do seu sucesso, alinhando as políticas e práticas de remuneração adotadas à consecução dos seus objetivos sociais e às práticas de mercado.

A Companhia possui Política de Remuneração de Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal no âmbito da qual são estabelecidas as diretrizes a serem observadas na definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia, aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2023 e atualizada em 17 de dezembro de 2025 ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração pode ser encontrada no site da Companhia (ri.prio3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

As diretrizes estabelecidas na Política de Remuneração visam assegurar o equilíbrio entre oportunidades de desenvolvimento sustentável da Companhia no longo prazo e o cumprimento de metas de desempenho de curto prazo, de modo que a remuneração da Administração e do Conselho Fiscal seja compatível com os objetivos estratégicos da Companhia, com foco na perenidade e na geração de valor para a Companhia e seus acionistas no médio e longo prazos, observando as melhores práticas de mercado e recompensando o atingimento de metas.

Além das práticas de mercado em sociedades de setores similares aos da Companhia, a Companhia utiliza como referência para a definição da remuneração dos seus administradores e membros do Conselho Fiscal as responsabilidades de cada um dos membros, o tempo dedicado às funções, a sua competência, o seu reconhecimento e a sua experiência no mercado – características consideradas críticas para o enfrentamento

dos desafios de crescimento da Companhia.

Nesse sentido, a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal segue as seguintes bases:

Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração da Companhia será composta por, dentre outras modalidades recomendadas pelo Comitê de Remuneração e/ou aprovadas pela Assembleia Geral, remuneração fixa paga a título de pró-labore.

Na forma da Política de Remuneração, o pró-labore pago aos membros do Conselho de Administração corresponde à parcela fixa da remuneração total e consiste em honorários fixados de acordo com as responsabilidades atribuídas, o tempo de dedicação às funções exercidas, a competência, a reputação e os serviços prestados no mercado por cada membro.

A Companhia poderá reembolsar despesas incorridas pelos membros do Conselho de Administração no exercício de suas funções, tais como despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou quaisquer custos relacionados ao comparecimento às reuniões do Conselho de Administração.

Adicionalmente, conforme previsto na Política de Remuneração da Companhia, os membros do Conselho de Administração deverão, no início de cada mandato, adquirir, mediante negociação em mercado organizado de valores mobiliários, ações de emissão da Companhia em quantidade a ser determinada pelo Comitê de Remuneração, não inferior ao equivalente a 12 vezes o valor de seu pró-labore mensal. As referidas ações não poderão ser alienadas, total ou parcialmente, até o término do mandato para o qual o membro do Conselho de Administração houver sido eleito, devendo cada membro do Conselho de Administração celebrar instrumento vinculante com a Companhia no qual se obrigue a não alienar as ações durante o referido período.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, fará jus a pró-labore correspondente a remuneração fixa mensal, compatível com o escopo e as responsabilidades do cargo, bem como a outras modalidades de remuneração que venham a ser recomendadas pelo Comitê de Remuneração e/ou aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas, fixada nos termos do art. 162, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações").

Diretores

A remuneração da Diretoria estatutária e não estatutária da Companhia será composta por, entre outras modalidades recomendadas pelo Comitê de Remuneração e/ou aprovadas pela Assembleia Geral: (i) pró-labore; (ii) remuneração variável, dividida em componentes de curto e longo prazo; e (iii) benefícios indiretos.

O pró-labore corresponde a uma parcela fixa da remuneração total, sendo constituída por honorários mensais, compatíveis com o escopo de trabalho e responsabilidades de cada cargo, composto por 13 parcelas mensais, ajustadas periodicamente para assegurar que o valor total anual não ultrapasse a média de mercado do segmento de atividade da Companhia.

Os benefícios indiretos correspondem a vantagens complementares, concedidas na forma de: (i) plano de assistência médica e odontológica; (ii) auxílio alimentação; (iii) auxílio refeição; (iv) seguro de vida; e (v) auxílio creche-educação; todos fixados de acordo com as práticas de mercado do segmento de atividade da Companhia.

A remuneração variável paga aos Diretores consiste em bônus anual e/ou remuneração baseada em ações, que corresponde à parcela da remuneração total destinada a recompensar os Diretores pelo atingimento de metas financeiras e operacionais da Companhia e de metas individuais de desempenho estabelecidas para o Ano de Referência (*i.e.*, ano considerado para avaliação do atingimento das metas).

Comitê de Auditoria (estatutário)

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário terão sua remuneração definida pelo Conselho de Administração, devendo ser reembolsadas eventuais despesas de locomoção, alimentação e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, observadas as normas e políticas internas da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Auditoria.

Comitê de Indicação (estatutário)

Os membros do Comitê de Indicação terão sua remuneração definida pelo Conselho de Administração, devendo ser reembolsadas eventuais despesas de locomoção,

alimentação e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, observadas as normas e políticas internas da Companhia.

Os membros do Comitê de Indicação que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Indicação.

Comitê de Ética e Compliance (não estatutário)

Os membros do Comitê de Ética e *Compliance* terão sua remuneração definida pelo Conselho de Administração, devendo ser reembolsadas eventuais despesas de locomoção, alimentação e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, observadas as normas e políticas internas da Companhia.

Os membros do Comitê de Ética e *Compliance* que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Ética e *Compliance*.

Comitê de Sustentabilidade (não estatutário)

Os membros do Comitê de Sustentabilidade terão sua remuneração definida pelo Conselho de Administração, devendo ser reembolsadas eventuais despesas de locomoção, alimentação e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, observadas as normas e políticas internas da Companhia.

Os membros do Comitê de Sustentabilidade que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Sustentabilidade.

Comitê de Remuneração (não estatutário)

Os membros do Comitê de Remuneração terão sua remuneração definida pelo Conselho de Administração, devendo ser reembolsadas eventuais despesas de locomoção, alimentação e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, observadas as normas e políticas internas da Companhia.

Os membros do Comitê de Remuneração que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Remuneração.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O valor e a composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia são propostos pelo Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração para aprovação ou submissão à Assembleia Geral, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição individual da remuneração total aprovada pelos acionistas da Companhia cabe ao Conselho de Administração (tanto em relação aos próprios membros do Conselho de Administração, quanto em relação aos Diretores). Em relação aos membros da Diretoria, os membros do Conselho de Administração decidem os valores das remunerações individuais de tais membros considerando as responsabilidades, o tempo dedicado, a competência e a reputação profissional, bem como o valor dos seus serviços no mercado.

Para assessorar o Conselho de Administração, o Comitê de Remuneração analisará e emitirá opinião sobre os planos de remuneração fixa e variável e sobre os benefícios concedidos aos administradores (i.e., membros do Conselho de Administração e Diretoria) e aos membros do Conselho Fiscal da Companhia, inclusive sobre planos de remuneração baseados em ações ou em performance, nos termos do Regimento Interno do Comitê de Remuneração da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A definição da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria depende das possibilidades financeiras da Companhia e do desempenho individual de cada um dos administradores, e considera, em quaisquer das hipóteses, as melhores práticas de governança e a geração de valor futuro. A adequação da metodologia utilizada para definição da remuneração individual dos administradores é feita com observações de práticas e tendências do mercado.

Para os membros da Diretoria, a Companhia utiliza modelo de parcela fixa abaixo dos valores praticados pelo mercado e ajustada à sua realidade financeira, complementada

com uma remuneração variável atrelada ao atingimento de metas e métricas específicas, visando o alinhamento de interesses entre os acionistas e os administradores.

Apenas são utilizados indicadores de desempenho para a definição do valor da remuneração variável dos membros da Diretoria. Os principais indicadores de desempenho utilizados para medição de resultados dos diretores são segurança, produção de óleo, geração de caixa, receita líquida, EBITDA, *lifting cost*, além de outros indicadores e metas específicos de cada diretoria.

Nos últimos exercícios sociais, os indicadores operacionais e financeiros da Companhia refletiram crescimento consistente e sustentável mesmo em um cenário econômico desafiador. A variação de alguns dos principais indicadores operacionais e financeiros pode ser verificada a seguir:

Operacionais:

Exercício Social	Produção Anual (boe)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2019	7.161.298	N/A	N/A
2020	9.730.828	35,9%	35,9%
2021	11.545.424	18,6%	61,2%
2022	14.820.348	28,4%	107,0%
2023	32.939.546	122,3%	360,0%
2024	30.713.279	-6,8%	328,9%
2025	38.826.890	26,4%	442,2%

Exercício Social	Lifting Cost	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2019	22,9	N/A	N/A
2020	14,6	-36,3%	-36,3%
2021	13,1	-10,3%	-42,9%
2022	10,7	-19,8%	-54,2%
2023	7,5	-29,9%	-67,3%
2024	9,0	20,0%	-60,7%
2025	13,9	54,4%	-39,3%

Financeiros:

Exercício Social	Receita Líquida (em R\$ mil)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2019	1.644.346	N/A	N/A
2020	1.904.184	15,8%	15,8%
2021	4.396.003	130,9%	167,3%
2022	6.363.475	44,8%	287,0%
2023	11.905.041	87,1%	624,0%
2024	14.360.653	20,6%	773,3%
2025	15.583.960	8,5%	847,7%

Exercício Social	EBITDA (em R\$ mil)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2019	1.387.214	N/A	N/A
2020	1.786.548	28,8%	28,8%
2021	2.992.583	67,5%	115,7%
2022	4.770.469	59,4%	243,9%
2023	9.210.447	93,1%	564,0%
2024	9.439.757	2,5%	580,5%
2025	7.664.205	-18,8%	452,5%

Exercício Social	Lucro Líquido (em R\$ mil)	Crescimento Anual	Crescimento Acumulado
2019	842.346	N/A	N/A
2020	452.912	-46,2%	-46,2%
2021	1.333.047	194,3%	58,3%
2022	3.427.072	157,1%	306,8%
2023	5.179.905	51,1%	514,9%
2024	10.301.606	98,9%	1.123,0%
2025	2.251.479	-78,2%	167,3%

Os membros do Conselho de Administração não possuem modelo de remuneração vinculado a indicadores de desempenho. Em razão disso, tais indicadores não são considerados na fixação da remuneração individual dos integrantes do Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia reitera, ainda, que os valores pagos pela Companhia aos membros da Administração são periodicamente comparados com os valores pagos por outras sociedades, principalmente (i) aquelas que sejam consideradas concorrentes à Companhia, atuando no mesmo mercado ou em mercados semelhantes aos da Companhia; (ii) multinacionais brasileiras; e (iii) sociedades de capital aberto ou que

possuam estratégia de remuneração similar àquela praticada pela Companhia, com objetivo de apurar o grau de competitividade da remuneração paga pela Companhia e avaliar a necessidade serem realizados ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado às práticas de mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração da Companhia avalia periodicamente a adequação da Política de Remuneração, das suas práticas e diretrizes, sempre que considera apropriado.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

(i.a) objetivos e alinhamento dos elementos da remuneração aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Objetivos dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

- Remuneração fixa (pró-labore): os objetivos da remuneração fixa atribuída aos membros do Conselho de Administração são remunerá-los pelos serviços prestados, e, principalmente, garantir a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia.
- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Conselho de Administração.
- Remuneração baseada em ações: os membros do Conselho de Administração não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Conselho de Administração.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo de membro do Conselho

de Administração.

- Aquisição obrigatória de ações da Companhia: a obrigatoriedade de os membros do Conselho de Administração adquirirem ações de emissão da Companhia no início dos seus mandatos e mantê-las durante todo o prazo do mandato, mediante negociação em mercado organizado de valores mobiliários, conforme estabelecido na Política de Remuneração, tem a finalidade de aumentar o alinhamento de interesses dos membros do Conselho de Administração com os acionistas da Companhia.

Diretoria (estatutária e não estatutária)

- Remuneração fixa (pró-labore): os objetivos da remuneração fixa atribuída aos membros da Diretoria (estatutária e não estatutária) da Companhia são remunerá-los pelos serviços prestados, e, principalmente, garantir a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia.
- Benefícios diretos ou indiretos: são fornecidos os seguintes benefícios aos Diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), todos fixados em linha com as práticas de mercado do segmento de atividade da Companhia, com objetivo de garantir a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia: (i) plano de assistência médica e odontológica; (ii) auxílio alimentação; (iii) auxílio refeição; (iv) seguro de vida; e (v) auxílio creche-educação.
- Remuneração baseada em ações: a remuneração baseada em ações paga aos Diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), representada pela outorga de opções de compra de ações da Companhia no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações, é cabível na hipótese de atingimento das metas determinadas em cada ciclo orçamentário da Companhia, correspondendo ao componente de longo prazo da remuneração variável paga aos Diretores (estatutários e não estatutários). Conforme consta da Política de Remuneração, as opções são exercidas ao longo de um período de 5 anos e tem como objetivo garantir que os Diretores tenham participação no sucesso financeiro de longo prazo da Companhia de forma alinhada às expectativas de geração de valor dos acionistas, reforçando o seu alinhamento aos imperativos de perenidade da Companhia.
- Remuneração variável: a remuneração variável paga aos Diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), representada pelo bônus anual em dinheiro,

corresponde à parcela da remuneração de curto prazo que permite à Companhia recompensar Diretores pelo atingimento de metas financeiras e operacionais da Companhia, além de metas individuais de desempenho estabelecidas para o exercício social em questão. Conforme determinado na Política de Remuneração, a Companhia divide o pagamento da remuneração variável de cada Diretor em componentes de curto e longo prazo, para garantir o alinhamento dos interesses dos Diretores com os imperativos de perenidade da Companhia e recompensar seu desempenho sustentável.

Conselho Fiscal

- Remuneração fixa (pró-labore): o objetivo da remuneração fixa atribuída aos membros do Conselho Fiscal da Companhia é remunerá-los pelos serviços prestados, tendo como objetivo principal a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia.
- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Conselho Fiscal.
- Remuneração baseada em ações: os membros do Conselho Fiscal não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal em razão do exercício do cargo de membro do Conselho Fiscal.

Comitê de Auditoria

- Remuneração fixa (pró-labore): o objetivo da remuneração fixa atribuída aos membros do Comitê de Auditoria é remunerá-los pelos serviços prestados, tendo como objetivo principal a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia. Os membros do Comitê de Auditoria que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Auditoria.
- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Comitê de Auditoria.

- Remuneração baseada em ações: os membros do Comitê de Auditoria não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Auditoria.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Comitê de Auditoria, de modo que não recebem remuneração variável em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Auditoria.

Comitê de Indicação

- Remuneração fixa (pró-labore): o objetivo da remuneração fixa atribuída aos membros do Comitê de Indicação da Companhia é remunerá-los pelos serviços prestados, tendo como objetivo principal a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia. Os membros do Comitê de Indicação que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Indicação.
- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Comitê de Indicação.
- Remuneração baseada em ações: os membros do Comitê de Indicação não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Indicação.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Comitê de Indicação, de modo que não recebem remuneração variável em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Indicação.

Comitê de Ética e Compliance

- Remuneração fixa (pró-labore): o objetivo da remuneração fixa atribuída aos membros do Comitê de Ética e Compliance da Companhia é remunerá-los pelos serviços prestados, tendo como objetivo principal a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia. Os colaboradores e/ou administradores da Companhia e suas

subsidiárias que fizerem parte do Comitê de Ética e *Compliance* não receberão qualquer remuneração decorrente da sua posição no referido Comitê.

- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Comitê de Ética e *Compliance*.
- Remuneração baseada em ações: os membros do Comitê de Ética e *Compliance* não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Ética e *Compliance*.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Comitê de Ética e *Compliance*, de modo que não recebem remuneração variável em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Ética e *Compliance*.

Comitê de Sustentabilidade

- Remuneração fixa (pró-labore): o objetivo da remuneração fixa atribuída aos membros do Comitê de Sustentabilidade da Companhia é remunerá-los pelos serviços prestados, tendo como objetivo principal a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia. Os membros do Comitê de Sustentabilidade que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Sustentabilidade.
- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Comitê de Sustentabilidade.
- Remuneração baseada em ações: os membros do Comitê de Sustentabilidade não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Comitê de Sustentabilidade, de modo que não recebem remuneração variável em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade.

Comitê de Remuneração

- Remuneração fixa (pró-labore): o objetivo da remuneração fixa atribuída aos membros do Comitê de Remuneração da Companhia é remunerá-los pelos serviços prestados, tendo como objetivo principal a atração e retenção de profissionais com a expertise compatível às necessidades e desafios enfrentados pela Companhia. Os membros do Comitê de Remuneração que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e suas subsidiárias não farão jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação no Comitê de Remuneração.
- Benefícios diretos ou indiretos: não são pagos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Comitê de Remuneração.
- Remuneração baseada em ações: os membros do Comitê de Remuneração não são abrangidos pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que não recebem remuneração baseada em ações em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração.
- Remuneração variável: não é paga qualquer remuneração variável aos membros do Comitê de Remuneração, de modo que não recebem remuneração variável em razão do exercício do cargo de membro do Comitê de Remuneração.

Alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia

As diretrizes e práticas adotadas pela Companhia na definição da remuneração dos membros da sua administração, do seu Conselho Fiscal e de seus Comitês têm como objetivo equilibrar a criação de valor no curto, médio e longo prazo pela Companhia, sempre levando em conta a sua sustentabilidade financeira.

A esse respeito, o modelo de remuneração variável dos membros da Diretoria está baseado na consecução de metas financeiras e operacionais da Companhia, de modo que os resultados da Companhia e as atividades dos Diretores influenciam diretamente os valores a serem pagos como bônus anual. Com isso, o alinhamento dos membros da Diretoria com os interesses da Companhia, no médio e longo prazo, será resultado da consistência no atendimento de tais metas anuais e a valorização das ações da Companhia.

Adicionalmente, o pagamento do bônus da Diretoria é realizado em dinheiro e/ou em outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opção de

Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2023. Nesse sentido, o referido Plano de Opção de Compra tem por objetivo (i) possibilitar a concessão de incentivos remuneratórios de longo prazo aos Diretores da Companhia, associados ao cumprimento de metas e critérios de performance previamente definidos; (ii) aumentar o engajamento e senso de pertencimento dos Diretores da Companhia; (iii) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iv) garantir o alinhamento entre os interesses da Companhia, de seus investidores e dos Diretores da Companhia; e (v) dotar a Companhia de mecanismos eficazes para atrair, motivar e reter Diretores e colaboradores estratégicos para o cumprimento dos objetivos de médio e de longo prazo da Companhia.

Apesar de não estarem sujeitos a um sistema de metas e não receberem remuneração variável, os membros do Conselho de Administração deverão adquirir e manter, durante todo o seu mandato, ações de emissão da Companhia em quantidade a ser determinada pelo Comitê de Remuneração, não inferior ao equivalente a 12 vezes o valor de seu pró-labore mensal. Essa prática tem como objetivo aumentar o alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração com o interesse dos acionistas da Companhia.

(i.b) proporção de cada elemento na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total da Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31/12/2025*				
Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração fixa	100,00%	3,09%	100,00%	100,00%
Remuneração variável	0,00%	18,80%	0,00%	0,00%
Remuneração baseada em ações	0,00%	78,10%	0,00%	0,00%

Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
--------------	---------	---------	---------	---------

* A Companhia informa que, no exercício social em questão, não foi paga remuneração aos integrantes dos Comitês de Ética e *Compliance*, Indicação, Remuneração e Sustentabilidade em razão do exercício da função de membros dos respectivos Comitês, tendo em vista que todos os integrantes dos Comitês em questão são administradores ou colaboradores da Companhia ou renunciaram a sua remuneração (conforme o caso), de modo que não recebem qualquer remuneração em razão do exercício de cargo nos respectivos Comitês.

Exercício social encerrado em 31/12/2024*				
Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração fixa	100,00%	2,00%	100,00%	100,00%
Remuneração variável	0,00%	13,95%	0,00%	0,00%
Remuneração baseada em ações	0,00%	84,05%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

* A Companhia informa que, no exercício social em questão, não foi paga remuneração aos integrantes dos Comitês de Ética e *Compliance*, Indicação, Remuneração e Sustentabilidade em razão do exercício da função de membros dos respectivos Comitês, tendo em vista que todos os integrantes dos Comitês em questão são administradores ou colaboradores da Companhia ou renunciaram a sua remuneração (conforme o caso), de modo que não recebem qualquer remuneração em razão do exercício de cargo nos respectivos Comitês.

Exercício social encerrado em 31/12/2023*				
Elemento da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração fixa	14,61%	3,02%	100,00%	100,00%
Remuneração variável	0,00%	16,24%	0,00%	0,00%
Remuneração baseada em ações	85,39%	80,74%	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

* A Companhia informa que, no exercício social em questão, não foi paga remuneração aos integrantes dos Comitês de Ética e *Compliance*, Indicação, Remuneração e Sustentabilidade em razão do exercício da função de membros dos respectivos Comitês, tendo em vista que todos os integrantes dos Comitês em questão são administradores ou colaboradores da Companhia ou renunciaram a sua remuneração (conforme o caso), de modo que não recebem qualquer remuneração em razão do exercício de cargo nos respectivos Comitês.

(i.c) metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração

O valor e a composição da remuneração global dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia são propostos pelo Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração para aprovação ou submissão à Assembleia Geral, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia realiza anualmente pesquisas referenciais de mercado nas quais se observa o padrão de remuneração para administradores de sociedades de porte similar ao da Companhia. Nesse processo, os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são comparados com os valores pagos por outras sociedades do mercado, especialmente por aquelas concorrentes nos segmentos em que a Companhia atua, multinacionais, sociedades de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela praticada pela Companhia.

Ao elaborar a proposta de remuneração da administração da Companhia, o Comitê de Remuneração analisa as diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração dessas outras sociedades de referência e, a partir disso, apura o grau de competitividade da remuneração paga aos administradores da Companhia, avaliando, se necessário, a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração.

Conselho de Administração

Os valores que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração são definidos por meio da realização de pesquisas referenciais de mercado nas quais se observa o padrão de remuneração para administradores de sociedades de porte similar ao da Companhia, conduzidas anualmente.

A Companhia permanece engajada na responsabilidade e no compromisso de atuar com base em métricas de ASG (tanto gerais quanto específicas) com impacto na remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Diretoria

A remuneração dos Diretores da Companhia é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal e parcela variável (paga em dinheiro e em outorga de opções de compra de ações da Companhia), que usualmente representa a parcela mais relevante da remuneração total dos membros da Diretoria, conforme é possível verificar das tabelas

constantes do item 8.1(c) acima. O elemento variável da remuneração dos Diretores da Companhia é apurado anualmente e leva em consideração metas estabelecidas para a Companhia (metas coletivas) e para cada membro da Diretoria (metas individuais).

O estabelecimento de metas tem como objetivo alinhar os interesses dos membros da Diretoria com os da Companhia, de modo que o atingimento das metas, pela Diretoria, contribua diretamente com os resultados da Companhia.

O pagamento da remuneração variável está condicionado ao atingimento mínimo de indicadores de desempenho da Companhia (gatilho), definidos e aprovados anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia com apoio da Gerência de Pessoas e Performance.

Os benefícios pagos à Diretoria, por sua vez, são definidos de acordo com a prática adotada pelo mercado, avaliada por meio de pesquisas referenciais nas quais se observa o comportamento da remuneração em outras companhias brasileiras do mesmo setor e de porte similar ao da Companhia.

Conforme detalhado no item 8.4 do Formulário de Referência, em 22 de dezembro de 2017 foi aprovado o primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (alterado em 20 de abril de 2020) e, em 8 de dezembro de 2023, foi aprovado novo Plano, que substituiu o primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Desse modo, a partir de 2017, a Companhia passou a outorgar opções de compra de ações de emissão da Companhia como mecanismo para: (i) alinhar os interesses dos membros da Diretoria com os interesses dos acionistas da Companhia; e (ii) reter administradores e colaboradores-chave da Companhia.

Atualmente, a metodologia para definição dessa parcela da remuneração leva em consideração: (i) o atingimento de metas coletivas e individuais fixadas para o ano referência pelo Conselho de Administração com apoio da Gerência de Pessoas e Performance; (ii) o resultado da Companhia por meio dos indicadores financeiros; e (iii) o desempenho de cada executivo. Importante, ainda, destacar que a outorga de opções de compra de ações possui período escalonado de *vesting*. Esse fator reforça ainda mais o objetivo de atrair e, principalmente, reter os executivos, além de garantir o alinhamento a longo prazo dos Diretores aos interesses da Companhia.

A Companhia permanece engajada na responsabilidade e no compromisso de atuar com base em métricas de ASG (tanto gerais quanto específicas) com impacto na remuneração

dos membros da Diretoria.

Todos os componentes do pacote de remuneração da Diretoria, bem como as metodologias de reajuste dos valores, são avaliados pelo Comitê de Remuneração e aprovados e/ou ratificados pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal é representada pelo pagamento de parcela fixa mensal, tendo como referência o valor de 23,1% da remuneração fixa que, em média, é atribuída aos Diretores estatutários, consoante o parágrafo terceiro do artigo 162, §3º da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, não computados os benefícios, verbas de representação, participação nos lucros ou qualquer outra premiação que possa compor o pacote de remuneração.

Conforme determina o artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho Fiscal também têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho das suas funções, sendo certo que os membros suplentes somente serão remunerados nos casos em que exercerem o cargo de membro do Conselho Fiscal em virtude de vacância, impedimento ou ausência de membro titular.

Comitês de Assessoramento

Os membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Indicação, do Comitê de Ética e *Compliance*, do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Remuneração da Companhia que não fazem parte da administração e/ou não são colaboradores da Companhia e suas subsidiárias podem ter sua remuneração representada pelo pagamento de parcela fixa mensal, determinada pelo Conselho de Administração.

Além disso, os membros de tais Comitês devem ser reembolsados com relação a eventuais despesas de locomoção, alimentação e estadia necessárias ao desempenho das suas funções, observadas as normas e políticas internas da Companhia.

A Companhia permanece engajada na responsabilidade e no compromisso de atuar com base em métricas de ASG (tanto gerais quanto específicas) com impacto na remuneração dos membros do Comitês.

(i.d) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Para a Diretoria, a Companhia utiliza modelo de parcela fixa abaixo dos valores praticados pelo mercado e ajustada à sua realidade financeira, complementada com uma remuneração variável atrelada à obtenção de resultados e atingimento de metas pela Companhia e por cada membro da Diretoria.

Até o início de cada exercício social, o Conselho de Administração deverá estabelecer mandatoriamente uma meta compatível com o orçamento e uma meta agressiva para geração de caixa no exercício social em questão, de modo que: (i) a concessão de remuneração variável no exercício social em questão dependerá do atingimento da meta de geração de caixa compatível com o orçamento aprovado; e (ii) os valores-base da remuneração variável serão incrementados caso a meta agressiva de geração de caixa seja ultrapassada.

A meta compatível com o orçamento e a meta agressiva de geração de caixa serão estabelecidas com fundamento em premissas determinadas em cada ciclo orçamentário da Companhia, tais como níveis de produção, custos e termos comerciais de venda de óleo. A meta de geração de caixa compatível com o orçamento deverá ser definida com base em premissas realistas sob o controle da Companhia. A meta agressiva de geração de caixa deverá contemplar projeções adicionais para o exercício social em questão de forma estimular a performance e geração de caixa para além das projeções ordinárias.

As metas orçamentárias serão determinadas considerando uma relação de causa-efeito, com base, entre outros indicadores, na geração de caixa, volume de óleo produzido, eficiência operacional, comercialização de óleo, custos operacionais e investimentos em manutenção e expansão da produção.

As metas individuais de desempenho definidas para cada Diretor, por sua vez, serão estabelecidas pelo Diretor Presidente da Companhia com apoio da Gerência de Pessoas e Performance, a partir de diretrizes estratégicas da Companhia, sob a premissa de garantir alinhamento aos imperativos de longo prazo da Companhia e a maximização de retorno aos acionistas.

Ao término do exercício social, os resultados das metas individuais de desempenho serão apurados pela Gerência de Pessoas e Performance e submetidos ao Comitê de Remuneração. Os indicadores de metas de desempenho atingidas por cada Diretor no

exercício social serão utilizados para determinar a sua remuneração variável para tal exercício.

Tendo em vista a relevância dos indicadores de segurança e meio ambiente para a Companhia, em linha com a adequação da Companhia às melhores práticas relativas a ASG, a ocorrência de qualquer acidente fatal ou acidente ambiental grave impede a outorga da remuneração variável aos administradores em referência ao exercício social no qual ocorrer o acidente.

Nenhum dos elementos que compõem a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês da Companhia, por sua vez, são vinculados a indicadores de desempenho.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração adotada pela Companhia justifica-se pela sua situação financeira e o encorajamento para alcançar resultados de curto e de longo prazo com geração de valor para os acionistas.

Com relação à remuneração paga aos Diretores, o objetivo da Companhia é realizar pagamentos fixos abaixo do praticado pelo mercado, adotando um modelo de composição da remuneração que concentra uma parcela significativa da remuneração total nos componentes de remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia realiza o pagamento de remuneração variável aos seus Diretores com o objetivo de vincular o desempenho de cada Diretor aos resultados da Companhia, em especial, a valorização das suas ações e geração de caixa operacional. A metodologia está integralmente ligada ao desempenho do negócio e do membro da administração, sendo parte da prática de compartilhamento de riscos e resultados adotada pela Companhia.

Parte substancial da remuneração variável dos Diretores é recebida por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, com *vesting cycles* de até 5 anos. Esse fator reforça ainda mais o objetivo de tal remuneração, que é atrair e, principalmente, reter os executivos-chave, além de garantir o alinhamento a longo prazo dos diretores aos interesses da Companhia.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para a existência desse fato

Os membros suplentes do Conselho Fiscal não são remunerados (uma vez que não realizam quaisquer atividades para a Companhia na posição de suplentes), exceto quando substituem membro efetivo.

Os membros dos Comitês da Companhia, que também forem administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou de suas subsidiárias, não fazem jus a qualquer remuneração adicional em razão da participação em Comitês da Companhia, uma vez que já recebem remuneração em razão de outras funções exercidas na Companhia e/ou nas suas subsidiárias.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração ou benefícios recebidos por administradores da Companhia em função do exercício do cargo na emissora suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os administradores da Companhia não possuem nenhum benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

8.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria e conselho fiscal

Remuneração prevista para o Exercício Social corrente - 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	3,00	15,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.920.000,00	R\$ 3.120.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ 5.580.000,00
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 737.272,00	-	R\$ 737.272,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros ⁽¹⁾	R\$ 21.241.379,31	-	-	R\$ 21.241.379,31
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável anual				
Bônus ⁽²⁾	-	R\$ 24.529.124,83	-	R\$ 24.529.124,83
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	R\$ 98.116.499,34	-	R\$ 98.116.499,34
Observação	A estimativa do número de membros total foi apurada conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas.			
Total da remuneração⁽³⁾	R\$ 23.161.379,31	R\$ 126.502.896,17	R\$ 540.000,00	R\$ 150.204.275,48

(1) A Companhia esclarece que os valores consignados na linha "Outros" correspondem a valores fixos pagos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração, quando da investidura nos seus respectivos cargos, como

mecanismo de retenção. Tais valores se referem ao período completo de dois anos de mandato para o qual serão eleitos, devendo ser proporcionalmente restituídos à Companhia em caso de interrupção do mandato antes de seu término regular por qualquer motivo. A Companhia esclarece ainda que maiores informações a respeito da remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia constam do item 8.1 do Formulário de Referência e da Política de Remuneração da Companhia.

(2) A Companhia esclarece que os valores consignados na referida linha se referem aos valores estimados para pagamento, a título de Bônus, aos Diretores da Companhia em dinheiro. A parcela do bônus paga por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opções de Ações da Companhia, está consignada na linha referente à remuneração "Baseada em Ações (incluindo opções)". A Administração da Companhia poderá ajustar a distribuição das parcelas estimadas para o exercício social corrente, de forma a realocar os valores entre as diferentes rubricas de remuneração variável, em função de eventuais alterações na estratégia da Companhia, na sua estrutura organizacional ou de outras circunstâncias relevantes que venham a justificar a realocação dos valores entre as diferentes rubricas de remuneração, sempre respeitando o limite do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária para o período.

(3) O total da remuneração não considera os encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,83	3,00	14,83
Nº de membros remunerados	8,00	3,83	3,00	14,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.920.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ 5.460.000,00
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 608.809,00	-	R\$ 608.809,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável anual				
Bônus ⁽¹⁾	-	R\$ 21.927.595,00	-	R\$ 21.927.595,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-

Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	R\$ 91.071.405,00	-	R\$ 91.071.405,00
Observação	A estimativa do número de membros total foi apurada conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas.			
Total da remuneração⁽²⁾	R\$ 1.920.000,00	R\$ 116.607.809,00	R\$ 540.000,00	R\$ 119.067.809,00

(1) A Companhia esclarece que os valores consignados na referida linha se referem ao valor pago a título de Bônus aos Diretores da Companhia em dinheiro. A parcela do bônus paga por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opções de Ações da Companhia, está consignada na linha referente à remuneração "Baseada em Ações (incluindo opções)".

(2) O total da remuneração não considera os encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	8,00	3,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.920.000,00	R\$ 1.950.000,00	R\$ 480.000,00	R\$ 4.350.000,00
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 370.800,00	-	R\$ 370.800,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros ⁽¹⁾	R\$ 13.068.138,00	-	-	R\$ 13.068.138,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável anual				
Bônus ⁽²⁾⁻⁽³⁾	-	R\$ 16.209.000,00	-	R\$ 16.209.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-

Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções⁽⁴⁾)	-	R\$ 97.703.455,00	-	R\$ 97.703.455,00
Observação	O número de membros remunerados foi apurado conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas.			
Total da remuneração⁽⁵⁾	R\$ 14.988.138,00	R\$ 116.233.255,00	R\$ 480.000,00	R\$ 131.701.393,00

(1) A Companhia esclarece que os valores consignados na linha "Outros" correspondem a valores fixos pagos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração, quando da investidura nos seus respectivos cargos, como mecanismo de retenção. Tais valores se referem ao período completo de dois anos de mandato para o qual serão eleitos, devendo ser proporcionalmente restituídos à Companhia em caso de interrupção do mandato antes de seu término regular por qualquer motivo. A Companhia esclarece, ainda, que maiores informações a respeito da remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia constam do item 8.1 do Formulário de Referência e da Política de Remuneração da Companhia.

(2) A Companhia esclarece que os valores consignados na referida linha se referem a todos os valores pagos a título de Bônus aos Diretores da Companhia em dinheiro. A parcela do bônus paga por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opções de Ações da Companhia, está consignada na linha referente à remuneração "Baseada em Ações (incluindo opções)".

(3) A Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como "exercício social de transição", no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente ao "Bônus", o valor total de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, não tendo sido atribuído qualquer montante a título de Bônus no que diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

(4) A Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como "exercício social de transição", no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente à remuneração "Baseada em ações", o valor de R\$ 73.791.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, enquanto o valor de R\$ 23.912.455,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

(5) O total da remuneração não considera os encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	3,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	8,00	3,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R\$ 1.920.000,00	R\$ 1.950.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ 4.230.000,00
Benefícios direto e indireto	-	R\$ 370.800,00	-	R\$ 370.800,00

Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável anual				
Bônus ⁽¹⁾	-	R\$ 12.500.000,00	-	R\$ 12.500.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)⁽²⁾	R\$ 11.218.240,00	R\$ 62.146.500,00	-	R\$ 73.364.740,00
Observação	O número de membros remunerados foi apurado conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas.			
Total da remuneração⁽³⁾	R\$ 13.138.240,00	R\$ 76.967.300,00	R\$ 360.000,00	R\$ 90.465.540,00

(1) A Companhia esclarece que os valores consignados na referida linha se referem a todos os valores pagos a título de Bônus aos Diretores da Companhia em dinheiro. A parcela do bônus paga por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opções de Ações da Companhia, está consignada na linha referente à remuneração "Baseada em Ações (incluindo opções)".

(2) A Companhia esclarece que a Política de Remuneração da Companhia vigente até 31 de outubro de 2023 previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral. Conforme consignado na Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 2023, foi incluído, no pacote de remuneração do Conselho de Administração para o referido ano, a possibilidade de serem outorgadas opções de compra de ações da Companhia. Em razão disso, foi instituído, durante o exercício de 2023, ainda na vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia, programa de opção de compra de ações para membros do Conselho de Administração, no âmbito do Primeiro Plano de Opções de Ações da Companhia.

(3) O total da remuneração não considera os encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

8.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2026)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	8,00	4,00	3,00	15,00
Nº de Membros remunerados	0,00 ⁽¹⁾	4,00	0,00 ⁽²⁾	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto	N/A	R\$ 0	N/A	R\$ 0
Valor máximo previsto	N/A	R\$ 24.529.124,83	N/A	R\$ 24.529.124,83
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	R\$ 24.529.124,83	N/A	R\$ 24.529.124,83
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

(2) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	8,00	3,83	3,00	14,83
Nº de Membros remunerados	0,00 ⁽¹⁾	3,83	0,00 ⁽²⁾	3,83
Bônus				
Valor mínimo previsto	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto	N/A	R\$ 21.927.595,00	N/A	R\$ 21.927.595,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	R\$ 21.927.595,00	N/A	R\$ 21.927.595,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 21.927.595,00	N/A	R\$ 21.927.595,00
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

(2) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	8,00	3,00	3,00	14,00
Nº de Membros remunerados	0,00 ⁽¹⁾	3,00	0,00 ⁽²⁾	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto	N/A	R\$ 0,00	N/A	N/A
Valor máximo previsto	N/A	R\$ 32.418.000,00	N/A	R\$ 32.418.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas ⁽³⁾	N/A	R\$ 32.418.000,00	N/A	R\$ 32.418.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado ⁽⁴⁾	N/A	R\$ 16.209.000,00	N/A	R\$ 16.209.000,00
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

(2) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

(3) A Companhia faz (1) A Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente ao “Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas”, o montante de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, enquanto o montante limite de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

(4) A Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente ao “Valor efetivamente reconhecido no resultado”, o valor total de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, não tendo sido atribuído qualquer montante a título de Bônus no que diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	8,00	3,00	3,00	14,00
Nº de Membros remunerados	0,00 ⁽¹⁾	3,00	0,00 ⁽²⁾	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto	N/A	R\$ 0,00	N/A	R\$ 0,00
Valor máximo previsto	N/A	R\$ 12.500.000,00	N/A	R\$ 12.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	R\$ 12.500.000,00	N/A	R\$ 12.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	R\$ 12.500.000,00	N/A	R\$ 12.500.000,00
Participação no Resultado				
Valor mínimo individual previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A	N/A

(1) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

(2) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária

O primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de dezembro de 2017. O referido Plano foi alterado uma única vez, na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2020 ("Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações").

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de dezembro de 2023, foi aprovado novo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, que substituiu o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações ("Segundo Plano de Opção de Compra de Ações"). Na mesma oportunidade, os acionistas da Companhia deliberaram que o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações continuará em vigor apenas em relação a todos os contratos de opção de compra de ações da Companhia celebrados, até 8 de dezembro de 2023, no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações.

Tendo em vista o exposto acima, até que as disposições relativas aos contratos de opção de compra de ações da Companhia celebrados no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações tenham se esgotado ou sido integralmente cumpridas, o Formulário de Referência da Companhia conterá informações sobre ambos os Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para que não haja dúvidas em relação ao conteúdo de cada Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, todas as informações solicitadas neste item serão informadas separadamente para cada um dos Planos da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, durante o exercício social de 2023, não foram iniciados programas de concessão de opções, nem celebrados contratos de opção de compra de ações, no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações. A partir de 2024, todos os programas de concessão de opções e respectivos contratos de opção de compra de ações foram elaborados e celebrados nos termos do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, sendo certo que todo e qualquer pagamento de remuneração baseada em ações submetido à Assembleia Geral a partir do exercício social de 2024 foi realizado no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações.

Os termos ou expressões iniciados em letras maiúsculas nos itens seguintes possuem os significados atribuídos no âmbito do respectivo Plano de Opção de Compra de Ações, salvo se de outra forma definidos no Formulário de Referência.

(a) termos e condições gerais

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

Até 2023, todos os colaboradores e administradores da Companhia, ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, eram abrangidos pelo Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, de modo que, atendidos os requisitos necessários, eram elegíveis à celebração, junto à Companhia, de contrato de opção de compra de ações de emissão da Companhia.

O Primeiro Plano de Opção de Compra foi criado com o objetivo de alinhar a longo prazo os esforços de gestão na criação de valor para a Companhia, associando os interesses dos administradores aos da Companhia e de seus acionistas. Desse modo, o Plano de Opção de Compra contribuiu para a manutenção de um nível de competitividade adequado aos negócios da Companhia e a retenção de profissionais qualificados.

O Conselho de Administração desenvolveu, com base nas políticas da Companhia e no Primeiro Plano de Opção de Compra, programas de concessão de ações de emissão da Companhia, nos quais foram determinadas, dentre outras condições: (i) os participantes; (ii) a quantidade de ações objeto da outorga; (iii) a divisão da outorga em lotes, se for o caso; (iv) o período aquisitivo para a realização da entrega das ações objeto da outorga; (v) eventuais restrições às ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelos participantes, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas; e (vi) disposições sobre penalidades.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Os potenciais beneficiários do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações podem ser Diretores e colaboradores da Companhia e/ou de pessoas jurídicas sob seu controle direto ou indireto.

O Plano prevê as seguintes modalidades de participantes: (i) Participantes Opção I: colaboradores da Companhia e colaboradores ou Diretores de pessoas jurídicas sob seu controle direto ou indireto que optem por receber parcela de seu Bônus em opções, que poderá representar até 100% de sua remuneração variável; e (ii) Participantes Opção II: Diretores e colaboradores da Companhia ou de pessoas jurídicas sob seu controle direto ou indireto que forem selecionados pelos membros do Comitê de Remuneração, a seu exclusivo critério, observados os termos da Política de Remuneração, para o recebimento de opções no âmbito de determinado Programa. Os Diretores da

Companhia somente serão elegíveis como beneficiários no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações como Participantes Opção II.

A outorga de opções aos participantes selecionados pelo Comitê de Remuneração é feita periodicamente, por meio de programas de concessão de Opções, devendo ser observados os termos do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações e a Política de Remuneração da Companhia. No âmbito de cada programa, o Comitê de Remuneração fixará, observados os limites do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, dentre outras condições: (i) os participantes do programa; (ii) o número máximo de opções a serem outorgadas aos participantes no âmbito de cada programa e eventuais regras de ajustes em função de eventos societários; (iii) o preço de exercício de cada opção; (iv) o ano de referência do programa em questão (que deverá ser necessariamente o ano anterior ao ano de instituição do programa); (v) os prazos de carência para exercício das opções (os quais estão devidamente determinados no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações); (vi) os prazos de exercício das opções cujos prazo de carência se encerrarem; (vii) as eventuais restrições às ações adquiridas com o exercício das opções; (viii) a eventual reserva, em favor da companhia, de opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelos participantes das ações obtidas por meio de exercício das opções, até o término do prazo e/ou cumprimento das condições fixadas; e (ix) disposições sobre penalidades.

A cópia integral do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia está disponível para consulta no site da Companhia (ri.prio3.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2017 e posteriormente alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de abril de 2020.

O Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações foi substituído pelo Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de dezembro de 2023.

(c) número máximo de ações abrangidas

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

Nos termos do Primeiro Plano de Opção de Compra da Companhia, o número total de

ações que podem ser adquiridas pelos administradores e colaboradores da Companhia e suas sociedades controladas no âmbito do Plano não poderá ultrapassar 9% das ações representativas do capital social total da Companhia na data-base de 22 de dezembro de 2017.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Com base no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, poderão ser outorgadas opções que confirmam direitos de aquisição ou subscrição sobre um número de ações que, caso integralmente exercidas as opções, representem até 5% do total de ações de emissão da Companhia em 8 de dezembro de 2023. Opções outorgadas que forem extintas e/ou canceladas sem que tenham sido exercidas deverão ser desconsideradas para fins do cálculo do referido limite.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

No âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, podem ser outorgadas opções que confirmam direitos de aquisição sobre um número de Ações (cf. definido no referido Plano de Opção de Compra) que não exceda 9% das ações representativas do capital social total da Companhia na data-base de 22 de dezembro de 2017.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Com base no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, poderão ser outorgadas opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, que confirmam direitos de aquisição ou subscrição sobre um número de ações que, caso integralmente exercidas as opções, representem até 5% do total de ações de emissão da Companhia em 8 de dezembro de 2023 (considerando a somatória de todos os programas instituídos a partir do referido Plano). As opções outorgadas que forem extintas e/ou canceladas sem que tenham sido exercidas deverão ser desconsideradas para fins do cálculo do referido limite.

(e) condições de aquisição de ações

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

As condições de aquisição das ações abrangidas pelo Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações são previstas nos Contratos de Opção de Compra celebrados entre os

administradores e demais colaboradores e a Companhia, sempre em observância ao referido Plano de Opção de Compra e o respectivo programa no âmbito do qual foi celebrado.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Conforme detalhado no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, o Participante Opção I adquirirá o direito de exercício das opções que lhe couberem de acordo com os seguintes prazos de carência e proporções:

Participantes Opção I	% de Opções Exercíveis
2º exercício social subsequente ao ano de referência	40%
3º exercício social subsequente ao ano de referência	30%
4º exercício social subsequente ao ano de referência	30%

Por sua vez, o Participante Opção II (modalidade da qual os Diretores da Companhia são integrantes) adquirirá o direito de exercício das opções que lhe couberem de acordo com os seguintes prazos de carência e proporções:

Participantes Opção II ⁽¹⁾	% de Opções Exercíveis
2º exercício social subsequente ao ano de referência	10%
3º exercício social subsequente ao ano de referência	15%
4º exercício social subsequente ao ano de referência	20%
5º exercício social subsequente ao ano de referência	25%
6º exercício social subsequente ao ano de referência	30%

⁽¹⁾ A Companhia esclarece que os Diretores da Companhia somente poderão ser beneficiários do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações na qualidade de Participantes Opção II.

Para fins do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, entende-se por “Prazo de Carência” os prazos a partir dos quais parte ou totalidade das opções outorgadas ao participante passarão a ser exercíveis.

O direito de adquirir as ações está atrelado, ainda, (i) à permanência do participante como Diretor ou colaborador (conforme o caso) da Companhia, tendo em vista que as opções que não sejam opções exercíveis são extintas e canceladas nas hipóteses de desligamento dos participantes por solicitação, rescisão do contrato de trabalho ou prestação de serviços (com ou sem justa causa), destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento; e (ii) no caso dos Participantes Opção I, ao recebimento de bônus em razão do atingimento das metas financeiras e operacionais da Companhia, bem como das metas individuais de desempenho de cada participante, fixadas conforme responsabilidades assumidas em decorrência das funções exercidas

junto à organização, necessariamente relacionadas ao desempenho financeiro histórico da Companhia.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

O preço de exercício das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, determinado pelo Conselho de Administração, era definido utilizando-se por base o valor de mercado das ações ordinárias nominativas da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cabendo-lhe fixar o período a ser adotado para definição de médias de cotações e, se aplicável, fixar desconto sobre o valor de mercado.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

O preço de exercício de cada uma das opções, a ser estabelecido quando da instituição de cada programa, deverá corresponder à média aritmética simples das cotações de fechamento das ações ordinárias nominativas da Companhia nos pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão havidos nos últimos 45 dias do ano de referência (que deverá ser necessariamente o ano anterior ao ano de instituição do programa), sem a aplicação de qualquer desconto.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

No âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, a fixação do prazo de exercício era realizada nos Contratos de Opção de Compra celebrados entre os administradores e demais colaboradores e a Companhia, sempre em observância ao referido Plano de Opção de Compra e o respectivo programa aderido.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Os prazos de exercício serão fixados, pelo Comitê de Remuneração, no âmbito de cada programa, observados os prazos de carência estabelecidos no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações, conforme discriminado no item 8.4(e) acima.

(h) forma de liquidação

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

As opções de compra outorgadas aos administradores e colaboradores da Companhia no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações foram ou serão liquidadas por meio de emissão de novas ações da Companhia, observado o limite do capital autorizado, ou por meio da entrega de ações em tesouraria, a depender do que tiver sido definido nos programas aprovados pelo Conselho de Administração.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

As opções de compra outorgadas aos administradores e colaboradores da Companhia no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações serão liquidadas por meio de emissão de novas ações da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, cuja deliberação e aprovação pelo Conselho de Administração deverá ser solicitada pelo Comitê de Remuneração, ou a alienação de ações em tesouraria, observadas as condições legais e regulamentares para negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão.

(i) restrições à transferência das ações

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

O Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações não estabelecia qualquer restrição à transferência das ações que engloba, mas o Conselho de Administração poderia estabelecer, casuisticamente, em cada programa e no Contrato de Opção, conforme o caso, restrições à transferência das ações.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Da mesma forma, o Segundo Plano de Opção de Compra de Ações não estabelece qualquer restrição à transferência das ações. Contudo, o Comitê de Remuneração poderá estabelecer, casuisticamente, em cada programa e no Contrato de Opção, conforme o caso, restrições à transferência das ações.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

Conforme previsto no Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, que resulte na extinção da Companhia, ou que faça com que a Companhia deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os contratos de opção de compra celebrados no contexto do referido Plano e que se encontrem vigentes poderão, a critério do Conselho de Administração da Companhia: (i) ser transferidos para a entidade sucessora da Companhia; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro.

Em casos de alteração do número, tipo e classe das ações da Companhia devido a bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, ou conversão em outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, serão feitos os ajustes apropriados no número de ações objeto dos programas e contratos de opção para corrigir distorções, desde que ainda não tenham entregues aos administradores.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

O Segundo Plano de Opção de Compra de Ações entrou em vigor em 8 de dezembro de 2023 e expirará, a qualquer tempo, (i) por decisão da Assembleia Geral; (ii) pelo cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (iii) pela cessação de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em mercado de balcão, mercado organizado ou bolsa de valores; (iv) pela dissolução e liquidação da Companhia; ou (v) pela aquisição originária ou derivada de controle da Companhia.

Quaisquer alterações no referido Plano deverão ser aprovadas pela Assembleia Geral.

Não constam, do Plano, hipóteses de sua suspensão.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações

Tendo em vista que o objetivo do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações era a retenção dos administradores e colaboradores-chave, na hipótese de término do vínculo dos administradores com a Companhia por renúncia do administrador, destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, restarão automaticamente

extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido outorgadas, mas ainda não sejam exercíveis.

Sem prejuízo, em cada programa ou individualmente em cada contrato de opção realizados no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações, o Conselho de Administração poderia fixar regras específicas para a manutenção de opções ou alteração de prazos de *vesting* em caso de término de vínculo com a Companhia, sempre que necessário para o melhor atendimento dos objetivos do Plano e para melhor atingimento do alinhamento pretendido, considerando, dentre outros fatores, a importância e a contribuição do respectivo administrador beneficiário, sua posição na Companhia e circunstâncias excepcionais.

Segundo Plano de Opção de Compra de Ações

Em cada programa e/ou contrato de opção deverá ser previsto o regramento específico dos casos de encerramento do vínculo dos participantes com a Companhia, incluindo em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição, renúncia a cargo executivo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

Observado o disposto no Segundo Plano de Opção de Compra de Ações e nos respectivos programas e contratos de opção, na hipótese de desligamento por (i) solicitação dos próprios participantes; (ii) rescisão do contrato de prestação de serviços ou de trabalho com ou sem justa causa; (iii) destituição do cargo; (iv) aposentadoria; (v) invalidez permanente; ou (vi) falecimento; restarão automaticamente extintas e canceladas, de pleno direito e independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções outorgadas aos participantes em questão que não sejam opções exercíveis à época dos eventos de desligamento referidos neste item.

O Comitê de Remuneração poderá autorizar, em caráter extraordinário e em contratos individuais, a fixação de regras específicas para a manutenção de opções em caso de desligamento de determinado participante, quando julgar necessário para o melhor atendimento dos objetivos do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações e dos interesses sociais, considerando, dentre outros fatores, a importância e a contribuição do respectivo participante e sua posição na Companhia, alterações na composição do controle da Companhia e circunstâncias excepcionais. Nesses casos, o Comitê deverá formalizar a autorização mediante deliberação registrada em ata.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de Compra de Ações)

A Companhia realizou pagamento de remuneração baseada em ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e possui previsão para pagamento de tal remuneração no exercício de 2026 conforme detalhado a seguir:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00 ⁽¹⁾	4,00
Preço médio ponderado de exercício		
(i) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 35,93
(ii) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(iii) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 28,61
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,47%

(1) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,83
Nº de membros remunerados	0,00 ⁽¹⁾	3,83
Preço médio ponderado de exercício		
(i) das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R\$ 30,94
(ii) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(iii) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 20,98
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0,56%

(1) Conforme consignado no item 8.1, c, do Formulário de Referência, a Companhia não paga remuneração variável aos membros do Conselho de Administração em razão do exercício do cargo no referido órgão, nos termos da Política de Remuneração da Companhia.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00 ⁽¹⁾	3,00
Preço médio ponderado de exercício		
(i) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 31,87	R\$ 17,98
(ii) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(iii) das opções exercidas durante o exercício social	R\$ 31,87	R\$ 8,56
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,03%	0,63%

⁽¹⁾A Companhia esclarece que as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração da Companhia, cujas informações constam da tabela acima, foram realizadas durante a vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia (aprovada em 14 de fevereiro de 2022, alterada em 18 de abril de 2023 e vigente até 31 de outubro de 2023), que previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral. Em razão disso, foi instituído, durante o exercício de 2023, ainda na vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia, programa de opção de compra de ações para membros do Conselho de Administração, no âmbito do Primeiro Plano de Opções de Ações da Companhia. Adicionalmente, a Companhia esclarece que todas as referidas opções foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00 ⁽¹⁾	3,00
Preço médio ponderado de exercício		
(i) das opções em aberto no início do exercício social	R\$ 31,87	R\$ 9,20
(ii) das opções perdidas e expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
(iii) das opções exercidas durante o exercício social	N/A	R\$ 6,03
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,03%	0,61%

⁽¹⁾A Companhia esclarece que as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração da Companhia, cujas informações constam da tabela acima, foram realizadas durante a vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia (aprovada em 14 de fevereiro de 2022, alterada em 18 de abril de 2023 e vigente até 31 de outubro de 2023), que previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral. Em razão disso, foi instituído, durante o exercício de 2023, ainda na vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia, programa de opção de compra de ações para membros do Conselho de Administração, no âmbito do Primeiro Plano de Opções de Ações da Companhia. Adicionalmente, a Companhia esclarece que todas as referidas opções foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

8.6. Outorga de opções de compra de ações

A Companhia realizou a outorga de opções de compra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, bem como durante o exercício social corrente (2026), conforme detalhado a seguir:

Remuneração baseada em ações – exercício social corrente (2026) – informações relativas à outorga de 25/02/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00
Data de outorga	N/A	25/02/2026
Quantidade de opções outorgadas	N/A	2.312.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º lote das opções pode ser exercido após 10 meses de outorga. 2º lote das opções pode ser exercido após 22 meses de outorga. 3º lote das opções pode ser exercido após 34 meses de outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 46 meses de outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 58 meses de outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Não há restrições à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 16,89
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 39.049.680,00

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere serão outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2025 –
informações relativas à outorga de 12/03/2025**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,83
Nº de membros remunerados	0,00	3,83
Data de outorga	N/A	12/03/2025
Quantidade de opções outorgadas	N/A	595.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º lote das opções pode ser exercido após 9 meses de outorga. 2º lote das opções pode ser exercido após 21 meses de outorga. 3º lote das opções pode ser exercido após 33 meses de outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 45 meses de outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 57 meses de outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Não há restrições à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 15,36
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 9.151.100,00

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024 –
informações relativas à outorga de 11/04/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	N/A	11/04/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.620.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º lote das opções pode ser exercido após 8 meses de outorga. 2º lote das opções pode ser exercido após 20 meses de outorga. 3º lote das opções pode ser exercido após 32 meses de outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 44 meses de outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 56 meses de outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Não há restrições à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 23,49
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 38.053.800,00

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023 –
informações relativas à outorga de 24/02/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Data de outorga	N/A	24/02/2023
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.950.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	1º lote das opções pode ser exercido após 10 meses de outorga. 2º lote das opções pode ser exercido após 23 meses de outorga. 3º lote das opções pode ser exercido após 35 meses de outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 47 meses de outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 59 meses de outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A	Não há restrições à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 26,20
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	N/A	R\$ 51.090.000,00

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

**Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023 –
informações relativas à outorga de 15/05/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	0,00
Data de outorga	15/05/2023	N/A
Quantidade de opções outorgadas	240.000	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	A partir da data de publicação do edital de convocação da assembleia geral ordinária da Companhia que delibere sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	As opções poderão ser exercidas em no máximo 90 dias contados do término do período de carência.	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações recebidas em decorrência do exercício das opções	O beneficiário poderá negociar as ações adquiridas em decorrência do exercício das opções somente após 180 dias, contados do seu recebimento formal.	N/A
Valor justo das opções na data de outorga	R\$ 16,16	N/A
Multiplicação da quantidade de opções outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R\$ 3.878.400,00	N/A

A Companhia esclarece que as outorgas conferidas aos membros do Conselho de Administração da Companhia, cujas informações constam da tabela acima, foram realizadas durante a vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia (aprovada em 14 de fevereiro de 2022, alterada em 18 de abril de 2023 e vigente até 31 de outubro de 2023), que previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral.

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025 relativas à outorga de 12/03/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8,00	3,83
Número de membros remunerados	0,00	3,83
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	595.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	1º lote das opções que pode ser exercido após 9 meses da outorga. 2º lote das opções pode ser exercido após 21 meses da outorga. 3º lote das opções pode ser exercido após 33 meses da outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 45 meses da outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 57 meses da outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 40,19
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 19,23
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	0 ações
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas

		em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025 relativas à outorga de 11/04/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	3,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1.458.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	2º lote das opções pode ser exercido após 20 meses da outorga. 3º lote das opções pode ser exercido após 32 meses da outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 44 meses da outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 56 meses da outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 45,55
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 8,51
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	162.000 ações

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 180 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 45,55
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 8,51
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 1.378.620,00

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025 relativas à outorga de 24/02/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	3,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1.462.500 ações
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	3º lote das opções pode ser exercido após 34 meses da outorga. 4º lote das opções pode ser exercido após 46 meses da outorga. 5º lote das opções pode ser exercido após 58 meses da outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 31,87
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 26,01
Em relação às opções exercíveis		

Quantidade	N/A	292.500 ações
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 31,87
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 26,01
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 7.607.925,00

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025 relativas à outorga de 04/08/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	3,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	618.750 ações
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	4º lote das opções pode ser exercido após 40 meses da outorga.
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 18,79
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 25,48
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	N/A	618.750 ações
Prazo máximo para exercício	N/A	Cada tranche deve ser exercida

das opções		em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 18,79
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 25,48
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 15.765.750,00

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2025 relativas à outorga de 03/05/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8,00	2,75
Número de membros remunerados	0,00	2,00
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0,00 ações
data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Em relação às opções exercíveis		
quantidade	N/A	445.310 ações
prazo máximo para exercício das opções	N/A	Cada tranche deve ser exercida em no máximo 90 dias contados a partir do término do prazo de carência do respectivo lote.
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há qualquer restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções.

preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 7,94
valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 21,47
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$ 9.560.805,70

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	8,00	4,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00
Número de ações (A)	N/A	1.518.560 ações
Preço médio ponderado de exercício (B)	N/A	R\$ 20,98
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N/A	R\$ 40,19
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas⁽¹⁾	N/A	R\$ 29.171.537,60

⁽¹⁾ Os valores indicados nesta linha da tabela correspondem à multiplicação de (A) pela diferença entre (B) e (C) [A x (C – B)].

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração ⁽¹⁾	Diretoria Estatutária
Número total de membros	8,00	3,83
Número de membros remunerados	8,00	3,83
Número de ações (A)	240.000 ações	2.218.095 ações
Preço médio ponderado de exercício (B)	R\$ 31,87	R\$ 8,56
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	R\$ 44,55	R\$ 44,55
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas⁽²⁾	R\$ 3.043.200,00	R\$ 79.829.239,00

⁽¹⁾ A Companhia esclarece que as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração da Companhia, cujas informações constam da tabela acima, foram realizadas durante a vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia (aprovada em 14 de fevereiro de 2022, alterada em 18 de abril de 2023 e vigente até 31 de outubro de 2023), que previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral. Em razão disso, foi instituído, durante o exercício de 2023, ainda na vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia, programa de opção de compra de ações para membros do

Conselho de Administração, no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, tendo as opções outorgadas no âmbito do referido programa sido integralmente exercidas no ano de 2024.

⁽²⁾ Os valores indicados nesta linha da tabela correspondem à multiplicação de (A) pela diferença entre (B) e (C) [$A \times (C - B)$].

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	8,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	3,00
Número de ações (A)	0	1.726.225 ações
Preço médio ponderado de exercício (B)	N/A	R\$ 6,03
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas (C)	N/A	R\$ 36,70
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas⁽¹⁾	N/A	R\$ 52.943.320,80

⁽¹⁾ Os valores indicados nesta linha da tabela correspondem à multiplicação de (A) pela diferença entre (B) e (C) [$A \times (C - B)$].

A Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela acima se refere foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

8.9. Remuneração baseada em ações sob forma de ações restritas a serem entregues diretamente aos beneficiários (Plano de Ações Restritas)

Não aplicável. Os Planos de Opção de Compra da Companhia, descritos no item 8.4 acima, não contemplam ações restritas a serem entregues diretamente aos seus beneficiários.

8.10. Outorga de ações restritas a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (Plano de Ações Restritas)

Não aplicável. Os Planos de Opção de Compra da Companhia, descritos no item 8.4 acima, não contemplam ações restritas a serem entregues diretamente aos seus beneficiários.

8.11. Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, sob a forma de ações restritas (Plano de Ações Restritas)

Não aplicável. Os Planos de Opção de Compra da Companhia, descritos no item 8.4 acima, não contemplam ações restritas a serem entregues diretamente aos seus beneficiários.

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Para fins de entendimento dos itens 8.5 a 8.8 acima (tendo em vista os itens 8.9 a 8.11 não serem aplicáveis), a Companhia esclarece que foi adotado o modelo de precificação baseado no normativo contábil CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações, item B6, que determina que todos os modelos de precificação levam em consideração, no mínimo, os seguintes fatores: (i) o preço de exercício da ação; (ii) a vida da ação; (iii) o preço corrente das ações subjacentes; (iv) a volatilidade esperada do preço da ação; (v) os dividendos esperados sobre as ações (se apropriado); e (v) a taxa de juros livre de risco para a vida da ação.

Identificação do Programa de opção de compras de ações da PRIO S.A.	11º Programa do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações	13º Programa do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações	14º Programa do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações	15º Programa do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações	1º Programa do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações	2º Programa do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações	3º Programa do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações
a) modelo de precificação	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton	Black-Scholes Merton
b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a	(i) 30/04/2021 (ii) 632.569 (iii) R\$ 91,86 (iv) R\$ 39,68 (v) R\$ 65,91 (vi) 77,23% (vii) 6,59% (viii) 43 meses.	(i) 03/08/2022 (ii) 3.671.976 (iii) R\$ 23,76 (iv) R\$ 18,79 (v) R\$ 13,45 (vi) 65,10% (vii) 13,0% (viii) 40 meses.	(i) 07/02/2023 (ii) 1.068.826 (iii) R\$ 41,63 (iv) R\$ 28,33 (v) R\$ 19,34 (vi) 47,05% (vii) 13,39% (viii) 22 meses.	(i) 07/02/2023 (ii) 3.838.250 (iii) R\$ 41,63 (iv) R\$ 31,87 (v) R\$ 26,2 (vi) 62,22% (vii) 13,22% (viii) 58 meses.	(i) 08/04/2024 (ii) 1.091.095 (iii) R\$ 49,66 (iv) R\$ 45,55 (v) R\$ 14,39 (vi) 35,55% (vii) 10,15% (viii) 32 meses.	(i) 08/04/2024 (ii) 3.522.000 (iii) R\$ 49,66 (iv) R\$ 45,55 (v) R\$ 23,49 (vi) 43,84% (vii) 10,41% (viii) 56 meses.	(i) 12/03/2025 (ii) 1.788.000 (iii) R\$ 36,75 (iv) R\$ 40,19 (v) R\$ 15,38 (vi) 37,85% (vii) 14,62% (viii) 57 meses.

taxa de juros livre de risco	(viii) a duração do plano							
c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
d) forma de determinação da volatilidade esperada	A volatilidade foi estimada considerando a volatilidade implícita das ações							
e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

A Companhia compreende que o Black-Scholes-Merton é considerando um modelo apropriado para precificação das opções outorgadas a seus administradores, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (*drift*) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A Companhia esclarece que os membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria eram titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nas quantidades indicadas na tabela abaixo, na data-base de 31 de dezembro de 2025:

Ações ordinárias de emissão da PRIO S.A.		
Órgão	Quantidade de ações	Participação
Conselho de Administração	45.322.817	5,21%
Diretoria	2.912.956	0,34%

Os membros do Conselho Fiscal, na data-base de 31 de dezembro de 2025, não eram titulares de ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que os membros do seu Conselho de Administração, da sua Diretoria e do seu Conselho Fiscal não possuíam, na data-base de 31 de dezembro de 2025: (i) ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas pelos controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia; nem (ii) outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum.

8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não possui plano de previdência em vigor.

8.15. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores Anuais 2025

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de membros	3,83	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,83	8,00	3,00
Valor da maior remuneração	R\$ 68.966.843,00	R\$ 240.000,00	R\$ 180.000,00
Valor da menor remuneração	R\$ 12.685.753,00	R\$ 240.000,00	R\$ 180.000,00
Valor médio da remuneração	R\$ 30.445.903,13	R\$ 240.000,00	R\$ 180.000,00

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual de todas as remunerações indicadas acima, foram consideradas todas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025, sem a exclusão de membros. A Companhia esclarece, ainda, que os membros da Diretoria e do Conselho de Administração que receberam a maior remuneração paga em seus respectivos órgãos ocuparam os seus cargos por 12 meses completos.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, foram consideradas todas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025, com a exclusão de um membro da diretoria estatutária, que ocupou o cargo de março a dezembro.

O cálculo do valor médio da remuneração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 8.2 acima, pelo número de membros informados na letra "c" do item 8.2.

A Companhia informa, ainda, que, para os cálculos dos valores consignados nas tabelas acima foram considerados os valores atribuídos pela Companhia aos membros da sua administração e Conselho Fiscal referentes ao exercício social de 2025, independentemente do ano em que os valores forem efetivamente pagos ou reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Valores Anuais 2024

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de membros	3,00	8,00	3,00
Nº de membros remunerados	3,00	8,00	3,00
Valor da maior remuneração	R\$ 64.234.440,00	R\$ 1.873.517,25	R\$ 160.000,00
Valor da menor remuneração	R\$ 19.197.990,00	R\$ 1.873.517,25	R\$ 160.000,00
Valor médio da remuneração	R\$ 38.744.418,33	R\$ 1.873.517,25	R\$ 160.000,00

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2024, sem a exclusão de membros. A Companhia esclarece, ainda, que os membros da Diretoria e do Conselho de Administração que receberam a maior remuneração paga em seus respectivos órgãos ocuparam os seus cargos por 12 meses completos.

Em relação aos valores reportados na coluna "Diretoria Estatutária", a Companhia faz referência à Proposta da Administração para a AGE de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como "exercício social de transição", no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado no "Valor da maior remuneração" e na coluna referente à "Diretoria Estatutária" (R\$ 64.234.440,00), R\$ 49.000.000,00 diz respeito às metas definidas para a remuneração variável referente ao exercício de 2023, enquanto o montante de R\$ 15.234.440,00 diz respeito à remuneração fixa de 2024 e às metas definidas para a remuneração variável referente ao exercício de 2024.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2024, sem a exclusão de membros, uma vez que todos ocuparam o respectivo cargo nos 12

meses do ano. Em relação aos valores em “Diretoria Estatutária”, a Companhia faz referência à Proposta da Administração para AGE de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável, o exercício de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado no “Valor da menor remuneração” e na coluna referente à “Diretoria Estatutária” (R\$ 19.197.990,00), R\$ 14.000.000,00 diz respeito às metas definidas para a remuneração variável referente ao exercício de 2023, enquanto o montante de R\$ 5.197.990,00 diz respeito à remuneração fixa de 2024 e às metas definidas para a remuneração variável referente ao exercício de 2024.

O cálculo do valor médio da remuneração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 8.2 acima, pelo número de membros informado no referido item 8.2 para o respectivo órgão. Em relação aos valores em “Diretoria Estatutária”, a Companhia faz referência à Proposta da Administração para AGE de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável, o exercício de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente ao “Valor médio da remuneração” e na coluna referente à “Diretoria Estatutária” (R\$ 38.744.418,33), R\$ 30.000.000,00 diz respeito à média das metas definidas para a remuneração variável referente a 2023, enquanto o montante de R\$ 8.744.418,33 diz respeito à média da remuneração fixa de 2024 e das metas definidas para a remuneração variável referente a 2024.

Valores Anuais 2023

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de Membros	3,00	8,00	3,00
Nº de Membros remunerados	3,00	8,00	3,00
Valor da maior remuneração	R\$ 40.636.400,00	R\$ 1.642.280,00	R\$ 120.000,00
Valor da menor remuneração	R\$ 13.431.700,00	R\$ 1.642.280,00	R\$ 120.000,00
Valor médio da remuneração	R\$ 25.655.767,00	R\$ 1.642.280,00	R\$ 120.000,00

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual de todas as remunerações indicadas acima, foram consideradas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de cada ano, sem a exclusão de membros. A Companhia esclarece, ainda, que os membros da Diretoria e do Conselho de Administração que receberam a maior remuneração paga em seus respectivos órgãos ocuparam os seus cargos por 12 meses completos.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, foram consideradas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de cada ano, sem a exclusão de membros. Não houve a exclusão de membros, uma vez que todos ocuparam o respectivo cargo nos 12 meses do ano.

O cálculo do valor médio da remuneração corresponde à divisão do valor total da remuneração anual, apresentado no item 8.2 acima, pelo número de membros informado no referido item 8.2 para o respectivo órgão.

A Companhia informa, ainda, que, para os cálculos dos valores consignados nas tabelas acima foram considerados os valores atribuídos pela Companhia aos membros da sua administração e Conselho Fiscal referentes ao exercício social de 2023, independentemente do ano em que os valores forem efetivamente pagos ou reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos pré-estabelecidos para indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Quando do encerramento dos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023 bem como no contexto da previsão para o exercício social corrente, os administradores da Companhia não se enquadravam como partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, tendo em vista que a Companhia não possui acionista controlador ou grupo de controle.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023, bem como na previsão para o exercício social de 2026, não houve qualquer valor pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Previsão para o exercício social corrente (2026) - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Previsão para o exercício social corrente (2026) - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	R\$ 100.335.724,52	N/A	N/A	R\$ 100.335.724,52
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Os valores consignados na tabela acima se referem aos montantes a serem pagos por sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Companhia, a alguns de seus Diretores que também exercerão cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no exercício social de 2026. Tais pagamentos decorrem das funções a serem desempenhadas por tais Diretores na(s) sociedade(s) controlada(s) em questão durante o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).

A(s) sociedade(s) controlada(s) em questão consiste(m) em uma(algumas) das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra(m) relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia. Durante o curso do exercício social, a(s) sociedade(s) controlada(s) responsáveis pelo pagamento da remuneração acima especificada variarão, conforme a alocação dos projetos do grupo da Companhia e reorganizações societárias realizadas durante o curso do exercício social.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela acima inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável pagos aos Diretores da(s) sociedade(s) subsidiária(s) em questão.

Exercício social encerrado em 31/12/2025 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2025 - demais remunerações recebidas,

especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	R\$ 83.310.221,00	N/A	N/A	R\$ 83.310.221,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

O valor consignado na tabela acima se refere ao montante pago pela PRIO Bravo Ltda., sociedade indiretamente controlada pela Companhia, a alguns de seus Diretores que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no exercício social de 2025. Tais pagamentos decorrem das funções desempenhadas por tais Diretores na sociedade controlada em questão durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).

A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia. Durante o curso do exercício social, a sociedade controlada responsável pelo pagamento da remuneração acima especificada pode variar, conforme a alocação dos projetos do grupo da Companhia e reorganizações societárias realizadas durante o curso do exercício social.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela acima inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável pagos aos Diretores das sociedades subsidiárias em questão.

Exercício social encerrado em 31/12/2024 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2024 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	R\$ 92.392.680,00	N/A	N/A	R\$ 92.392.680,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

O valor consignado na tabela acima se refere ao montante pago pela PRIO Bravo Ltda., sociedade indiretamente controlada pela Companhia, a alguns de seus Diretores que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no exercício social de 2024. Tais pagamentos decorrem das funções desempenhadas por tais Diretores na sociedade controlada em questão durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).

A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia. Durante o curso do exercício social, a sociedade controlada responsável pelo pagamento da remuneração acima especificada pode variar, conforme a alocação dos projetos do grupo da Companhia e reorganizações societárias realizadas durante o curso do exercício social.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela acima inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável pagos aos Diretores das sociedades subsidiárias em questão.

A Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como "exercício social de transição", no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor

fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na tabela acima, o valor de R\$ 70.000.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, enquanto o montante de R\$ 1.494.400,00 diz respeito à remuneração fixa referente ao exercício social de 2024 e o montante de R\$ 20.898.280,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

Exercício social encerrado em 31/12/2023 - remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31/12/2023 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	R\$ 60.299.400,00	N/A	N/A	R\$ 60.299.400,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

O valor consignado na tabela acima se refere ao montante pago pela então denominada Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("Petro Rio O&G"), atualmente denominada PRIO Comercializadora Ltda., subsidiária integral da Companhia, a determinados Diretores da Petro Rio O&G que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no mesmo exercício social.

Tais pagamentos decorrem das funções desempenhadas por tais Diretores na Petro Rio O&G, atual PRIO Comercializadora Ltda., durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).

A Petro Rio O&G, atual PRIO Comercializadora Ltda., é uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., tendo concentrado relevantes projetos ao longo dos últimos anos e sendo a titular de direitos de concessão de alguns dos campos produtores do grupo da Companhia, conforme informações detalhadas na Seção 1 do Formulário de Referência da emissora.

A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela acima inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável, pagas aos Diretores da então Petro Rio O&G.

8.20. Outras informações relevantes

Para fins informativos e sem caráter de nova aprovação, o montante total da remuneração global anual dos administradores efetivamente realizado dentro do limite aprovado no ano de 2025 é apresentado na tabela a seguir, contemplando (i) os pagamentos realizados diretamente pela Companhia; e (ii) os pagamentos realizados diretamente pela PRIO Bravo Ltda., sociedade controlada pela Companhia, aos seus administradores que também integram a Administração da Companhia (em razão das funções desempenhadas por tais administradores na PRIO Bravo):

Sociedade	Informação/Elemento	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
PRIO S.A.	Nº total de membros	8,00	3,83	11,83
	Nº de membros remunerados	8,00	3,83	11,83
PRIO Bravo	Nº total de membros	-	2,00	2,00
	Nº de membros remunerados	-	2,00	2,00
Remuneração fixa anual				
PRIO S.A.	Salário ou pró-labore	R\$ 1.920.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 4.920.000,00
	Benefícios direto e indireto	-	R\$ 608.809,00	R\$ 608.809,00
	Participações em comitês	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
PRIO Bravo	Salário ou pró-labore	-	R\$ 1.560.000,00	R\$ 1.560.000,00
	Benefícios direto e indireto	-	R\$ 200.365,00	R\$ 200.365,00
	Participações em comitês	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração variável anual				
PRIO S.A.	Bônus ⁽¹⁾	-	R\$ 21.927.595,00	R\$ 21.927.595,00
	Participação de resultados	-	-	-
	Participação em reuniões	-	-	-
	Comissões	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
	Pós-emprego	-	-	-
	Cessaç�o do cargo	-	-	-
	Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	-	R\$ 91.071.405,00	R\$ 91.071.405,00

PRIO Bravo	Bônus ⁽¹⁾	-	R\$ 15.483.116,00	R\$ 15.483.116,00
	Participação de resultados	-	-	-
	Participação em reuniões	-	-	-
	Comissões	-	-	-
	Outros	-	-	-
	Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
	Pós-emprego	-	-	-
	Cessaçãõ do cargo	-	-	-
	Baseada em ações (incluindo opções)	-	R\$ 66.066.740,00	R\$ 66.066.740,00
Total da remuneração⁽²⁾				
PRIO S.A.	R\$ 1.920.000,00	R\$ 116.607.809,00	R\$ 118.527.809,00	
PRIO Bravo	-	R\$ 83.310.221,00	R\$ 83.310.221,00	
Consolidado	R\$ 1.920.000,00	R\$ 199.918.030,00	R\$ 201.838.030,00	

(1) A Companhia esclarece que os valores consignados na linha "Bônus" se referem a todos os valores pagos a título de Bônus aos Diretores da Companhia ou da controlada PRIO Bravo Ltda., conforme o caso, em dinheiro. A parcela do Bônus paga por meio da outorga de opções de compra de ações da Companhia, no âmbito do Plano de Opções de Ações da Companhia, está consignada na linha referente à remuneração "Baseada em Ações (incluindo opções)".

(2) O total da remuneração não considera os encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme orientação prevista no Ofício Circular Anual da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia esclarece que as informações apresentadas na tabela acima dizem respeito à remuneração efetivamente paga aos integrantes da Administração da Companhia no exercício social de 2025.

Em complementação, a Companhia apresenta, na tabela abaixo, a maior, a menor e a média das remunerações pagas aos administradores no exercício social de 2025, considerando, de maneira consolidada, os integrantes da administração da Companhia e da PRIO Bravo:

	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de membros total	8,00	5,83
Nº de membros remunerados	8,00	5,83
Valor da maior remuneração	R\$ 240.000,00	R\$ 68.966.843,00
Valor da menor remuneração	R\$ 240.000,00	R\$ 12.685.753,00
Valor médio da remuneração	R\$ 240.000,00	R\$ 34.291.257,29

Para o cálculo do valor da maior remuneração anual individual de todas as remunerações indicadas acima, foram consideradas todas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025, sem a exclusão de membros. A Companhia esclarece, ainda, que os membros da Diretoria e do Conselho de Administração que receberam a maior remuneração paga em seus respectivos órgãos ocuparam os seus cargos por 12 meses completos.

Para o cálculo do valor da menor remuneração anual individual, foram consideradas todas as remunerações relativas aos meses de janeiro a dezembro de 2025, com a exclusão de um membro da diretoria, que ocupou o cargo de março a dezembro.

Em consonância com as melhores práticas internacionais, a maior remuneração acima indicada foi paga ao Diretor Presidente (CEO) da PRIO S.A.

Detalhamento das informações do Item 8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Em relação à informação consignada no Item 8.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal do Formulário de Referência na tabela denominada “Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2024”:

- (i) quanto ao valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas, a Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente ao “Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas”, o montante de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, enquanto o montante limite de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024; e
- (ii) quanto ao “valor efetivamente reconhecido no resultado”, a Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas de desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na linha referente ao “Valor efetivamente reconhecido no resultado”, o valor total de R\$ 16.209.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, não tendo sido atribuído qualquer montante a título de Bônus no que diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

Detalhamento das informações do Item 8.5 - Remuneração baseada em ações

Em relação à informação consignada no Item 8.5 - Remuneração baseada em ações (Opções de Compra de Ações) do Formulário de Referência na tabela denominada “Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2024”: a Companhia esclarece que as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração da Companhia, cujas informações constam da referida tabela, foram realizadas durante a vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia (aprovada em 14 de fevereiro de 2022, alterada em 18 de abril de 2023 e vigente até 31 de outubro de 2023), que previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia esclarece que todas as referidas opções foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência. Por fim, a Companhia esclarece que todas as opções que constam da tabela em referência, relacionadas à Diretoria Estatutária, foram outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência.

Em relação à informação consignada no Item 8.5 - Remuneração baseada em ações (Opções de Compra de Ações) do Formulário de Referência na tabela denominada “Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023”: a Companhia esclarece que todas as opções a que a tabela em questão se refere foram outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para maiores informações a respeito do referido Plano, a Companhia faz referência ao item 8.4 do Formulário de Referência. A Companhia esclarece, ainda, que as outorgas conferidas aos membros do Conselho de Administração da Companhia, cujas informações constam da tabela em referência, foram realizadas durante a vigência da antiga Política de Remuneração da Companhia (aprovada em 14 de fevereiro de 2022, alterada em 18 de abril de 2023 e vigente até 31 de outubro de 2023), que previa a possibilidade de pagamento de remuneração baseada em ações a membros do Conselho de Administração da Companhia, caso aprovado em Assembleia Geral.

Detalhamento das informações do Item 8.19 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Em relação à informação consignada no Item 8.19 do Formulário de Referência na tabela denominada “Previsão para o exercício social corrente (2026) - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas”:

- (i) A Companhia esclarece que o valor consignado na tabela se refere ao montante a ser pago pela PRIO Bravo Ltda., sociedade indiretamente controlada pela Companhia, a alguns de seus Diretores que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no exercício social de 2026. Tais pagamentos decorrem das funções a serem desempenhadas por tais Diretores na sociedade controlada em questão durante o exercício social corrente (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).
- (ii) A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia. Durante o curso do exercício social, a sociedade controlada responsável pelo pagamento da remuneração acima especificada pode variar, conforme a alocação dos projetos do grupo da Companhia e reorganizações societárias realizadas durante o curso do exercício social.
- (iii) A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável pagos aos Diretores das sociedades subsidiárias em questão.

Em relação à informação consignada no Item 8.19 do Formulário de Referência na tabela denominada “Exercício social encerrado em 31/12/2025 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas”:

- (iv) A Companhia esclarece que o valor consignado na tabela se refere ao montante pago pela PRIO Bravo Ltda., sociedade indiretamente controlada pela Companhia, a alguns de seus Diretores que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no exercício social de 2025. Tais pagamentos decorrem das funções desempenhadas por tais Diretores na sociedade controlada em questão durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).
- (v) A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia.

- (vi) A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável pagos aos Diretores das sociedades subsidiárias em questão.

Em relação à informação consignada no Item 8.19 do Formulário de Referência na tabela denominada “Exercício social encerrado em 31/12/2024 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas”:

- (i) A Companhia esclarece que o valor consignado na tabela se refere ao montante pago pela PRIO Bravo Ltda., sociedade indiretamente controlada pela Companhia, a alguns de seus Diretores que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no exercício social de 2024. Tais pagamentos decorrem das funções desempenhadas por tais Diretores na sociedade controlada em questão durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).
- (ii) A sociedade controlada em questão consiste em uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., de modo que concentra relevantes projetos desenvolvidos pelo grupo da Companhia.
- (iii) A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável pagos aos Diretores das sociedades subsidiárias em questão.
- (iv) A Companhia faz referência à Proposta da Administração para a Assembleia Geral Extraordinária de 25.10.2024, na qual se esclareceu que, em razão da mudança no referencial adotado para cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria da Companhia e de sociedades controladas da Companhia, o exercício social de 2024 funcionou como “exercício social de transição”, no qual a remuneração variável da Diretoria contemplou tanto as metas e desempenho da Companhia e de cada Diretor referentes ao exercício social de 2023, quanto as metas da Companhia e de cada Diretor fixadas para o exercício social de 2024. Para fins de transparência, a Companhia esclarece que, do montante indicado na tabela acima, o valor de R\$ 70.000.000,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2023, enquanto o montante de R\$ 1.494.400,00 diz respeito à remuneração fixa referente ao exercício social de 2024 e o montante de R\$ 20.898.280,00 diz respeito às metas referentes ao exercício social de 2024.

Em relação à informação consignada no Item 8.19 do Formulário de Referência na tabela denominada “Exercício social encerrado em 31/12/2023 - demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas”:

- (i) O valor consignado na tabela se refere ao montante pago pela então denominada Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (“Petro Rio O&G”), atual PRIO Comercializadora Ltda., subsidiária integral da Companhia, a determinados Diretores da Petro Rio O&G que também exerceram cargos como membros do Conselho de Administração da PRIO S.A. no mesmo exercício social.
- (ii) Tais pagamentos decorrem das funções desempenhadas por tais Diretores na Petro Rio O&G, atual PRIO Comercializadora Ltda., durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (e não em função do exercício dos respectivos cargos de membros do Conselho de Administração da emissora).
- (iii) A então denominada Petro Rio O&G é uma das principais sociedades operacionais do grupo societário da PRIO S.A., tendo concentrado relevantes projetos ao longo dos últimos anos e sendo a titular de direitos de concessão de alguns dos campos produtores do grupo da Companhia, conforme informações detalhadas na Seção 1 do Formulário de Referência da emissora.
- (iv) A Companhia esclarece, ainda, que o valor total consignado na tabela inclui a remuneração fixa, os benefícios e a remuneração variável, pagas aos Diretores da então denominada Petro Rio O&G.